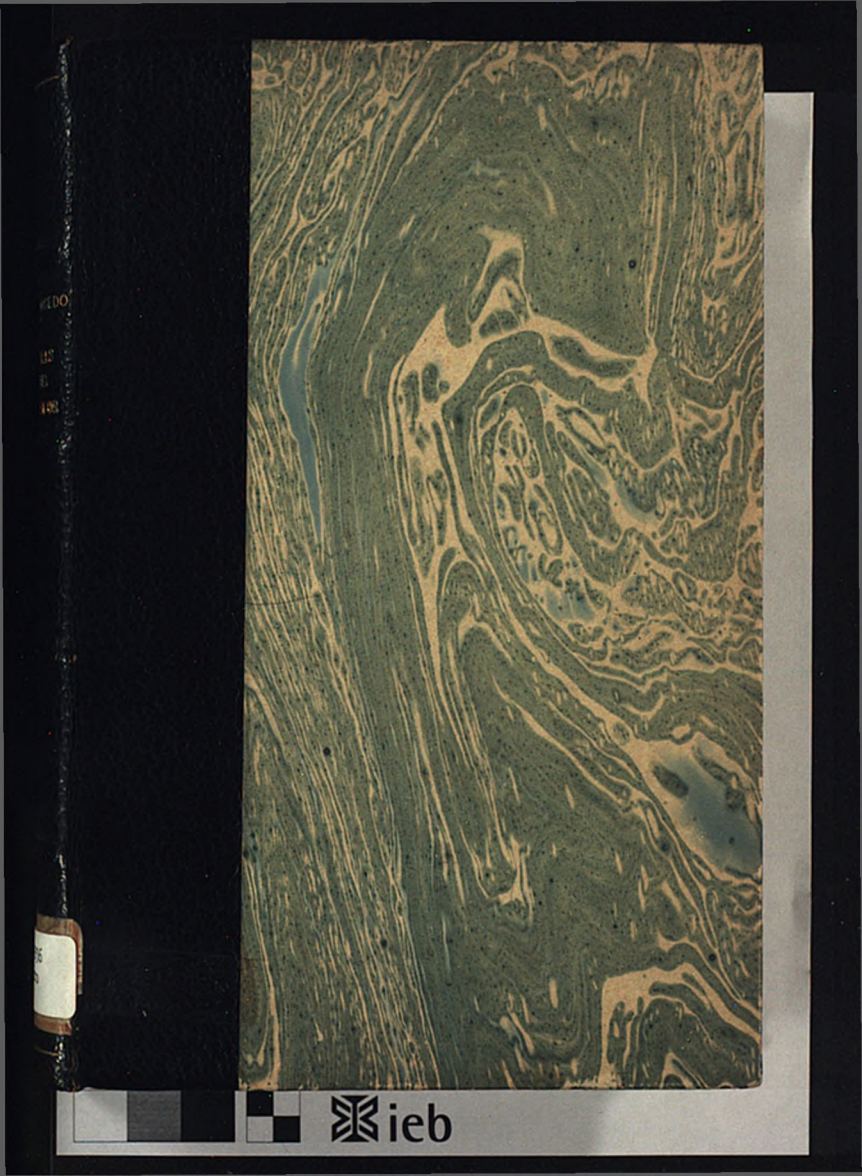


JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

MEMÓRIAS DA RUA do OUVIDOR

PREFÁCIO E NOTAS DE
JAMIL ALMANSUR HADDAD

Série V BRASILIANA *Vol. 275*
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

BRASILIANA

SÉRIE 5.ª

da Biblioteca Pedagógica Brasileira

★

A 5ª série, que figura na B. P. B. com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sôbre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, etc.); de reedições de obras raras e de notório interêsse e de traduções de obras estrangeiras sôbre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sôbre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase tôdas dispersas. A C. E. N. propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção dêste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sôbre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação pública que granjeou desde logo a "Brasiliana" veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sôbre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

Mais de 270 volumes publicados.

★

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

MEMÓRIAS
DA
RUA DO OUVIDOR

Exemplar **Nº** 0565

1 9 5 2

Obra executada nas oficinas da
Tip. EDANEE Ltda. — São Paulo, Brasil.

Série V ★ BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA
BRASILIANA ★ Vol. 275

JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR

PREFÁCIO E NOTAS DE
JAMIL ALMANSUR HADDAD

★

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

5891

869.9836
M141mvr

PREFACIO

Dentro dos quadros do Romantismo brasileiro, a obra de Joaquim Manuel de Macedo é das mais numerosas. Estende-se por teatro, romance, folhetim e livro didático. Não obstante as restrições do meio, a popularidade desfrutada deve ter-lhe proporcionado possibilidade de aproveitamento económico de sua literatura, o que pode ter contribuido em algum grau para que esse médico abandonasse o bisturi ou termómetro para entrar decidida e absorventemente pelos territórios da ficção.

Para um leitor moderno, a obra de Joaquim Manuel de Macedo é dificilmente digerível. São intoleráveis os seus romances, abundantes de "ficelles", e por vezes de enredo intricadíssimo, perdendo-se por ascensões e quedas, aprofundamentos e descaminhos, não obstante a singeleza do tema monocórdico: o amor ou diríamos melhor, a forma burguesa da organização do amor, o casamento.

Se os romances não podem constituir mais fonte de prazer estético, a seu teatro temos que não apresenta maiores possibilidades desse ponto de vista. E muito menos a sua poesia.

Essas restrições não nos levariam em absoluto a revogar a importância de Macedo nos quadros do pensamento brasileiro. E' que os seus romances e peças de teatro, se não valerem especificamente como tais, valem como documentos de valor inestimável, para o efeito de reconstituição da vida social brasileira do século XIX. O Brasil está presente em Macedo. Em corpo e alma. Com perfeições e com vícios. Seus livros são manancial

útil à restauração de um passado. Tanto quanto os famosos anúncios de jornal do Sr. Gilberto Freyre. Está em Macedo toda a ideologia de uma época, todo o seu estilo de vida. E nos seus trabalhos mais reputados como nos menores. Em *A Moreninha* como em *Memórias do Sobrinho de meu Tio*.

Se na sua obra em ficção é ponderável o valor documentário, o que se dirá então de seus trabalhos feitos deliberadamente com o escopo de crónica histórica, de fixação do presente ou reconstituição do passado? Se desse ângulo de mira, o romancista Macedo é fecundo, o Macedo historiador se-lo-á com sobra de razão. E acrescente-se ainda: mesmo pondo de lado esse valor documentário, e analisando-se os seus escritos como literatura apenas, temos que as suas crónicas (digamos "folhetim" para utilizarmo-nos de terminologia do tempo) constituem a parte melhor de sua obra. Pelo menos a querer julgá-las consoante padrões do gosto actual. A sua vocação para o mau romanesco, embora presente, nos livros históricos é muito mais diluída. A narrativa histórica tende forçosamente a aproximá-lo do Realismo que ele abominava. Dissolve-lhe, portanto, o Romantismo, pelo menos no que essa expressão encerra de alambicado ou piegas.

As crónicas históricas de Macedo são as que acabaram dando *Um Passeio pelo Rio de Janeiro* e *Memórias da Rua do Ouvidor*. Esses realmente são os seus dois livros mais legíveis nos dias que correm. Os dois livros melhores.

A forma literária aqui escolhida pelo homem de *A Moreninha* é a do folhetim. Corresponde ela a um momento de nossa evolução social, a um estágio mesmo de nosso jornalismo. Folhetim, *literatura para jornal*. Daí advêm alguns dos seus primaciais atributos, o primeiro

a referir, o da imponderável leveza, por vezes capaz de resvalar para a leviandade. E' enorme o esforço que Macedo faz no sentido de evitar que por qualquer momento a narrativa resvale para o maçante e o duro. Quando o relato mais aparenta entrar pelo terreno da árida narrativa histórica, Macedo foge por um desvão de fantasia, no afã de fazer que a exposição não abandone jamais a costumeira atmosfera hedonística habitual. Esforço de dourar a pípula do real, de nimbar de halo de poesia a verdade e que — diga-se de passagem — nem sempre é razoàvelmente bem sucedido. Há nele de qualquer maneira um contador de histórias vigilante que não quer que o entrecho se petrifique em didatismo e sono.

Em rigor como definir o folhetim? Defina-o por nós Castro Alves. Para o poeta, é matéria do folhetinista: "esta vida activa, este roçar de vestidos de seda, estes risos que se cruzam, estas mulheres que se encontram, estes amigos que inspiram a vida, o movimento, a cidade com o seu bulício, o camarim com o seu almíscar, — muito dos tetos, pouco do céu, muito de flores, pouco de florestas, os tapetes em vez de relvas..."

Machado de Assis nos auxiliará ainda mais na definição: "O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério consorciado com o frívolo... O folhetinista na sociedade ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal — salta, esvoaça, brinca, tremula... tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e os "bas-bleus" para aplaudi-lo..."

Castro Alves e Machado de Assis podem pois ser colocados neste limiar de livro dando-nos a mão, Virgílio no inferno ou Beatriz no céu, oferecendo-nos antecipadamente uma definição do folhetim que quadra excelentemente a essas *Memórias*.

ieb

As conceituações citadas logo nos apontam o folhetim como gênero essencialmente urbano. Fá-lo-iam com acerto os romancistas da cidade: além de Macedo, Alencar e o próprio Machado. De tal modo não pode ser de outra maneira que num dos livros do nosso cronista o passeio é pela *cidade* do Rio de Janeiro e em outro é pela *rua do* Ouvidor. Essas *Memórias* correspondem, pois, ao folhetim típico. No sentido que Castro Alves apontou precisamente: com ausência de paisagem, no sentido tradicionalmente romântico, com céu, floresta e mares. Substituída a paisagem natural pela artificial, de tapetes e tetos e mais ainda de lojas, luzes, calçamento, bares, bondes, e finalmente figuras humanas não mais idealizadas mas recortadas ao vivo — artistas, modistas, mulheres de família, escravas, prostitutas... transitam por seu livro não como ectoplasmas sofridos mas em sangue, hálito e nervo.

Na obra de Macedo essas *Memórias* vimos que podem corresponder a uma transição para a atitude realista. E' que a natureza, o "nosso céu tem mais estrelas", aparta e isola, leva à ruminação interior, ao contacto místico, panteista ou tingido de outra nuance, com Deus, traz as larvas da esperança e as da angústia, instala a atitude meditativa, leva aos meandros da perquirição metafísica. A natureza é a introversão. A hipertrofia do individualismo, o exacerbamento da sensibilidade e da imaginação, nascem dela por conjunção de toda uma série de factores. Já a cidade é o esbarro com o cotidiano, "esta vida activa", da expressão de Castro Alves. O cotidiano que, pelo menos no caso do Brasil, não havia sido ainda descoberto como fonte de poesia. Como fonte de *poesia romântica*, é óbvio. O cotidiano — digamos o urbano — aparecia como o anti-poético, e como poesia se confundia com Romantismo, urbano poderia tornar-se sinônimo de anti-romântico, portanto de Realista. Foi a cidade em

definitivo que salvou Machado de Assis da deliquescência num lirismo, chocho e triste. E que deu ossatura a Alencar. E é claro e em certa medida ao próprio Macedo.

Sugerem-nos, todavia, as duas definições referidas ser o folhetim gênero muito mais feminino que masculino. A urbe ia sendo tomada de assalto pelos Romancistas, mas a cidade conquistada não é ainda a de Zola, com mansardas, fábricas, multidões e cortiços. Não é ainda a cidade Naturalista, mas já talvez a cidade Realista não sem impregnar-se todavia de oxigênio romântico.

A obra literária assim concebida seria muito mais o homem que a mulher. Já se disse ser Macedo um romancista de donzelas. Donzelas do corpo e do espírito, maliciou alguém. Ajuntaríamos nós que ninguém consegue fazer literatura para donzela, sem ser um pouco donzela no fundo. Nada de excessivo na afirmativa: Gilberto Freyre já teve ocasião de assinalar o carácter molemente afeminado do homem brasileiro do século passado. E a exteriorização mais clara dessa donzelice ingênita está no fenómeno do "dandismo". Vê-se pelas definições de Castro Alves e Machado de Assis ser o folhetim uma literatura de "dandies".

Em Macedo a rua do Ouvidor é descrita como se fosse uma mulher. Garridamente. Quando a imaginação personifica as coisas sob forma feminina é porque femininos são em grande escala os labirintos do subconsciente de quem põe perfume e vestido mesmo nas realidades mais viris.

Dentro dessa afeminação generalizada, compreende-se e justifica-se que Macedo, no que tange às influências francesas no Brasil, dê muito menos importância ao francês que propriamente à francesa, muito mais importância aos valores femininos presentes nestes contactos de cultura que aos masculinos — até o ponto, é claro, em que seja possível separar valores masculinos de femininos —

diferenciação que diga-se de passagem — com maior frequência depende muito mais de factores sociológicos que dos pròpriamente endócrinos ou — para dizer mais latamente — biológicos.

O que a Rua do Ouvidor operava era o fenómeno de contacto de cultura, entre França e Brasil. Seria interessante a pesquisa do sentido em que se realizou essa troca de influências, e que nem sempre se mostrou coerente ou uniforme. A invasão de franceses na rua do Ouvidor — Macedo sàbiamente prefere dizer de franceses — levou a mudanças de estilos de comportamento da população carioca, fluminense como se preferiria dizer. Mas nem sempre foi a França que modelava mercê dessas interacções, psicologia ou sensibilidade nossa. Às vezes o processo aculturativo assumia direcção contrária como veremos.

E' das teorias mais caras de Gilberto Freyre a da integração fácil do português na sociedade primitiva em que iria desenvolver o seu processo de colonização. Os primeiros franceses arribados à terra nova descoberta, talvez estivessem dotados dessa mesma capacidade de dissolução — na terra e na gente — que o sociólogo assinalara em relação ao conquistador luso. Dotados da mesma plasticidade. Dá ideia plena dessa incorporação do francês na civilização nova uma referência de Anchieta por onde se vê que o seu mimetismo levava-o inclusive ao abandono dos seus padrões mais tradicionais de conducta e vida. Só faltou a antropofagia para o francês homogeinizar o seu espírito e a sua vida com a das tabas que defrontava, encantadamente e em cuja intimidade se imiscuía.

Com efeito diz o Taumaturgo: "A vida dos franceses que estão neste Rio é já não sòmente hoje apartada da Igreja Católica, mas também feita selvagem: vivem conforme os índios, comendo, bebendo, bailando e can-

tando como eles; pintam-se com suas tintas pretas e vermelhas, adornando-se com as penas dos pássaros, andando nus às vezes, só com uns calções e finalmente matando contrários, segundo o rito dos mesmos índios e tomando nomes novos como eles, de maneira que não lhes falta mais comer carne humana, que no mais sua vida é corruptíssima..."

Como o português, não faltou sequer ao francês, outra afinidade, a do amor à mulata (ou mesmo da negra — claro que preferencialmente negra mina). Em cronistas como o Sr. Charles Expilly, está claramente assinalada a paixão por essa ressurrecta "moura encantada".

Todavia, essa é uma face da medalha, a em que se insculpe o drama das relações do francês com o índio. O entendimento claro dos franceses com os tamoios é simbólico dessa afinidade que não tem sido suspeitada na sua justa medida. A não ser, parece-nos, no caso de um Afonso Arinos de Melo Franco que elabora uma tese tendendo demonstrar a influência do índio brasileiro sobre a Revolução Francesa, ou mais especìficamente na gênese da teoria da bondade natural.

Por outro lado, temos que se o índio fascinava o francês, o francês não entendia de fascinar-se pelo brasileiro de raiz europeia com que por nossa terra ia travando o seu comércio. Aqui o processo aculturativo assumiu sentido contrário. O brasileiro branco ou brancoide é que se deslumbrara nos padrões de vida do francês, este mesmo francês que numa primeira fase entendia de virar índio. Não vamos retomar o velho lugar comum do deslumbramento nosso perante os modelos alienígenas, ou mais especificamente os franceses. Baste-nos assinalar como o livro de Macedo é importante à caracterização desse tipo de influência. Ele por assim dizer dá-nos uma história em grande parte francesa, não da cidade, mas de uma rua da cidade, a Rua do Ouvidor — que é

a Rua principal, a Rua por excelência — com todo o seu significado de retrato, confluência e símbolo.

De certo modo, na rua do Ouvidor, a cidade arriba para dela sair, ali é que a cidade vai padecer o seu banho lustral de civilização. Ali a cidade ia debruçar-se sobre a Europa. A cidade que cada vez mais iria europeizar-se.

A europeização começa com a independência. Dir-se-ia melhor com Dom João VI; dá seus sinais com a medida violentamente policial do Intendente Paula Viana, obrigando a população a retirar de suas fachadas as rótulas que as "afeavam" e que a autoridade considerava, evidentemente, bárbaras, "góticas", "turcas". Gilberto Freyre quer explicar a providência como sugerida pelo comércio inglês interessado na venda das vidraças... Mas deixa-nos hesitar quanto à validade dessa tese, uma passagem de José Mariano Filho, quando em livro seu, em que versa o assunto, fala sem maiores intuitos, em "vidraças francesas". Voltaremos ao assunto em nota aposta ao texto. De qualquer maneira não deixa de ser simbólico o facto de na hora da expatriação das rótulas e da abertura das casas com as suas mulheres para a rua e a vida, a França muito mais do que a Inglaterra estivesse presente sob a forma de vidraça.

Mas estamos com Macedo: o que interessa é a francesa. Uma delas — que nos dá a entender ser honesta — friza: "Comme les brésiliennes ne sortaient jamais seules dans les rues, à cette époque, on se rencontrait dans la ville, que de françaises ou des anglaises, que par ce seul fait de sortir seules, se voyaient exposées à beaucoup d'aventures; c'est une *Madame;* disaient en souriant les brésiliens, ce qui signifiait une française et nous sous-entendait une *petite dame;* car l'exportation de nos *petites dames* à l'étranger n'est pas une des parties les moins importantes de notre commerce." (Mme. Toussaint Samson

— *Une Parisienne au Brésil* — 2ª ed., Paul Ollendorf, 1883).

Vem a pelo uma referência do mito da prostituta em nossa terra. A *A Dama das Camélias* já se havia encarregado de reabilitá-la. Função análoga teve entre nós José de Alencar com sua *Lucíola*, que como realização, no conceito de Antonio Candido, superaria o drama de Dumas Filho. E numerosos outros poetas.

A prostituta é o polo oposto da mulher reclusa no gineceu patriarcal. Possuia acção ambivalente ou seja exercia a um tempo força de atracção e de repulsão, abismo do qual se sonhava fugir e meta à qual se pretendia alcançar. Dessa duplicidade de influências contradictórias derivara uma resultante cujo sentido de qualquer maneira seria a desalgemação, o caminho para a alforria. Atenuam-se as diferenças entre mulher e homem. Principalmente do ponto de vista dos direitos ao amor e à vida, que são afinal de contas todo o Direito. Procura-se anular o padrão de dupla moralidade imposta pelo homem e tirano. Vem da francesa o estímulo para a mulher sair para a rua. O primeiro incentivo para o trabalho e a consequente independência ou pelo menos atenuação de dependência — na mulher feita bordadeira, modista, pianista, professora.

O relativo malogro que coroou em nossos dias a representação de *A Dama das Camélias* deve-se, a par de numerosos outros motivos, à falta de repercussão que o seu motivo nodular vem encontrar em nossos dias. Completamente superado o tema da reabilitação da mulher perdida.

Do ponto de vista da acção da francesa no policiamento dos nossos hábitos, é importante o romance de Hilário Tácito, *Mme. Pommery*. Hilário Tácito é pseudônimo que oculta um Toledo Malta ilustre, e que, não obstante o relativo esquecimento do seu trabalho — obra

mista de romance, ensaio e crónica — é um dos melhores escritores que jamais possuiu essa terra de São Paulo. A francesa ensinou a envergar a casaca. Ensinou a tomar champanhe. Foi elemento precioso à nossa "desbotocudização", para usar do termo impressivo de Toledo Malta. Ensinou a conversar, coisa impossível a certa hora com as brasileiras mais ou menos analfabetas, que sabendo embora francês ignoravam a arte da palestra. Com a francesa a mulher brasileira aprendeu a ter gosto. A se maquilar. A se vestir. A comer com guardanapo, garfo e faca.

A francesa associava muitas vezes as condições de atriz às de meretriz. Vem de longe, e tradicionalmente fundada, a repulsa das nossas famílias à atividade teatral, tida na conta de desmoralizante. No Rio, o Alcazar, amaldiçoado por Macedo, foi simbólico deste sentido que o teatro, impregnado de vaudeville e sensualidade, ia assumindo a certa hora entre nós. E no teatro, as atrizes enlouquecedoras. A mais representativa delas, Aimé. Aimé no nome, mas também literalmente amada por toda a população masculina febricitante. A ponto de haver marido que despojasse a esposa de suas jóias para depô-las aos pés da cortesã. A ponto de as mulheres das famílias mais ilustres de Botafogo soltarem fogos, de puro regozijo, quando a francesa enriquecida e decadente voltava para o seu país. A ponto de num leilão de seus bens, à hora da partida, certo utensílio de uso mais intimamente fisiológico haver alcançado o lance de cem mil réis...

O processo da libertação da mulher brasileira é concomitante ao da urbanização. Nos apartados recessos rurais, a mulher continuará por mais tempo reclusa em haréns de ferro. Com a cidade vem a prostituição, e vem o telégrafo, a iluminação a gás, o telefone, e principalmente a novidade dos meios de locomoção: o barco a

vapor, o trem, o bonde, o automóvel, o avião... Henry Bataille, homem de um teatro hoje esquecido — vá o termo — superado, é autor de uma peça em que verdadeiramente o grande personagem é o automóvel, que aparece como o grande corruptor, a sua estrutura de metal negro, substituindo como presença e efeito os vários matizes de Don Juan que tradicionalmente vem nutrindo a imaginação de povo e de literatura. Em vez de uma criatura de carne e osso um meio mecânico de transporte simbolizava o conquistador. Esplende a era técnica.

O que impressiona Macedo é o bonde. Se a mulher no Brasil começou a reclamar direitos à vida, montando a cavalo, a sua conquista do direito de ser passageira de bonde tem um sentido até mais amplo que o de ser amazona. Pois que o passeio a cavalo em última análise é um passeio solitário, é uma reclusão montada, ao passo que o bonde já é a promiscuidade, por causa de atritos e solavancos o convívio intersexual é melhor propiciado no carro puxado a burro que em teatro ou igreja. E' a hora em que um tipo novo de personagem adquire sentido e relevo: o "bolina". E as modinhas do tempo celebraram-no.

Anda a gente pelos bondes
Sem poder nem se virar,
Porque grita certa moça:
— Este homem quer bolinar!

Anda a gente pensativa,
Sem poder acomodar-se
Esperando a toda hora
O instante de bolinar-se.

Uma vez ia num bonde
Dona Nica satisfeita,
Quando diz pra sua mãe:
Bolinam para a direita!

(*Serenatas e Saraus* — Melo Morais Filho, vol. III, Garnier, Rio, 1902.)

Essa importância do bonde foi entrevista por um cronista francês daqueles tempos, Gustave Aimard: "Quando um belo dia as mulheres cansadas ou antes, enciumadas por verem seus maridos, seus pais e os amigos empavonando-se nos bondes, realizaram um golpe de Estado pacífico invadindo esses pesados veículos, e assaltaram-nos à barba dos homens".

Macedo conta a história de formosa judia que trocou um cacho de seus cabelos por um colar de pérolas — e num tempo em que as não havia cultivadas e só as legítimas contavam. Esta já é a face israelita do problema e, um cronista do tempo, Ferreira da Rosa, mostra-nos o sentido em que, envolto com esse mistério de prostituição, atuava o caften judeu: Daniel Feitel, Joseph Mintrer, Colvam Hubler, Adolfo Vesiman, Pedro Auster, os nomes semíticos chegando a compor uma ladainha inquietante, de desvalimento e lama. (Cfr. Ferreira da Rosa — *O Lupanar* — Rio, 1896).

As *Memórias da Rua do Ouvidor* não são apenas isso. Aliás elas continuariam tendo um valor formidável na hipótese de serem apenas isso. Mas o quadro se desdobra por inúmeras perspectivas. Como se verá com o suceder das páginas e das notas apostas ao texto.

JAMIL ALMANSUR HADDAD

CAPITULO I

Como a actual *Rua do Ouvidor*, tão soberba e vaidosa que é, teve a sua origem em um *desvio*, chamando-se primitivamente *Desvio do Mar*, e começando então (de 1568 a 1572) do ponto em que fazia ângulo com a *Rua Direita*, neste tempo com uma só linha de casas e à beira do mar. Como em 1590, pouco mais ou menos, o *Desvio do Mar*, recebeu a denominação de *Rua de Aleixo Manuel*, sendo ignorada a origem dessa denominação; o autor destas *Memórias* recorre a uns velhos manuscritos que servem em casos de aperto, e acha neles a tradição de *Aleixo Manuel*, cirurgião de todos e barbeiro só de fidalgos; começa a referi-la, mas suspende-a no momento em que vai entrar em cena a heroína, que é mameluca, jovem e linda, e deixa os leitores a esperar por êles sete dias.

A Rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; até hoje, porém, ainda não referiu a quem quer que fosse a sua própria história.

Se tão elegante, vaidosa, tafulona e rica no século actual, porventura lhe apraz esquecer o passado, para não confessar a humildade de seu berço, pois que é do *Ouvidor*, cerre bem os *ouvidos*, porque tomei a peito escrever-lhe a história, mas com tanta verdade e rectidão que se lembrando-lhe seus tempos primitivos, ela tiver de amuar-se pelo ressentimento de sua soberba de fidalga nova, há-de sorrir depois a algumas saudosas e gratas re-

cordações que avivarei em seu espírito perdidamente absorvido pela garridice e pelo governo da moda.

As *Memórias da Rua do Ouvidor* têm, em falta de outras, um incontestável, grande e precioso merecimento, pois começa já e imediatamente, sendo os seus hipotéticos leitores poupados aos tormentos do *prólogo, proêmio, introdução,* ou coisa que o valha, em que, de costume, o autor, abismado em dilúvios de modéstia, abusa da paciência do próximo com a exibição de sua própria pessoa afixada no frontispício do monumento.

* * *

Salvo o respeito devido à sua actual condição de rica, bela e ufanosa dama, tomo com a minha autoridade de memorista-historiador, e exponho ao público a Rua do *Ouvidor* em seus cueirinhos de menina recém-nascida e pobre.

A actual rainha da moda, da elegância e do luxo nasceu...

E' indeclinável principiar por triste confissão de ignorância: não sei, não pude averiguar a data do nascimento da rua que desde 1780 se chama do *Ouvidor*, do que a ela disso não resulta prejuízo algum, e pelo contrário ganha muito em sua condição de *senhora*; porque isenta de aniversário natalício conhecido, não há quem ao certo lhe possa marcar a idade, questão delicadissima na vida do *belo sexo*. Que afortunada predestinação dessa *Rua do Ouvidor!*...

São menos felizes que ela as próprias senhoras nascidas no último dia de Fevereiro em ano bissexto, as quais têm o condão de aniversário natalício só de quatro em quatro anos...

Mas memorista-historiador que sou, não hesito em atraiçoar o segredo da idade aproximada da Rua do Ouvidor, que tão louçã, namoradeira e galante, conta com certeza mais de trezentos janeiros.

Sabem todos que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada por Mem de Sá em 1567, teve o seu assento sobre o monte de São Januário (depois chamado do *Castelo*) (1); mas, perdido o receio de ataques inopinados dos Tamoios, começaram logo os colonos a descer do monte e a estabelecer-se na planície.

Primeiramente levantaram à beira do mar casas e choupanas com uma só linha, formando, o que alguns anos mais tarde recebeu o nome de Rua da *Misericórdia;* em seguida foram adiantando suas rudes construções pela praia de *Nossa Senhora do Ó*, que a mudar de denominação se foi chamando *Lugar do Terreiro da Polé* (2), *Praça do Carmo, Terreiro do Paço, Largo do Paço*, e enfim *Praça D. Pedro II.*

Da praia de *Nossa Senhora do Ó* (onde logo depois de 1567 um devoto erguera pequena capela com essa santa invocação) as casas e palhoças continuaram a levantar-se mais ou menos separadas uma das outras e ainda à beira do mar, e também em uma só linha, que muito em breve formaram a primitiva rua *Direita* que é desde 1870 *Rua Primeiro de Março* (3).

Tudo isso foi obra de 1568 a 1572, e não admira, porque as primeiras casas eram de construção muito ligeira e evidentemente provisórias.

Mas em ano que correu entre o de 1568 e o de 1572 alguns colonos abriram a pouca distância do começo da rua que se denominou *Direita*, uma entrada em ângulo recto com ela, e cada qual foi improvisando grosseiro *ubi* para si e para sua família aos lados dessa aberta feita

sobre areias e por entre mesquinha vegetação denunciadora de antigo domínio do mar.

E, curiosa, interessante, notável, notabilíssima ideia ou inspiração daqueles colonos portugueses tão bisonhos e tão sem malícia!... como aquela *aberta* ainda não era rua, e eles precisavam designá-la por algum nome. chamaram-na *Desvio do Mar*. Desvio!...

Eis o berço da bonita, vaidosa e pimpona actual *Rua do Ouvidor!* Fica, pois, historiado que ela nasceu de um *desvio*, e desvio da rua *Direita*, ou do *caminho direito*, o que, a falar a verdade, não era de bom agouro.

Todavia foi ali aumentando logo o número dos tectos abrigadores; como, porém, se já estivesse prevendo e prelibando seus destinos futuros, o *Desvio do Mar* ostentou desde os seus primitivos anos suas duas séries de cabanas de aspecto rústico, mas agradável, e perfeitamente alinhadas e paralelas.

O *Desvio* teve por primeiros moradores gente pobre, no trabalho porém activa; peões que exerciam misteres, operários, e um cirurgião que era barbeiro dos nobres.

Mas no ano de 1590 e sem intervenção nem audiência da Câmara Municipal o *Desvio do Mar* por acordo geral dos colonos subiu ao grau honorífico de rua urbana com o nome de *Aleixo Manuel* (4).

Tal foi a primeira denominação que recebeu, deixando de chamar-se — Desvio — a rua, cujas Memórias escrevo, *Aleixo Manuel!* nome masculino, feio, ingrato, peão sem raiz de fidalguia, nem carta de nobreza.

Procurei nas crónicas do tempo, e nas obras de monsenhor Pizarro e de Baltazar da Silva Lisboa (5) algum *Aleixo Manuel*, que tivesse deixado nome na história; mas foi trabalho baldado, não encontrei entre os fidalgos da nascente colónia esse positivo e irrecusável *avô* da actual *Rua do Ouvidor;* não há, porém, meio de dissimular o

parentesco; porque em livros que escaparam ao incêndio do arquivo da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro em 1791 (6), se acha escrita e mencionada a tal denominação de *Rua de Aleixo Manuel.*

Ah! que nem por isso se arrepie ressentida, e que não maldiga do seu memorista a Exma. *Rua do Ouvidor.*

Até aqui o pouco que deixo relatado é sèriamente tradicional quanto ao *Desvio,* e em tudo mais positivamente histórico; quero, porém, em honra e glória da *Rua do Ouvidor* dar a todo transe, em falta de origem aristocrática impossível, origem romanesca a denominação de *Aleixo Manuel* que ela teve no outro tempo.

Para casos de aperto, como este o *memorista,* que se reserva direitos confessos de imaginação, deve ter sempre velhos manuscritos ricos de tradições que expliquem o que se ignora.

Não exijo dos meus leitores que tenham por incontestável a tradição que apanhei nos meus velhos manuscritos. Liberdade ampla de aceitá-la ou não.

Aleixo Manuel, colono português, era cirurgião e também barbeiro (7); mas barbeiro só de fidalgos: morava no Monte de São Januário perto do colégio dos padres jesuítas; como porém poucos doentes tivesse, e ainda menos fidalgos a barbear, lembrou-se um dia de procurar fortuna, explorando a guerra.

Neste ponto a minha tradição se aproveita de uma lúgubre página da história.

Como os índios *Tamoios,* irreconciliáveis e odientos inimigos dos Portugueses, hostilizassem a estes quase constantemente, atacando e destruindo seus estabelecimentos rurais na capitania de S. Vicente, e ainda mais na do Rio de Janeiro, o governador António Salema, resolvendo exterminar aquela tribo selvagem, fez partir contra ela duas colunas expedicionárias, uma de S. Vicente e outra

da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, para nesta capitania levarem a ferro e fogo o extermínio a essa tribo funesta e indomável.

Aleixo Manuel alistou-se voluntário na coluna expedicionária fluminense, que foi comandada por Cristóvão de Barros.

A história guarda a lembrança da justificada, mas horrorosa guerra: o incêndio devorou dezenas de aldeias de índios, e destes mais de dez mil foram mortos, mais de sete mil prisioneiros e reduzidos à escravidão, e os *Tamoios* que puderam escapar meteram-se pelas florestas, emigrando para muito longe, e para sempre (8).

Mas o que a história não diz, e a minha tradição informa, é que a tremenda expedição rendeu a *Aleixo Manuel* dois escravos *tamoios*, a que ele generoso e a custo salvara da medonha hecatombe de uma horda apanhada de surpresa em sua aldeia, nas proximidades de Cabo Frio.

Os dois escravos eram um índio quase sexagenário e uma índia, sua neta, de três anos de idade; — um homem já a envelhecer, e uma menina a criar; mas para conseguir salvá-los da morte, Aleixo Manuel os tomou à sua conta.

A menina evidentemente não era de raça pura *tupi*: era uma linda mameluca; a aldeia selvagem estabelecida perto de Cabo Frio ocupado por franceses, e as relações amigas e frequentes destes com os *tamoios* das vizinhanças, seus aliados, explicavam o cruzamento das duas raças naquela bonita e interessante criança.

De volta à cidade Aleixo Manuel não quis continuar a residir no Monte de S. Januário, e fazendo construir boa e espaçosa cabana no *Desvio do Mar*, nela se estabeleceu, como cirurgião e ainda barbeiro; mas barbeiro só de fidalgos.

Os dois escravos receberam o baptismo: o índio já meio velho chamou-se *Tomé*, e a menina ainda criança, *Inês*.

Deus abençoa sempre as boas acções e sobre todas as virtudes, a caridade.

Aleixo Manuel colheu em breve proveitoso e merecido prémio de seu nobre e generoso impulso de amor do próximo para com os dois infelizes. Tomé mandado por seu senhor a trazer-lhe do Monte do Desterro (depois de Santa Teresa) a famosa e óptima água da Carioca, internava-se na floresta, e nela recolhia ervas, folhas, cortiças e raízes de árvores, cujas virtudes medicinais por experiência, embora rude, conhecia, e as levava ao cirurgião, a quem indicava as moléstias em cujo tratamento elas aproveitavam.

Com esses novos recursos terapêuticos Aleixo Manuel começou, graças ao nobre escravo, a distinguir-se por admiradas vitórias médicas, ganhou fama; teve clínica extensa e rendosa, reconstruiu sua cabana que se tornou casa muito regular e de bonito aspecto exterior, bem que de um só pavimento e adicionou-lhe a um lado uma cerca ou gradil de varas, fechando pela frente pequeno jardim e canteiros de legumes, seguindo-se para o fundo o quintal.

E com todo esse luxo o cirurgião não teve ânimo de privar-se da glória de barbear fidalgos.

No entanto Inês ia crescendo a traquinar pela casa e pelo jardim e o *senhor* de dia em dia cada vez se deixava enfeitiçar mais pela *escrava*.

Mas Aleixo Manuel já era notabilidade, cirurgião famoso, o mais considerado dos moradores do *Desvio do Mar*, e não havia quem pensasse em dar ao *Desvio* a denominação de Rua de *Aleixo Manuel*.

Ao correr do ano de 1590 o cirurgião principiou a observar certa mudança de costumes em alguns fidalgos,

que em vez de mandá-lo chamar a suas casas, como dantes, vinham barbear-se na dele.

Nos primeiros dias ufanou-se muito daquela alteração de costumes, atribuindo-a à honraria e consideração pessoal que lhe queriam prestar pelo crédito e pela estima que gozava.

Depois notou que os fidalgos que para barbear-se vinham à sua casa eram Gil Eanes, Lopo de Melo e mais quatro ou cinco, todos de nobres famílias mas também todos célebres na cidade por vida licenciosa e pervertida.

Tendo notado isso, desconfiou logo de fregueses tais, pôs-se de observação dissimulada e cuidadosa, e bem depressa certificou-se de que os seus fidalgos, quando chegavam para barbear-se, metiam os olhos pela porta do interior da casa, e que afora essa curiosidade impertinente, faziam *ronda* diária e suspeita pelo *Desvio do Mar*.

Aleixo Manuel não levou muito tempo a procurar a explicação do fenómeno; mas caiu das nuvens, lembrando-se de Inês.

A mameluca fulgurava então entre os 17 e os 18 anos de idade, e com seus belos olhos negros, sua boca lindíssima, seu rosto encantador, e seu corpo de contornos admiráveis, maravilhava pela formosura. Era uma arrebatadora morena esperta, faceira, e — sem o pensar, voluptuosa.

Aleixo Manuel caiu das nuvens, porque só então reflectiu no que já sabia, só então reconheceu muito séria e gravemente que a *menina* sua escrava já era *mulher*.

Ele adorava Inês com enlevos e cultos de amor inocente e santo; até esse dia, porém, de queda do alto das nuvens ou se iludia nos segredos ainda não manifestos da natureza da sua afeição, ou deveras só amava Inês com o ardor e a pureza de pai estremecido.

Os fidalgos libertinos lhe alvoroçaram o ânimo: sabia que seus escândalos e atentados ficavam sempre impunes, quando as vítimas eram gente do povo.

Gil Eanes, Lopo de Melo e os outros que o procuravam para barbear-se que intenções trariam?... Nenhum por certo pensava em casar com uma moça que, além de filha de índia, era escrava; que queriam, então, fazer dela?...

Nessa aflitiva e revoltante conjuntura, Aleixo Manuel apenas escapou de ter sido o primeiro republicano da *Rua do Ouvidor*, e aí o mais antigo patriarca das ideias do meu bom amigo o Sr. Octaviano Hudson (*).

Mas que havia de fazer Aleixo Manuel?... era impossível, ou seria loucura meter-se em briga com fidalgos.

Fidalgos! a classe humana super-humanizada, privilegiada e purificada, a classe do seu culto e da sua paixão!... quem diria que o seu maior tormento lhe viria de fidalgos?

Aleixo Manuel velou uma noite inteira a meditar, e a imaginar; mas na manhã seguinte achou-se se não tranquilo, ao menos, porém, esperançoso do bom resultado do plano que forjara.

Nesse plano a primeira e essencial condição era em casa a defesa e a segurança de Inês, quando ele estivesse ausente.

O cirurgião não procurou auxílio fora da família: tinha sob seu tecto cão fiel, velho; mas robusto e forte; um índio, o avô de Inês.

Pôs de sobreaviso, mas em segredo absolutamente recomendado o já octogenário Tomé, que se endireitou garboso, como o jacatirão, e murmurou surda e ameaçadoramente:

— Deixa eles!

Além das instruções que deu ao velho índio, o que mais fez Alcixo Manuel, ele lá o soube e nós provàvelmente o iremos sabendo; continuou, porém, respeitoso e humilde a receber em casa os tais fidalgos, e a barbeá-los, como dantes, salva a idéia sinistra e repulsada, que às vezes lhe vinha, de experimentar o corte da navalha nas gargantas dos privilegiados sedutores de donzelas pobres.

Entretanto, o cirurgião muitas vezes ficava cismando, e a lembrar-se e relembrar-se de que não era nem pai, nem tio, nem irmão, nem primo de Inês, e que por consequência não havia impedimentos...

E' verdade que ele tinha cinquenta anos e a menina dezesseis; mas por isso mesmo! (10) velho que se apaixona por menina, perde logo com o coração a medida do tempo, principalmente futuro, para ela a florescer, e para ele a murchar.

Inês estava percebendo mil coisas; mas era uma *inocentinha* que não via coisa alguma; divertia-se muito assim; mimo e princesa da casa, a linda escrava era, desde pequenina, *a senhora de seu senhor*.

Uma tarde Inês...

Evidentemente é este o momento, em que a linda mameluca entra, manifesta-se em cena, e pois que a minha tradição da Rua de *Alcixo Manuel* não pode caber toda neste folhetim, eu seria o mais inexperiente e insensato dos folhetinistas, se não interrompesse a narração, deixando os meus leitores curiosos de contemplar a bela e voluptuosa Inês em sua primeira hora de travessa, viva e um pouco maliciosa revelação.

Esperar é o tormento do desejo; mas vale a pena esperar sete dias pela contemplação de uma jovem formosa.

NOTAS AO CAPITULO I

(1) E' controvertido o ponto exato da fundação do Rio de Janeiro. Morales de Los Rios sintetiza as varias hipoteses:

"Resumindo as opiniões manifestadas pelos diversos historiadores e cronistas, dois são os lugares apontados como sendo, um deles, aquele que foi preferido pelo Capitão-Mor Estacio de Sá para o estabelecimento de um "Arraial", quando ele aqui desembarcou em 1565, a saber: 1º, as redondezas da *Praia Vermelha;* 2º, a peninsula atual que se extende desde essa praia até o extremo Norte do Morro de S. João, tendo ao meio, como balisa natural, o Pão de Assucar.

Entre os lugares indicados de acordo com a primeira dessas suposições salientam-se os seguintes:

1º, a Praia Vermelha, fora da Barra e na entrada desta;

2º, a Praia da Saudade, na entrada da Barra e já dentro desta;

3º, o local atual do Hospicio Nacional de Alienados;

4º, o morro de Pasmado ou do Susano.

Por sua vez, os lugares que corresponderiam à segunda daquelas hipoteses seriam:

1º, a Praia de Fora que liga o penedo do Pão de Assucar ao morro de São João, antigo da Cara de Cão, na entrada da Barra e fora desta, como o nome indica;

2º, a Praia de São João, ligando a Urca ao Morro de S. João, na entrada da barra e dentro desta;

3º, a Praia dos Remeiros, pequena enseada existente entre as estribações graniticas e alguns espigões do Pão de Assucar e do Morro da Urca;

4º, o Morro de S. João" (*Subsidios para a Historia do Rio de Janeiro* — Livraria J. Leite — Pag. 1165).

E depois de discussão minuciosa das varias hipoteses opta pela ultima.

Vieira Fazenda entende que o sitio primitivo da cidade teria sido o istmo da peninsula de S. João, a varzea que fica entre o morro Cara de Cão e os penedos do Pão de Açucar e Urca. (In Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro — Vol. 80 — pags. 532 ss.).

Diz por sua vez Antonio de Matos:

"No dia 1º de março de 1565 estabeleceu-se o Capitão-mor à entrada da baia no sitio limitado da parte do mar pelos dois morros Cara de Cão e Pão de Assucar, e pela parte de baia pelo mesmo Cara de Cão e outro morro que vai até junto ao Pão de Assucar. E o espigão da Urca. Ai armaram os soldados as tendas e construiram casas de palhas". Diz ele ainda que Estacio de Sá — "lociem pro castris delegiesse ante ipsum Januarii sinus ostium quam ex parte littoris maritimi duae ingentes claudunt rupes (una *Cassis Vultus* altera *Sachareus Passis* appellatur); ex parte vero alterius littoris sinuosi sci licet eodem, *Cassis Vultu* et altera rupe usque ad Sachareum Panem decurrente, clauditur. Eo in loco ad planum tenduris ceu mapalia, ciccato foena tecta, disposuere milites: et ex parte littorum sudilius in defixis munierunt; nam caetera natura murivit" (De Prima Institutione, f. 16).

Se este texto fosse conhecido antes poupar-se-iam algumas canseiras tanto a Vieira Fazenda na determinação deste local como a Morales de Los Rios. Aliás o *Roteiro de Todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas que há na Costa do Brasil,* — codice quinhentista da Biblioteca da Ajuda publicado na Histo. da Col. Port. Vol. III. p. 230-231 indica a *cidade velha* entre o pão de Assucar e o Cara de Cão (Morro de São João), o qual, colocado no extremo da peninsula vai do mar à baixa, como precisamente aponta o P. Antonio de Matos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro e conhecedor de vida dos locais que descreve" (In Alrosa — Plinio — *Termos Tupis no Portugues do Brasil* — E. G. Revista dos Tribunais — S. Paulo — 1937 — Pag. 125-216).

A designação Cara de Cão deve-se a Gabriel Soares de Souza. (*Noticia do Brasil* — 1º tomo. Livraria Martins, s.d. Pag. 186).

(2) Em outras edições de Macedo "Ferreiro da Polé" por evidente erro de revisão.

(3) Em honra da data do termino da Guerra do Paraguai.

(4) "Os primeiros moradores da cidade abriram, em fins do século XVI, um caminho através do mato rasteiro, a que conheciam por "Desvio do Mar", pouco depois denominado Aleixo Manuel, em honra do juiz ordinario de 1588 e vereador do conselho em 1592" (Noronha Santos — In Santos (Luiz Gonçalves dos) *Memorias Para Servir à Historia do Reino do Brasil* — Livraria Editora Zélio Valverde — Rio — 1943 — 1º vol. Pag. 122).

Vieira Fazenda dá alguns dados em torno dessa figura: "Foi este personagem homem nobre e descendente de gente capaz da Ilha Terceira. Foi vereador e teve boa descendencia, na qual apontarei Aleixo (O Moço) e o Padre Pedro Homem Albernaz. Foi este, no Rio, administrador eclesiastico, serviu na Misericordia, com cujos confrades depois brigou e fez guerra à Santa Casa.

Que a rua do Ouvidor fôsse aberta no último quartel do século decimo sexto não pode haver a menor dúvida. Aleixo, homem de recursos, fundou, antes de 1590, no morro de São Bento a capela da Conceição" (*Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro* — 5º vol. Pag. 622).

Aleixo Manuel está ligado à historia das primeiras construções beneditinas no Rio de Janeiro: "Em 1582, Aleixo Manuel, militar e parente de Manuel de Brito Lacerda, construiu uma capela de maiores proporções em honra de Nossa Senhora da Conceição, para cuja fabrica, muito generosamente, concorreu com meia légua de terras à margem do rio Saracuruna, e com patrimonio de algumas cabeças de vaca. Ao doar Manuel de Brito sua sesmaria aos monges de São Bento, provavelmente em 1586, Aleixo Manuel e sua mulher, Dª Francisca da Costa, com liberalidade, fizeram também doação da capela e do patrimonio da Senhora da Conceição, *só pelo gosto de ver nas suas terras edificado hum Mosteiro do grande Patriarcha São Bento*" (Nigra — Dom Clemente Maria da Silva — *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* — Tipografia Beneditina — Salvador — 1950 — Pag. 13).

(5) E' numerosa a bibliografia sobre o Rio de Janeiro. Aos livros que Macedo poderia ter consultado, é possivel acrescentar: Moreira de Azevedo (*O Rio de Janeiro, sua Historia, Monumentos, Homens Notaveis, Usos e Curiosidades*); Felisbelo Freire (*Historia da Cidade do Rio de Janeiro*); Alexandre Max Kitzinger (*Resenha Historica da Cidade do Rio de Janei-*

ro); Mario de Vieira Cabral (*Corografia do Distrito Federal*); Otelo de Souza Reis (*Corografia do Distrito Federal*); Noronha Santos (*Corografia do Distrito Federal, Meios de Transportes no Rio de Janeiro* e notas ao Livro do Padre Perereca); Nelson Costa (*Historia da Cidade do Rio de Janeiro*); Max Fleiuss (*Historia da Cidade do Rio de Janeiro*); Vieira Fazenda (*Antiqualhas e Memorias do Rio de Janeiro*); os trabalhos de Afonso de Taunay (*No Rio de Janeiro dos Vice-Reis — Rio de Janeiro de Antanho — Rio de Janeiro de D. Pedro I*); Luis Edmundo (*Rio de Janeiro de meu tempo — O Rio do Tempo dos Vice-Reis*); Gastão Cruls (*Aparencia do Rio de Janeiro*); util a literatura de ficção: o teatro de Martins Pena, França Junior, Artur de Azevedo. Cronistas como João do Rio, Bilac, França Junior; os romancistas Machado, Alencar, Macedo. (Cfr. Macedo (Roberto) — O Distrito Federal e sua Historia in *Aspetos do Distrito Federal* — Sauer — Rio — 1943).

(6) Em rigor 1790 — Vieira Fazenda fala nos "livros do Senado da Camara destruidos em grande parte pelo incendio que em 20 de janeiro de 1790, sendo vice-rei o Conde de Rezende, reduziu a cinzas a casa onde funcionava a Camara, nos sobrados por cima do chamado *Arco do Teles*.

Ainda hoje para o historico e para varias questões da nossa Municipalidade perduram os incalculaveis prejuizos causados por essa tremenda catastrofe". (*Obra citada* — vol. 3º. Pag. 43).

(7) Continuou pelo século XIX a dentro essa multiplicidade de funções do barbeiro. Eles continuavam cortando o cabelo e raspando a barba, arrancando dentes e aplicando sanguessugas. E eram ainda musicos. À porta de seus estabelecimentos ostentavam-se instrumentos musicais. (Cfr. Roy — J. E. — *L'Empire du Brésil* — Ad. Manne et Cie. — Tours — 1858).

Vê-se em Debret: "No Rio de Janeiro como em Lisboa as lojas de barbeiros, copiadas das espanholas, apresentam naturalmente o mesmo arranjo interior e o mesmo aspecto exterior com a unica diferença de que o oficial de barbeiro no Brasil é quase sempre negro ou pelo menos mulato. Esse contraste chocante para o europeu não impede ao habitante do Rio de entrar com confiança numa dessas lojas, certo de aí encontrar numa mesma pessoa, um barbeiro hábil, um cabeleci-

reiro eximio, um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas. Dono de mil talentos, ele tanto é capaz de consertar a malha escapada de uma meia de seda, como de executar, no violão ou clarineta, valsas e contradanças francesas, em verdade, arranjadas a seu jeito. Saindo do baile e colocando-se a serviço de alguma irmandade religiosa na epoca de uma festa, vemo-lo sentado, com cinco ou seis camaradas, num banco colocado fora da porta da igreja, executar o mesmo repertorio, mas desta feita para estimular a fé dos fieis que são esperados no templo onde se acha preparada uma orquestra mais adequada ao culto divino". (Debret (Jean Baptiste) — *Viagem Pitoresca e Historica ao Brasil* — Trad. de Sergio Milliet — Livraria Martins Editora — São Paulo — 2ª edição — Pag. 151).

(8) Capistrano de Abreu — baseado em carta do Pe. Luis da Fonseca — é quem dá o melhor relato da expedição tenebrosa:

"...Chegando ao Rio de Janeiro, Salema encontrou os tamoios ensoberbecidos e ousados, a ponto de atacarem os portugueses na própria baia de Guanabara. Resolveu, pois, dar remédio à situação desesperada, e combate-los em Cabo Frio, onde era maior a sua influencia, e continuavam as relações com os franceses. Reuniu a gente do Rio de Janeiro e convidou alguma do Espirito Santo. De São Vicente veio o capitão Jeronimo Leitão com muitos portugueses e indios cristãos. As forças reunidas, segundo dois contemporâneos, constavam de 400 portugueses e 700 indios. Entre os primeiros achavam-se Cristovão de Barros, que depois governando interinamente o Brasil, lhe prestou tantos serviços; Antonio de Mariz, que tanto se distinguiu na campanha, e que conhecem todos os que leram "O Guarani" de José de Alencar. Com essa gente, partiu Salema, no dia 27 de agosto de 1575, para Cabo Frio. Em breve chegaram a uma aldeia onde os tamoios tinham se fortificado, em campo cercado de triplo fosso, e de trincheiras feitas com tal arte que pareciam inexpugnaveis. Estavam entre eles dois franceses e um ingles, homens engenhosos e de grande experiencia na disciplina militar, os quais haviam dirigido as obras de defesa. "De dia em dia, escreve o padre Luis da Fonseca, eram-lhe mandados soldados das aldeias vizinhas; de sorte que já possuiam mais de 1.000 archeiros dos mais valentes que era possivel achar, sem levar em conta os outros soldados distintos.

"Começaram em breve ataques e sortidas, que não tiveram outro resultado alem de mortes de parte a parte. Então Salema resolveu não dar mais rebates, mas apertar o cerco, impedir a entrada de viveres e rende-los pela fome. O seu plano provou bem: não tardou que faltasse agua aos sitiados, que no seu desespero começaram a falar em render-se. Demoveu-os desse passo um feiticeiro muito respeitado entre eles, que lhes prometeu água em abundancia. E de fato, escreve ainda o Padre Luis da Fonseca, atirando ao ar ossos do porco, e usando não sei que outras superstições diabólicas e esconjuros mágicos, sucedeu (ou porque então era lua cheia, ou porque Deus assim o permitiu) que começou a chover muito. Os tamoios apanharam a agua, e dispuseram-se à resistencia por muito tempo; mas a agua corrompeu-se, e a sua situação ficou tão critica como antes. Assim, tomaram uma resolução heroica: fazer uma sortida em massa, forçar os sitiantes e retirarem-se com o favor da noite. Reinou então no acampamento inimigo um silencio que inquietou Salema. Veio-lhe logo à ideia que se tramava qualquer cilada, e, para prevenl-la, tratou de aprisionar alguns dos inimigos para informar-se. Nada conseguiu. Um jesuita, o padre Baltasar Alvares, ofereceu-se para ir a descobrir. O padre Baltasar Alvares viera, com outro membro da Companhia, acompanhando Salema. Tinha prestado os melhores serviços, celebrando missa todos os dias, cantando ladainha, confessando, dando comunhão, levantando cruzes pelo caminho, animando de todos os modos os selvagens. O seu oferecimento foi aceito; e no dia de São Mateus — 21 de setembro — encaminhou-se para o campo inimigo, tendo antes obtido que não se faria mal a quem viesse lhe falar. Chegando à trincheira, Baltasar Alvares gritou, em lingua brasilica, aos sitiados que um padre da Companhia de Jesus queria falar com o capitão. Este, que se chamava Japuguaçu, apareceu e convencionou com o padre ir ao outro dia conferenciar com Salema. De fato veio, vestido com toda a pompa, e tendo uma presença veneravel, diz um contemporaneo, e teve uma entrevista com Salema.

"Este, antes de tudo, exigiu que lhe fossem entregues os dois franceses e o ingles, e sendo satisfeito, condenou-os à forca. Os tres estrangeiros, segundo expressão do padre Fonseca, tiveram uma das mortes mais belas que era possivel, isto é, confessaram-se, comungaram, deram as maiores provas de arrependimento, e foram direitinho para o céu. Exigiu ainda Salema que fosse demolida parte da fortaleza tamoia. Japu-

guaçu fe-lo imediatamente, plantando uma cruz para que os portugueses, entrando, não fizessem mal a ninguem. "Por sua vez, Japuguaçu pediu ao governador que lhe fosse permitido habitar aí com todos os seus, prometendo sempre ser fiel vassalo dos portugueses. Salema não acedeu; primeiro exigiu que lhe fossem entregues todos os que tinham vindo socorre-lo, e destes entre os quais havia 500 bravos besteiros, uns foram mortos, outros feitos escravos dos fidalgos. Quanto aos habitantes da aldeia, foram destruidos pelos soldados. Isso succedeu a 26 de setembro. Logo que souberam que sorte os aguardava, os habitantes de Cabo Frio abandonaram suas aldeias e fugiram para o interior; mas Salema, acussando-os, matou mais de 2.000 e fez 4.000 prisioneiros. Destes, os que se quiseram fazer cristãos, foram, segundo Frei Vicente do Salvador (*Historia do Brasil*, ed. 1918, pag. 227), congregados nas aldeias de São Lourenço e São Barnabé.

"Tal é a historia triste e até hoje pouco conhecida.

"Para mostrar os efeitos desta luta, vejamos o que diz Luis da Fonseca: "A mãe era separada do filho, o marido da mulher. Um era levado para São Vicente e outro para o Espirito Santo. Não havia coração de bronze que não se enternecesse, ouvindo as queixas e lamentos deste pobre povo!" (In Varnhagen (Francisco Adolfo de) — *Historia Geral do Brasil* — 1º vol. — Melhoramentos — São Paulo — Pags. 443-44).

A versão de Domingos José Gonçalves Magalhães:

Trava-se horrenda, e se encarniça a luta;
Roncam bombardas, arcabuzes troam;
Balas e frechas pelos ares zunem.
Ninguem cede em valor ao seu contrário,
E, no ardor de matar, ninguem se guarda.
Já nos fossos espuma o sangue em lagos,
Em que rolam cadáv'res mutilados,
E sobre eles os vivos às trincheiras,
Ledes sanhudos, rábidos se arrojam:
— Victoria! — brada Estácio; e o furor cresce
De um lado e de outro ao grito de — victoria!
Inutil resistencia!... O luso ferro
Ceifando tudo vai... Indios, Franceses,
E os seus chefes na atroz carnificina
Mortos todos em montes caem por terra!

Tambem ali da vida despediu-se
O ilustre Capitão Gaspar Barbosa,
E outros muitos varões, e gente ignota,
De grandes feitos instrumento inglorio.
A Parnapicuí, os vencedores
Dali vão gloriosos e açodados.
Lá os espera Aimbire. Ei-lo! Seus olhos
Parecem fuzilar vendo o inimigo.
Entre todos o heroi altivo assoma,
Minaz, sublime, qual do céu baixara
Nume severo que terror infunde!
Ao erebro trovejar da artilharia
Sua alma irada como o mar se esprnia.
Não repousa seu braço; a morte o impele,
E em cada frecha ervada um raio vibra.
Em torno dele em vão seus companheiros
Feridos caem bramando, ou mortos rolam
Salpicando-o de sangue: ele os conculca,
E a toda parte voa! Em vão lhe zunem
Os pelouros em torno: ele os afronta!
Das trincheiras pedaços arrancados,
Curros lhe passam sobre a hisurta fronte:
E ele nem olha! Cada vez mais fero,
Sobre combros de mortos e ruinas,
Desafiar parece a terra e o inferno,
Que ante ele em fumo, em fogo se desfazem.
Abobadas de fumo, em que lampejam
Mil vermelhos fuzis, o azul encobrem
Do céu de Niteroi. E' noite horrenda,
Mecônho meteoro onde combatem
Demonios infernais!... Aimbire! Aimbire!
Vê quão poucos dos teus já te defendem!
Em vão lutas, oh Indio! O sol que desce,
Oculto nos olhos teus por tanto fumo,
Há de ver amanhã a cruz alçada
Nas praias do Janeiro, e dela em torno,
A voz de Mem de Sá vitorioso,
Erguer-se uma cidade, a quem destina
Grande futuro o céu! .....

(Magalhães (Domingos José Gonçalves de) — In *Grandes Poetas Romanticos do Brasil* — Edições LEP — Pag. 190).

(9) Otaviano Hudson era não só republicano como socialista. Prefaciando-lhe "Peregrinas" Varela revela, deveras, nele um dos primeiros socialistas do Brasil: "Otaviano Hudson, o homem do povo, o poeta dos operarios, aprendeu aos dezoito anos de idade a arte tipografica... Exaltado embora em suas idéias politicas, franco ao excesso, descuidadoso a ponto de entregar o último óbulo ao primeiro mendigo que encontrar... o seu livro é oferecido à classe acadêmica e à Liga Operária". (*Peregrinas* — Tipografia da Gazeta Jurídica — Rio — 1874 — Pag. II).

(10) Essa diferença de idades de cônjuges era comum no tempo da ação da narrativa e nos tempos de Macedo também. Chegaram a ser observados casos de casamentos de velhos de 60 anos com meninas de 12.

CAPÍTULO II

Continuação e fim da tradição achada nos velhos manuscritos. Como Inês, a mameluca, depois de pentear e despentear a cabeleira do seu senhor de direito e seu escravo de facto, e depois de rir e de zombar muito dele, vê e ouve, fingindo não ver nem ouvir os pervertidos fidalgos que a namoravam, fica cismando, deixa de cismar, apura-se em faceirice, e Aleixo Manuel põe-se de cabeleira nova. Consequências do apuro da faceirice, da cabeleira nova e das denúncias confidenciais de João de Pina e da mãe Sebastiana. Casamento e ceia com dois convidados em desapontamento e contra vontade à mesa, e outras coisas que saberá, quem ler este capítulo, *etcetera, etcetera*. Fim da tradição da romanesca origem da denominação de Rua de *Aleixo Manuel* que em 1590 recebeu a actual de *Rua do Ouvidor*.

Era uma tarde...

Convém não esquecer os costumes do tempo.

No século décimo sexto e ainda até quase o fim do décimo oitavo, os antigos colonos portugueses não tinham no Brasil *café* para tomá-lo com a aurora (1); mas almoçavam com o sol às seis ou sete horas da manhã, e jantavam com ele em pino ao meio-dia, salvo o direito de merendar (hoje se diz *fazer lunch*), às dez horas da manhã.

Actualmente a sociedade *civilizada* almoça à hora em que os velhos portugueses jantavam, e jantam de luzes à mesa à hora em que se levantavam da ceia aqueles nossos avós (2).

História de progresso e de civilização, que levam e estendem o sol de seus dias até depois da meia-noite com a iluminação a gás (3), e, ainda preguiçosos, saúdam o rompimento de suas auroras às 9 horas da manhã, quando abrem as cortinas dos seus macios leitos, e tomam, ainda bocejantes, o seu café *madrugador*.

Portanto, a *tarde* tem hoje horas novas, que se confundem com a noite, e eu começava este capítulo, indicando a *tarde* de outro tempo, que actualmente é a hora em que almoçam a começar o dia o progresso e a civilização.

Estamos entendidos.

Era uma tarde (em 1590), uma hora depois do meio-dia, meia hora depois de suculento jantar. Aleixo Manuel sentado em grande cadeira *de encosto* desejava, empenhava-se debalde em dormir sua sesta eminentemente portuguesa; mas com a cabeça levemente inclinada, com os olhos meio cerrados queria, e não conseguia adormecer excitado pela lembrança dos fidalgos libertinos, e pelos cuidados ansiosos do objecto do seu amor já um pouco anacrónico; em erupções porém irresistíveis, embora ainda contidas pelos vexames do anacronismo sentimental.

E quando mais de olhos cerrados, e mais de alma em vigília activa estava Aleixo Manuel, Inês, a linda mameluca, sua escrava de direito, e sua soberana de facto. Inês que sabia bem o que de facto era, entrou na sala pé por pé, bem de manso, e parando atrás da cadeira do velho em suposta sesta, travessa a brincar, e certa da impunidade do abuso traquinas, começou a pentear e a despentear, a arranjar e a desarranjar com seus dedos mimosos a cabeleira e o rabicho da cabeleira do seu senhor (4).

Aleixo Manuel sentia, gozava o contacto das mãos ou de asas de anjo a traquinar suave e deliciosamente em

sua cabeleira feliz, e após alguns minutos quase animado por aqueles afagos de mãos de cetim, quase esquecido de que quinquagenário bem pudera ter sido avô da mameluca, menina de dezessete para dezoito anos, sem mover a cabeça que conservara meio curva, e abandonada às travessuras dos dedos da bela mameluca, perguntou com voz comovida, e um pouco hesitante por aquele vexame, que a consciência do desmerecimento, e que poderia chamar-se o pudor da velhice:

— Inês, se eu te desse liberdade, tu me deixarias?...

A mameluca puxou pelo rabicho da cabeleira do senhor seu escravo, como súbitamente impulsada pela impressão de ideia insólita, e súbita:

— A liberdade?... que história é essa?... de que liberdade é que eu preciso?...

— Tu és minha escrava, Inês.

— Pois não sou!... disse a mameluca, rindo, e dando com os dedinhos leve piparote no nariz do velho.

Aleixo Manuel riu-se também daquele sinal de reconhecimento da escrava, e logo depois tornou, dizendo:

— Falemos sèriamente; é necessário.

Inês, curiosa, respondeu:

— Vamos!... sèriamente...

— Dize a verdade: tens visto a rondar-nos a casa... certos fidalgotes vadios e insolentes...

— Tenho, tenho; às vezes, quanto estou no jardim, vejo-os...

— E eles?... vêem o teu rosto... as formas de teu corpo?...

— E' possível... provável... quase certo...

— Ah!... tu te mostras a eles, Inês?...

— Eu?... que aleive me levanta!... que pecados me quer pôr em cima do coração inocente!... está virado em rabujento padre confessor!...

— Mas então como é que os perversos te vêem o rosto, e...

— Ah!... é o vento...

— À que vem aqui o vento?...

— Vem como o único pecador; o vento às vezes levanta o véu que esconde o rosto, e desarranja a mantilha (5), que esconde as formas do corpo.

— Inês, tu te confessas vaidosa; o vento é a tua vaidade.

A mameluca puxou pelos cabelos do senhor e disse-lhe:

— Que velho impertinente!... suponhamos que assim seja: então a gente há-de ser bonita e viver e morrer sem amigo vento que levantando-lhe o véu e desarranjando-lhe a mantilha dê testemunho da sua boniteza?...

— Ah! portanto gostas de algum daqueles fidalgos libertinos, sedutores malvados...

— Não, não! eu gosto sòmente de que eles e todos me achem bonita.

— Inês!

— Tal e qual; não nego, nem dissimulo.

— E eu?... eu te acho bonita, Inês?

— Sim! sim! e muito! e a escrava beijou docemente a fronte de seu senhor.

Aleixo Manuel estremeceu todo, e disse:

— Inês! tu és filha de índia, e minha escrava: aqueles fidalgos desmoralizados, embora elegantes mancebos

e fingidos namorados, só pensam em seduzir-te, e lançar-te depois no desprezo da ignominia...

— Também eu desconfio disso...

— Ah! pois bem: Inês, tu precisas de protector legítimo...

— E não o tenho já?

— Falta-lhe condição essencial!

— Qual é?... eu ainda não senti a falta.

— Inês, queres passar e subir de minha escrava à minha legítima esposa?...

A dominante e leviana mameluca desatou a rir.

— De que te ris, doida?

— De três doidices na sua proposta: primeira, a escrava que é senhora passar a senhora escrava; — segunda, uma menina casar com um velho; — terceira, filha da segunda, por ser menina casada com velho usar dois véus em lugar de um e de duas mantilhas em vez de uma.

— E se a escrava que é a senhora se tornasse ainda mais soberana, sendo esposa?...

— Não é muito seguro.

— E se o velho esposo fosse a protecção salvadora e o amor mais extremoso?...

— Isso eu creio.

— E se perfeitamente confiado na virtude da esposa o velho esposo só lhe impusesse véu e mantilha quando ela saísse à rua?...

— Oh! duvido!...

Aleixo Manuel pôs-se em pé, voltou-se para a mameluca, e, vendo-lhe nos lábios zombeteiro riso, disse-lhe triste:

— Apesar do meu amor e da minha protecção tu és filha de índia e escrava: pensa!

E, tendo ajustado a cabeleira, saiu.

Inês foi passear ao jardim.

Gil Eanes e logo depois Lopo de Melo, que eram os mais assíduos, passaram e tornaram a passar por junto da cerca do jardim, olharam e sorriram para Inês, que não os olhou nem lhes sorriu.

Gil Eanes, demorando os passos, disse-lhe:

— Linda tamoia, se queres ser minha catecúmena, eu te ensinarei a cultivar as flores em lições de amor (a): queres?...

Lopo de Melo passou pouco depois e disse-lhe:

— Bela selvagem, resolve-te a fugir comigo para as florestas, que eu juro tornar-me selvagem também.

A mameluca fingiu não os ter ouvido, como fingira não tê-los visto.

Era a primeira vez que eles lhe falavam.

Inês sentiu o desprezo da sua condição no modo por que lhe falaram os dois fidalgos que a namoravam.

E lembrou-se que Aleixo Manuel tinha acabado de dizer-lhe: — *pensa.*

E sem o pensar Inês *pensou.*

Nos seguintes dias quem mais *cismava* não era Aleixo Manuel, era Inês.

Quase logo famílias da amizade do cirurgião principiaram a visitá-lo a miúde, vindo cear com ele, e enquanto os homens conversavam com Aleixo Manuel, as senhoras, em círculo separado, tinham sempre a contar casos escandalosos de sedução e de raptos de meninas pobres, vítimas de Gil Eanes, de Lopo de Melo e de seus companheiros de libertinagem.

Inês escutava essas histórias sinistras, fingindo-se indiferente a elas, se bem que às vezes dissimulada sorrisse, adivinhando a encomenda, não menos se sentia impressionada.

Gil Eanes e Lopo de Melo fizeram mais e melhor do que as comadres de Aleixo Manuel.

Gil Eanes mandou propor a Inês que em noite aprazada fugisse da casa do cirurgião para doce retiro, onde ele lhe assegurava além do seu amor, felicidade e riqueza. Lopo de Melo mandou oferecer-lhe a liberdade por dinheiro, prestando-se ela a ficar para sempre sob sua amorosa protecção.

Inês repeliu as proposições; mas desde que lhas trouxeram, deixou de cismar, voltou ao seu natural carácter alegre e travesso, e ainda mais faceira se mostrou.

E por isso ou por alguma outra razão Aleixo Manuel pôs-se de cabeleira nova.

Entretanto ele não perdia de vista os libertinos rondantes do *Desvio do Mar*.

Cirurgião caridoso e com numerosa clínica gratuita, Aleixo Manuel tinha corações agradecidos entre a gente pobre e desgraçada de quem era benfeitor.

Uma noite veio um embuçado (7) falar-lhe: entrou meio atarantado e descobriu o rosto.

— Oh! és tu João de Pina?... temos história?...

João de Pina era um degradado, vadio e desordeiro valentão, que muitas vezes servia a Gil Eanes em suas empresas mais arriscadas.

— Temos... respondeu João de Pina: amanhã é domingo de entrudo, não é?...

— E'.

— Pois amanhã, às onze horas da noite, venho eu e mais meia dúzia, aqui com o Sr. Gil Eanes, e arrom-

bada a sua porta com berraria de entrudo, havemos de roubar-lhe a menina sua escrava, a pesar seu e dela.

— Podes ter mais dez vezes ataques de fígado e de bofes, que eu te hei-de curar, como já o fiz o ano passado, e neste: vai-te embora, bom tratante, e toma lá para molhar a garganta...

João de Pina recebeu uma moeda de prata, embuçou-se bem, cobrindo o rosto, e disse, saindo:

— Até amanhã às onze horas da noite...

Aleixo Manuel tomou o chapéu e a bengala, e pôs-se em marcha; mas ao dobrar pela Rua Direita (a), tomou-lhe o braço uma mulher de mantilha, que lhe disse:

— Sr. Aleixo, eu ia lá... à sua casa...

— Inútil; nem que fosse o Sr. Capitão-mor governador: morra quem morrer, esta noite não vejo doentes...

— Mas não é caso de doença... é do seu crédito... eu sou a velha Sebastiana...

— Oh! mãe Sebastiana! então que há?...

— Amanhã não é domingo de entrudo?...

— E': que diabo!...

— Foi meu filho que me mandou em segredo...

E a velha agarrou-se ao cirurgião, que lhe curava as erisipelas e ao filho tinha curado de uma vómica, e disse-lhe baixinho ao ouvido:

— Amanhã às onze horas da noite, o senhor não estará em casa...

— Eu?... pode ser... mas... por que?...

— Porque meia hora antes hão-de bater-lhe à porta, e chamá-lo para acudir a um ataque de cabeça do Sr. Governador...

— E depois que eu sair a acudi-lo?

— Meu desgraçado filho e outros sequazes do Sr. Lopo de Melo (que conta com o seu escravo Tomé), entrando pela porta que abre para o jardim de sua casa tomarão e à força levarão, não sei para onde, a menina Inês, sua escrava.

— Obrigado, mãe Sebastiana; eu lhe darei notícias minhas... agora tenho pressa...

E Aleixo Manuel foi dizendo consigo:

— Dois à mesma noite e à mesma hora!... Que canalha de fidalgos!... mas... Tomé... duvido.

Era quase meia-noite quando Aleixo Manuel, de volta do Monte do Castelo, recolheu-se à sua casa. Estava tranquilo e contente; mas, ao entrar, disse a Tomé, que lhe abrira e depois trancara a porta:

— Vem cá.

E na sala perguntou-lhe:

— Inês?...

— Dorme.

— E que há de novo?...

— Lopo hoje me pagou traição: amanhã onze horas da noite ele vem roubar menina. Deixa ele!...

— Queres que deixe roubá-la?...

O velho índio riu-se horrivelmente, saiu da sala, e quase logo voltou, trazendo na mão uma clava de gentio, a *tacape* pesada e terrível:

— Deixa! repetiu Tomé; eu mato!

— Vai dormir, disse Aleixo Manuel: amanhã te direi o que hás-de fazer.

No dia seguinte, domingo de entrudo, e do entrudo (*) selvagem e delirante daqueles tempos, era pouco antes das

onze horas da noite, quando bateram fortemente à porta da casa do cirurgião, e o chamaram a alto bradar em socorro do governador, o venerando Salvador Correia de Sá (10), que se achava em perigo de morte.

O índio Tomé abrindo uma janela despediu os emissários, dizendo-lhes que seu senhor ia partir imediatamente, e com efeito, minutos depois, saiu apressado da casa um homem embuçado, que era sem dúvida o famoso cirurgião da cidade.

Às onze horas da noite gritaria infernal rompeu em frente à casa de Aleixo Manuel, cuja porta cedeu, quebrada a fechadura.

Mais minuto, menos minuto, a porta do jardim abriu-se a toque de sinal dado por gente que entrava pelos fundos do quintal.

E, penetrando no interior da casa, esbarraram-se em face um do outro, Gil Eanes e Lopo de Melo, cada qual seguido de seus cúmplices.

Aleixo Manuel e Inês estavam ausentes; na sala de jantar, porém, achava-se servida a mais profusa e rica ceia que então se podia dar na colónia.

O índio Tomé, arrimado à sua clava, disse aos dois fidalgos:

— Senhor tem ceia... e convida senhores... não tarda.

Gil Eanes e Lopo de Melo mediam-se furiosos: mas não tiveram tempo nem de trocar palavras e provocações, porque sentiu-se logo ruído de gente que entrava.

Os cúmplices saíram todos para o jardim, e dali fugiram, vendo quem chegava.

Os dois fidalgos libertinos ficaram como fulminados, quando lhes apareceram o governador Salvador Correia, e o prelado Simões Pereira, precedendo a Aleixo Manuel

e Inês, de cujo casamento acabavam de ser testemunhas, e seguidos de alguns dos principais da nobreza da colónia, e entre eles dois respeitáveis parentes de Gil Eanes e de Lopo de Melo.

— Os Srs. Gil Eanes e Lopo de Melo serão também meus convidados, se o Sr. Governador o permitir, disse Aleixo Manuel.

O venerando Salvador Correia de Sá olhou para os dois com sobrolho carregado, como os traziam também os parentes deles.

— Ceemos! disse o governador.

Sentaram-se todos, ficando o prelado à direita, e Inês e Aleixo Manuel à esquerda de Salvador Correia.

Só Gil Eanes e Lopo de Melo, abatidos e trémulos, tinham-se conservado em pé.

O governador lhes disse com voz severa:

— A empenho de Aleixo concedo-vos perdão do crime desta noite; mas só deixais de servir-nos à mesa, como baixos criados; porque devo poupar mais vergonhas a estes dois ilustres fidalgos, que bem quereriam não ter parentes como vós. Sentai-vos à mesa!...

A ceia começou: na ocasião do primeiro brinde, Salvador Correia falou ainda a Gil Eanes, e a Lopo de Melo.

— Enchei vossos copos!...

Os dois obedeceram.

— Agora de pé! e saudai e bebei à felicidade dos noivos!...

E cumprida a sua ordem, Salvador Correia pôs a mão espalmada sobre a cabeça de Inês, e disse aos dois:

— Lembrai-o bem!... é minha afilhada.

Logo depois expandiu o rosto, e acrescentou alegremente:

— Senhor Gil Eanes, senhor Lopo de Melo, tudo está esquecido. Não haja tristezas, nem vexames a perturbar o júbilo dos noivos e o nosso!..,

E a ceia continuou e acabou vivamente animada.

Desde o dia seguinte propalou-se a notícia das duas escandalosas tentativas de rapto de Inês, e da famosa logração que hàbilmente preparara aos indignos e pervertidos fidalgos Aleixo Manuel.

O povo aplaudiu muito o ardil do cirurgião, e o seu feliz casamento: nas noites da segunda e terça-feira foi numeroso bando de colonos cantar à porta da casa dos noivos, e creio que as serenatas teriam ainda continuado, se a quarta-feira de cinza não fosse começo da Quaresma, que era muito respeitada.

Aleixo Manuel, porém, subira ao galarim da fama e da moda; fizeram-lhe cantigas, e no fim de poucos dias o povo sem audiência da Câmara, nem licença do governador deu ao *Desvio do Mar* a denominação de Rua de *Aleixo Manuel*.

NOTAS AO CAPITULO II

(1) A introdução do café no Pará deve-se ter dado graças a Francisco de Melo Palheta por 1727. Por 1733 já havia no Estado mil e tantos pés. Ao Rio de Janeiro vieram ter algumas mudas entre 1760 e 1762, tendo vingado uma muda "no quintal da casa em que residia ele (desembargador João Alberto Castelo Branco), outra, nos terrenos do mosteiro de Santa Teresa e duas na horta dos capuchinhos italianos..." Daí a cultura se propagou. Com a Independencia, seria tão importante que o café já se entrelaçaria com o fumo para constituir as armas do Império. (Cfr. Magalhães (Basílio de) — *O Café — Na história, no folclore e nas belas artes* — 2ª ed. Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1939).

(2) Seria por essa época "o almoço, 7 horas, o jantar ao meio-dia e a ceia às 6 horas". (Fazenda (Vieira) — *Obra citada* — I vol. Pag. 30).

Já no começo do século XIX Ferdinand Denis observaria: "Se no Rio de Janeiro a hora do jantar tem variado segundo as profissões, desde as duas até as seis da tarde, o verdadeiro brasileiro janta ainda à uma hora, enquanto seu pai jantava no meio dia". (*O Brasil* — Tradução de L. C. da Cunha — Lisboa — 1844 — I vol. Pag. 231).

John Luccock refere que a hora do jantar era ao meio-dia. (*Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* — Livraria Martins — São Paulo — 2ª ed. Pag. 83).

"Subordinada às exigencias da vida, a hora do jantar variava, no Rio de Janeiro, de acordo com a profissão do dono da casa. O empregado jantava às duas horas, depois da saída do escritório; o negociante inglês deixava a sua loja na cidade ali pelas cinco horas da tarde, para não mais voltar; montava a cavalo, chegando à sua residencia num dos arrabaldes mais arejados da cidade, jantava às seis horas da tarde. O brasileiro de outrora sempre jantou ao meio-dia e o negociante hoje à uma hora". (Debret (Jean Baptiste) — *Viagem Pito-*

resca e Historica do Brasil — Trad. de Sergio Milliet — 2ª edição — Livraria Martins — São Paulo — Pag. 137).

Vieira Fazenda cita os fatores que vão modificando a "hora" no Rio de Janeiro: a inauguração do Passeio Público, a abertura da rua das Belas Noites, a cidade elevada à residencia do vice-rei, a chegada da familia real, a coroação do rei D. João VI, o casamento do Principe D. Pedro, a Independencia... e daqui por diante toda a vida social.

(3) A iluminação a gás no Rio deve-se a Mauá e data precisamente de 25 de março de 1854. Primeiras ruas beneficiadas, entre outras: Largo do Paço, ruas Direita, Ouvidor, Rosario, Hospicio, Alfandega, Sabão, etc.

A população deslumbrou-se com a novidade. Vemos em Moreira de Azevedo: "Dir-se-ia que em parte da cidade era dia e em parte era noite". (Cfr. Faria (Alberto) — *Mauá* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1946 — Pags. 130 ss.).

(4) Alusão à moda do cabelo postiço em grande voga na Europa do tempo. Luis Edmundo, no entanto, entende que "no Brasil, o uso das perucas, tanto as masculinas como as femininas, foi insignificante... Os viajantes que aqui passaram pela época, foram unanimes em afirmar que os nossos avós, em geral, andavam higienicamente de cabeleiras naturais..." A afirmativa do cronista da cidade não convence muito pois é ele proprio que assegura que no tempo de D. Luis de Vasconcelos tinhamos "na cidade 29 lojas de cabeleireiros". (*O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* — I vol. 3ª edição. Editora Aurora — Rio de Janeiro — 1951 — Pag. 217).

(5) "Mantilhas! Mantilhas! Já passou o tempo das mantilhas, e as senhoras talvez não calculam o que perderam.

O belo sexo condenou e proscreveu a mantilha, porque essa imensa capa, que envolvia inteiramente a mulher, não deixava ostentar a gentileza do corpo, nem a riqueza dos enfeites e das joias. Condenou-a e proscreveu-a, porque a mantilha era o manto com que se cobriam geralmente as velhas, as pobres e as mendicantes.

.....

Entretanto, a mantilha, que se usava tanto no Brasil, e que, como todos sabem, não era um manto curto, que é o que signi-

fica esse nome, porém sim, um manto de pano preto, e tão longo que caía da cabeça até aos pés e envolvia a mulher tôda, escondendo-a desde o cabelo até à barra do vestido, a mantilha era dantes tanto um espesso véu, em que se ocultava a pobreza e a velhice, como uma nuvem, que encobria uma estrela brilhante. Era ao mesmo tempo o manto da mendicidade e o disfarce da riqueza. Um expediente de amor e um recurso de ciume". (Macedo (Joaquim Manuel de) — *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* — Zelio Valverde — Rio — s.d. — Pag. 303).

(6) As flores constituiam elemento indispensavel da propria linguagem do amor antigo no Brasil. Elas eram cheias de simbolos e alegorias e podiam dizer à criatura amada, o que a convenção e a censura impunha que se calasse. Debret observara: "Os pais e maridos favoreciam essa ignorancia (das mulheres) afim de destruir pela raiz os meios de correspondencia amorosa. Essa precaução tão nociva aliás ao desenvolvimento da instrução, levou as brasileiras a inventarem uma combinação engenhosa de interpretação simbolica das diferentes flores". (*Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — Livraria Martins — São Paulo — 2º vol. Pag. 17). Chegava-se a publicar dicionarios florais para esclarecimento dos numerosos símbolos. (*Dicionário de Flores, Folhas e Frutas* ou *Vademecum dos Namorados* — B. L.; Garnier — Rio de Janeiro — S.d.).

Os catálogos de Lammert anunciavam ainda o *"Dicionário do Bom Gôsto* — ou genuina linguagem das flores, frutos, ervas, raizes, etc., em verso rimado e posto em ordem alfabetica, seguido do Secretario de Cupido, ou Novissimo Correio dos Amantes, posto em ordem alfabetica, pelo qual com duas flores, frutos, etc., poderá qualquer pessoa enviar um recado completo a quem amar...".

(7) Macedo voltará a falar no livro em histórias de "embuçados". E' referencia a tipo de vestuário bastante usual no Brasil do tempo e mascarando por vezes completamente o seu portador. O costume de se envolverem as criaturas de baeta espessa e protetora estava associado tambem a um florescimento da criminalidade na Colonia. De tal modo que as autoridades muito se empenharam na extinção dessa qualidade de indumentária. Assim é que em São Paulo, por exemplo, o governador D. Rodrigo Cesar de Menezes, por um bando de 12 de maio de 1723, proibe que "qualquer pessoa de qualquer

estado ou condição q' seja possa daqui por diante, trazer nem de dia nem de noite, capuz na cabeça e o que fizer terá 2 meses de prisão na enxovia da cadeia dessa cidade e pagará pa. fda. real vinte mil réis de multa e perderá o capuz". A lei não deve ter sido das mais operantes pois por um edital de 2 de abril de 1733, proibe-se que "qualquer pessoa de grau ou condição que seja ande des as avemarias por diante com capotes de capuz, nem rebuços de baeta, sob pena de confisco do capote e prisão na enxovia". Em fevereiro de 1741, nova proibição da Camara, a todas as pessoas "de qualquer condição que seja use de capuz nos capotes, sob pena de 20 dias de cadeia e catorze mil réis de multa". Leis de igual sentido em 1743 e 1775... (Cfr. Amaral (Edmundo) — *Rótulos e Mantilhas* — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — s.d. — Pags. 39 ss.). No Rio "O governador Duarte Chaves, em vista dos grandes abusos e de numerosos casos de violencia que se faziam à sombra do disfarce, baixou uma ordem, promulgada por bando, cominando a pena de degredo para a Colonia do Sacramento a todo individuo "de qualquer qualidade ou condição", que fosse encontrado mascarado pelas ruas. No caso de ser negro ou mulato seria açoitado na praça publica". (Coaracy (Vivaldo) — *O Rio de Janeiro no Seculo 17* — Livraria José Olimpio — 1944 — Pag. 201).

(8) "Ao longo da restinga situada entre os morros do Castelo e de S. Bento cordeou-se em principios do século seiscentista o caminho ou praia de Manuel de Brito, que em pouco tempo se chamou Rua Direita para a Misericordia ou de Nossa S. do Bom Sucesso e rua que vai para S. José. A penultima nomenação compreendia toda a rua da Misericordia". (Santos (Noronha) — In Santos (Luiz Gonçalves dos) — *Memorias para servir à Historia do Reino do Brasil* — Livraria Editora Zelio Valverde — Rio — 1943 — Pag. 96).

(9) E' muito comum nos viajantes antigos do Brasil a descrição do entrudo. Uma das mais minuciosas é a de Ewbank:

"Durante a semana passada encontrei à venda aqui e acolá, bolas coloridas, expostas sobre pratos. As verdes poderiam confundir-se com pequenas maçãs, as amarelas com laranjas e limão. Algumas têm a forma de peras e outras de melão. O conhecimento que tive de algumas delas esta manhã eliminou a indiferença com que vinha passando a seu lado. Outro artigo

tambem chamou-me a atenção. Trata-se do "amido" nativo, não granulado como o nosso, mas sim um pó extraordinariamente branco e fino, colocado em cilindros de papel de 6 polegadas de comprimento por ½ de diametro. Para usá-lo abre-se uma das extremidades do cilindro e deixa-se o pó sair.

Enquanto estava sentado tomando o seu café da manhã, S... passou por trás da cadeira de J... e, com grande espanto meu, esvaziou um par de cilindros sobre a cabeça e os ombros do mesmo. A operação foi realizada tão silenciosamente e o pó caiu tão leve que J... não percebeu o acontecido, senão quando um punhado de pó foi-lhe aplicado no rosto e nas orelhas. Cuspiu, ergueu-se e, meio cego, foi saudado com esguichos de liquidos de uma garrafa de agua da colonia de gargalo comprido. Meio encolerizado e entre muitas risadas, efetuou uma rapida retirada, vestiu-se e saiu para a cidade.

Enquanto perguntava a mim mesmo o que significaria tal coisa, senti cairem de minha testa uma ou duas particulas. Erguendo a mão verifiquei que meus cabelos tambem haviam sido cobertos de pó. Minha gritaria provocou gritaria geral. Levantei-me para fugir, mas isso fora previsto e a unica porta através da qual podia escapar encontrava-se fechada à chave. Cercado agora por um exercito de inimigos femininos, esquivei-me e corri até sentir-me quase exausto, tentando fugir aos incessantes ataques de amido e agua. Finalmente protestei que se a desonesta guerra fosse continuada eu chegaria a um corpo a corpo e, "vi et armis", capturaria e utilizaria contra o inimigo sua propria artilharia. Tais ameaças foram recebidas com novos ruidos de alegria e novos ataques. Finalmente todos concordaram com um armisticio, que se prolongaria durante aquele dia. Contaram-me então que o entrudo começava no dia seguinte, quando os membros de todas as classes, dentro ou fora das casas, empoeiram e borrifam uns aos outros, sendo habitual fazer um pouco disso no dia anterior, à maneira de prefacio.

Retirei-me para trocar de roupa, mas não tinha ainda dado cinco passos quando fui assaltado por uma tempestade de bolas coloridas carregadas com algum liquido e semelhantes às que eu notara na cidade. Surpreendido diante dessa violação declarada de um compromisso e pelos fragmentos vermelhos e azuis com que eu fora salpicado, não perdi tempo em chegar a meu quarto e fechar a porta. Tirei da estante um antigo dicionario português para obter informações. De acordo com o mesmo, "entrudo" ou "intrudo" deriva-se do latim "introitu"

— entrada ou principio. O dicionario descrevia o festival como algo em que, como bacantes, as pessoas brincam, festejam, dançam e fazem travessuras dentro das casas, enquanto fora realizam toda a especie de brincadeiras, molhando e empoeirando umas às outras". (Ewbank (Thomas) — *Quadros da Vida do Brasil* — Tradução de nossa autoria para a Livraria Martins. Inedito).

(10) Vieira Fazenda opina: "Outro ponto em que divirjo do Dr. Macedo: escrever que fosse Aleixo Manuel, barbeiro e onze letras de Salvador Correia de Sá, homem sério, cansado e pouco dado a certas coisas". (*Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro* — 5º vol. Pag. 622).

Salvador Correia de Sá foi não só Governador do Rio, como comandante da frota que foi lutar contra os holandeses no momento de sua aparição na Bahia (1624). Em 1634, Filipe IV fazia-o comandante em chefe do exercito castelhano em operações em Tucuman para esmagar ali uma sublevação emancipacionista dirigida por Pedro Chamay. Dele diria Pereira da Silva: "Foi uma administração de grandes vantagens morais, e de imensos progressos materiais para o Rio de Janeiro e para todo o sul do Brasil. Os seus desejos eram aumentar a população, fazer progredir o cultivo das terras, abrir vias de comunicação entre diversos pontos e aldeias... executou a bula de Urbano VIII que declarava livres os gentios...". (*Plutarco Brasileiro* — 2º vol. — J. M. Pereira da Silva — Rio — Eduardo e Henrique Laemert — 1847 — Pag. 37).

CAPÍTULO III

Como a Rua de *Aleixo Manuel* estendeu-se para o interior até a dos *Latoeiros*, ficando, por muitos anos, onde começara em *Desvio do Mar*, e viu ali nas tardes de verão moças a pescar no mar e em terra. Como se aterrou aquele mar da Rua *Direita*, a de *Aleixo Manuel* já com a denominação de Rua do *Padre Homem da Costa* avançou até a actual do *Mercado*, e aí, na praia se estabeleceu o primitivo mercado com o nome de *Quitanda das Cabanas* que depois se trocou pelo de *Praia do Peixe*. Refere-se uma tradição duvidosa do *Padre Homem da Costa*, e diz-se, como se abriu a *Vala da Carioca*, e a rua daquele feio nome, até à qual se alongou a do *Padre Homem da Costa;* fala-se dos inconvenientes da *vala* e dos apinusos que por mandar cobri-la de grossos lajedos, recebeu o vice-rei conde da Cunha, que aliás pouco influíra na obra, tendo sido esse melhoramento determinado por grotesco e infeliz caso, história romanesca que se contará no capítulo seguinte.

Adiantava-se o século XVII e a Rua de *Aleixo Manuel* que pelo lado de terra não se estendia além da dos *Latoeiros* que a corta em angulos rectos, e que hoje se denomina de *Gonçalves Dias*, pelo lado do mar ainda começava onde rompera em *Desvio*.

Na Rua *Direita* a praia era um pouco irregular: em alguns pontos o mar muito baixo sem a menor dúvida se mostrava retirante, e acumulava aqui e ali areias, formando ilhotas brancas, e privadas de vegetação.

Mas entre esses pontos o mar ainda investia menos baixo sobre o continente, como teimoso a negar-se ao recuamento de suas águas.

E naqueles tempos a praia e o mar (onde ele era mais fundo ou menos entupido de areias) serviram de lugares de recreio, se o recreio não servia de pretexto para exibições ardilosas.

Envolvidas em suas mantilhas, e cobrindo o rosto com seus véus, as senhoras da Rua *Direita*, e principalmente (dizem) as da de *Aleixo Manuel* tinham por costume ir à tardinha nos meses de verão pescar de caniço sentadas ou em pé na praia (1). As mães ou as tias já velhas acompanhavam as filhas e sobrinhas moças, zelando sua pudicícia e o seu decoro.

Todavia as pescadoras jovens sabiam perfeitamente o segredo de Inês — a mameluca, e ao deitarem os anzóis ao mar o amigo vento vinha sempre desarranjar suas mantilhas, e levantar seus véus, de modo que os observadores curiosos podiam ver e admirar olhos formosos, bonitos semblantes e soberbos colos.

E muitas vezes as vaidosas arteiras eram tão felizes na pesca, que chegavam a pescar duplamente — peixes no mar, e corações em terra.

Vejam como se mudaram os costumes!...

Naquele tempo, as jovens da Rua de *Aleixo Manuel* iam pescar para se mostrar; e hoje frequenta a *Rua do Ouvidor* certo bando de pescadoras, que, andam se mostrando para pescar.

Mas não há bem que sempre dure!...

Tratando-se de construir a fortaleza da Laje à custa do povo, e, achando-se este sobrecarregado de impostos, a Câmara Municipal (que ainda não era ilustríssima) como não bastassem para essa obra algumas rendas que propusera aplicar à fortaleza, deliberou vender alguns terrenos das *marinhas da cidade*, sendo o produto da venda destinado àquele fim (2).

Uma das *marinhas* vendidas foi a que fazia frente à primitiva linha de casas da Rua *Direita*.

E assim lá se foi a praia de exposição ardilosa de bonitas pescadoras.

Ganharam com isso as ruas *Direita* e de *Alcixo Manuel*.

Em poucos anos aterrou-se o mar que ajudava o aterro, amontoando areias, e tão rápidamente que no fim do mesmo século décimo sétimo já era regular e contínua a edificação e série de casas fronteiras às da única linha antiga da Rua *Direita*. Em 1698 já estava construída a casa que por ordem régia então, se comprou para residência dos governadores (3) e que é aquela, onde desde anos se achavam estabelecidos o *Correio Geral* e a *Caixa da Amortização*.

E' casa histórica: em 1710 Carlos Duclerc atacando por terra a cidade do Rio de Janeiro entrou com a sua falange nessa casa, e em rígido combate foi dela expelido por Gurgel do Amaral com os seus estudantes e paisanos armados (4).

Agora a *casa dos governadores* vai ser demolida. Que haja ao menos quem lhe assista às últimas horas de existência e lhe escreva a necrologia.

(Prevenção ao Instituto Histórico).

Mas a Rua de *Alcixo Manuel*, vendo aterrado o mar do qual fora *Desvio*, atravessou a Rua *Direita*, ou foi além dela estender-se até o lugar que ficou sendo então praia, e que era pouco mais ou menos, onde hoje a Rua do *Mercado* corta em ângulo recto a do *Ouvidor*.

No fim do mesmo século décimo sétimo essa praia tornou-se lugar de mercado de *peixe, de verduras*. e *de algumas frutas*, que se vendiam não debaixo de barracas de lona, mas sob pequenas palhoças, pelo que foi denominado e conhecido por — *Quitanda das Cabanas* —, primeiro nome da actual *Praça do Mercado*.

Assim, pois, a rua que desde um século menos dois anos se chama do *Ouvidor* começava então em face da *Quitanda das Cabanas.*

Quitanda das Cabanas! Apesar de *Quitanda*, graças porém às *Cabanas*, era nome rústico, mas um pouco lírico e tinha laivos de poesia de civilização primitiva; a mais chata e infeliz das lembranças civada de maresia mais tarde trocou essa denominação pela de *Praia do Peixe.*

Mil vezes antes *Quitanda das Cabanas!*

E' certo que naquele mercado o que predominava era o peixe (5), e peixe óptimo e a fartar baratíssimo a cidade, e peixe miúdo que se vendia então a cinco réis por quantidade abundante.

As verduras eram poucas e limitadíssimas em variedades. As frutas estavam no mesmo caso. Flores ninguém vendia nem comprava, davam-se como davam-se e trocavam-se as mudas e sementes das que já se cultivavam; quais eram, além das do país?... Não estudei a questão floriantiquária, mas que havia cultivo de flores juro-o, porque havia senhoras.

Mas em todo caso não há desculpa que aproveite a quem mandou rebaixar a *Quitanda das Cabanas* a *Praia do Peixe.*

Em *memórias históricas* o anacronismo é naufrágio, e eu estava deveras naufragando em anacronismo.

A rua chamada de *Aleixo Manuel*, quando atravessou a Rua *Direita* e foi parar na *Quitanda das Cabanas* não tinha mais aquele nome; pois que desde o ano de 1659 se denominou *Rua do Padre Homem da Costa.*

Certamente o cirurgião *Aleixo Manuel* já tinha morrido sem deixar filhos ricos, e a linda mameluca Inês, se ainda vivia, era viúva maior de oitenta anos, e por isso desde muito esquecida do amigo vento, que outrora opor-

tunamente lhe desarranjava a mantilha, e lhe levantava o véu, e portanto um por morto sem herdeiros de seu nome com herança de áureo prestígio, e a suposta viúva já por velha, ex-adorada mameluca foram despojados da glória daquela denominação da rua.

Quem foi porém na ordem das coisas, e qual o merecimento do padre *Homem da Costa* positivamente morador à rua que tomou o seu nome?... Não sei.

Naqueles tempos encontro um padre Pedro *Homem Albernaz* (6) que foi vigário da freguesia da Candelária, e prelado do Rio de Janeiro; mas embora fosse *Homem* não foi *da Costa;* além disso descobri um padre Pedro *Homem da Costa* que depois de paroquiar por alguns anos a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, entregou-a em 1636 ao padre Roque Lopes de Queiroz, e recolheu-se à cidade do Rio de Janeiro.

Seria esse o padre, cujo nome passou à rua que se chamava de *Aleixo Manuel*?... ignoro-o, e não devo expor-me a falsos juízos.

Sei de uma tradição — que não se encontra nos meus velhos manuscritos, mas que me foi transmitida por um antigo fluminense honradíssimo, carpinteiro e mestre de obras, a quem devi curiosíssimas informações de coisas do fim do século passado e do princípio do actual; esta tradição, porém, que é a do padre *Homem da Costa* só a esse meu amigo ouvi, e portanto é apenas individual, e não popular, e tratando-se de caso passado há duzentos anos, não a posso reproduzir sem prèviamente declará-la muito duvidosa.

Quando *imagino episódios* para suavizar a leitura destas *Memórias*, indico-o sempre com bastante clareza: Agora não *imagino*, não invento a tradição, mas refiro-a, porque *se não é verdadeira é bem achada.*

O padre *Homem da Costa* (que só esses dois nomes tinha), era padre de letras gordas; mas passava por bom *cantochonista;* porque sabia um pouco de música: indulgente, agradável e de benigno coração, era geralmente estimado, e como gostasse de cantar modinhas e lundus, todos o queriam nos seus saraus; tinha ele porém uma fraqueza ou uma paixão predominante — a da gastronomia.

Padre e já velho; mas ainda rei da viola ou do cravo acompanhadores de suas cantigas nas sociedades, as senhoras o festejavam à porfia; e por fim de contas as moças solteiras e desejosas de casar descobriram nele a mais preciosa qualidade, um talento sublime.

O padre *Homem da Costa* era maravilhoso a facilitar e promover casamentos.

Qual foi a primeira ardilosa que fez a descoberta de tão rico tesouro não se sabe e isso pouco importa; o certo é que conhecido o milagre do padre, as moças o tomaram em devoção.

Mas a candidata a casamento e o padre firmavam a rir e a brincar, contrato que aliás era cumprido sem falha.

A candidata abria seu coração ao padre *Homem da Costa*, dizia-lhe o nome do seu namorado, e expondo-lhe as dificuldades que se opunham ao seu casamento, pedia intervenção protectora.

O padre Homem da Costa, respondia rindo e como a gracejar:

— Bem; bem: mas eu quero uma *garopa de forno* no dia do ajuste do noivado, e convite para o banquete do casamento.

Não havia nada mais barato!

E o padre a entender-se com os pais do namorado e depois com os pais da candidata, era tão persuasivo e

hábil, que acabava sempre por ganhar a *garopa de forno*, e ir ao banquete do casamento.

E era sempre feliz nos empenhos tomados; porque quando a pretensão lhe parecia inconveniente ou desajuizada, não hesitava em desenganar a candidata.

E' claríssimo que se multiplicavam as candidatas a casamento, e os contratos de aparência zombeteira e de realidade gastrónoma.

As confidências e as expansões das candidatas eram pouco mais ou menos semelhantes, edições mais ou menos correctas e emendadas do mesmo romance de amor.

Nos contratos gastrónomos havia alguma variedade; mas sem importância para as candidatas: em vez de *garopa de forno*, vinha neste *peru recheado* —; naquele um prato de *chouriço*, etc.; mas em regra predominavam em primeiro lugar a *garopa de forno* e em segundo o *peru recheado*.

Em pouco tempo o padre *Homem da Costa* promoveu e abençoou ou fez abençoar mais casamentos, do que o prelado do Rio de Janeiro, e os vigários das freguesias da cidade.

E as noivas e casadas agradecidas, e as novas candidatas em devoção, querendo honrar o milagroso casamenteiro começaram a chamar à rua onde ele morava, que era a de *Aleixo Manuel*, Rua do *Padre Homem da Costa*.

Não houve nem Câmara Municipal, nem clero, nobreza e povo, que pudesse resistir àquela proclamação do belo sexo.

A Rua de *Aleixo Manuel* passou a denominar-se — Rua do *Padre Homem da Costa*.

E o velho padre continuou a adoptar e proteger candidatas a casamentos, até que no fim de alguns anos, em

uma noite, morreu de apoplexia fulminante, depois de uma ceia em que devorara metade de uma *garoupa de forno*, uma fritura de camarões e ostras, e um pratarraz de chouriço.

Não se pode levantar da mesa, e expirou sem agonia, sentado, risonho e provàvelmente a pensar no almoço do dia seguinte.

Se esta tradição pudesse correr com fundamentos de veracidade, o padre *Homem da Costa*, pondo-se de lado a sua paixão gastrónoma, que não foi nociva senão a ele, deveria ser aplaudido pela sua influência benigna, moralizadora e social, e bem merecera a honra de passar seu nome à rua onde morava e onde enfim morreu.

Ah! se hoje em dia florescesse algum padre como aquele *Homem da Costa*, certamente o preço das garopas e dos perus seria já fabuloso na *Praça do Mercado;* porque o número de *devotas* do padre casamenteiro chegaria pelo menos a igualar ao dos candidatos a empregos públicos (os); mas também seria menor o número daquelas mártires, a quem chamam *solteironas*.

Mas enfim a Rua de *Aleixo Manuel* passou a chamar-se do *Padre Homem da Costa*, nome que conservou por cento e vinte anos, tendo trocado a casaca e a cabeleira do cirurgião pela batina e pelo solidéu do padre, e faz vontade de rir imaginar beata e clerical durante um século e anos esta *Rua do Ouvidor* filósofa sensualista (1). e até rua um pouco ou muito endemoninhada pela multiplicação das *tentações*.

Em meados do século XVIII a Rua do *Padre Homem da Costa* estendeu-se um pouco mais para o lado do continente, avançando até a rua que se chamou da *Vala*; deveras, porém, que não devia aplaudir-se desse prolongamento.

Construída a fonte ou chafariz da *Carioca* no *lugar*, depois *largo* e hoje *Praça da Carioca*, nome que tomou do das vertentes óptimas que recebeu canalizadas, sobravam tanto as águas que, para dar-lhes esgoto, abriu-se grande *vala* com leito e paredes de pedra desde a *Carioca* (chafariz) até o mar no sítio chamado *Prainha* (8).

(*Entre parêntesis*: *carioca* quer dizer em língua tupi — *casa do homem*: — donde proveio semelhante denominação?... quem era o *homem da casa*?... pretendiam os selvagens, tamoios, que aquelas águas, como as da fabulosa Cabalina (9) tinham a virtude de inspirar estro poético: donde provinha essa falsa crença?... o *homem da casa* teria sido algum *pajé* poeta, algum tamoio solitário, *homem* notável pelo talento poético que os índios julgassem devido às águas que corriam perto da sua — *oca* —?... deixo aos meus ilustrados amigos os Srs. Drs. brigadeiro Couto de Magalhães e Baptista, os juízes mais competentes que conheço na matéria, o empenho de resolver este problema, e fecho o parêntesis).

A *vala* foi de considerável utilidade; porquanto servia para dar vazão àquelas águas que caíam sobrepujantes da fonte e dos tanques de pedra, e também às das chuvas então muito frequentes e algumas torrenciais, que tornavam como rios as ruas, e inundavam as casas da cidade.

Além disso a *vala* teve durante anos certa importância administrativa; porque foi considerada *muro da cidade*, ou linha extrema urbana.

Entretanto a *vala* ficou exposta, destapada, e como de tudo se abusa, abusaram da inocente e benfeitora os colonos moradores das vizinhanças que a fizeram servir para o *despejo* de quanto de pior serviço de suas casas era preciso *despejar*.

Em breve e necessàriamente a desvirtuada *vala* tornou-se imunda, repugnante, fétida e foco de miasmas, e a Rua do *Padre Homem da Costa* que avançou até ela, devia ser nesse seu novo limite de habitação muito desagradável e anti-higiénica.

Mas apesar das ruins condições determinadas pelo abuso que ficou mencionado, casas se foram construindo aos lados da *vala* e principiou a formar-se a *rua* que tomou dela o nome e que hoje se chama de *Uruguaiana*.

Além da *vala* o espaço que se estendia entre o Monte de Santo António e o mar, e dessa linha para o centro até à depois chamada *cidade nova* inclusive, tudo era *campo do Rosário*.

Em 1764 ou 1765 o vice-rei conde da Cunha (10) ordenou à Câmara Municipal da cidade que fizesse cobrir com lajes grossas a *vala* fétida e pestífera; a obra executou-se prontamente, e para que não fosse de todo prejudicado o esgoto das águas das chuvas a *vala* recebeu ralos de pedra no encruzamento das ruas.

E todavia ainda houve abuso de ralos!

Em todo caso foi considerável o melhoramento olfativo e higiénico, sendo o conde da Cunha muito aplaudido e louvado por isso nas *memórias* do tempo (11).

E eis aí como se escreve a história!

O vice-rei conde da Cunha, doente, e velho, que raro se mostrava, passeando pelas ruas da cidade, porventura nunca tinha recebido em seu vice-real nariz o gasoso testemunho das exalações da *vala aberta*, e entrou na obra melhoradora apenas com a sua indispensável assinatura na *ordem* expedida para que a *vala* fosse coberta com lajes grossas.

O que inspirou e determinou esse melhoramento foi nocturno e ridículo caso, cuja história parece romance, e há-de divertir os meus leitores no capítulo seguinte.

NOTAS AO CAPITULO III

(1) Vieira Fazenda discorda neste passo: "Não sei porque o meu ilustre mestre o Dr. Macedo, asseverou romanescamente: as meninas daqueles tempos davam o cavaquinho para irem pescar nas vizinhanças do referido desvio. Não; as cariocas de antanho não se podiam divertir com passatempos de caniço ou de anzol. A sociedade patriarcal lhes vedava". (*Memórias e Antiqualhas do Rio de Janeiro* — vol. V. Pag. 622).

(2) Uma história mais exata e minuciosa da fortaleza pode ser contada pelo General Bertoldo Klinger e o Cel. F. de Paula Cidade: "A *Fortaleza da Lage* guarnece uma posição que desde Villegaignon tem impressionado favoràvelmente a todos os técnicos militares. Foi o chefe francês o primeiro que aí procurou fortificar-se em 1555. Pouco mais tarde, foi outra vez fortificada, porém pelos portuguêses, se bem que três meses depois o mar se encarregasse de devorar tudo, incluindo os canhões. A partir daí fizeram-se numerosas tentativas para fortificar a *Lage*, mas tôdas infrutíferas, até que em 1713 deu-se começo a uma obra realmente solida. Em 1718 ainda não dispunha de artilharia a nova fortificação. Artilhada pouco mais tarde, chegou até nossos dias completamente remodelada". (Nota a Seidler (Carl) — *Dez Anos no Brasil* — Livraria Martins — São Paulo — s.d. Pag. 32).

(3) Uma decisão do Conselho Ultramarino de 1730, declarou que os governadores do Brasil não podiam chamar palácio à casa de sua residência. (Cfr. Pizarro — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — vol. I. Pag. 118).

O próprio Macedo esclarece em outro livro: "Até ao fim do século XVII, os governadores da capitania do Rio de Janeiro não tiveram casa própria para sua residência, à exceção, sem dúvida, do primeiro que foi Salvador Corrêa de Sá, que seguramente havia de levantar, como os seus companheiros co-

lonizadores, o seu competente rancho no Morro do Castelo. Os que depois se foram seguindo moraram onde puderam ou melhor lhes pareceu.

Em 1698, ordenou el rei de Portugal que para residencia dos governadores do Rio de Janeiro se comprasse a casa da rua Direita, que depois ficou sendo chamada dos Contos, e que ainda hoje é assim por alguns dos nossos velhos denominada, porque para ela se passou a provedoria, e debaixo do seu teto se recolhiam os cabedais da corôa, importantes em avultados contos de réis.

Atualmente está o Correio Nacional estabelecido nessa casa, que por signal que foi até incendiada, quando em 1710 os franceses atacaram a cidade". (*Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* — Pag. 23).

(4) Duclerc com seus mil homens apareceu na entrada do Rio a 11 de agosto de 1710. Encontrando resistencia dirigiu-se para a Ilha Grande, acabando depois de varias peripécias a desembarcar a 11 de setembro no Engenho Velho. Organizou-se a resistencia principalmente à custa de estudantes. Estes, como se vê por Macedo, tinham o comando de Gurgel do Amaral. Varnhagen dá-lhes por commandante o Capitão José da Costa Freire. (*Historia Geral* — 3º tomo — Melhoramentos — Pag. 361). Rio Branco todavia assinala ter sido o comandante o capitão Bento do Amaral Coutinho. (*Efemerides Brasileiras* — Edição do Ministerio das Relações Exteriores — s.d. — Pag. 456). A aventura de Duclerc terminou com seu assassinio a 18 de março de 1711.

(5) Informação evidentemente tirada de Pizarro (José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo — *Memórias Historicas do Rio de Janeiro* — Instituto Nacional do Livro — 1945 — 2º vol. Pag. 57). E' provavel que o nome da rua realmente se ligue a esta personagem.

(6) Este padre tambem aparece em Pizarro: "...padre Pedro Homem Albernaz que, natural da Ilha Terceira, bispado de Angra e presbítero do hábito de S. Pedro, servia as varas da diocese". (José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — Instituto Nacional do Livro — 1945 — 2º vol. Pag. 174).

(6a) A mania do emprego público é impossível de erradicar, pois que nasceu no Brasil. A Carta de Pero Vaz de Caminha termina com um pedido de empenho: "E pois, que Senhor, é certo que, assim neste cargo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço fôr, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge Osório, meu genro — o que d'Ela receberei em muita mercê". (In Cortesão (Jaime) — *A Carta de Pero Vaz de Caminha* — Livros de Portugal Ltda. — Rio de Janeiro — s.d. Pag. 241).

(7) São frequentes as alusões do cronista à filosofia, mas longe de qualquer conhecimento preciso ou técnico. Adiante, ele falará nos "armazens de seccos e molhados representantes legitimos da filosofia materialista". Mais adiante ainda: "a carne seca é no Brasil a primeira representante da filosofia positiva". Em outro livro acusa a "escola filosofica do sensualismo" como responsável pelos vestidos tão curtos que deixavam à mostra... o pé. (Cfr. Haddad (Jamil Almansur) — *Romantismo e Sociedade Patriarcal* — In Revista do Arquivo — nº 119).

(8) A lenda das aguas da Carioca prende-se ainda à crença muito difusa da ingenita vocação dos nossos indios para a musica e a poesia. Acentue-se ainda que o indígena longe estava de ser refratário ao verso. A sua alma de antropófago era brava, mas como espuma branca em oceano torvo, possuia um abrigo para as harmonias da musica e momentos de manifestações toscas de inspiração. Os primeiros cronistas da terra jovem são acordes em assinalar essa doce tendencia lirica do nosso incola. "São em geral grandes musicos e amigos de bailar" — afirma Gabriel Soares de Souza e, em relação aos tamoios do Rio de Janeiro — "eram grandes componedores de cantigas de improviso". E os tupinambás (o juizo é do mesmo Soares) "tambem se prezam de grandes musicos e no seu modo cantam em sofrivel tom e os musicos fazem mote, de improviso e suas voltas que acabam no consonnte do mote, os quais cantam e bailam juntamente em uma roda em a qual tange um tamboril em que não dobra as pancadas". (*Tratado Descritivo do Brasil* — Companhia Editora Nacional — 1938). Fernão Cardim, outro dos que, na narrativa ou na crônica, iam formando o acervo de nossa historiografia embrionária, corrobora informando que se os indios por acaso toma-

vam nas ciladas "um bom cantor e inventor de trovas" poupavam-no. E mais ainda: "arremedam passaros, cobras e outros animais, tudo provado por comparações para se incitarem a pelejar. Essas trovas fazem de repente e as mulheres são insignes trovadoras". (*Tratado da terra e da gente do Brasil* — Companhia Editora Nacional — 1938). E Simão de Vasconcelos: "Nenhuma outra satisfaz tanto a gente como a doçura do canto. Nela põe a felicidade humana. Chegou a ser opinião de Nobrega que era um dos meios que mais se podiam converter a gentilidade e por essa causa ordenou-se-lhe (a Anchieta) por em solfa as orações e documentos mais necessários da nossa santa fé porque à volta da suavidade do canto entrasse em suas almas a inteligencia das coisas do céu". (*Vida do Veneravel Joseph de Anchieta da Companhia de Jesus do Novo Mundo na Provincia do Brasil* — Officina de Ioam da Costa — Lisboa — 1672). E Varnhagen: "Os indigenas tinham um genero de poesia que lhes servia para o canto. Os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmos musicos e cantores que em geral tinham boas vozes mas eram demasiado monótonos. Improvisavam motes com voltas, acabando estas no consoante dos motes. O improvisador ou improvisadora garganteava ao mesmo tempo e no mesmo lugar em roda ao som dos tambores e maracás". (*Florilégio da Poesia Brasileira* — Publicações da Academia Brasileira — Rio — 1946 — Tomo I).

E não era assim apenas em relação aos indios do Brasil. Letourneau, tratando de aztecas e incas, considera: "À peine sorties de la sauvagerie nous sommes plus heureux pour les textes, et diverses poèsies ou fragments de poèsie lyrique, œuvre des anciens bardes méxicaines ou péruviens, sont parvenus jusqu'à nous. Il en existe même de differents genres et je puis citer des chants de guerre, des propheties poétiques, une ode composée par un souverain et enfin des chansons d'amour. Les bardes de l'Amérique centrale à la fois poètes et musiciens composaient les vers et les airs de leurs chants e chansons". (In Pinto da Rocha — *A Tradição da Poesia através da Historia* — In Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco — Recife — 1915 — vol. XVII, pag. 236).

Essa lenda parece que foi primitivamente veiculada na "Historia da America Portuguesa", de Rocha Pitta: "He fama acreditada entre os seus naturaes, que esta agua faz vozes suaves nos musicos, e mimosos carões nas damas". (Livraria Progresso Editora — Bahia — 3ª edição — Pag. 88).

O poeta Magalhães retoma a legenda:

"Vós solitários Genios dos desertos
Do meu pátrio Brasil, nunca invocados
Té-qui por nenhum vate, a cujas vozes
Doçura deram do Carioca as aguas;"

(Magalhães (Gonçalves de) — In *Grandes Poetas Romanticos do Brasil* — Edições LEP Ltda. — São Paulo — Pag. 132).

(9) Diz Plinio Airosa: "Sem que nos repugne no momento admitir a palavra *cari*, cristão, branco, etc., como origem de carioca, preferiremos francamente liga-la a acará ou acari. Aceitamo-las como mais proximas de certas verdades historicas, mais plausiveis em face da cultura material animologica e social de nossos indios..." (Airosa (Plinio) — *Obra citada* — Pag. 138).

Para Teodoro Sampaio, cary-oca significava a casa do branco, a residencia do europeu (*O Tupi na Geografia Nacional* — 3ª ed. — Escola de Aprendizes e Artifices — Bahia — Pag. 183).

Outras significações aventadas: *agua corrente de pedra, casa da fonte* ou *corrente saida do mato ou do monte, casa da corrente do mato*...

(10) Instalado o vice-reinado do Brasil no Rio de Janeiro, foi nomeado primeiro vice-rei o Conde da Cunha (1767 a 1769). Melhorou as fortalezas; construiu o trem e arsenal militar e de marinha, de cujo estaleiro saiu no seu tempo a grande nau *São Sebastião*. Representou contra a ordem de serem no Brasil extintos os ourives. Organisou o hospital dos Lázaros, obtendo para ele um excelente edificio perto de S. Cristovão... (Varnhagen — *Historia Geral* — 4º vol. — Pag. 235).

(11) Diz a tradição carioca que essa determinação do vice-rei (a de cobrir a vala com lages de pedra) só foi tomada depois dum acidente de que foi vitima um dos seus "oficiais de sala" que caira no fosso imundo, quando fugia em consequencia duma aventura amorosa". (Coarací (Vivaldo) — *Obra citada* — Pag. 103).

Refere-se Pizarro: "Em beneficio Publico mandou abrir a rua do Piolho, até a Lagoa da Sentinela; obrigou a Camara a tapar, ou cobrir com lages grossas a rua da Vala, que motivara funestos acontecimentos ao Povo e servia de recolher imundicias dos seus moradores, de onde fermentava a putrefação do ar ambiente da cidade, que com outros seminários semelhantes, e dispersos pelo centro da povoação, aumentavam as causas de moléstias graves, sustentando, tambem, a insuportavel aluvião de mosquitos". (Araujo (José de Souza Azevedo Pizarro e) — *Memórias Historicas do Rio de Janeiro* — Instituto Nacional do Livro — 1946 — 5º vol. Pag. 162).

CAPÍTULO IV

Como e porque o ajudante oficial da sala do vice-rei conde da Cunha meteu-se a jogar a banca na casa de João-Fusco; desenvolve-se a história que parece romance, e na qual são personagens João-Fusco e a Sra. Helena, a menina Águeda, a mãe Jacoba, o cão Degola, o oficial da sala, o sacristão da igreja de S. José e um *lobisomem* que uma noite põe em desordem a *banca*, e perseguido pelos jogadores escapa abismado na *vala*, enquanto o sacristão de S. José aproveitando o ensejo, bate a linda plumagem com a menina Águeda, logo depois sua esposa: diz-se como o banho do *lobisomem* foi o motivo de se cobrir a *vala* com lajedos; o oficial da sala faz prender por falsas suspeitas de pasquineiro o sacristão, que é solto por intervenção do vigário, e transcreve-se um *pasquim* que apareceu em frente à Rua do *Padre Homem da Costa* junto da *vala*.

O vice-rei conde da Cunha foi mas não foi quem mandou que a Câmara Municipal fizesse cobrir com lajedos a *vala* nauseabunda e pestífera (1). Este *foi mas não foi* parece absurdo; é porém uma das verdades mais verdadeiras, que ainda às vezes se revelam em factos. *Foi* — porque assinou a ordem *mas não foi* — porque de outrem partiu a iniciativa e a determinação.

O conde da Cunha, velho, achacado, e sem actividade (2), era o vice-rei; via porém pelos olhos, e governava pela cabeça de seu ajudante oficial de sala, o tenente-coronel Alexandre Cardoso de Menezes, que por muito hábil, inteligente, e insinuante ganhara sua inteira e cega confiança, e se tornara o vice-rei de facto (3).

Infelizmente Alexandre Cardoso era de mau carácter, de costumes dissolutos, jogador, libertino, desenfreado em suas paixões, e tanto mais perigoso, que além de valente e corajoso, dobravam-lhe a ousadia o poder de que dispunha e a certeza da impunidade.

No tempo do vice-reinado do conde da Cunha jogava-se muito, jogava-se demasiadamente na cidade do Rio de Janeiro, muito e apenas um pouco menos do que actualmente. O jogo dominante era então a *banca* (4).

Alexandre Cardoso jogava quase todas as noites; mas só em rodas de gente rica e a mesas cobertas de ouro; uma vez, porém, fez excepção a essa regra.

Uma noite, em 1764 ou em 1765, passando ele pela Rua da *Vala*, entrou como por acaso na loja de *João-Fusco* (5), e pediu ao caixeiro biscoitos de carimã, balas, e mais ia pedir quando se interrompeu, perguntando:

— Que fazem lá dentro?

— Jogam a banca; sim senhor.

— Chama João-Fusco.

João-Fusco correu logo ao chamado.

— Eu também quero jogar, disse Alexandre Cardoso.

E entrou sem cerimónia, dizendo aos jogadores que respeitosos e surpresos se levantaram:

— Não há nada de novo: é apenas mais um parceiro.

Alexandre Cardoso mostrou-se agradável, desfez o acanhamento da companhia, jogou, perdeu duzentos cruzados, e alegre, e brincão levantou-se e disse:

— Basta por hoje, voltarei porém à desforra, João-Fusco! na tua casa joga-se liso. Adeus.

E saiu.

Agora breve explicação.

João-Fusco, a quem tinham alcunhado *Fusco* pela cor muito trigueira, era ilhéu açoriano, e morava na Rua da *Vala*, logo além da Rua do *Cano* (hoje *Sete de Setembro*) em pequena casa de duas portas e com sótão, a qual abria portão do quintal para a Rua dos *Latoeiros*.

João-Fusco tinha consigo uma irmã, a Sra. Helena, ilhoa como ele, e que no Brasil enviuvara, ficando-lhe do casamento uma filha, a menina Águeda, então com 18 anos, carioca lindíssima: mas prèviamente condenada a casar com o tio já quinquagenário, homem de bem, mas genioso, desconfiado, ciumento e terrível como um turco.

Aproveitando a habilidade e prática da irmã e da sobrinha, que eram *doceiras* magistrais, João-Fusco abrira na frente da casa loja de doces, espécie de confeitaria daquele tempo, e aí vendia excelentes biscoitos, bolos, amendoas de castanhas de caju, balas e confeitos, e em vez de sorvetes (6), que sòmente setenta anos mais tarde se tomaram na cidade do Rio de Janeiro, o refrigerante e saboroso *aloá* (7).

Além de Helena e Águeda, João-Fusco tinha em casa o caixeiro que o ajudava no serviço da loja; mas que era absolutamente privado de comunicação com a família, uma negra sexagenária escrava de Águeda, cuja ama de leite fora, e enfim um grande cão.

A mãe Jacoba (a escrava), e Degola (o cão) eram os guardas do quintal e do portão, do qual em todo o caso João-Fusco à noite guardava a chave.

Helena e Águeda de dia trabalhavam na sala de jantar e na cozinha; e às oito horas da noite se recolhiam ao sótão, que constava de uma saleta na frente, e outra no fundo: a primeira era ocupada por Helena, a segun-

da pela menina. As janelas das saletas eram fechadas de cima a baixo por varões de ferro.

Águeda tinha em horror o tio, e a ideia de lhe pertencer como esposa fazia o tormento da sua vida; no entanto dissimulada e sonsa ela ria, e cantava de dia, e rezava muito de noite; mas Santo António sabia o que a menina sua devota nas rezas e em promessas lhe pedia.

Coitadinha! todos contra ela: Helena, que era a ilhoa mais áspera e desalmada, querendo-a a todo transe casada com o irmão, vigiava incessantemente a filha e não a deixava pôr pé em ramo verde.

As moças aproveitam ainda o mais fraco recurso para satisfazer sua vaidade de boniteza, e o único recurso de Águeda era, duas ou três vezes por dia, e quando a mãe se achava mais atarefada, correr por minutos à sua saleta do sótão, e, pondo-se à grade da janela, mostrar seu rosto, seu colo e seus ombros aos que por acaso passavam pela Rua dos *Latoeiros*.

Quase sempre atrás da menina era mandada a escrava, que, ao vê-la à janela, benzia-se, dizendo:

— Ah, Nenê! você faz pecado! Olha senhô João!

Águeda ria-se.

Oh! mas é claro, que Jacoba era mais vigilante e mais terrível do que o dragão das Hespérides, e tanto que João-Fusco para experimentá-la, já tinha pago falazes tentativas de sedução para recados a Águeda, e a negra se mostrava sempre incorruptível e ameaçadora de denunciar à mãe e ao tio da menina.

Que escrava modelo!... ela porém quase tanto como Helena criara em seu colo Águeda, e amava-a com idolatria de quase avó.

Ainda mesmo com os seus varões de ferro as duas janelas do fundo do sótão da casa de João-Fusco torna-

ram célebre a beleza de Águeda, na cidade do Rio de Janeiro.

Fora daquelas janelas, e aí mesmo, através das grades, e só por breves minutos, ninguém conseguia ver a sahida noiva de João-Fusco, que apenas aos domingos saía com a irmã e com a sobrinha para ouvir missa na Igreja de S. José; mas então, irmã e sobrinha levavam mantilhas e véus impenetráveis.

E nem a simples hipótese de *amigo vento* em socorro de Águeda!

Ao entrar na igreja era sempre o sacristão (santo rapaz, sobrinho do vigário, e que não levantava os olhos do chão) quem apresentava às duas senhoras o hissope para que elas se persignassem com água benta.

Foi num desses momentos rápidos de oferecimento e tomada de água benta que o libertino Alexandre Cardoso, sem poder apreciar bem, adivinhou a beleza de Águeda.

Dias depois ele viu-lhe o rosto à janela do sótão, e, aceso em criminosas flamas, resolveu seduzi-la e apoderar-se dela.

Perdeu tempo, mandando tentar a todo o preço a conivência e o concurso da negra Jacoba.

Perdida a esperança de entrar pelo portão, determinou introduzir-se pela porta da frente.

E foi jogar na casa de João-Fusco.

A roda dos jogadores não era indigna; toda, porém, de gente da classe média, e de *banca* modesta, estava longe de satisfazer o oficial da sala, frequentador da sociedade aristocrática e jogador delirante.

Todavia Alexandre Cardoso voltou a jogar em casa de João-Fusco, mais de dez vezes, perdendo quase sempre cem, duzentos e muitos mais cruzados.

O jogo durava ali até muito depois da meia-noite; mas de ordinário Alexandre Cardoso, quando perdia, retirava-se antes de terminada a *banca*.

Já se desenganara do esperançoso plano de chegar a introduzir-se, mercê do jogo, no interior da casa, porque a *banca* tinha por limite absoluto o fundo da saleta contígua à loja, e a porta de comunicação interna sempre estava trancada; já estava disposto a libertar-se do sacrifício daquele jogo plebeu, quando uma noite, saindo pouco antes da meia-noite da *banca* de João-Fusco, ao tomar no Largo da *Carioca* a Rua da *Cadeia* viu um vulto de homem embuçado ao portão do quintal da casa que era o seu objectivo.

Alexandre Cardoso recuou, e pregando-se à quina da Rua dos *Latoeiros*, estendeu o pescoço, adiantou a cabeça até os olhos, e apurando a vista, e no silêncio geral aproveitando o ouvido, observou curioso...

O vulto bateu de leve e compassadamente três vezes no portão, que quase logo se abriu com abafado ruído da chave...

O vulto entrou, e o portão se trancou com o mesmo cuidado.

Alexandre Cardoso estava informado de que havia bravíssimo cão no quintal; mas não ouviu nem latido, nem enfezado rosnar de cão.

— E' um amante feliz! disse entre si com ciúme e confusão o soberbo oficial da sala do vice-rei.

Havia explicável erro no pensamento íntimo de Alexandre Cardoso. Águeda não era vítima de um sedutor; mas, graças à segunda chave fabricada por artifícios de exaltado amor, e confiada à velha escrava protectora, a menina recebia algumas vezes em entrevistas o escolhido de seu coração, e seu desejado noivo.

Helena cansada dos trabalhos do dia inteiro, desde que dormia, era sono de pedra; João-Fusco desde que começava a jogar, e tinha no bolso a chave do portão, só ia aos fundos da casa, se o *Degola* rosnava, ou assanhava-se no quintal; a negra Jacoba velava protegendo o amor da menina: em noites ajustadas, ouvindo os três toques de sinal, abria o portão que outra vez trancava depois de dar entrada a um mancebo, e enquanto ia anunciá-lo a Águeda, o *Degola* festejava o seu já conhecido, que lhe trazia sempre algum regalo à gulodice canina.

No entanto Águeda chegava; mas a sua entrevista com o namorado nunca se estendia além de um quarto de hora, e nunca se passava livre da presença da escrava, nisso ao menos prudente.

O namorado de Águeda era o sacristão, sobrinho muito querido do vigário da freguesia de S. José.

Mas Jacoba precauta a preparar defesa para si, ou fonte de astúcias para os seus protegidos amantes, andava a fingir-se assustada, dizendo a João-Fusco e a Helena que havia *lobisomem* a correr de noite pelas vizinhanças.

A crença insensata nos *lobisomens* era muito comum então entre a gente rude; João-Fusco deu a coisa por certa, e Helena chegou a assegurar que o *lobisomem* de que Jacoba falava devia necessàriamente ser um meirinho que morava na Rua do *Cano*, e que era muito *amarelo* (8).

Pelo medo que o *lobisomem* causava Jacoba se presumia de domínio mais seguro no quintal durante as noites.

Nem tudo, porém, havia de ir correndo à medida dos desejos da velha escrava que, ao amanhecer de um dia, achou morto ao pé do portão o bravo *Degola*, que era tão amigo do sacristão. Debulhada em lágrimas correu ela a dar parte do caso, e João-Fusco, tendo examinado o corpo do pobre animal e não encontrando nem

ferimento, nem contusão, declarou o cão morto de peste e consolou a escrava prometendo dar-lhe em breve um outro *Degola*, o que aliás era do seu interesse.

Quem sabia perfeitamente de que mal tinha morrido o *Degola* era Alexandre Cardoso.

O extravagante e dissoluto oficial da sala descobrira depois de algumas noites de espreita, que o amante suposto sedutor de Águeda era o sacristão e sobrinho do vigário de S. José.

Alexandre Cardoso delineou então atrevido ou antes adoidado plano só explicável em quem muito contava com o respeito que impunha a sua posição oficial, além de confiar não menos na própria valentia.

Continuou a jogar na casa de João-Fusco; mas às 11 horas da noite saía, indo encontrar-se no largo da *Carioca* com um soldado do seu regimento, que ali o esperava.

Perdeu três noites assim; na quarta porém viu o embuçado, reconheceu o sacristão que dobrava da Rua da *Cadeia* para a dos *Latoeiros*.

— E' aquele... murmurou.

O soldado avançou rápido e chegando ao pé do embuçado, disse-lhe vivamente:

— Sr. Sacristão, o reverendíssimo Sr. Vigário o manda chamar já e já à igreja.

O sacristão atarantado por terem-no reconhecido, e não sabendo que pensar do que àquelas horas tinha de fazer na igreja, voltou apressadamente.

Alexandre Cardoso despediu o soldado, chegou-se ao portão da casa de João-Fusco, e bateu de leve três vezes.

O portão abriu-se, e ele que não se arreceava mais do *Degola*, entrou imediatamente.

Jacoba trancou de novo o portão, e tão escura estava a noite, que ela não deu logo pela troca do namorado da menina.

Mas Alexandre Cardoso, sentindo-a tirar a chave do portão, e querendo ter saída livre, disse baixinho e disfarçando a voz:

— Dê-me a chave.

A negra recuou desconfiada, e perguntou:

— Você quem é?... fala!

Alexandre Cardoso, em vez de falar, avançou dois passos, e Jacoba recuou quatro, e um a avançar, e a outra a recuar chegaram, isto é, a negra meteu-se pela cozinha, e o tresloucado substituto do sacristão parou à porta, e à fraca luz de ruim candeia, mostrou uma bolsa, sacudindo-a para assinalar que estava cheia de ouro.

Jacoba, verificando que não era o sacristão, soltou um grito, e atirando-se para dentro da casa, começou a bradar:

— Tem *lobisomem* em casa!... *lobisomem* entrou!

Alexandre Cardoso sentiu alvoroço na sala do jogo, e não tendo retirada pelo quintal, perdida a cabeça, lançou-se além da cozinha pela sala de jantar, tomou por estreito corredor, e ao ouvir o ruído que faziam os jogadores, que acudiam aos gritos da negra, foi subindo uma escada, que achou no fim do corredor sem saída...

Mas no tope da escada apareceram Helena e Águeda a bradar:

— O *lobisomem* vem para o sótão!... o *lobisomem* está aqui!

Alexandre Cardoso precipitou-se pela escada abaixo, tornou à sala de jantar, viu os jogadores que voltavam apressados do quintal, tomou por outro corredor, chegou

à saleta do jogo, e enfim, orientado, saiu veloz pela porta ainda entreaberta da loja.

Estava livre do maior perigo; não querendo, porém, que o reconhecessem, e certo de ser perseguido, como de facto logo o foi, fugiu, correndo pela Rua da *Vala*, e aturdido pela vozeria dos jogadores já a segui-lo, ao chegar diante da extrema da Rua do *Padre Homem da Costa*, deu infeliz salto para vencer a *vala*, e caiu dentro dela.

Pior do que isso! João-Fusco e os companheiros da *banca* aproximaram-se, e Alexandre Cardoso, furioso, sem medo, mas envergonhado do ridículo de sua situação, e para escapar à publicidade do seu escandaloso procedimento, abismou-se até o pescoço na *vala* nauseabunda e mal cheirosa.

Os perseguidores o procuravam... alguns diziam que ele se escondera dentro da vala, já falavam em mandar vir luzes e archotes, o poderoso oficial da sala do vice-rei estava em torturas, quando angustioso brado veio salvá-lo.

— O *lobisomem* carregou com Águeda!... gritava Helena desesperada.

João-Fusco e seus amigos acudiram ao clamor de Helena.

O caso era simples.

O sacristão achara a Igreja fechada e a casa do vigário seu tio também de porta trancada, e amante apaixonado a imaginar traição, voltara à Rua dos *Latoeiros*, ouvira grande ruído na casa de João-Fusco, e apreensivo se dirigira para a *Loja de Doces*.

Quando ali chegava, Helena saía como espavorida agarrando-se ao irmão que com os sócios da banca iam em perseguição do *lobisomem*.

À porta da loja ficaram sòmente Águeda e Jacoba que lhe contaram quanto se passara.

O sacristão, adivinhando pela ousadia da tentativa algum poderoso rival, disse com ansiedade a Águeda:

— Oh!... em tal caso ou já, ou nunca!

E ofereceu a mão à menina.

Águeda o compreendeu, e tomando-lhe a mão, fugiu com ele.

Pouco depois Helena menos aterrada, lembrando-se da filha, voltou cuidadosa para casa; mas debalde procurou Águeda, encontrando apenas Jacoba caída no chão e em terríveis contorsões.

Tudo obra do *lobisomem*!

João-Fusco e os outros chegaram para reconhecer a triste verdade.

Águeda tinha desaparecido.

Alexandre Cardoso, aproveitando à súbita retirada dos perseguidores, saiu da *vala*, e desapontado e prestes recolheu-se à sua casa, onde, livre da roupa imunda, só depois de três sucessivos banhos, foi no leito pedir ao sono o esquecimento das suas extravagâncias e do seu desastre dessa noite.

O epílogo desta tradição tem o merecimento de dois bonitos quadros: um o da felicidade de dois jovens amantes; outro o de um benefício público.

O vigário de S. José perdoou fàcilmente a travessura do sobrinho, casando-o com Águeda, a despeito dos impedimentos que João-Fusco protestava que ia apresentar, mas que não ousou fazer.

Alexandre Cardoso, o ajudante oficial da sala do vice-rei, tomara em aversão a *vala*, e sem dúvida para obviar iguais e possíveis desastres futuros, fez com que o conde da Cunha ordenasse à Câmara Municipal que a mandasse cobrir com lajedos.

Precaução de useiro salteador amoroso nocturno.

Veio *ex-fumo* a luz, do mal o bem; de um banho fétido na *vala* a pétrea coberta desta.

Meses depois de realizada a obra beneficiadora da cidade, e de quase de todo esquecida a famosa história do *lobisomem* na casa de João-Fusco, *lobisomem* de que principalmente as velhas davam testemunho até jurado da aparição, da correria, e do desaparecimento misterioso por arte diabólica, Alexandre Cardoso que era vingativo e mau, explorando a frequência de *pasquins* injuriosos que amanheciam pregados nas esquinas das ruas contra ele próprio, e contra o vice-rei conde da Cunha, um dia mandou prender o sacristão da Igreja de S. José como suspeito de *pasquineiro* (*).

Era suspeita imaginada, calúnia indigna e perversa, vingança de opressor cruel.

Mas, ainda bem que a vítima, o sacristão, era sobrinho de padre, e ainda mais e melhor, sobrinho de padre vigário.

O marido de Águeda tinha averiguado, ponto por ponto, a história toda do *lobisomem;* guardara-a, porém, consigo a medo do *oficial da sala.*

O tio vigário, sabendo da prisão do sobrinho, foi ter com ele à cadeia, e ouvindo-o então narrar o caso do *lobisomem,* que explicava a injusta prisão, correu logo a referi-lo ao bispo D. frei António do Desterro, e o bispo deu conhecimento de tudo ao conde da Cunha, que mandou soltar o sacristão, bem que não acreditasse no que diziam contra o seu ajudante oficial da sala.

Propalou-se logo a história do *lobisomem* e dias depois amanheceu em frente da Rua do *Padre Homem da Costa* junto da vala, fincado um poste e nele pregado o seguinte pasquim:

Mude-se o nome da rua,
tenho outro nome e mais gala;
Seja, em vez de *Homem da Costa*,
Do Ajudante da sala,
Que uma noite um *lobisomem*
Aqui se banhou na *vala*.

Horas depois vieram soldados arrancar o pasquim, e derribar o poste; muitas pessoas, porém, já tinham lido e decorado o malicioso versinho, que a tradição popular conservou.

Graças ao medo das perseguições do terrível oficial da sala do vice-rei conde da Cunha, a actual tafulona *Rua do Ouvidor* escapou ao vexame de passar então a denominar-se não — Rua do *Ajudante Oficial da Sala*, como propusera o pasquim, mas Rua do *Lobisomem*, conforme alguns mancebos *janotas* do tempo, e mais atrevidos pela influência de suas famílias nobres ou ricas durante semanas a chamaram por zombaria ao aborrecido Alexandre Cardoso.

A rua manteve a sua denominação de *Padre Homem da Costa*; mas parece que a proposição do *pasquim*, e a alcunha sarcástica dada por aqueles mancebos destemidos já eram prenúncios da próxima deposição do *Padre Homem da Costa* no seu domínio denominativo da rua, que começava a ser anacrónica pela batina e o solidéu de que ele usara.

A rua vai receber nome novo e é de honra e de etiqueta que o receba em novo capítulo destas *Memórias*.

NOTAS AO CAPITULO IV

(1) "Ao fazer doação aos franciscanos do terreno para ereção do seu convento, em 1607, contraíra a Camara o compromisso de "fazer uma vala em forma que a agua da alagoa que fica mais perto do dito sitio vá responder ao mar e não seja prejudicial aos Religiosos que na dita Casa habitarem". Era esta lagoa, mencionada na citada escritura, a que ocupava o atual largo da Carioca e suas adjacencias, e se comunicava com o mar, na Prainha, por estreito sangradouro natural.

O compromisso assumido não fora cumprido. Mas neste ano de 1641, provavelmente por terem insistido os frades, molestados pelos mosquitos que ali se criavam e pelo mau cheiro que as aguas estagnadas exalavam, mandou a Camara abrir a prometida vala com o objetivo de drenar a lagoa. Seguia este canal o trajeto da presente rua Uruguaiana, cujo primitivo nome foi, durante dois séculos, "rua da Vala" e veio a constituir, por largo periodo, o limite da zona urbana da cidade, sendo numerosas vezes mencionada nas posturas municipais, praticamente com esse carater". (Coaraci (Vivaldo) — *Obra citada* — Pag. 103).

(2) E' injusta esta acusação de inatividade que Macedo faz ao Conde da Cunha. O historiador compendia as suas realizações:

Obras de fortificação, tendo mandado construir na ilha das Pombas (depois Santa Bárbara) dois armazens para depósito de pólvora;

— reparação dos quartéis da cidade, que se achavam em ruina;

— construção no morro da Conceição, de um estabelecimento com oficinas de armamento e arrecadação;

— construção de uma casa para o parque de artilharia, na ponta chamada da Misericordia, dando assim principio ao futuro Arsenal de Guerra;

— edificação, no mesmo local, de um quartel para as duas companhias de cavalaria, creadas em 1765, e destinadas à guarda dos vice-reis;

— reedificação do Arsenal de Marinha, no terreno doado pelo Mosteiro de São Bento, na base do morro do mesmo nome;

— construção da nau *São Sebastião*, lançada ao mar em 8 de fevereiro de 1767;

— levantamento neste ano do *Mapa manuscrito da Capitania do Rio de Janeiro;*

— execução das medidas constantes da carta régia de 28 de novembro de 1698, sobre as officinas de ourives, que não podiam exceder de três, apprendidos os instrumentos que passassem desse numero;

— repressão do contrabando;

— abertura da rua do Piolho, do largo da Carioca até a Lagoa da Sentinela;

— cobertura da rua da Vala;

— conseguiu por doação para o Hospital dos Lázaros a casa onde estes se achavam alojados em S. Cristóvão;

— inicio dos serviços de circunscrição militar, afim de formar 3/4 da infantaria auxiliar;

— providencias quanto ao aumento da população;

— decretou medidas de moralidade publica, reprimindo a vadiagem e os delitos;

— manteve o prestigio da autoridade civil e da magistratura. (Fleiuss (Max) — *Historia da Cidade do Rio de Janeiro* — Melhoramentos. São Paulo — Pags. 126-7).

(8) As tropelias desse funcionário são referidas por Pizarro: "As suas ordens, distribuidas com inteireza e justiça, mas executadas com terror excessivo por sujeitos malfazejos, se atribuiram as causas de imensas lágrimas, que derramaram muitos pais de familias, viuvas, orfãos e outras pessoas miseráveis; mas, rasgado o véu que encobria tantas calamidades, manifestando-se os desonrosos procedimentos do Ajudante Official da Sala, e de outros subaltemos semelhantes, cuja ambição desmedida flagelava o publico à sombra do nome e da voz de quem os mandava, principiou a aparecer serena a execução das providencias, depois de castigados exemplarmente os ins-

trumentos de tantos males". (Araujo (José de Souza Azevedo Pizarro e) — *Memorias Historicas do Rio de Janeiro* — Instituto Nacional do Livro — 1946 — 5º vol. — Pags. 164-65). (O aludido Ajudante Oficial da Sala é "Alexandre Cardoso de Menezes, Tenente-Coronel do Regimento Velho da Praça, que foi acabar miseravelmente os seus dias em Lisboa". (*Obra citada* — Pag. 813).

Joaquim Manuel de Macedo gasta um romance inteiro para descrever proezas deste "oficial da sala" e dos protegidos do vice-rei "que atentavam contra a honra das familias, desrespeitando a inocencia das donzelas, a honestidade das esposas, e o recato das viuvas". (*As Mulheres de Mantilha* — Melhoramentos — s.d. — Pag. 8).

(4) *Banca* — "Espécie de jogo de cartas em que o banqueiro dispõe em vários montes as cartas do baralho, ganhando o monte cuja carta inferior marcar menos pontos". (*Enciclopedia e Dicionario Internacional* — Jackson). O vicio do jogo não foi só no tempo assinalado por Macedo, mas parece haver madrugado no Brasil. Por 1519, Pigafetta consegue trocar com os indios seis galinhas por um rei-de-oiros "e ainda imaginaram ter feito um excelente negócio". (In Dias (Eduardo) — *Memórias de Forasteiros* — Livraria Clássica Editora — Lisboa — 1946 — Pag. 81). Varnhagen (*História Geral* — 1º vol. — Pag. 386) refere que Estácio de Sá lançou "um bando proibindo com grandes penas os jogos de cartas, dados e bola. Porém os colonos estavam de tal modo metidos no vicio do jogo (conjuntamente com o ócio e a murmuração) tão frequente nos acampamentos, como a bordo, que dentro de pouco se viu obrigado a conceder uma anistia aos processados por tais delitos"... Por decreto de 31 de outubro de 1811, foi anexada a Real Fábrica de Cartas de Jogar à Impressão Régia... Durante este tempo e depois a Impressão Régia viveu à custa da exploração das cartas". (Vieira Fazenda — *Obra citada*).

(5) Era comum esse apelativo de Fusco acrescentado como cognome ao das pessoas mulatas. No Brasil Cousin Fusco chamou-se Antonio Pedro Figueiredo, uma das maiores figuras do socialismo brasileiro no seculo passado.

(6) A introdução do gelo no Rio de Janeiro (por longo tempo importado dos Estados Unidos) deu-se em 1834. St. Priest testemunha: "Uma particularidade que quase não merece referida, mas que no entanto é singular, é a introdução do gelo no Rio de Janeiro. Nunca se o tinha visto por aqui. Um navio americano trouxe um carregamento. Nos primeiros dias ninguem o quis; os brasileiros pretendiam que o gelo queimava, mas hoje passou a desfrutar de grande favor e faz-se dele um emprego tão agradável quanto util em semelhante clima". (In Rangel (Alberto) — *No Rolar do Tempo* — Livraria José Olimpio — Rio de Janeiro — s.d. Pag. 180).

A introdução e os primeiros passos na difusão do sorvete não deixou de ter alguma cousa de sensacional. Expilly (a edição do livro em que vem o relato já é de 1862) comenta não sem algum entusiasmo: "...visitamos numerosas vezes o estabelecimento de Franzioni; tomamos ali sorvetes de laranja, limão, banana, mas nos foi impossivel de conseguir de baunilha, coisa estranha! nesse pais que produz a baunilha. Um sorveteiro nos disse que a Europa açambarcava esse genero, e que um sorvete de baunilha custaria mais caro no Rio que em Paris". Acrescenta depois: "...as senhoras... apreciam os sorvetes europeus. Esta voga permitiu ao Franzioni realizar uma bela fortuna; antes de minha partida do Rio, dizia-se que ele vinha de comprar todos os terrenos de que se compõe o morro de Santo Antonio". (Expilly (Charles) — *Le Brésil tel qu'il est* — E. Dentu — Paris — 1862 — Pags. 57-58).

A ingestão do sorvete deve estar associada ao problema da doença naquela terra de tuberculosos que era o Brasil. Tanto que sobre o gelado, por motivos higienicos, é possivel que haja incidido em certas condições irremovivel o "don't" patriarcal. Vemos em Taunay: "Nesta festa (em 1851)... pela primeira vez provei sorvetes e os achei excelentes. Que sonho meu, desde então poder tomar um fartão daquela refrigerante guloseima". (Visconde de Taunay — *Memórias* — Instituto Progresso Editorial — São Paulo — 1948 — Pag. 54).

Baile que se prezasse não dispensava o sorvete. Fazendo uma reportagem de uma excursão de Dom Pedro II pela Provincia do Rio de Janeiro, anota o cronista: "Ontem teve lugar o baile do Imperador que começou às 8 da noite e terminou às 3 da madrugada; esteve esplêndido e magnífico, como devera estar uma função imperial, e ATÉ SORVETES HOUVE". (Freire (Reginaldo Muniz) — *Itinerário de viagem de S.M. o*

Imperador à Província do Rio de Janeiro — Tipografia Austral — Rio — 1847).

Às vezes também se abusava... "Um ministro de Estado sofreu diatribes de um jornal, porque nos faustosos bailes, em sua casa, apenas com sorvetes chegava a gastar duzentos mil réis". (Cruls (Gastão) — *Aparência do Rio de Janeiro* — Livraria José Olímpio — Rio — 1949 — 1º vol. — Pag. 304).

(7) "O milho demorado n'agua, depois de três dias, dá a esta um sabor acre, de azedume, pela fermentação. Coa-se a agua, adicionam-se pedaços de rapadura e, diluida esta, tem-se bebida agradavel e refrigerante.

Pelo mesmo processo se prepara o "aluá" ou "aruá" da casca do abacaxi". (Querino (Manuel) — *A arte culinaria na Bahia* — Livraria Progresso — Salvador — 1951 — Pag. 43).

"O "aluá" é uma bebida muito fresca, composta de agua de arroz fermentado, ligeiramente acidulada, embora açucarada, e muito agradavel de beber-se. Para seu estabelecimento basta à vendedora possuir um pote de barro, um prato, uma grande xicara de porcelana e, finalmente, um coco de cabo de madeira, especie de colher e ao mesmo tempo medida de capacidade que serve para tirar do pote a quantidade de bebida suficiente para encher a xicara, a qual é vendida a 10 réis". (Debret (Jean Baptiste) — *Viagem Pitoresca e Historica ao Brasil* — Trad. de Sergio Milliet — Livraria Martins — 2ª edição — Pag. 217).

(8) O lobisomem é um dos mitos mais populares e mais antigos do Brasil. E' descrito como um grande cão peludo, andando com a parte traseira mais levantada e o focinho quase tocando o chão. O ser amarelo é condição sine qua non para ser lobisomem, tanto que relata Oswaldo Orico: "Recordo-me perfeitamente de uma cena da minha infância, em Belém do Pará. No caminho do colégio, havia uma cocheira e pegado a ela, um terreno com várias goiabeiras. De passagem por ali, eu e os colegas fazíamos uma paragem obrigatoria para apanhar goiabas. Afim de assustar-nos, o dono da cocheira resolveu colocar no fundo do terreno um sujeito amarelo, em quem logo descobrimos o tipo do lobisomem". (*Vocabulário de Crendices Amazônicas* — Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1937 — Pag. 153).

(9) Em *As Mulheres de Mantilha* Macedo traz alguns destes possíveis pasquins:

O vice-rei os leprosos
Da cidade desterrou;
Mas a lepra mais horrível
Na cidade conservou!

A nau *Sebastião* está no estaleiro,
Há obras novas e recrutamento,
Para terço geral alistamento,
Povo a servir governo caloteiro.
A explicação quereis?...
Vós todos o sabeis:
Alexandre Cardoso quer dinheiro. (Pag. 85)

A função do pasquim é esclarecida pelo próprio Macedo em seu *As Mulheres de Mantilha*: "Nos governos absolutos e opressores o desgosto público, a quem falta a válvula da imprensa antes de chegar a revolta, manifesta-se nas zombarias e nos insultos do pasquim" (Pag. 84). Vasou ainda o pasquim com certeza muita maledicência gratuita. Macedo deve ter vivido de molde a assistir no Rio de Janeiro o período de esplendor desta forma de imprensa, quando o ataque à honra alheia atingia os limites mais extremos. Foi na fase exatamente posterior ao 7 de Abril. Di-lo Moreira de Azevedo, referindo-se a esta fase: "Tornou-se o estilo da imprensa periódica insultuoso e desonesto; a crítica ferina e a sátira mordente nada respeitavam, nem o nascimento, nem a posição, nem a hierarquia, nem a modestia, nem a virtude; o jornalismo aberrou da sua instituição, esqueceu os seus deveres e transformou-se em pelourinho, onde se expunha à zombaria da multidão a reputação e a vida particulares, o que havia de mais sério e grave, a honra, o pundonor, a dignidade, o mérito tudo foi sacrificado ao furor, ao desespero dos partidos políticos". Nelson Werneck Sodré considera o pasquim "instituição nitidamente brasileira". (*A Pequena Imprensa na Regência e no Império* — in Revista do Arquivo — São Paulo — Julho-Agosto de 1950, pag. 79). Cfr. ainda Rizzini (Carlos) — *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil* — Livraria Kosmos — Rio — s.d. Pags. 240 ss.) e Mussolini (Gioconda) — *Os Pasquins do litoral Norte de São Paulo e suas peculiaridades na ilha de São Sebastião* — Separata da Revista do Arquivo — 184. São Paulo — 1950).

CAPÍTULO V

Como a Rua do *Padre Homem da Costa* chegou pelo lado de terra em seu *plus-ultra*, abrindo-se na actual Praça de *S. Francisco de Paula*: referem-se os tormentos do Cabido do Rio de Janeiro, e a história da *Sé Nova*, que nunca chegou a ser *Sé*. Transformação da cidade do Rio de Janeiro nos vice-reinados do marquês de Lavradio e de Luís de Vasconcelos; diz-se como a Rua do *Padre Homem da Costa* andou, ou permaneceu pouco lembrada até que o marquês de Lavradio que, como Henrique IV, era devoto do belo sexo, fez nela das suas costumadas proezas nocturnas, amando a viuvinha *Zezé*, cunhada do *Amotinado* verdadeiro, que foi logrado pelo falso *Amotinado*. Como houve ideia e questão de mudança da denominação da rua, que acabou chamando-se do *Ouvidor*, em honra do Dr. Berquó. Anuncia-se a festa do primeiro centenário da Rua do *Ouvidor* e promete-se o programa da grandiosa solenidade.

Quando o tenente-coronel Alexandre Cardoso, oficial da sala, perseguido como *lobisomem* na noite desastrosa, caiu dentro da *vala* no encruzamento da rua deste nome com a do *Padre Homem da Costa*, já esta há dezessete ou dezoito anos tinha pelo lado de terra chegado à extrema, onde pudera escrever — *plus-ultra* —; pois que acabara em sua embocadura na actual Praça de *S. Francisco de Paula*.

Breves explicações me parecem necessárias.

A Rua do *Padre Homem da Costa* fora obrigada a fazer alto quando chegou à rua da *Vala* (hoje da *Uruguaiana*): porque, além desta, o campo era do logradou-

ro público, e não se permitiu o prolongamento da rua, e nem ainda um pouco mais tarde, bem que perto do campo que lhe vedavam já estivesse edificada a Igreja de *Nossa Senhora do Rosário*, de particular devoção dos homens pretos livres, libertos e escravos.

Mas enfim veio o *Cabido* do Rio de Janeiro resolver o problema da revogação daquele logradouro público.

O *Cabido* do Rio de Janeiro desde muito que reclamava *Sé* própria e condigna.

Arruinada a *Sé* primitiva, a Igreja de S. Sebastião do Castelo, hospedou-se o *Cabido* na então simples *Capela de S. José* (1); mas faltando-lhe aí cómodos, invadiu quase à força a *Igreja da Santa Cruz dos Militares* (1a).

E' curiosa, mas triste, a história da campanha dos cónegos contra as irmandades donas da casa. estas a empurrar para fora os hóspedes, e os hóspedes a resistir, e opor-se à despedida; não cabe, porém, nestas *Memórias* a narração de quanto se passou nesse longo pleito.

Vencido na luta, e perdida a esperança de estabelecer-se na *Igreja da Candelária*, o *Cabido* acolheu-se *a pesar seu* na de *Nossa Senhora do Rosário*.

A prova do pesar do *Cabido* dá-a monsenhor Pizarro, que em suas *Memórias* repete *sem caridade* a queixa do forçado e inevitável contacto com *os pretinhos*, aliás seus e nossos irmãos em Deus (1b).

Mas o governo da Metrópole (reinado de D. João V), aprovando o plano apresentado, mandou construir nova igreja para *Sé* do Rio de Janeiro, e o governador Gomes Freire de Andrade, o bispo, e o engenheiro director das obras de acordo escolheram para o templo lugar no *Campo do Rosário* a curta distância da Rua da *Vala*, defronte da extrema imposta à rua do *Padre Homem da Costa*.

No assinalado histórico dia aniversário, 20 de Janeiro de 1749, foi lançada com aparatosa solenidade a primeira pedra da *Sé Nova*, cujos alicerces e grossas paredes haviam de servir não para ela, *vic vos non vobis*, mas para o edifício de que é última herdeira a *Escola Politécnica* do Rio de Janeiro.

Para o solene lançamento da primeira pedra limpara-se, aterrara-se em alguns pontos, e todo se igualara o terreno fronteiro à futura igreja, o qual, ou no mesmo dia 20 de Janeiro, ou pouco depois, recebeu a denominação de *Largo da Sé Nova*.

Então a Rua do *Padre Homem da Costa*, vendo um *largo* aberto no campo do logradouro público, usou do seu bom direito, saltando a *vala*, e estendendo ou continuando suas duas filas de casas até abrir-se no *Largo da Sé Nova*.

As obras da Sé, que ficaram em provérbio popular perpetuadas, após activo ardor dos primeiros meses, caíram em desalento, e ora interrompidas, por faltar azeite à lâmpada, ora continuadas muito preguiçosamente, chegaram porisso a excitar o ridículo que feriu a negligência e a desídia do governo com aquele provérbio fulminador das obras em que se consome o dinheiro público e nunca chegam ao fim.

Mais afortunada que a *Sé*, a Igreja de *S. Francisco de Paula* começada a construir-se em 1759 (dez anos depois daquela) no mesmo *largo*, em 1801 já estava acabada pelos seus *Mínimos* (²), que assim deram quinau aos *máximos* do governo, e em prémio do seu zelo o povo mudou o nome do *largo*, que ficou sendo chamado de *S. Francisco de Paula*.

A Rua do *Padre Homem da Costa* desde 1749 não teve mais prolongamento a aspirar; ainda, porém, era cedo para as glórias que a esperavam com outro nome.

De 1770 a 1791 a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro se transformou como por metamorfose rápida. Era feia lagarta, e o vice-rei marquês de Lavradio [3] fez sair do casulo a *borboleta*, asseando, calçando as ruas e praças, abrindo novas ruas, banindo as rudes *peneiras* das portas e janelas [4], e removendo para longe dos centros urbanos a aglomeração pestífera dos míseros negros trazidos da África para imundos recintos de mercado de escravos [5].

O vice-rei Luís de Vasconcelos [6], achando a borboleta fora do casulo e a ensaiar as asas de seda, deu-lhe água e flores em chafarizes, na Fonte das Marrecas, e no Jardim Público, e deu ainda à cidade novas ruas, uma das quais foi a das *Belas Noites* [7], então a romanesca das noites de luar crescente e pleno.

A Rua do *Padre Homem da Costa* não recebeu nesses vinte e um anos de florescimento na cidade melhoramento algum, à exceção do banimento das peneiras que a afeiavam, como as outras; dois anos porém, depois do começo do vice-reinado de Luís de Vasconcelos perdeu o nome que lhe tinham dado em 1659.

Escapara à denominação de Rua do *Lobisomem* no vice-reinado do Conde da Cunha, e como se vai ver, escapou de outras que lhe quiseram dar, para denominar-se *Rua do Ouvidor*.

O marquês de Lavradio, o vice-rei estadista, era varão de alto saber, de grande experiência e de virtudes; tinha, porém, a *fraqueza* de Henrique IV, e pecou não pouco por apaixonado do belo sexo. No seu tempo o doido Romualdo dizia que o *vice-rei limpava as ruas e sujava as casas*.

O ilustre marquês estava muito longe de ser ostentoso, delirante e corrompido perversor, como fora o ajudante da sala do conde da Cunha; foi, porém, conquis-

tador famoso, e teve ligações amorosas que o prenderam muito, e amores furtivos e passageiros que autorizaram o mordaz epigrama do doido Romualdo.

A princípio, e a supor-se cauto, ele dissimulou *suas fraquezas* de um modo singular e espirituoso.

O marquês adoptara o costume de sair sob diversos disfarces depois das dez horas da noite em passeio pela cidade para zelar a polícia e ver com os seus olhos o que se passava, e ouvir com os seus ouvidos o que se dizia.

Em suas rondas ou passeios levava ele sempre por companheiro único um oficial de milícias, o tenente João Moreira, conhecido pela alcunha de *Amotinado* pelos fáceis arrebatamentos de seu génio ardente e desordeiro.

O tenente *Amotinado* era de prodigiosa força, de ânimo inflamável e talvez o mais antigo *capoeira* do Rio de Janeiro, jogando perfeitamente a espada, a faca, o pau e ainda e até de preferência a cabeçada e os golpes com os pés (8).

Não se temia de dois ou de dez inimigos, multiplicava-se na defesa e no ataque pela agilidade. Tinha medo sòmente do vice-rei e do ouvidor da comarca.

Era dedicadíssimo, como ufanoso escravo do marquês de Lavradio, a cujo serviço não punha limites.

O marquês, quando tinha de pecar por devoção ao belo sexo, aproveitava para isso os seus disfarces e horas de passeio nocturno, pondo em ridículo e abusivo tributo a baixa condescendência do tenente.

À noite e a prazo dado, batendo de leve à porta que havia de se abrir a sinal de ajuste, se fraca voz perguntava:

— Quem é?...

— Tenente *Amotinado*, respondia sempre o marquês.

E o tenente não protestava.

Durante alguns meses por isso, e pelos falsos boatos que se faziam espalhar para explicação de amorosas travessuras, cujo mistério era mal guardado, ou por acaso descoberto, o tenente *Amotinado* gozou na cidade do Rio de Janeiro imerecida celebridade de feliz conquistador de invejados amores e de traquinas beija-flor inconstante em jardins pouco vedados.

Em breve, porém, o ardil foi conhecido e o tenente *Amotinado* caiu no ridículo, que devia ser o seu primeiro castigo.

O povo que amava o seu bom e sábio vice-rei era indulgente, repetindo a rir as notícias indiscretas de suas travessuras amorosas, e a zombar do cúmplice desbrioso, continuava já então malicioso a nomear como autor das nocturnas traquinadas o tenente *Amotinado*.

Mas todos sabiam bem que nome e que título se escondiam na pobre alcunha do *Amotinado*.

Mas acontecem coisas neste mundo!...

O tenente João Moreira, o *Amotinado*, o companheiro ou caudatário do marquês de Lavradio em seus passeios nocturnos, era casado e tinha em sua companhia uma cunhada, Josefa, chamada em família Zezé, viúva há um ano.

A esposa do *Amotinado* era bonita e jovem; mas a Zezé, dois anos mais moça, mais bonita ainda.

O tenente morava à Rua do *Padre Homem da Costa*, um pouco acima da dos *Ourives*, e sua casa de um só pavimento tinha além da porta da entrada uma outra em curto muro contíguo, a qual só se abria para o serviço dos escravos.

Ora no último ano do seu vice-reinado o marquês apanhado uma noite na Rua do *Padre Homem da Costa*, por súbita e grossa chuva, aceitou o oferecimento do tenente, recolheu-se à casa deste, e viu Leonor, ou *Lolora*,

como o marido e parentes a chamavam, e a *Zezé*, sua irmã.

O marquês ficou encantado, e creio que só em lembrança dos serviços que devia ao *Amotinado* não pensou em apaixonar-se de ambas.

Enamorado da *Zezé*, e castigando assim e sem ideia de castigo as vis cumplicidades do tenente, fez chegar seus recados e proposições amorosas à linda viuvinha, conseguindo comovê-la com a ternura prestigiosa, e com a sua singular beleza de vice-rei.

Não sei como o *Amotinado* descobriu o namoro e os projectos do marquês e pôs-se alerta para impedir que o vice-real namorado penetrasse em sua casa.

O cem vezes baixo e aviltado cúmplice de entradas nocturnas em casas alheias, não queria graças pesadas na sua: com outro qualquer teria logo posto fim à história, rompendo em escandaloso conflito do seu costume; com o vice-rei, porém, o caso era outro, e o tenente sabia que a mais pequena cabeçada levá-lo-ia à forca ou pelo menos ao desterro, ficando não só *Zezé*, mas também *Lolora* indefesas e à mercê do marquês, e de outros depois dele.

O *Amotinado* não fez bulha na família, guardou o seu segredo, e esperou, zelando vigilante e desconfiado a casa.

O marquês tinha no entanto chegado a sorrir à mais terna esperança.

Uma noite o tenente achou o vice-rei de cama em consequência de um resfriado, e em uso de sudoríficos.

— Tenente, disse o vice-rei com voz trémula, eu hoje não posso sair; vai rondar até à meia-noite, e vigia bem o *Jogo da Bola* e a cadeia. Amanhã às oito horas vem dar-me parte do que houver.

O *Amotinado* saiu.

Às onze horas da noite em ponto o marquês, disfarçado em oficial de marinha, parou na Rua do *Padre Homem da Costa* junto à porta do muro contíguo à casa do tenente e bateu de leve cinco vezes.

Uma voz comprimida e como ansiosa perguntou de dentro:

— Quem é?...

O marquês respondeu sorrindo:

— Sou o tenente *Amotinado*.

O portão abriu-se, e o marquês recuou um passo vendo o tenente que trazia na mão uma lanterna, e disse logo:

— Perdão, Sr. Vice-rei! eu sei que há dois *Amotinados* na cidade; mas nesta casa só entra sem pedir licença o *Amotinado* verdadeiro.

E trancou a porta.

O marquês quase que se encolerizou, mas faltou-lhe o quase; porque imediatamente desatando a rir, voltou sobre seus passos e foi dormir e sonhar com a linda viuvinha *Zezé*.

No outro dia recebeu às oito horas da manhã o tenente, tratou-o com a maior bondade, riu-se, lembrando-lhe o desapontamento por que passara no portão, louvou-lhe o zelo pela honra da *Zezé*, e a rir ainda mais, recomendou-lhe que tivesse cuidado com o falso *Amotinado*.

Continuaram como dantes em noites determinadas os passeios nocturnos do marquês e do tenente; este, porém, velava sempre em desconfiança daquele.

Algumas semanas depois, em noite de falha de ronda, o *Amotinado* ouvindo o toque das dez horas no sino de S. Bento, correu para casa, porque era a essa hora que o marquês costumava sair. Chegou, bateu à porta que *Lolora* veio abrir-lhe um pouco morosa; quando, po-

rêm, ia entrando, o tenente sentiu leve ruído... voltou a chave, fingindo ter trancado a porta e esperou...

Quase logo a porta do muro abriu-se, e por ela saiu um embuçado.

O tenente deu um salto em fúria de tigre; mas estacou, murmurando com os dentes cerrados:

— Sr. Vice-rei!...

— Aqui não há vice-rei, disse-lhe em voz baixa o marquês; há dois homens; mas, se o achas melhor, há o falso *Amotinado* a sair pela porta do muro, quando o verdadeiro entra pela porta da casa. E vê lá! não ofendas aquela que protejo!...

O embuçado afastou-se, deixando o tenente em convulsão de raiva estéril.

Um vice-rei deveras fazia medo.

Mas às dez horas da noite ainda havia gente acordada na Rua do *Padre Homem da Costa* e no dia seguinte toda a cidade sabia do caso das duas portas e dos dois *Amotinados*. Apareceram pasquins, compuseram-se cantigas e lundus (*), que eram as armas da censura popular do tempo, e alguns malévolos propuseram que a rua deixasse o antigo nome pelo de *Amotinado*.

O tenente celebrizou-se por brigas, em que ele só espalhou e espancou grupo de dez e doze maldizentes.

E chegou então o novo vice-rei Luís de Vasconcelos.

O marquês despedindo-se do *Amotinado* a quem pagara sempre liberalmente a exagerada e servil dedicação, deu-lhe larga bolsa cheia de ouro; este, porém, pediu-lhe com ardor a patente de capitão.

O marquês respondeu-lhe:

— Pobre *Amotinado*!... os postos do exército são do rei, que os confere a quem presta serviços a seu governo; os teus serviços foram prestados só à minha pes-

soa; e eu não posso pagá-los senão com o meu dinheiro. Vejo que uma bolsa foi pouco, e dou-te outra.

E foi buscá-la, e deu-lha, e o miserável aceitou-a.

O povo chorou, vendo partir para Lisboa o marquês de Lavradio, a quem todos perdoavam as travessuras amorosas pelo bom, sábio, justo e benemérito governo.

A linda viuvinha *Zezé* ficou com seu dote que lhe aumentou bastante a boniteza para achar, como achou marido de seu gosto e escolha.

Mas a Rua do *Padre Homem da Costa* não podia mais conservar a denominação envelhecida.

Continuava a teima dos zombeteiros e dos inimigos do tenente valentão e espalha-brasas em querer chamá-la *Rua do Amotinado*.

Acresceu logo depois a pretensão de alguns cónegos e de gente devota, que propunham a denominação de Rua do *Cabido* ou *Rua da Sé Nova*, em honra da *Sé Nova* que então, embora já desanimadamente, se construía no *largo* ainda desse nome, e onde se abria a Rua do *Padre Homem da Costa*. E quando mais fervente se achava esta contenda chegou de Lisboa nomeado *ouvidor da comarca* para o Rio de Janeiro o Dr. Francisco Berquó da Silveira (da família *Berquó* da qual foi membro e ulteriormente marquês de Cantagalo, amigo dedicadíssimo e estimado de D. Pedro I), e logo ou pouco depois de sua chegada à capital do Brasil-colónia, foi morar em 1780 à Rua do *Padre Homem da Costa*, na casa de sobrado, que é hoje de nº 62-A, e ocupada pela loja de papéis pintados do Sr. Aracoreta.

Um *ouvidor de comarca* era naquele tempo muito mais do que um simples mortal, era uma potestade, que o povo respeitava mais do que hoje respeita ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e não havia quem

deixasse de pôr-se de chapéu na mão quando ele passava (10).

Desde que o *Dr. Berquó* estabeleceu sua residência à Rua do *Padre Homem da Costa*, desfizeram-se as pretensões denominativas de Rua do *Amotinado* e do *Cabido*, e todos de acordo a chamaram *Rua do Ouvidor*.

E, portanto, o defunto padre *Homem da Costa*, muito depois de morto, deu em 1780 à *costa*, não nos baixios, mas nas alturas do ouvidor da comarca.

1780!... não esqueçam a data, que marca o começo da época que tinha de ser tão gloriosa para a rua por excelência poliglota e enciclopédica, labirinto, vulcão, mina de ouro e abismo de fortunas, rainha dos postiços e das artes arteiras, fonte de belos sonhos, armadilha de enganos, *et coetera, et coetera, et coetera*, somando tudo — *Torre de Babel*.

Principiara sendo — *Desvio* —, desvio do caminho reto, e essa origem não foi lisonjeira.

Passara de *Desvio* à Rua de *Aleixo Manuel*, plebeu raso, que embora só de fidalgos, era barbeiro, segundo os meus velhos manuscritos.

Subiu, tomou solidéu e batina, entrou para a categoria do clero, elevando-se à *Rua do Padre Homem da Costa*.

E enfim exaltou-se, mostrando-se com a toga da magistratura em sua nova e última denominação de *Rua do Ouvidor*.

E notem: o *ouvidor* chamava-se Berquó, nome cujas letras combinadas de outro modo formam o presente do indicativo do verbo quebrar — isto é — *quebro*, o que quer dizer: *não resisto, rendo-me*.

O *Berquó*, o tal *ouvidor*, tinha pois nas letras do seu nome cabalìsticamente encerrado o segredo dos encantos da rua, a que ninguém *resiste*, a que todos se *rendem*;

porque todos *quebram*, e até se *requebram*, escravos do seu poder.

Mas, não esqueçam, a rua começou a denominar-se do Ouvidor em 1780.

Mais dois anos passados, e fulgirá esplendíssimo, e super-memorável o primeiro centenário da brilhante e famosa *Rua do Ouvidor*.

Que festa! quem viver em 1880 verá o que há-de haver.

Em 1880 — o centenário!...

Preparai-vos, ó modistas, floristas, fotografistas, dentistas, quinquilharistas, confeitarias, charutarias, livrarias, perfumarias, sapatarias, roupariias, alfaiates, hotéis, espelheiros, ourivesarias, fábricas de instrumentos ópticos, acústicos, cirúrgicos, eléctricos e as de luvas, e as de postiços, e de fundas, de indústria, comércio e artes, e as de lamparinas, luminárias, faróis, e os focos de luz e de civilização, e vulcões de ideias que são as gazetas diárias, e os armazéns de secos e molhados representantes legítimos da filosofia materialista, e a democrata, popularíssima e abençoada *carne seca* no princípio da rua, e no fim Notre Dame de Paris, a fada misteriosa de três entradas e saídas e com labirinto, tentações e magias no vasto seio — preparai-vos todos para a festa deslumbrante do centenário da Rua do Ouvidor!...

A festa é de nosso dever e de nossa honra!...

Preparai-vos!

O centenário é em 1880!...

Se eu tiver paciência, animação e confiança, proporei no fim destas *Memórias*, que ainda têm muito que dar de si, — o programa da grande festa do primeiro centenário da — *Rua do Ouvidor* (21).

Vejam lá se me deixam ficar mal.

NOTAS AO CAPITULO V

(1) "Foi fundada a ermida de São José, no mesmo local onde hoje se acha a igreja da mesma invocação. Ficava à beira da marinha, com os fundos voltados para o mar, cujas ondas vinham rebentar junto à sacristia. Tendo se perdido os documentos primitivos da Irmandade, não se sabe com exatidão quais foram os seus fundadores. Documentos posteriores apenas indicam que entre eles figuravam membros da família de Barreto de Faria". (Coaracy — *Obra citada* — Pag. 26).

(1a) "Em seu primeiro governo, em 1605, havia Martim de Sá construido um forte sob a invocação de Santa Cruz, junto à praia, para defesa da praça. Com o correr dos anos, sem ter tido por parte dos seus sucessores a devida conservação porque o mar recuara e a fortificação estava afastada da ribeira, a construção arruinou-se. Solicitaram então os militares a Martim de Sá, logo que este voltou ao governo, que lhes fosse cedido o local da fortaleza desmantelada para ali levantar uma capela onde fossem sepultados. Foi-lhes feita a concessão e sobre os alicerces, carcomidos pelo mar, do primitivo forte, começou a ser erguida a antiga capela, no mesmo sitio onde ainda hoje se encontra a igreja que a substituiu e que lhe guarda o nome.

A Irmandade de Santa Vera Cruz dos Militares, cujo primeiro juiz foi o proprio governador, foi instituida entre os militares da guarnição, concorrendo os oficiais com 100 Rs. mensais, os subalternos com 50 Rs. e os soldados com 20 Rs.

No século seguinte, obteve a irmandade, de sesmaria, não só a terra onde estava localizada a capela e a que na sua largura, se estendia até o mar, como tambem todos os acrescidos que, no seu recuo fosse deixando o mar, na mesma largura". (*Obra citada* — pag. 54).

(1b) "Na Igreja dedicada ao Invicto Martir São Sebastião, que o capitão Mor Governador da Provincia Salvador Correia de Sá fundara no alto monte de S. Januario, um dos

cabeços do denominado Castelo, (...) aí se estabeleceu tambem a Igreja Catedral e o Corpo Capitular (.....)

Despovoando aquele lugar, com facilidade principiaram a aparecer o latrocinio, o sacrilégio e os demais insultos que sem o menor medo, nem receio das sentinelas aí postas de vigia ao templo, se cometeram repetidas vezes: (...) deliberou o R. Bispo D. Francisco de S. Jeronimo (...) pedindo-lhe ao mesmo tempo a mudança da Sé (...) para a capela de S. José, cuja Irmandade nem obstava, nem defendia o ingresso do Corpo Capitular, como pelo contrario dificultavam os Militares do Terço Velho da Praça, recusando o uso da Igreja de Santa Cruz (.....)

Entretanto, havendo a Irmandade dos Militares prestado o seu consentimento para servir de Catedral à Igreja da Cruz, recorreu o Mestre de Campo do Terço, como cabeça da mesma Irmandade, queixando-se ao Trono, em Carta de 16 de março daquele ano, por querer o Bispo fazer a mudança da Sé para a mesma Igreja cuja representação foi deferida pela C. R. de 4 de setembro seguinte com a inibição ao Bispo de usar da Igreja da Cruz, até que se tomasse a ultima deliberação sobre esse negocio. (.....)

Parecendo porisso ao Bispo assás difícil de conseguir a pretendida Igreja da Cruz (...) pediu o templo paroquial da Candelaria. (.....)

Era falecido o Bispo a 7 de março de 1721; e com a sua falta ficou suspensa a mudança da Catedral para a Candelaria, mas a requerimento do Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe, (...) houve El-Rei por bem ratificar a faculdade já concedida (...) pelo qual ordenou a trasladação da Igreja de Santa Cruz, mandando, que suprimido o nome e titulo da Igreja de Santa Cruz se puzesse no altar maior um painel da imagem de São Sebastião, para que ficasse sendo, como até esse tempo, titular da Catedral, (.....)

Subsistindo a Catedral sem casa decente (...) Aconteceu porem adiantar-se então a ruina do templo de Santa Cruz, que obrigou o Corpo Capitular a transferir de novo o seu assento para outra casa mais segura; e como, entre as existentes era a de N. Sra. do Rosario a melhor e mais apta, foi porisso designada (em Cabido de 28 de julho de 1737) para interina serventia da Catedral. (.....)

Não satisfeitos portanto os pretinhos, de que se compõem aquela Irmandade, pela honra e distinção privativa de se deno-

minar em diante Igreja Catedral o simples templo de N. Sra. do Rosario, (.....) mandou El-Rei conservar interinamente a Catedral e o Cabido, da Igreja de N. Sra. do Rosario, enquanto se fazia nova Sé, para cuja obra de novo lhe recomendou, que escolhesse sitio apto, onde se executasse, sem ser na Igreja dos Pretos, por não ser decente, que o mesmo Prelado, e o Cabido estivessem celebrando os Oficios Divinos em uma Igreja emprestada e de mistura com os pretos. (.....)". (Araujo (José de Souza Azevedo Pizarro e) — *Memorias Historicas do Rio de Janeiro* — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1946 — 6º vol. Pags. 33 ss.).

(2) "Com a expansão da vida urbana, a praça Real da Sé Nova perdeu esta denominação, para se crismar S. Francisco de Paula, onomástico do Santo calabrês e do patrono da Ordem dos Minimos, cuja igreja se inaugurara no local". (Noronha Santos — In Santos (Luiz Gonçalves dos) — *Memorias para servir à Historia do Reino do Brasil* — 1º vol. — Pag. 135).

(3) Marquês de Lavradio, 3º vice-rei do Brasil (governou de 1779 a 1790). Na sua longa gestão esforçou-se por melhorar as fortificações da cidade, tendo em vista perspectiva de guerra, assim como por esse motivo, de aumentar os efetivos militares disponiveis; tratou de pôr em ordem as finanças coloniais; combateu o contrabando; tratou de racionalizar a cobrança de direitos aduaneiros; cuidou, de certo modo, do problema do reflorestamento; representou sobre a necessidade de se criarem estabelecimentos para recolhimento de vadios e prostitutas; tratou da colonisação do Rio Grande; cooperou no combate aos jesuitas; tratou de fomentar as riquezas naturais do país, promovendo a cultura de trigo, algodão, anil, arroz, amoreiras, canhamo e café. Colheu-o, na sua gestão a guerra com os espanhóis, ensejada pela questão da colonia do Sacramento. (Cfr. D'Almeida (José) — *Vice-reinado de D. Luis d'Almeida Portugal* — Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1942).

(4) "Proibiu o uso de peneiras (urupemas e gurupemas, crivos de palha) que guarneciam as rótulas, não só enfeiando a cidade, como favorecendo a prática dos delitos de emboscada". (Fleiuss (Max) — *História da Cidade do Rio de Janeiro* — Melhoramentos — s.d. Pag. 130).

Do ponto de vista estrutural, "as rótulas se compunham com sarrafos estreitos de madeira (chamados cordões), enquanto as peneiras ou urupemas se compunham com a técnica do tipeti, isto é, com fitas de taquaras e espécies congêneres". (Mariano Filho (José) — *Influencias Muçulmanas na Arquitetura do Brasil* — A Noite — Rio — 1942 — Pag. 28).

As peneiras tinham um significado ainda de hierarquia guarnecendo as casas mais pobres. Aduz ainda José Mariano Filho: "A perseguição às peneiras das modestas casas terreiras onde morava a gente pobre que não podia usar as rótulas de madeira, havia sido iniciada sem grande sucesso pelo Vice-rei Marquês de Lavradio..." (*Obra citada* — Pag. 28).

Explica ainda esse esteta: "Não podendo o povo construir adufas de sarrafos de madeira, convexos pelo lado externo, e planos pelo lado interno, difíceis de serem compostos por exigir o processo manual, socorreu-se da experiencia do selvicola tupi, compondo à maneira ameríndia telas de taquara ou de uru que passaram a ser usadas de modo corrente em todo o paiz". (*Obra citada* — Pag. 24).

(5) A mudança foi para o Valongo, de tão triste celebridade. Parece que os negros impressionavam menos como escravos que como pestíferos. Tanto que esse problema do afastamento dos escravos andava paralelo ao da segregação dos leprosos. Diz o biógrafo do Marquês de Lavradio: "A tudo atendia o Vice-Rei, e por isso sendo grande o número de leprosos, que havia no Rio de Janeiro, propôs várias medidas para o tratamento destes desgraçados, lembrando entre outras o fazer concorrer para esse fim as ricas Irmandades que havia no Rio, encarregando da direção dos fundos para este fim destinados, a Irmandade da Misericordia, depois de reformada a sua administração". (d'Almeida (José) — *Obra citada*. Pag. 38). Esse problema dos lázaros constitui um dos primeiros que vieram a preocupar os responsáveis pela higiene citadina. Em 1637, a Camara requereu ao Rei que na ermida da Conceição, fosse instalado um hospício de isolamento dos atacados de morfeia, requerimento não atendido. Em 1697, volta-se ao assunto, fazendo-se proposta igual. Outras tentativas malograram. Só no governo de Gomes Freire de Andrade, começou a ser feito o isolamento de leprosos num lazareto posteriormente ampliado e regulamentado, em 1766 pelo Conde da Cunha. Está nesse estabelecimento a origem do Hospital de Lázaros". (Cfr.

Cosraci (Vivaldo) — *O Rio de Janeiro no século XVII* — Livraria José Olimpio — Rio — 1944).

Do relatorio com que o Marquês de Lavradio passou o governo a Luís de Vasconcelos: "Havia nesta cidade o terrivel costume de que todos os negros que chegavam da Costa d'Africa a este porto, logo que desembarcavam entravam para a cidade e vinham para as ruas publicas e principais dela... não só cheios de infinitas moléstias, mas nus. Como aquela qualidade de gente, enquanto não tem mais ensino, são o mesmo que qualquer outro selvagem, no meio da rua onde estavam sentados faziam tudo o que a natureza lhes lembrava, não só causando o maior fétido nas mesmas ruas mas até sendo o espetaculo mais horroso que se podia apresentar aos olhos. As pessoas honestas não se atreviam a chegar às janelas; as que eram inocentes ali aprendiam o que ignoravam, e não deviam saber; e tudo isto se concedia sem lhe dar providencia e só por condescenderem com as ridiculas utilidades que tinham os negociantes a quem pertenciam aqueles escravos com os recolherem à noite nas lojas ou armazens que lhes ficavam por baixo das casas em que assistiam porque, com os aluguéis que percebiam para ali recolherem os escravos, vinham a ficar de graça, ou por preço diminuto, morando no resto das casas que sobejavam à acomodação daqueles homens".

Para pôr cobro "a esta desordem que era conhecida de todos" ordenou o marquês que os escravos logo que dessem entrada na alfandega pela parte do mar tornassem a sair e embarcassem para o sitio chamado Valongo; que os comprados para as minas, para os engenhos, fossem alojados no campo de S. Domingos, "onde tinham todas as comodidades e livravam a cidade dos incomodos e prejuizos que há anos sucedia por causa da sobredita desordem". (In Fazenda (Vieira) — *Obra citada* — Pag. 109 — vol. 3º).

(6) Prestou reais serviços à cidade. Reconstruiu a casa da Alfandega, melhorou a praça do Carmo.

Estabeleceu "uma casa publica no Calabouço para castigo dos escravos cujos senhores assás crueis e demasiadamente severos, costumam punir os crimes de seus domesticos com pouco, e excessiva paixão, dentro das proprias casas, expondo-se ordinariamente às penas das Leis por esses fatos que em diante se evitaram..."

"Anuindo às pretensões diligentes da Camara de Angra dos Reis da Ilha Grande, por seu consentimento se abriu na

travessa de Capivari a nova estrada geral o caminho que da Vila de Guaratinguetá (...) vem pelo Serrote chamado do Frade ao Rio de Janeiro, fazendo mais facil e franco o comercio entre as duas capitanias por se evitarem os inconvenientes de jornadas longas, medindo caminhos péssimos. Facilitou a povoação e a cultura das terras de Cantagalo, que seu predecessor Conde da Cunha inibira de habitar (...) e repartindo-a por novos colonos, fez utilizar tão extensa porção de terreno, sem contudo permitir a livre extração do ouro por sertanejos extraviadores, nem pelos mesmos povoadores, estabelecendo um Tribunal de Fiscalização da lavoura mineral". (Cfr. Freire (Felisbelo) — *Historia da Cidade do Rio de Janeiro* — Tip. da Revista dos Tribunais — Rio — 1912 — Pag. 757 ss.).

(7) "Aquele nome "rua das Belas Noites" queria dizer que o Passeio Publico fizera o povo do Rio de Janeiro gostar pouco da lua nova e aborrecer a minguante.

Por que? Eis aqui todo o segredo desse desamor e desse aborrecimento por aquelas duas fases da lua.

Nas noites de brilhante luar, dirigiam-se alegremente para o Passeio Publico numerosas familias, galantes ranchos de moças, e por consequencia, cubiçosos ranchos de mancebos; e todos, depois de passeiar pelas frescas ruas e pelo ameno e elegante terraço, iam, divididos em circulos de amigos, sentar-se às mesas de pedra, e debaixo dos tetos de jasmins odoriferos ouviam modinhas apaixonadas e lundus travessos, cantados ao som da viola e da guitarra, rematando sempre esses divertimentos com excelentes ceias dadas ali mesmo.

Toda essa multidão contente e festiva tomava de preferencia, para chegar ao Passeio Publico, a rua que ficava e fica fronteira ao portão do jardim. A lua crescente ou plena brilhava no céu. Os grupos docemente ruidosos de moças succediam-se uns aos outros ao longo daquela tão curta como afortunada rua. Os cantos soavam. Sentia-se o prazer geral no concurso de todos para os mesmos inocentes gosos. Oh! que nome quereis que fosse dado a essa rua? Que outro nome mais bem cabido que o 'das belas noites"?" (Macedo — *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* — Pags. 87-88).

(8) Excelente sobretudo como descrição do tipo psicologico a que Luis Edmundo oferece do "capoeira": "A porta do estanco de tabaco está um homem diante de um frade nédio e rubicundo. Mostra um capote vasto de mil dobras, onde a

sua figura escanifrada mergulha e desaparece, deixando ver apenas, de fora, alem de dois canelos finos de ave pernalta, uma vasta, uma hirsuta cabeleira, onde naufraga em ondas tumultuosas alto feltro hespanhol.

Fala forte. Gargalha. Cheira a aguardente e discute. E' o capoeira.

Sem ter do negro a compleição atlética ou sequer o ar rijo e sadio do reinol, é, no entanto, um ser que toda gente teme e o próprio quadrilheiro da justiça, por cautela, respeita.

Encarna o espirito da aventura, da malandragem e da fraude; é sereno e arrojado, e na hora da refrega ou da contenda, antes de pensar na choupa ou na navalha, sempre ao manto cozida, vale-se de sua esplendida destreza, com ela confundindo e vencendo os mais armados e fortes contendores.

Nessa hora o homem franzino e leve transfigura-se. Atira longe o seu feltro chamorro, seu manto de saragoça e, aos saltos, como um símio, como um gato, corre, recua, avança e rodopia, agil, astuto, cauto e decidido. Nesse manejo inopinado e célere, a criatura é um ser que não se toca, ou não se pega, um fluido, o imponderável. Pensamento. Relampago. Surge e desaparece. Mostra-se de novo e logo se tresmalha. Toda a sua força reside nessa destreza elástica que assombra, e diante da qual o tardo europeu vacila e, atônito, o africano se trastroca.

Embora na hora da luta traga ele, entre a dentadura podre, o ferro da hora extrema, é da cabeça, braço, mão, perna ou pé que se vale para abater o émulo minaz.

Com a cabeça em meio aos pulos em que anda, atira a cabeçada sobre o ventre daquele com quem luta e o derruba. Com a perna lança a "trave", o "calço". A mão joga a tapona, e com o pé a "rasteira", o "pião" e ainda o "rabo de arraia".

Tudo isso numa coreografia de gestos que confunde. Luta com dois, com três, e, até com quatro ou cinco. E os vence a todos. Quando os quadrilheiros chegam com suas armas e os seus gritos de justiça, sobre o campo de luta nem traço mais se vê do capoeira feroz que se fez nuvem, fumaça, e desapareceu.

Na hora da paz ama a musica, a doçura sensual do brejeiro lundu, dança a fofa, a chocaina, e o sarambeque pelos lugares onde haja vinho, jogo, fumo e mulatas. Frequenta os páteos das tabernas, os antros da maruja para os lados do Arsenal. Usa e abusa da moral da ralé, moral oblíqua, reclaman-

do pelourinho, degredo, e, às vezes, forca". (*O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* — Editora Aurora — 3ª edição — Rio — 1951 — Pag. 35).

- (9) O lundu cantava "sensualmente os amores "desonestos", as "mésalliances"..." (Andrade (Mario) — in Alvarenga (Oneida) — *Musica Popular Brasileira* — Livraria do Globo — 1950 — Pag. 151).

(10) As funções do ouvidor são especificadas por Max Fleiuss: "O OUVIDOR GERAL era a autoridade suprema da justiça territorial no Brasil. Conhecia, por ação nova, dos casos-crimes, para o que tinha alçada até morte natural inclusive, quanto a escravos, peões, cristãos, gentios livres, devendo, porém, nos casos em que, segundo o direito, coubesse a pena de morte, inclusive, tratando-se de pessoas dessa qualidade, proceder nos respectivos feitos afinal e despacha-los para o governador-geral, sem apelação, se fossem conforme os seus votos; e, no caso de discordancia, deviam ser os autos, com os réus, remetidos ao corregedor em Lisboa, para sentença.

Em relação às pessoas de mor qualidade, tinha o OUVIDOR GERAL alçada até cinco anos de degredo". (*Historia Administrativa do Brasil* — Companhia Melhoramentos de São Paulo — 2ª edição — Pag. 21).

(11) A Rua do Ouvidor sempre fascinou os viajantes que aportavam ao Rio: "Voltamos, pela Rua do Rosario, novamente à Rua Direita, e continuamos o nosso passeio subindo a Rua do Ouvidor, que é a Rue Vivienne, Regent Street e Broadway combinadas do Rio Não é, porém, nem comprida nem larga, mas as suas lojas são vistosas e de bom gosto". (Kidder (D. P.) e Fletcher (J. C.) — *O Brasil e os Brasileiros* — Trad. de Elias Dolianiti — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 1º vol. Pag. 31).

"A rua do Ouvidor é uma das mais belas da cidade, não que seja mais larga, mais limpa ou mais bem pavimentada que as outras, mas porque suas lojas são principalmente ocupadas por modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, confeiteiros, sapateiros e barbeiros. Estas lojas são montadas com uma elegancia que surpreende o estrangeiro, sendo muitas delas providas de grandes espelhos semelhantes aos que se vêem frequentemente em todas as grandes cidades da Grã Bretanha. E' a Regent Street, do Rio, na qual se podem adquirir quase

todos os artigos de luxo". (Gardner (George) — *Viagens ao Brasil* — Trad. de Albertino Pinheiro — Companhia Editora Nacional — 1942 — pag. 6).

"Bem no centro desse bairro dos negocios acha-se a famosa rua do Ouvidor que os habitantes do Rio consideram o seu "Boulevard des Italiens". E' preciso muita indulgencia tão somente para conceder-lhe o titulo de rua; a limpeza publica de Paris a classificaria na categoria dos becos. Sem calçada, ou passeios, com apenas oito metros de largura, apresenta de ambos os lados lojas recem pintadas de cores vivas, mostruarios empanturrados de mercadorias alemãs, "camelote" barata, ou vitrinas de joalheiros, naturalmente muito bem guarnecidas de pedras preciosas, alem das casas ricas de algumas personagens importantes da colonia francesa, cabeleireiros, modistas, donos de restaurantes. Aí se encontram as sédes de todos os jornais do Rio. Por essa garganta estreita passa e repassa uma multidão agitada e descuidada (durante o dia inteiro a circulação de carros é proibida); lá pelas duas horas a onda de gente se faz mais compacta e em certos pontos grupos obstruem a passagem; e nas fisionomias cansadas surge de vez em quando um reflexo de alegria provocado por alguma noticia pacientemente esperada durante horas". (Leclerc (Max) — *Cartas do Brasil* — Trad. de Sergio Milliet — Companhia Editora Nacional — 1942 — São Paulo — Pag. 49).

"O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro, — eis uma sentença cheia de verdade. Quem quiser aprender a maneira por que o Brasil é governado e os negocios publicos conduzidos, não tem mais que passear algumas horas por dia na Rua do Ouvidor. E' ela uma das mais velhas da cidade; vem da rua Direita (onde está a Bolsa), é paralela à rua do Sabão, (onde se concentram os comercios alemão e inglês), à rua da Alfandega e outras, e corta a rua dos Ourives e mais algumas, que pertencem à parte velha da cidade e que são estreitas, sujas e tortuosas como há duzentos anos. Ruas largas e regulares como a da nova Porto-Alegre ou principalmente da bonita Pelotas, não há muitas no Rio. Na rua estreita e quase sempre sombria se acha a melhor parte do comercio de varejo do Rio; vitrinas brilhantes mostram os produtos da industria européia e inumeros artigos de luxo são nelas expostos. As grandes casas de modas, como a "Notre Dame de Paris" ou o "Grande Mágico" podem concorrer com as melhores de Paris e Berlim; as joalherias transbordam de ouro, prata e pedras preciosas. Lojas de frutas exibem

frutos de todas as zonas: abacaxis e mangas ao lado das uvas de Portugal e das peras de Montevidéu. Livrarias e casas de objetos de arte chamam a atenção pelas suas edições de luxo, suas mesas de cobre e aço, etc.; enfim por mais estreita e escura que seja a velha rua, as lojas são brilhantes pelo conteúdo e pela apresentação. Nela vagueia de manhã à noite uma imensa multidão de gente, e em cada esquina se forma um clube, no qual se faz política e se fala da vida alheia". (Koseritz (Carl von) — *Imagens do Brasil* — Trad. de Afonso Arinos de Melo Franco — Livraria Martins — São Paulo — Pags. 27-28).

"Poder-se-ia juntar-lhe a Rua do Ouvidor (sic), pois esta recebe encanto singularmente magico para o forasteiro sem amigos e sem alegria pelas inumeras casas de modas quando à noite brilhantemente iluminada. Lá dentro, atrás das ramalhantes cortinas das janelas e dos perfumados reposteiros de folhas e de flores duma natureza transatlantica, estão assentadas as diligentes costureirinhas, e seus olhos muitas vezes brilham mais que a claridade das lampadas e dos falsos diamantes e perolas, que com uma garridice tão ingenuamente artistica sabem entremeiar em seus cabelos". (Seidler (Carl) — *Dez Anos no Brasil* — Trad. do Gal. Bertoldo Klinger — Livraria Martins Editora — São Paulo — Pag. 40).

"Que significação historica daremos à rua do Ouvidor? Auditor, o que escuta, um magistrado, um juiz. Este é o sentido gramatical e a verdadeira legenda. Mas a legenda é antiga, e nada diz da alma, dos costumes, da fisionomia do quarteirão. E' uma rua francesa. Eminentemente francesa. Fala-se aí mais do que se ouve. Modistas, costureiras, floristas, joalheiros, dentistas nela se instalam com os seus armazéns repletos de coisas de arte, de luxo elegante e bom gosto. A mais estreita e mesquinha vidraça faz aparatoso efeito. Custa caro. Mas a clientela prefere a rua do Ouvidor a qualquer outra. A beleza dos estofos, as oficinas-salões, a moda, a graça da vendedora atraem. À noite, ao clarão do gás, turbilhonam os curiosos, os ociosos, os elegantes — e quanta novidade, quanto "vaudeville", quanta pinda maliciosa se arquitetam naquelas portas!" (Ribeyrolles (Charles) — *Brasil Pitoresco* — Trad de Gastão Penalva — Livraria Martins — São Paulo — 1º vol. — Pag. 170).

CAPÍTULO VI

Como se revela em burlesca proeza o primeiro ou mais antigo herói da Rua do Ouvidor; conta-se a história de duas ceias no fundo da taberna de Manuel Gago e como pela sua singular habilidade pregou famosa logração a três amigos o Belo Senhor, interessante celebridade do Rio de Janeiro, rematando-se esta tradição com o conselho um pouco profético dado por Agostinho Funs, um dos logrados, ao Belo Senhor.

A rua que em 1780 recebeu a denominação do *Ouvidor* teve por seu primeiro herói em burlesca proeza o *Belo Senhor*.

Talvez que bem poucos dos meus leitores saibam quem foi o *Belo Senhor*, aliás a mais famosa personagem travessa e infelizmente muito pior do que travessa da cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século passado e que acabou ignorado, morrendo não sei em que ano do princípio do actual.

O *Belo Senhor* chamava-se José Joaquim de... (*); nascera na cidade do Rio de Janeiro, onde seus pais (creio que pelo menos o pai era de Portugal) o fizeram receber limitada instrução acima da primária, mostrando-se ele porêm muito inteligente, e sobretudo maravilhoso em caligrafia.

(*) Terei ocasião de completar o nome do *Belo Senhor*: tenho por inteiro o seu nome em apontamentos que não encontrei agora.

Era de tanta beleza varonil no rosto como bem talhado de corpo; de espírito sutil, de genio alegre e folgazão, dançando com o maior primor, cantando agradavelmente, merecera por tudo isso a desvanecedora alcunha de *Belo Senhor*, que por certo não foram os homens que lha puseram (1).

Em sua juventude gozou o *Belo Senhor* a vida, esbanjando o tempo, e só ocupado de folguedos e de prazeres; ao menos porém, isento de abusos e de actos criminosos que mancham o homem.

E' nessa idade loução, de alegrias e de devaneios, que se apresenta o mais antigo herói de travessura curiosa passada na *Rua do Ouvidor*.

O que passo a referir é tradição que ouvi não só a um, mas a alguns velhos que conheceram o *Belo Senhor*, e entre esses a um respeitável e estimadissimo cirurgião que em idade muito avançada faleceu em 1877.

Nesta tradição pertencem-me *os nomes dos tafuis amigos* do *Belo Senhor*, a *data* precisa da segunda ceia, e os *diálogos;* porque não fui informado daqueles *nomes*, e nem da *data* que marquei para dar certa vida à tradição.

Tudo mais, isto é, a primeira e a segunda ceia, as fivelas (2) e a casaca novas, e a surpresa causada pela presença da Rosinha, actriz da casa da ópera, devem considerar-se, e pelo menos eu reputo de tradição verdadeira.

E agora conto a proeza do *Belo Senhor*, sem mais prelúdios, nem cerimónias.

Companheiro assíduo dos mais elegantes e ricos tafuis do seu tempo, o *Belo Senhor*, que muitas vezes, por seus dotes naturais, pelo seu espírito e por suas prendas, ganhava, mais do que eles, agrados das senhoras nas reuniões e saraus, quase sempre *baldo ao trunfo*, não os podia igualar no luxo dos vestidos sempre novos, e na ma-

gia do ouro, com que era posto em derrota na disputa de certos amores.

Uma noite, em 1783, ou pouco depois, em companhia de alguns desses tafuis, todos de boas e ricas famílias, o que não se impedia de render vassalagem à *extravagância*, que também é rainha da mocidade, ceava o *Belo Senhor* peixe frito com pimentões, chouriço de porco e rim de vaca assado e bebia vinho do Porto, em saleta reservada do fundo da famosa taberna de Manuel Gago, sita à Rua do *Ouvidor*, esquina da Rua dos *Latoeiros*.

Ninguém se admire da escolha de uma taberna para uma ceia desses tafuis (3).

Ainda depois de estabelecidos os hotéis e em anos que chegavam ao termo da primeira metade do nosso estupendo século, não faltavam hóspedes *muito sérios* às saletas dos fundos de certas tabernas para cear sardinhas fritas com pimentões, e rim assado com o indispensável molho de pimenta de cheiro.

Era costume do século passado que se conservava no actual, e as tabernas preferidas só admitiam nas saletas fregueses conhecidos e de boa companhia.

Trata-se, porém, da ceia dos tafuis.

Em ajuntamento de mancebos que só pensam em divertir-se e rir, há de ordinário uma vítima de escolha ocasional.

Nesta noite a vítima era o *Belo Senhor*.

Afonso Martinho tinha dito que ele trazia nos sapatos o testemunho de impostura e falsidade; porque as fivelas que tinham passado por ser de ouro já estavam por velhas perdendo o dissímulo e denunciando a prata que nem era de lei.

O *Belo Senhor* comia então uma posta de pescada, e não respondeu.

— As fivelas dos sapatos do *Belo Senhor* estão de harmonia com a sua casaca de uso ordinário, como hoje, e que, como todos vêem, já está perdendo o pêlo! exclamou Domingos Lopo.

— E' avareza desse demónio: devemos castigá-lo; proponho que de hoje a oito dias o *Belo Senhor* seja obrigado a pagar-nos aqui mesmo ceia dez vezes melhor do que esta, que eu hoje pago, disse a zombar António Pereira.

Mas quando Domingos Lopo falara, o *Belo Senhor* estava-se regalando de chouriço com farinha de mandioca; e quando António Pereira o emprazou para a ceia que havia de pagar, ele saboreava o rim assado, temperando-o no molho de pimenta de cheiro, e não deu resposta nem a um, nem a outro, e menos ainda pareceu ressentir-se.

Não havia maligna intenção nos gracejos dos três amigos; mas realmente era pouco generoso, e de mau gosto em mancebos ricos zombar do que era manifesta prova dos poucos recursos pecuniários da vítima do ridículo.

Risadas acompanhavam no entanto os remoques provocadores de reação que o *Belo Senhor* não costumava conter.

Mas então ele comia, e não falava.

Agostinho Fuas tomou por sua vez a palavra e disse:

— O *Belo Senhor* está hoje triste, silencioso e abatido: querem saber por quê? Há um mês que apaixonado, perdido de amor pela *Rosinha-Feitiço*, a mais bela dama da *Casa da Ópera* (3a), cantava-lhe de noite *modinhas* à porta, e de dia mandava-lhe ramalhetes de rosas, e de *Não-me-deixes* (4); mas coitado! soube ontem que

eu sem modinhas nem flores, e só com uma chave, que tirei da minha bolsa, abri a porta que não lhe abriam, e tomei-lhe a namorada!... Tem paciência, *Belo Senhor!* espera dois ou três meses pelo termo do meu capricho: eu te pus no purgatório; mas não te condenei ao inferno.

Gargalhadas gerais agravaram a zombaria de Agostinho Fuas tanto mais cruel, quanto era absolutamente expressão de verdade.

O *Belo Senhor* por acaso ou por abafado ímpeto de ira cobriu de pimentas de cheiro uma garfada de rim e comeu, parecendo regalar-se.

Agostinho Fuas, um pouco picado da indiferença da vítima, tirou do bolso uma carta e mostrou-a aos companheiros.

— Aí está um bilhete que a Rosinha me escreveu hoje...

— Mas que diabo! ela escreve *Gostinho* em vez de *Agostinho*? disse Afonso Martinho.

— E' assim que me trata: vê agora a assinatura...

— *Feitiço*...

— E' como eu a chamo. E tu, *Belo Senhor*, não queres ver a carta da *Rosinha-Feitiço*?

Era demais.

O *Belo Senhor* que inalterável não tinha levantado os olhos do prato, saboreou o último pedaço de rim assado, encheu de vinho o copo, bebeu vagarosa e deliciosamente, depôs o copo na mesa, e disse com perfeita serenidade:

— Agora eu.

Todos os olhos se fitaram no *Belo Senhor* que voltando-se primeiro para António Pereira, disse-lhe:

— António Pereira! de hoje a oito dias cearemos nesta taberna profusa e grandiosamente!... convite a todos os presentes e a mais alguns amigos; mas eu juro que tu, António Pereira, hás-de pagar a ceia.

— Eu?... aposto que não!...

— E nessa noite de ceia, de hoje a oito dias, eu me apresentarei de ricas fivelas de ouro nos sapatos, e tu, Afonso Martinho, hás-de pagar as fivelas.

— Eu?... também aposto que não!

— E tu, Domingos Lopo, hás-de pagar a casaca nova com que me apresentarei a honrar a ceia!

— Terceira aposta!... juro que não.

— Quanto a Agostinho Fuas, não pretendo que ele me pague coisa alguma; pelo contrário, serei eu quem o há-de felicitar com a mais agradável surpresa...

— Explica-te, *Belo Senhor*!

— Impossível! será o encantamento da ceia; mas é segredo que guardarei comigo até de hoje a oito dias.

— São portanto quatro apostas, disse António Pereira; vê em que te metes, *Belo Senhor*!

— Não faço aposta alguma, respondeu este. Contento-me com a ceia profusa, com as fivelas de ouro, com a casaca nova, e com o surpreendente efeito do meu segredo.

Levantaram-se todos para sair.

— A propósito! exclamou o *Belo Senhor*; quero saber a hora precisa da ceia: António Pereira é quem deve marcar a hora; porque as despesas correrão por sua conta.

— O *Belo Senhor* paga-nos aqui boa ceia, de hoje a oito dias, às nove horas da noite precisas, disse António Pereira.

— Muito bem! de hoje a oito dias, 20 de Julho de 1783. às nove horas da noite em ponto, disse o *Belo Senhor*.

E logo acrescentou:

— Daqui até lá nem mais meia palavra sobre este assunto.

E todos se retiraram da taberna a rir e a gracejar, como amigos que eram.

Passaram-se os oito dias do prazo marcado, chegou a noite de 20 de Julho, e ainda antes das nove horas já se achavam reunidos na saleta do fundo da taberna de Manuel Gago, além de alguns outros todos os mancebos que ali tinham ceado oito dias antes.

Faltava sòmente o *Belo Senhor*.

Havia curiosidade como que ansiosa.

Nenhum dos convidados ousava supor que ele faltasse ao prazo e à ceia.

A questão do pagamento da ceia, das fivelas de ouro, da casaca nova, e enfim a surpresa prometida a Agostinho Fuas preocupavam a todos.

A ceia já estava servida e era na verdade profusa para a habilidade culinária de Manuel Gago, o dono da taberna, que até então se limitara a dar aos seus freguezes peixe frito, camarão, chouriço e rim de vaca.

Os nossos leitores dispensam a descrição da ceia.

Ao toque de nove horas entrou pela taberna o *Belo Senhor* trajando fina casaca nova e trazendo nos sapatos ricas fivelas de ouro.

Os amigos nem tiveram tempo de aplaudi-lo, porque logo em seguida dois robustos negros se mostraram conduzindo elegante cadeirinha que depuseram à entrada da saleta.

— Agostinho Fuas, disse o *Belo Senhor*; sem dúvida que eu devia começar pela agradável surpresa, que te prometi.

E abrindo as cortinas da cadeirinha, ofereceu a mão e ajudou a sair dela a uma bonita moça morena.

— Apresento-lhes a linda e mimosa *Rosinha-Feitiço*, que nos dará a glória de cear conosco, se Agostinho Fuas o permitir.

A surpresa foi realmente grande, e até a bela Rosinha também a partilhou, vendo Agostinho Fuas confundido e amuado.

— António Pereira! Podemos sentar-nos à mesa?

— Eu não me sentarei à mesa com a *senhora* Rosinha sem que ela me explique como se apresenta aqui!... disse Agostinho Fuas.

— Camarada! que ciúmes de mau gosto!... observou o *Belo Senhor* a sorrir.

— Então isto é ópera do Judeu?... (5) perguntou a bonita morena.

E tirou do bolso e entregou a Agostinho uma carta.

O amante ciumento leu alto com admiração e ainda com maior surpresa:

"*Feitiço*: — Quero que venhas cear comigo em boa companhia; como porém não me é possível ir buscar-te, entendi-me com o meu amigo *Belo Senhor*, que vai receber-te às oito e meia horas da noite, levando cadeirinha para te conduzir. Podes confiar-te a ele, e vem sem falta; eu o exijo: é questão de honra! Até logo, *Feitiço*. — Teu *Gostinho*."

— E então? perguntou a actriz da casa da ópera.

— O mesmo tratamento que me dás, e que te dou!... e a minha letra!... porque é a minha letra... a minha

assinatura... é, juro que é; mas juro também que não escrevi esta carta! exclamou Agostinho Fuas.

— Oh! ceemos, Agostinho Fuas! disse o *Belo Senhor*.

Sentaram-se todos; mas imediatamente Manuel Gago chegou-se a António Pereira, e entregou-lhe a conta da ceia.

— Que diabo é isso?... que tenho eu com o rol e com a conta da ceia? disse António Pereira.

Manuel Gago nem pode falar; mas correndo à taberna, tirou da gaveta um papel e veio apresentá-lo a António Pereira.

O papel dizia assim:

"Sr. Manuel Gago, a 20 de Julho de 1783 quero que às 9 horas da noite precisas tenha pronta e servida à mesa para 20 pessoas ceia constante dos pratos e vinhos seguintes... (*estendia-se o rol*): não olhe a despesas; quero porém que logo ao começar a ceia, me apresente a conta diante de todos: é caso de aposta. — Seu freguês, *António Pereira*."

O papel correu pela mão de todos, e todos deram testemunho de que a letra, e a assinatura eram de António Pereira, que puxou pela bolsa e pagou a ceia a rir alegremente, dizendo aos amigos:

— Tal e qual como Agostinho Fuas!... reconheço por minhas a letra e a assinatura... não há questão... mas leve-me o demo, se eu escrevi e assinei isso!...

O *Belo Senhor* ceava gulosamente e sem falar.

Mas antes das dez horas entraram na saleta um alfaiate e um ourives, que desfazendo-se em desculpas, e protestando que se mostravam ali só por obediencia a ordens escritas, e positivas, entregaram o primeiro a Domingos Lopo a conta de uma casaca do mais fino pano,

e o segundo a Afonso Martinho a de primorosas fivelas de ouro, que também por ordem escrita e assinada um tinha feito e o outro entregado ao *Belo Senhor*, sob a condição de cobrança realizada naquela noite e àquela hora na taberna de Manuel Gago, e durante a ceia que ali se daria.

O ourives e o alfaiate, fregueses dos dois ricos tafuis, tinham obedecido ao extravagante capricho de mancebos notáveis por devaneios e originalidades travessas de juventude, e além disso, seus fregueses de maiores despesas e do mais pronto pagamento.

Afonso Martinho e Domingos Lopo riram-se ainda mais do que António Pereira, e todos com eles verificaram, depois de acurado exame, que era impossível negar a letra das ordens e as assinaturas dos dois pagantes da casaca de pano fino e das fivelas de ouro do *Belo Senhor*.

E Domingos Lopo e Afonso Martinho pagaram ao som dos aplausos da companhia ao alfaiate e ao ourives.

Tanto eles como António Pereira podiam negar-se aos pagamentos que fizeram; eram porém cavalheiros, e amigos do *Belo Senhor*, e julgaram de bom gosto dar-se por vencidos pela habilidade caligráfica daquele, a quem aliás tinham provocado com as suas zombarias.

O *Belo Senhor* foi o herói da ceia que se prolongou até a meia-noite.

A essa hora, e ao dissolver-se a reunião, o *Belo Senhor* ainda zombeteiro perguntou a Agostinho Fuas:

— Queres que eu me encarregue de acompanhar a tua bela Rosa ao seu jardim?...

Rosinha-Feitiço fez um momo a indicar negativa.

— Não, respondeu Agostinho Fuas; quero porém que saiamos juntos.

E saíram.

À pequena distância da taberna de Manuel Gago, e vendo-se livre de ouvidos indiscretos, Agostinho Fuas deixou o braço de Rosinha, a quem conduzia, e afastando-se dela alguns passos com o *Belo Senhor*, apertou as mãos deste e disse-lhe em voz muito baixa:

— *Belo Senhor*! gosto de ti e vou dar-te boa prova disso.

— Que é?...

— Lembra-te sempre do conselho de Fuas na Rua do Ouvidor!...

— Mas... enfim!... falas tão sério!...

— Desdenha e perde a tua admirável e extraordinária perfeição imitativa da escrita e da assinatura alheias.

— Ah!... o que fiz hoje...

— O que fizeste hoje foi simples, mas lamentável brinquedo com amigos, e mais tarde o que poderás fazer, será crime. Lembra-te!

E Agostinho Fuas voltou a tomar o braço da bonita actriz da Casa da Ópera.

O *Belo Senhor* ficou pasmado e quase triste.

E *mais tarde* lembrou-se muito, e lembrou-se em dias sinistros — *do conselho de Fuas na Rua do Ouvidor*.

Provàvelmente hei-de ter ocasião de lembrar também a sabedoria do conselho de Agostinho Fuas, dando, embora de passagem, notícias de lamentável crime, e de adversa fortuna, a que a maravilhosa habilidade caligráfica levou o *Belo Senhor*, já infelizmente corrompido (*).

NOTAS AO CAPITULO VI

(1) Este personagem, caracteristico do seculo XVIII, não iria deixar de se-lo na centuria seguinte, quando iria tomar o nome de "janota", "gamenho", ou mais requintada e britanicamente, "dandy". Tipo de uma verossimilhança perfeita que iria dar numerosos avatares: Maciel Monteiro, Joaquim Nabuco, Castro Alves, cioso do penteado e do corte do cabelo como ainda da elegancia de suas roupas.

Sabe-se que constitula um dos traços peculiares do "dandy" o amor à letra bonita, excelencia caligráfica que, como se verá em seguida, irá perder a nossa personagem.

(2) O enrêdo como se vê desenvolve-se em torno das fivelas dos sapatos do "gamenho". Não é de estranhar, pois, que este se desvelava enternecidamente com os cuidados que reservava no trato de seus pés, que no caso de mancebo como no de donzela se desejavam o mais pequenos possivel e com sapatos idealmente lindos.

João Caetano, a par evidentemente de milhares de outros, pode exemplificar o tipo. "Sempre elegante, usava, na intimidade, escarpim chinez, robe-chambre escarlate, sobre terno branco, gorro tambem escarlate com borla dourada; ao sair usava quase sempre camisa de cambraia branca, sapatos de verniz com fivelas de ouro, casaca azul ferrete com botões dourados, calça e colete cor de flor de alecrim, cartola castanho claro, lenço de seda preta em varias voltas ao pescoço, preso por alfinete de ouro, cravejado de brilhantes, luvas de pelica sobre as quais usava anéis.

Gostava imensamente de joias, usando as abotoaduras de coral e brilhantes e, sob a roupa, um crucifixo de ouro; relogio e corrente de ouro e perolas; bengala de unicornio com castão de ouro". (Cruz (Adamastor Vergueiro da) — *João Caetano dos Santos* — Cia. Editora Fluminense — Niteroi — 1928 — Pags. 45-46).

(3) Em 1789 havia no Rio 14 casas de pasto; em 1792, 17 e em 1794, 18. Consoante o cronista Luis Edmundo, eram estes estabelecimentos frequentados por "oficiais mecânicos, aprendizes, ciganos, mariolas, mendigos e mulatos de capote" (*O Rio de Janeiro do Tempo dos Vice-Reis* — 2º vol. — Editora Aurora — Rio — 1951 — Pag. 347).

Este restaurante elegante que reunisse os tafuis do tempo pelos idos de 1783, é provavel que tenha existido mas não na Rua do Ouvidor. O citado Luis Edmundo cita: "Para os elegantes houve, pela época da inauguração do Passeio Público, um restaurante de escol com umas celebres ceiatas de arroz com camarão, notavel e apreciadissimo crustaceo, piteu dos desvelos de Afrodite e muito da particular predileção do buliçoso Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos". (*Obra e vol. citados* — Pag. 347).

(3a) A primeira alusão à Casa da Opera que conhecemos é de Mello Morais Filho: "Depois dos mysterios de Anchieta, em 1555, a tradição do teatro no Brasil deixou de existir, reaparecendo a arte scenica no Rio de Janeiro em 1767, com a creação da Casa da Opera, do padre Ventura, no largo do Capim e anteriormente com a Opera dos Vivos, de que temos apagadissima noticia" (Marinho (Henrique) — *O Teatro Brasileiro* — H. Garnier — 1904 — Pag. 48).

Nela foram representadas as peças "Labyrinto de Creta" e a "Vida de D. Quixote" de Antonio José bem assim quase todo o seu teatro.

Quando se representava "Encantos de Medeia" um incendio devorou a Casa da Opera.

(4) Estas oferendas florais possuiam uma simbologia propria e complicada e que tardou a perder de valor. No caso em apreço temos que só no que se refere à rosa, teriamos uma serie de possiveis acepções: rosa amarela, serás sempre meu bem; rosa Amélia, Murmuração; Rosa azul, Hoje ou amanhã; Rosa branca, afeição; rosa capuchinha, brilhantismo; rosa de cem folhas, esplendor; rosa de cheiro encarnada, serei muito feliz; rosa da India, estimação; rosa de Jericó, graças; rosa moxixe, doces instantes gozei; rosas de todo o ano, Continua e vencerás; rosa de toucar, suspirar. E no caso do não-me-deixes, se branco, amor constante, se rajado, desgosto, se roxo, ausencia... (*Dicionario das Flores, Folhas, Frutos e Objetos mais usuais, com suas significações ou Vademecum dos Namorados* — Rio de Janeiro — B. L. Garnier — s.d.).

(5) Alcunha que se deu a Antonio José, provavelmente a maior figura de dramaturgo da literatura colonial brasileira — se é que se pode considerá-lo autor brasileiro pois nascido no Brasil em 1705, já em 1813 ia a Portugal. Acabou sofrendo o suplicio da fogueira, acusado de judaismo.

Deixou numerosas farsas e zarzuelas: "Variedades de Proteu", "Anfitrião", "D. Quixote", "Encantos de Medeia", "Faetonte", "Labirinto de Creta" e "Guerras do Alecrim e Mangerona".

A esta ultima prende-se principalmente a sua popularidade na epoca. "Isto é opera do Judeu" como vem no texto pode ser figura metaforica, referindo-se a negocio intrincado, incompreensivel, como por suas ficelles e tortuosidades de enredo são as produções de Antonio José.

(6) "No ano de 1780 era muito conhecido na cidade um belo rapaz chamado José Joaquim, por autonomásia o Belo Senhor.

Moço elegante e folgazão, tornou-se relacionadissimo e foi durante largo espaço de tempo figura principal nas rodas boemias.

Habil falsificador de firmas, tão habil que o proprio autor da assinatura não sabia distinguir a verdadeira da falsa, de uma feita forgicou um testamento, imitando com perfeição admiravel a letra do tabelião, a do testador e a das testemunhas.

Denunciado, foi preso, processado e condenado a degredo na Africa. Quando metido na cadeia, dali quase escapou, apresentando ordem de soltura escrita e assinada pelo vice-rei, mas que não chegou a produzir efeito porque uma circunstancia fortuita fez com que o documento fosse visto por d. Fernando José de Portugal que, negando houvesse assinado tal ordem, fez com que se concluisse que a sua letra fora falsificada, maravilhosa e magistralmente falsificada.

Uma das mais curiosas especialidades desse famoso embusteiro era a falsificação de assentamentos batismais, no que era de uma pericia verdadeiramente assombrosa.

José Joaquim era ocultamente protegido por alguem que nunca se pode descobrir quem fosse, tanto que não chegou a cumprir na Africa a pena a que fora condenado. Não saiu do Rio de Janeiro. Aqui morreu muito pobre, cremos que no governo do conde dos Arcos". (Barreto Filho (Melo) e Lima (Hermeto) — *Historia da Policia do Rio de Janeiro* — Editora A Noite — Rio de Janeiro).

CAPITULO VII

Como o vice-reinado do conde de Resende obumbrou a cidade do Rio de Janeiro, e nesta a *Rua do Ouvidor* com sinistras perseguições, e com o terror que espalhou: fala-se da conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais, e refere-se uma tradição que não saiu toda dos *velhos manuscritos* suspeitos de tradições imaginárias. Como e porque *Perpétua-Mineira* veio em 1784 morar à *Rua do Ouvidor* e aí, não ganhando bastante a costurar, abriu em sua casa *saleta de pasto à mineira*, acontecendo que depois de certo tempo ela começou a rir fora de propósito, cultivou *perpétuas roxas*, teve muitos amores, até que se apaixonou pelo *Tiradentes*, e enfim, desapareceu na noite de 21 de Abril de 1792, depois de ter andado à roda da forca, onde fora morto o seu amante, a procurar uma *perpétua*, achando sòmente ensanguentado um pedaço de lenço que reconheceu e guardou.

O último decénio do século passado e os primeiros dez meses do ano de 1801 marcaram obumbrado e sinistro período na história da cidade do Rio de Janeiro, e deixaram triste episódio às *Memórias da Rua do Ouvidor*.

Em 1789 tinha sido denunciada a conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais, estes presos e a *devassa* posta em andamento.

Em 1790 (a 4 de Junho) começou o vice-reinado do conde de Resende para tormento do Rio de Janeiro (1). Suspeitoso, aterrador, desapiedado, o conde de Resende, ainda depois de enforcado o Tiradentes, e de saídos em desterro os principais chefes da conspiração, isto é, ainda depois de Abril de 1792 até o fim do seu vice-reina-

do, foi cruel opressor do povo, e implacável perseguidor de poetas e de literatos, a alguns dos quais encerrou por longo tempo em negras prisões pelo crime de se reunirem em palestras literárias e científicas, às quais ele atribuía injustamente dissímulos de clubes revolucionários e reincidências em tramas republicanas (²).

A *Rua do Ouvidor* sofreu como toda a cidade, a influência sinistra do governo do conde de Resende, obumbrando-se pela desconfiança e pelo terror, e para dar ideia dessa triste situação, preciso lembrar a famosa conspiração chamada do *Tiradentes*, as perseguições e abusos do vice-rei, e vou fazê-lo, vestindo com as roupas, isto é, com as cores e com os costumes do tempo, uma *tradição* que colhi nos *meus velhos manuscritos*.

E' a *tradição-romance* de *Perpétua-Mineira*, que aliás não saiu toda desses *manuscritos* já suspeitos de fonte imaginária.

Dois amigos meus que tinham sido jovens no primeiro quartel do século actual, e que se presumiam de sabedores de coisas dos fins do último século, informaram-me em anos que me viram atarefado recolhedor de notícias do nosso passado na cidade do Rio de Janeiro, informaram-me, repito, da seguinte historieta.

Uma mulher moça e bonita, a quem chamavam *Perpétua-Mineira*, vivera durante anos dos vices-reinados de Luís de Vasconcelos e do conde de Resende, morando na *Rua do Ouvidor* entre as ruas *Direita* e *Detrás do Carmo* (*hoje do Carmo*), e que em sua casa abrira *saleta de pasto*, ou de jantar e ceias de *cozinha à mineira*.

Perpétua, a princípio de costumes irrepreensíveis, tornara-se depois fácil em amar, e inconstante em amores, contando entre os seus felizes apaixonados o *Tiradentes* (³), e enfim sùbitamente desaparecera, sem que houvesse dela mais notícia alguma, no mesmo dia em que

subiu à forca, seu capitólio da história, aquele impávido conjurado, de quem ela fora amante.

Atiçado e impelido pelo interesse romanesco de tais informações, procurei então com ardor no processo dos *inconfidentes* de Minas, em publicações, em documentos arquivados, em conversações com amigos fluminenses e mineiros distintos, e curiosos investigadores destas coisas da pátria, alguns vestígios da existência ao menos daquela *Perpétua-Mineira*, que florescera ou murchara na *Rua do Ouvidor*.

Perdi o meu tempo.

Os meus dois informantes continuavam a asseverar o que me diziam sobre a interessante *Perpétua-Mineira*; mas em falta de testemunho mais seguro, limitei-me a tomar notas das informações sem poder aceitá-las como incontestáveis.

Agora, escrevendo as *Memórias da Rua do Ouvidor* e chegando nelas à época da conjuração dos *inconfidentes* de Minas Gerais, das perseguições e do terror do vice-reinado do conde de Resende, lembrei-me daquelas informações, e tomando-as por bases, recorri sem cerimónia aos meus *velhos manuscritos* e achei logo neles a *tradição* completa, a tradição-romance de *Perpétua-Mineira*, que passo a contar.

Não asseguro, mas inclino-me a crer, a admitir ao menos o facto da existência de *Perpétua-Mineira* com a saleta de pasto, ou de jantar e ceias, na sua casa da *Rua do Ouvidor*: admito a probabilidade dos amores de Perpétua e do *Tiradentes*. O mais vai sair dos meus *velhos manuscritos* por conta e risco exclusivamente deles e sem responsabilidade do memorista conscienciosо.

E' tradição-romance de *Perpétua-Mineira* para diante.

Em pequena casa térrea de porta e janela que em princípios do século actual ainda se via, na *Rua do Ouvidor* ao lado direito e pouco antes da quina da Rua

Detrás do Carmo, como triste amostra das acanhadas e rudes construções dos primeiros tempos da cidade, morava uma mulher a quem chamavam *Perpétua-Mineira*.

Perpétua era com efeito o seu nome de baptismo; o de família ninguém o conhecia; porque ela não o tinha e a alcunha de *mineira* lha puseram no Rio de Janeiro pela sua naturalidade da capitania de Minas Gerais.

Era ainda mais infeliz do que se fora *órfã*, era ou fora *enjeitada*, e nunca a procuraram os pais. No seio da família caridosa que a recolhera, aprendera ao menos a trabalhar; aos dezoito anos de idade porém fora segunda vez *enjeitada*, expulsa da casa beneficente pelo *crime* de ter sido seduzida pelo filho mais velho dos seus protectores.

O sedutor apaixonado amante da *enjeitada* quis, a despeito da oposição de seus pais ricos e presunçosos de nobre sangue, desposá-la, e dar-lhe como devia, o seu nome; Perpétua, porém a chorar, e a maldizer de sua fraqueza, lembrou quanto por ela tinham feito os caridosos adoptadores da inocente e mísera recém-nascida exposta, abandonada à porta de estranhos, e agradecida até ao sacrifício de sua honra, impôs ao filho revoltado obediência aos pais, deu-lhe em despedida um, o último beijo, e, fugindo à capitania do seu berço, veio para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1784, e quase logo foi ocupar a casa da *Rua do Ouvidor*, que ficou mencionada, e que houve a preço de *seis cruzados* de aluguel por mês.

Perpétua pôs-se a *costurar*, foi ela a primeira, não modista, mas *costureira* da *Rua do Ouvidor* (4); tão pouco, porém, rendiam-lhe as costuras, que para viver começou a explorar outro recurso, abrindo ao concurso do público na pequena saleta de sua casa, mesa muito asseada, na qual vendia lombo de porco em vários guisados primorosamente preparados, linguiças e bolos, e diversos acepipes culinários de farinha de milho.

Em linguagem moderna combinada com a antiga, inglesa abrasileirada, a pobre e infeliz Perpétua abriu casa de *lunch à mineira.*

Foi daí que começou a sua alcunha *Perpétua-Mineira.*

E sem o pensar ela foi ali na *Rua do Ouvidor* a precursora de Mme. Josefine, costurando, e do Sr. Guimarães, fazendo *lunch à mineira.*

De estatura alta, e bem talhada de corpo, Perpétua tinha negros e belos os cabelos e os olhos, o rosto branco e de encantador oval, trazendo nas faces as pulcras rosas dalém das serranias do Ocidente.

Apenas lhe amesquinhavam as graças físicas, as mãos trigueiras e ásperas pela rudeza do trabalho e os modos e falas agrestes que denunciavam a sertaneja, pouco afeita aos costumes e aos lavores da sociedade urbana.

Bonita como era, Perpétua adquiriu logo boa freguesia frequentadora da sua *saleta de pasto,* onde muitos dos Mineiros que vinham à cidade do Rio de Janeiro também e de preferência iam para jantar ou cear à moda da capitania.

Tão jovem que ainda se poderia dizer menina, Perpétua, vivendo só, manteve durante um ano procedimento irrepreensível, foi casta depois de seduzida, bem que não lhe faltassem namoradores e apaixonados entre os freguezes da *saleta de pasto.*

Mas um dia alguns Mineiros chegados da capitania deram à pobre enjeitada a notícia do casamento do seu querido sedutor. Por explicável contradição de sentimentos em alma exaltada, ela, que generosa impusera ao amante obediência à vontade dos pais, ao saber que a *obediência* se cumprira, sentiu o peso da morte no coração, adoeceu gravemente, foi levada para a Santa Casa da Misericórdia, donde no fim de dois meses saiu restabelecida da moléstia cerebral que lhe ameaçara a vida; mas trazendo alteração lamentável em seu carácter.

Restaurando a sua *saleta de pasto*, *Perpétua-Mineira* não zelou mais e como dantes o seu proceder honesto, e ainda o repetirei — *casto* — depois do erro: fingida ou realmente alegre, faceira e garrida escapou apenas às abjeções do vício venal; mas desceu às baixezas da impudicícia por amores, cuja duração era marcada pela sua inconstância, e pelo seu capricho.

A jovem mineira parecia feliz: era tão fácil e frequente o riso em seus lábios, que às vezes até ria fora de propósito: além disso, notava-se que ela, tendo mandado preparar no quintalzinho da sua casa canteiros de jardim, só cultivava nesses canteiros *perpétuas*, a flor de seu nome; exclusivamente, porém, *perpétuas roxas*, a flor das sepulturas ou da morte.

Entretanto *Perpétua-Mineira* adquiriu celebridade imodesta na cidade do Rio de Janeiro, e entre os seus sucessivos amantes contou o *Belo Senhor*, e dizem que (muito às escondidas e com imposição de segredo) o vice-rei Luís de Vasconcelos, que foi sempre muito mais cauto do que o marquês de Lavradio.

Por fim, em 1787, apareceu-lhe em casa José Joaquim da Silva Xavier, o *Tiradentes*, que já não era moço, nem distinto por beleza varonil (*); mas que impressionava a quase todos por arrebatamentos apaixonados, pelas expansões francas e ardentes do sentimento, pela coragem, pelo entusiasmo fácil, e até pelas leviandades e estouvamentos de seu ânimo imprudente, e a que faltava sobretudo o bom-senso.

O *Tiradentes* inflamou-se de amor pela bela Perpétua, e esta perdidamente se apaixonou por ele.

Capricho ou predilecção de *mineira*?...

E' quase ou de todo insensato pretender arrasar segredos de sentimentos.

Perpétua amou o *Tiradentes*: amou-o terna e fiel, e desde então ria-se ainda; mas só a propósito: nenhum

outro homem pode mais passar além da *saleta de pasto* para o interior da casa, nem mesmo (dizem) aquele que a horas mortas da noite às vezes entrava misterioso.

Pode-se amar deveras mais de uma vez na vida?... pode haver outro depois do primeiro amor que encha e perfume completa e perfeitamente o coração?...

Perpétua não ousaria responder; porque depois do seu primeiro amor, amava ternamente o *Tiradentes*; mas, cumpre dizê-lo, amante estremecida e fiel do *Tiradentes*, ela continuou sempre a cultivar no seu quintalzinho *perpétuas* e exclusivamente *perpétuas roxas*.

As ligações de Perpétua e do *Tiradentes* duravam com interrupções longas pelas ausências deste, mas com exemplar fidelidade respeitadas por ela já há dois anos, quando em 1789 aquele conspirador indiscreto chegou à cidade do Rio de Janeiro e no fim de alguns dias, na véspera de sua volta para *Vila Rica*, revelando à amante o segredo da conspiração mineira, em terna despedida, pediu-lhe que colhesse e lhe desse uma *perpétua*, a flor de seu nome, como lembrança de amor.

A bela jovem cortou um basto anel de seus cabelos, e, dando-o ao *Tiradentes*, disse-lhe:

— Dou-te melhor lembrança: a *perpétua* não, não! olha: só tenho *perpétuas roxas*, as flores da morte.

O *Tiradentes* beijou e guardou o anel de cabelos; mas exigiu com tanta insistência a flor, que a amante colheu, e entregou-lhe uma *perpétua*, dizendo:

— Leva-a, é porém de mau agouro. Sê feliz! Adeus! Qualquer que seja o teu destino, eu te amarei *perpétua*. Lembra-o bem: *perpétua*!...

No mesmo ano o *Tiradentes* tornando ao Rio de Janeiro, mas já perseguido para ser preso, como em Minas o tinham sido os outros conspiradores, não ousou ir à casa de *Perpétua-Mineira*, mas ainda assim caiu em poder dos agentes do governo.

A generosa e exaltada amante, a pobre *Perpétua-Mineira*, sonhou, imaginou planos doidos para salvar o *Tiradentes*, facilitando-lhe a fuga dos cárceres subterrâneos da *Ilha das Cobras*, para onde o tinham levado, e, desatinada e vaidosa, começava a calcular com repugnantes traições ao seu amor, com sublimes sacrifícios já para ela horríveis, contando com o poder dos seus encantos a fazer milagres no coração de Luís de Vasconcelos, aliás severo e inflexível no cumprimento do seu dever, quando a 4 de Junho de 1790 o vice-reinado passou ao conde de Resende.

Adeus, embora ilusórias, vaidosas esperanças de *Perpétua-Mineira*!...

O conde de Resende chegava carrancudo, ameaçador e temendo conspirações a tramar-se em toda a cidade, e para mais se agravarem suas turvas suspeitas, e as sinistras prevenções do seu ânimo, logo na noite de 20 de Junho, incêndio violento devorou a casa onde a Câmara Municipal celebrava suas sessões e tinha o seu arquivo (casa do Teles na *Praça de Pedro II*, até a quina da Rua do *Mercado*) (a).

O vice-rei passou a noite em ânsias, vendo no incêndio ensejo preparado para pronunciamento revolucionário, ao mesmo tempo que o povo só via na horrível fogueira *mau agouro do novo governo*.

Não foi possível ao conde de Resende descobrir a origem do incêndio; mas por isso mesmo o atribuiu aos revolucionários, e multiplicou precauções aterradoras.

Perpétua por ter sido amante do *Tiradentes*, e porque recebia *mineiros* a jantar e a ceiar em sua *saleta de pasto*, foi objecto de incessante espionagem, e teve a casa por vezes varejada; de modo que em breve temerosos e espantados quase todos os frequentadores da *saleta de pasto* dela desertaram e a *Rua do Ouvidor* cobriu-se com o véu da tristeza e anuviou-se pelo medo.

Mas a corajosa Perpétua deixou-se ficar em sua casa à espera...

À espera de que?... ela nem podia ter notícias do *Tiradentes* conservado como os seus companheiros do infortúnio *em segredo* nas masmorras da *Ilha das Cobras*.

E todavia ela esperou quase dois anos... esperou até Abril de 1792.

A 19 deste mês o *Belo Senhor*, que nunca a abandonara, embora Perpétua desde que amara o *Tiradentes* só lhe permitisse inocentes relações, foi triste anunciar-lhe a horrível sentença proferida pela alçada no dia antecedente.

A pobre moça nem pode chorar nos primeiros momentos, e convulsa e como atónita, murmurou estúpidamente:

— Eu lho disse: *foi a perpétua roxa*!...

— Que perpétua roxa?... perguntou o *Belo Senhor* a temer que a infeliz moça começasse a delirar.

— Eu o sei... e ele o sabe: respondeu a amante do *Tiradentes*.

Hora depois *Perpétua-Mineira*, que não pudera chorar, pálida e abalada por estremecimentos nervosos, tornou-se muda e ficou de novo *à espera*... ficou alerta.

Não se alimentou, nem dormiu, ficou *à espera*...

Às onze horas da noite de 20 de Abril *Perpétua-Mineira* ouviu sinistro ruído de gente aliás silenciosa que descia pela *Rua Direita*, e saiu para ver o que era.

Todas as casas estavam fechadas.

Perpétua-Mineira chegando à *Rua Direita* apoiou-se à parede da quina da *Rua do Ouvidor*.

E viu... e ouviu...

Viu quase na sombra... viu mal distinto lúgubre préstito de soldados e de presos, e ouviu o tinir das correntes...

Viu pelos ouvidos os soldados em sua marcha compassada e regular, e os presos no gemer das cadeias...

Quando presos e soldados foram em fúnebre silêncio passando diante dela, a mísera e exaltada mulher, adivinhando entre aqueles o amante, que não podia distinguir na escuridão, disse alto, bastante alto para ser ouvida, mais com voz pungente:

— *Perpétua*!...

As cadeias de um dos condenados retiniram, agitadas por forte tremor, aliás apenas momentâneo.

O *Tiradentes* tinha reconhecido a voz de Perpétua.

No outro dia, 21 de Abril, José Joaquim da Silva Xavier, o *Tiradentes*, subiu à história subindo à forca no campo do Rosário (¹).

Quando o seu corpo caiu do patíbulo sob os pés do carrasco, os repiques festivos dos sinos das igrejas e as aclamações oficiais obrigadas abafaram profundíssimo gemido de dor, e a comoção geral não deixou ver, ou o instinto generoso do povo escondeu o *crime* de um corpo de mulher que tombara como sem vida.

Essa mulher, porém, não estava morta: levaram-na, ou ela tornou a si, e pode retirar-se... fugir...

A cidade obedeceu à imposição de manifestações de festa e de exultação até as *luminárias* que se apagaram às dez horas da noite.

Depois reinou na cidade silêncio sepulcral.

Pouco depois da meia-noite uma mulher alta e envolta em negra mantilha avançou misteriosa pelo campo do Rosário até chegar à forca ainda em pé.

O campo estava solitário, era profunda a escuridão... e na escuridão a forca se escondia, como o remorso que se abisma no fundo enegrecido do seio em torturas...

Chegada junto da forca a mulher tirou das amplas e protectoras dobras de sua mantilha uma lanterna furta-

-fogo e curvando-se, com os olhos abaixados para o chão, pôs-se a andar em torno do patíbulo e como a procurar algum objeto... sonhado.

A mísera sonhara achar... mas não achou uma — *perpétua roxa.*

Achou... vestígios de sangue que a terra absorvera...; finalmente, porém, achou... quase um trapo... um pedaço de lenço branco e ensanguentado...

Perpétua, porque era ela, recolheu o pedaço de lenço e examinando-o à luz da lanterna, descobriu em um dos ângulos as letras J.J.S.X. bordadas a seda...

Ela tinha bordado essas mesmas letras em um lenço do *Tiradentes.*

Perpétua-Mineira beijou dez vezes o pedaço de lenço ainda húmido de sangue, depois guardou-o no seio e sobre o coração.

Quase logo apagou a lanterna, largou-a no chão e pôs-se a caminhar em retirada do campo do Rosário.

Mas então *Perpétua-Mineira* vacilava em sua marcha, e sentia-se extenuada de forças. E' que ela não se alimentava nem dormia desde 19 de Abril, e já há uma hora tinha começado o dia 22.

A *saleta de pasto* da *Rua do Ouvidor* não se tornou a abrir.

Desde a noite de 21 de Abril *Perpétua-Mineira* desaparecera, e não se soube o destino que levara.

Houve quem dissesse que se encontrara na estrada de Minas Gerais e junto de poste, onde se deixara exposto um dos quartos do corpo de *Tiradentes*, o cadáver de uma mulher.

NOTAS AO CAPITULO VII

(1) "...era áspero, quasi intratavel, mas ativo e diligente como os dous antecessores. Fez tambem *urbanismo*: a rua dos Invalidos (nome tirado da casa para os soldados inválidos que ali mandara preparar), o calçamento das melhores arterias, a cobertura do aqueduto da Carioca, o chafariz do quartel do Moura. Falhou o seu intento de prolongar o cáes do largo do Paço até a praia de D. Manuel. Cuidou porem, das fortalezas que o exigia o novo periodo de conflitos na Europa; fez construir, na Prainha, a fragata "Princesa do Brasil" (1798), impediu, com brutal eficiencia, os abusos do comercio, e fez valer por toda a parte a sua autoridade forte". (Calmon (Pedro) — *Historia do Brasil* — Companhia Editora Nacional — 3ª vol. — Pag. 296-297).

(2) Estas academias do Rio de Janeiro são reflexo da universal preocupação pelas ciencias naturais, tanto que em grande parte eram constituidas por médicos; e geralmente médicos ou mais tarde, cientificos eram os temas das comunicações. Nessa tradição inclui-se a academia Cientifica do Rio de Janeiro e a *Sociedade Literária*, esta ultima continuando praticamente cientifica não obstante o seu nome e não obstante ainda constituir o seu maior animador o poeta Silva Alvarenga.

As perseguições a que Macedo alude prendem-se à denuncia de conspiração que tornou suspeitas as atividades da agremiação de Alvarenga. "Murmurava-se à traição, falava-se ao ouvido que era um *clube de jacobinos*" no asserto de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (in Alvarenga (Silva) — *Obras Poéticas* — vol. I — Livraria Garnier — Rio — 1864 — Pag. 49).

Fechada a sociedade literária, continuaram suas atividades sob a forma de associação secreta, tanto que impunha no artigo 1º de seus Estatutos "a boa fé e o segredo, de modo que ninguem saiba do que se tratou na Sociedade". O veneno da Revolução estava no 2º item: "Não deve haver superioridade alguma nesta Sociedade, e será dirigida igualmente por modo

democrático". (In Alvarenga (Silva) — *Obra citada* — Pag. 154).

A aventura custou ao poeta a experiencia do cárcere, por dois anos e meio. Por fim ordens da Corte de Lisboa: "Puni-os se são culpados; mas a serem inocentes ponde-os em liberdade" libertavam Silva Alvarenga e outros acusados.

(3) Històricamente, pelo menos, a unica mulher que aparece, no Rio de Janeiro, ligada à vida de Tiradentes é a que ele faz referencia na Devassa: "Respondeu, que a pessoa, a quem falou para que o escondesse uma noite foi a viuva chamada Inacia de tal, que morava ao pé da Igreja da Mãe dos Homens, porem que esta o não recolhera em sua casa por ser viuva; que a razão, que teve para se valer da dita Inacia, foi por ter lhe curado uma filha de uma molestia, que teve em um pé, por ter alguma inteligencia de curativo, e julgando que ela lhe estaria obrigada por este motivo, foi a razão, por que se valeu dela". (*Autos da Devassa da Inconfidencia Mineira* — Ministerio da Educação — Rio — 1936 — Volume IV — Pag. 66).

O carater por assim dizer boêmio de Tiradentes é cousa que parece comprovada, de molde a este romance com a Perpétua-Mineira ter pelo menos condições de verosimilhança. Numa cronica sobre o alferes Xavier, a certa hora, Luis Edmundo faz D. Luis de Vasconcelos insinuar:

— "Aposto, porém, que apesar de todos os embuçados, tem, o Sr. alferes se divertido por toda esta cidade, quiçá dando o que fazer ao temperamentozinho, hein?" (*Recordações do Rio Antigo* — Rio de Janeiro — 1950 — Pag. 35). O ideal da Inconfidência foi propagado, em conversas ilustres com Claudio e Gonzaga, mas tambem por logares menos hieráticos. Assim é que o Conego Luis Vieira da Silva, no auto de perguntas que se lhe fez, informa: que Tiradentes "era um bebedo"... e que "andava por Vila Rica por casa de varias meretrizes a prometer premios para o futuro quando se formasse uma República". (*Autos da Devassa da Inconfidencia Mineira* — vol. IV — pag. 291).

(4) No Rio antigo a profissão de modista andava muito frequentemente associada à de meretriz. Afirma um cronista do tempo, Ferreira da Rosa, que "elas" nas suas correspondencias com a familia sempre se dizem "costureiras". (Rosa (Ferreira da) — *O Lupanar* — Rio — 1896).

(5) "Cumpre acrescentar que para alguns dos malogros do mesmo alferes em suas pretensões, alem da circunstancia de ser "tiradentes" devia tambem contribuir o seu fisico. Era bastante alto e muito espadaudo, de figura antipatica, e "feio e espantado". (Visconde de Porto Seguro — *Historia Geral do Brasil* — Companhia Melhoramentos de São Paulo — 3ª edição — tomo 4º — Pag. 405).

(6) Vieira Fazenda fala nos "livros do Senado da Camara destruidos em grande parte pelo incendio que, em 20 de Julho de 1790, sendo vice-rei o Conde de Rezende, reduziu a cinzas a casa, onde funcionava a Camara, nos sobrados por cima do chamado Arco do Teles.

Ainda hoje para o historico e para varias questões da nossa Municipalidade perduram os incalculaveis prejuizos causados por essa tremenda catastrofe". (*Obra citada* — vol. 3º — pag. 431).

(7) Sabe-se do local do suplicio do martir, através do certificado do desembargador dos agravos da Relação do Rio: "Francisco Luiz Alvares da Rocha, desembargador dos agravos da Relação desta cidade e escrivão da comissão expedida contra os reus da conjuração formada em Minas Geraes; Certifico que o réu Joaquim José da Silva Xavier foi levado ao lugar da forca levantada no campo de S. Domingos e nela padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça e o corpo dividido em quatro partes; e, do como assim passou na verdade, lavrei a presente certidão, e dou a minha fé. Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1792. (Assinado) Francisco Luiz Alvares da Rocha".

Quanto ao local exato, o Barão do Rio Branco comenta: "O campo de São Domingos era muito extenso, nos primeiros anos do século XVIII. Em 1710 e 1711, por ocasião das invasões francesas, dava-se aquele nome, ou o de campo do Rosario, a toda a planicie entrecortada de charcos que se estendia alem da atual rua de Uruguaiana, então limite da cidade pela parte do interior; mas, já pelo meio do século, como se vê de uma planta de 1769, do Engenheiro Roscio, existiam quarteirões de casas na parte central do antigo campo. Desde então só ficou o nome de São Domingos ao campo, que se estendia da atual rua da Alfandega aos morros da Conceição e Livramento. Foi ali, nas proximidades da igreja de São Domingos, que se levantou a forca. Se a execução houvesse sido efetuada, como pretendem alguns, no espaço compreendido entre as ruas da Constituição, Regente, Visconde do Rio Branco e Nun-

cio, a certidão diria "Campo da Lampadosa" e não "Campo de São Domingos". Dava-se, desde meados do século XVII e ainda em fins desse seculo, o nome de "Campo da Lampadosa" ao espaço ocupado pela praça que depois se chamou do Rocio e se prolongava então até o Campo de Santana. O Campo de São Domingos, de 1792, estava separado do Campo da Lampadosa pelos quarteirões, já habitados, que demoram entre a rua da Alfandega e a da Constituição, com o seu prolongamento no antigo largo do Rocio, depois praça da Constituição". (Barão do Rio Branco — *Efemerides Brasileiras* — Ministerio das Relações Exteriores — Pags. 110 e 111).

CAPÍTULO VIII

Como a *Rua do Ouvidor* ainda entra na história da conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais por curioso episódio que se refere sob a denominação de episódio ou de *tradição da maçã*, que, plenamente provada, seria preciosa luz histórica. Conta-se a viagem da maçã, que o coronel Francisco de Paula Freire de Andrade por triste e aborrido não quis comer, e mandou-a ao vigário padre Toledo, que ao saboreá-la achou-lhe miolo muito melhor do que poderia ter imaginado. Terminada a tradição da maçã, diz-se enfim como o *Belo Senhor* teve de lembrar-se do conselho que Agostinho Funs lhe dera na *Rua do Ouvidor*, depois da segunda ceia na saleta do fundo da taberna de Manuel Gago, e como, escapando do degredo o *Belo Senhor* morreu pobre, e ignorado na cidade do Rio de Janeiro.

Referindo-se no capítulo antecedente a tradição de *Perpétua-Mineira*, declarei positivamente que eu a encontrara completada nos meus *velhos manuscritos;* como estes, porém, não trazem nome de autor, nem baseiam em documentos suas informações, é claro que só me aproveitam para enfeitar estas *Memórias;* porque fora abuso condenável expor-me a falsificar a história, dando por factos averiguados alguns devaneios de imaginação.

Podem severos críticos achar de mau gosto o meu repetido recurso aos velhos manuscritos; mas hei-de teimar nele: escrevo as *Memórias da Rua do Ouvidor*, que em seu carácter de rua das modas, da elegância e do luxo merece e deve ser adornada e adereçada condignamente.

ieb

Não vendo gato por lebre, desde que préviamente declaro a origem e a natureza das tradições, que vou contando a salvar sempre a verdade histórica.

Este cavaco serve de preâmbulo a uma outra e bem curiosa tradição, que pertence um pouco à *Rua do Ouvidor*, e que seria, na hipótese de chegar por algum modo a averiguar-se, interessante episódio da história da conspiração mineira, que ficou sendo chamada do *Tiradentes*. E' um episódio que eu chamarei da — maçã.

A tradição que passo ao conhecimento dos meus leitores não é das tais dos velhos manuscritos: há sete ou oito anos passados eu a ouvi (como diversas informações sobre alguns inconfidentes) a um bondoso e inteligente fazendeiro de Minas Gerais, com o qual entretive passageiras, mas saudosas relações aqui no Rio de Janeiro.

O episódio me sorri, me agrada muito, porque vem apoiar o meu juízo sobre os motivos determinantes da *Carta Régia* de comutação da pena de morte em degredo para os verdadeiros e principais chefes da conspiração mineira em 1789.

Não o mais ilustrado, o principal chefe, porém da famosa conspiração foi por mais rico e mais prestigioso e influente na capitania o coronel *Francisco de Paula Freire de Andrada* (1), o qual era filho natural de *Gomes Freire de Andrade*, conde de Bobadela e de *D. Maria Correia de Sá e Benevides* (2).

Em outro também, como este, mesquinho trabalho literário, dissimulei o nome da família dessa senhora, chamando-a simplesmente Maria de...: eu podia proceder assim; porque o meu trabalho era e é *romance*, embora *histórico*; mas o meu ilustrado e excelente amigo o Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, escrevendo a sua obra o *Tiradentes*, declinou os nomes de baptismo e de família da mãe do coronel Francisco de Paula Freire de

Andrada com o seu indisputável direito e severo dever de historiador; posso, portanto, fazer o mesmo nestas *Memórias* sem inconveniência alguma.

O coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, cabeça da conspiração, pertencia, pois, embora filho natural, pelo lado materno, à família *Correia de Sá e Benevides*, e pelo paterno à dos *Freire de Andrada*, ambas nobres e de influência na corte de Lisboa, e que não se submetiam à horrível ideia de que *um dos seus* morresse na forca.

Principalmente os *Freire de Andrada*, cujo nome de família o principal chefe da conspiração trazia de seu pai, ardiam por salvá-lo da morte infamante.

Ora, diz a tradição, que ouvi, e é muito verossímil, que as duas famílias e mais forte e activamente os Freire de Andrada, se empenhavam com insistente esforço por conseguir, *ao menos*, comutação da pena de morte para o *seu Freire de Andrada*.

D. Maria Correia de Sá, diz ainda a tradição, e é muito possível, teve do conde de Bobadela *uma filha*, cujo nome não soube guardar, se o meu digno informante mo revelou, do que não tenho certeza.

Essa senhora, a quem chamarei simplesmente *irmã do coronel Francisco de Paula*, era casada com um rico negociante português estabelecido à *Rua do Ouvidor*, perto da Igreja de *Santa Cruz dos Militares*, e, apesar ou com ignorância do marido, que *absolutista intransigente*, ou talvez temeroso do parentesco fraternal da esposa, maldizia por toda a parte dos perversos *inconfidentes*, e do *cunhado* ainda mais que dos outros, ela entretinha correspondência cautelosa, mas solícita, com os *Freire de Andrada* de Lisboa, interessados em favor de seu irmão.

Em 1791 a amorosa irmã do coronel Francisco de Paula recebeu, em carta vinda de Lisboa, a comunicação

confidencialissima da carta régia de 15 de Outubro de 1790, comutadora da pena de morte; mas *carta régia* que ficaria guardada em absoluto segredo, até que a *alçada* lavrasse no Rio de Janeiro a sentença de morte dos réus.

A excelente irmã radiou jubilosa; mas o júbilo nunca é perfeito no coração humano.

Francisco de Paula, em seu cárcere subterrâneo da *Ilha das Cobras*, vivia atormentado pelas sinistras apreensões da forca.

A forca era o pesadelo horrível que o ansiava no sono de suas noites lúgubres.

Mas o segredo da carta régia era condição que, desrespeitada, podia anular *a graça* a tanto custo obtida.

A piedosa irmã não teve força bastante de ânimo para guardar a notícia *confidencialissima* com tão apurado zelo que resistisse ao empenho ardente de consolar o coronel Francisco de Paula, varrendo-lhe do espírito as horríveis idéias apreensivas, não da morte, mas da ignomínia da forca.

Como, porém, transmitir ao irmão aquele segredo melindroso, e cuja quebra e arriscada propalação seria crime, e crime fatal?...

A mulher, que tem às vezes artes do diabo, também às vezes admira por travessuras e inspirações de anjo.

O coronel Francisco de Paula Freire de Andrada estava preso e incomunicável em um dos cárceres subterrâneos da *Ilha das Cobras*, assim como os outros réus da conspiração mineira; mas cada qual deles em prisão separada e sem comunicação com os outros. Sabiam todos eles que mais ou menos vizinhos se achavam; mas só algum mais alto gemido porventura alguma vez chegava ao ouvido da irmã-vítima em masmorra mais próxima. Estavam juntos, e mais que nunca separados.

À exceção dos agentes da justiça e dos carcereiros muito observados, só penetrava até cada um dos inconfidentes um padre incumbido de exortá-los religiosamente e de ouvi-los em confissão.

Mas o governo do vice-rei tinha errado na escolha do padre, porque o padre escolhido era bom e piedoso.

Ou por feliz acaso ou por amoroso artifício, a irmã do coronel Francisco de Paula tomara esse mesmo padre por seu confessor e diretor de consciência, e dos poucos o foi comovendo tanto com as suas lágrimas pela desgraça do irmão, que acabou, tendo nele inocente e apiedado intermediário, que lhe trazia notícias do estado de saúde e das esperanças e temores do ânimo do triste encarcerado.

A proteção do padre limitava-se exclusivamente a essas pobres consolações: além delas nunca uma carta, nem informações sobre a devassa, nem sobre o cárcere, onde Freire de Andrada estava preso.

O padre zelava à risca o segredo imposto relativamente aos infelizes inconfidentes guardados nas prisões subterrâneas da *Ilha das Cobras*.

A irmã do coronel Francisco de Paula, que recebera de Lisboa um pequeno caixote de lindas maçãs, escolheu dentre elas uma, e com finíssimo canivete, e com a mais apurada delicadeza abriu no fundo da parte mais côncava da fruta subtil entalha, sacando pequeno batoque piramidal: pela abertura feita assim escavou um pouco a fruta, e nesse vão escondeu uma tirazinha de papel, na qual escrevera: "Com certeza comutação da pena de morte na última hora", e com a mesma delicadeza e finura adaptou o batoquezinho perfeitamente seguro e de modo a iludir o homem mais ladino.

Sem dúvida aquela doce e extremosa irmã talhou dez ou vinte maçãs antes de chegar à última, em que se aplaudiu da perfeição da sua obra.

No outro dia a comovida e comovente senhora pediu chorando ao padre seu confessor o caridoso e inocentíssimo favor de levar uma maçã, que lhe apresentou, a seu infeliz irmão.

O padre, coitado, chorou também, recebendo a maçã, e no mesmo dia entregou-a ao coronel Francisco de Paula, a quem fora consolar e exortar no sombrio cárcere.

— Obrigado mil vezes, meu padre!... disse-lhe o preso beijando-lhe as mãos; obrigado!... rogo-lhe que agradeça por mim à minha triste e amada irmã... e que lhe deite a sua bênção... ah! meu padre!... abençoe minha irmã... abençoe-a!...

Mas quase logo acrescentou:

— Ah!... outros, a quem arrastei para a desgraça, merecem mais do que eu consolações e doces lembranças de amizade. Meu padre! complete a sua obra de comiseração e de piedade católica: leve e dê esta maçã ao meu infortunado amigo e companheiro de adversidade, o Sr. vigário Toledo.

O pedido do coronel Francisco de Paula foi satisfeito, e horas depois o vigário padre Toledo, que recebera e guardara a maçã, ao parti-la achou dentro da fruta a preciosa tirazinha de papel anunciadora de muito consolador *mal menor*.

A maçã não produziu os efeitos com que calculara a senhora sagaz.

O padre Toledo incomunicável, como os outros inconfidentes presos, não pode transmitir nem a Freire de Andrada, nem a algum dos outros réus e amigos a notícia que por acaso lhe chegara.

Ele e outros padres inconfidentes, graças a seu carácter sacerdotal, foram poupados à pena de morte na sentença da alçada, e, portanto, não entrando para o *oratório* na noite de 20 de Abril, o padre Toledo também não pode aí passar aos companheiros de infortúnio a alentadora *certeza*, que lhe levara a maçã.

O coronel Francisco de Paula Freire de Andrada passou no *oratório* a noite de 20 para 21 de Abril com um frade franciscano ao lado a prepará-lo para morrer contrito e resignado na forca algumas horas depois, e sòmente na manhã de 21 de Abril (o que é histórico, e incontestável) foi-lhe intimada ou declarada a comutação da pena de morte em degredo para as *Pedras de Ancoche*.

A tradição que acabo de reproduzir tão fielmente como a ouvi ao fazendeiro de Minas Gerais, não é inverossímil, e nem foi comunicada com pretensões de que real e positivamente se dera o *episódio da maçã*.

Mas, verdadeira ou imaginária, a tradição pertence um pouco à *Rua do Ouvidor*, pois que de uma de suas casas se diz ter saído a *maçã*.

E para mim, se fosse verdadeiro o episódio, seria base sólida, e ainda não o sendo a crença popular que lhe deu origem, o faz argumento conjectural para meu juízo sobre os motivos que determinaram a carta régia de 15 de Outubro de 1790.

Graças à sua influência e aos seus empenhos as famílias Freire de Andrada e Correia de Sá e Benevides conseguiram em Lisboa que não tivesse de morrer na forca o inconfidente que era um dos seus; esse, porém, o coronel Francisco de Paula, era o chefe principal da conspiração, e para que lhe fosse comutada em degredo a sua pena de morte, tornou-se moralmente indispensável estender a graça a todos os outros chefes e cúmplices, *exceto*

o caso (diz a carta régia) de ser isso inadmissível (a pena de morte) pela atrocidade do crime.

Por esse triste *exceto o caso*, foi enforcado e esquartejado o *Tiradentes*, que era apenas *inconfidente* cúmplice de segunda ordem, e até pouco recebido nas reuniões e conselhos secretos dos chefes principais; a alçada, porém quis dar *lição e exemplo ao povo* e portanto mandou enforcar o *Tiradentes*, o qual por isso mesmo, de pequeno que era, ficou sendo gigante.

Eu peço perdão deste deslocado intrometimento de apreciação de um ponto de história pátria, que é desculpável por costume de ofício.

Agora dou nó de emenda na linha destas *Memórias*.

Em 1801 o conde de Resende chegou ao termo do seu atrabiliário e aborrecido vice-reinado, entregando o governo a D. Fernando José de Portugal, mais tarde conde de Aguiar.

O povo saudou o novo vice-rei com a esperança e alegria de quem respirava livre de violenta opressão, e de povo que não era velho de Siracusa.

D. Fernando José de Portugal, que esteve longe de merecer comparar-se com o marquês de Lavradio e com Luís de Vasconcelos e Sousa, foi, todavia, muito considerado e aplaudido em seu governo suave pelo contraste com o abominável do seu sucessor.

Mas no vice-reinado de D. Fernando José de Portugal a *Rua do Ouvidor* teve de lamentar a dura e amargurada, porém merecida sorte do seu herói da tradição do fundo da taberna à quina da Rua dos *Latoeiros*.

O *Belo Senhor*, abusando de sua extraordinária mestria caligráfica, depois de cem falsificações travessas e que passaram impunes, dobrando de ousadia, escrevera e formulara falso testamento de homem rico e finado na

capitania de Minas Gerais, onde aliás ele (o falsificador) nunca tinha ido, e nunca em vida conhecera o suposto e mentido testador.

Com as letras a imitar à vista, o *Belo Senhor* vendido a aspirantes herdeiros de grande parte da fortuna do rico Mineiro, que não deixara testamento, arranjou um falso, imitando perfeita e admirâvelmente a letra do tabelião de Minas, a do testador, e as das diversas testemunhas!...

O crime foi denunciado e provado, e o *Belo Senhor* preso, processado e condenado a degredo para Angola, ou algum outro ponto da África, e, episódio célebre, quase que escapou da cadeia um dia com agravação do seu crime, apresentando ordem de soltura escrita e assinada pelo vice-rei, cuja letra falsificara!...

O *Belo Senhor* sofreu então muito, e por certo que teria maiores e infelizmente justificados rigores no degredo que merecera pelo seu crime; e também por certo que muitas vezes teve de lembrar-se do conselho que lhe dera Fuas na *Rua do Ouvidor*, depois da ceia e das apostas que ganhara.

De modo que, com que arte, mercê de que alta protecção escapou o *Belo Senhor* ao degredo, e ficou vivendo solto e livre na cidade do Rio de Janeiro, não o posso dizer; com certeza, porém, esse homem de notável inteligência desaproveitada e corrompida, e de surpreendente habilidade caligráfica, esse homem tradicional acabou, morrendo na cidade onde tanto bem e mal se celebrizara, na mais completa pobreza, e, por castigo de má celebridade, esquecido de todos.

Tão esquecido realmente que tendo sido um dos heróis da *Rua do Ouvidor*, e celebridade caligráfica (infelizmente manchada pelo crime), ainda não achei quem me

informasse sobre o dia ou ano de seu nascimento. nem quem se lembre do ano em que ele morreu.

E todavia o *Belo Senhor* foi curiosa personagem de *ontem*!...

O capítulo oitavo destas *Memórias* deve precisa e forçosamente findar aqui; porque eu imagino que a *Rua do Ouvidor* está-se vestindo e se enfeitando para assistir à chegada da família real portuguesa, que de Lisboa embarcara para o Rio de Janeiro, fugindo às águias de Napoleão Bonaparte.

NOTAS AO CAPITULO VIII

(1) Em Macedo estava "Andrade". Retificamos de acordo com a lição de Rodolfo Garcia: "Escrevemos assim este apelido, e não Andrade, porque o tenente-coronel era filho (natural) do governador José Antonio Freire de Andrada, irmão de Gomes Freire. Demais, parece que ele proprio assinava correto". (in Visconde de Porto Seguro — *Historia Geral do Brasil* — Companhia Melhoramentos de São Paulo — 3ª edição — Tomo 4º — Pag. 404).

"Bastava pois a sua cooperação para assegurar a concorrencia da unica tropa que havia na capitania a recear, a qual, estando sob as suas ordens, podia mover-se a seu aceno pela consideração em que o tinham tanto os oficiais como os proprios soldados, e assim concorreria a tranquilizar os animos menos corajosos a respeito de qualquer séria resistencia que se procurasse opor à insurreição. Ou fosse levado pelo amor da independencia nacional ou pelo lisanjeiro acolhimento que merecu dos conjurados, os quais encarecendo-lhe a importancia, de que gozava, lhe augariaram as simpatias, não só abraçou o tenente-coronel Francisco de Paula a causa do levante como prestou-se a que depois se viessem a fazer na sua propria casa as reuniões dos conjurados, as quais se não eram publicas tambem nenhuma aparencia guardavam de secretas aos olhos do vulgo, sem duvida com o fito de desvanecer qualquer suspeita". (Silva (J. Norberto de Souza) — *Historia da Conjuração Mineira* — Instituto Nacional do Livro — 1918 — Tomo 1º — Pag. 67).

A importancia da propria Inconfidencia Mineira vem sendo demasiado discutida pelos historiadores. Varnhagen não acreditava muito nela e Capistrano negava-lhe inclusive foros de existencia. Agora quanto à importancia relativa dos varios comparsas, o debate tem que ser forçosamente maior ainda. Macedo está aí na linha do historiador J. Norberto de Sousa Silva, que foi dos primeiros a subestimar o papel do Alferes na conspiração. Diz esse historiador que Joaquim José da Silva Xavier penetrou... "nos misterios da Conjuração e por uma ostentação vangloriosa tornou-se por toda a parte o seu propugna-

dor inabil e fatal". (*História da Conjuração Mineira* — Imprensa Nacional — Rio — 1948 — Pag. 118). A sua contribuição não teria ido alem de suas "loucas declamações". (*Obra citada* — tomo II — Pag. 125). O livro de Norberto foi mal recebido pelos que agravaram sobremaneira aos olhos da Justiça a reduzida significação da conjura.

(2) Neste passo o memorialista é contestado por Vieira Fazenda: "Sobre este mesmo Paulo de Andrada há anos, o dr. J. M. M. escreveu que o inconfidente era filho natural de Gomes Freire, primeiro conde de Bobadela, quando sabemos que este falleceu no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1762, sem descendencia legitima ou natural e por isso seu irmão herdou titulo e a chefia da casa". (*Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro* — 1º vol. — Pag. 235).

CAPÍTULO IX

Como a 8 de Março de 1808 a *Rua do Ouvidor* assistiu metida nos cantos à passagem da família real portuguesa que nesse dia desembarcou na cidade do Rio de Janeiro: lembra-se o edital do intendente geral da polícia, o conselheiro Paulo Fernandes, mandando acabar com as *rótulas e gelosias* dos sobrados. Trata-se da carta régia que abriu os portos do Brasil ao comércio das nações amigas, e diz-se como os ingleses foram os primeiros a aproveitar-se dela, e alguns se estabeleceram na *Rua do Ouvidor*, e refere-se um episódio da vida do *irmão Joaquim* que indica bem o medo que se tinha de Napoleão. Como a *Rua do Ouvidor* ainda vivia tão modesta, que de 1808 a 1818, período riquíssimo de festas e iluminações só uma vez foi lembrada; mas sendo ainda festeira de pouca despesa, e nos pomposos espectáculos de 1818, em que se ostentaram soberbíssimos carros de triunfo, ela não se representou nem mesmo em sege de aluguel. Como firmada a paz geral em 1815, e elevado o Brasil a reino em 1816, entraram neste os franceses com o pé direito, vindo engajada para o Rio de Janeiro uma colónia de artistas, aos quais deveu seu berço a nossa *Academia de Belas Artes*. Mostra-se que a *Rua do Ouvidor* não ganhou com a colónia artística; porque não era de *franceses*, era de *francesas*, que o seu esplendor tinha de provir; e enfim remata-se este capítulo maçante com a tradição veracíssima da primeira francesa que teve *nomeada* e residência, aliás efémeras, no Rio de Janeiro.

Vestida de festa e toda adereçada na tarde de 8 de Março de 1808 para assistir à entrada da família real portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, a *Rua do Ouvidor*, ficou todavia no *canto* ou nos *cantos*.

O príncipe regente D. João e a família real desembarcaram no cais do *Largo do Paço*, atravessaram esta praça, seguiram pela Rua Direita, e tomaram pela do

Rosário para ir na igreja desta santa invocação, que era ainda então a da Sé apesar de ser a dos *pretinhos*, render graças a Deus.

Numerosíssimo concurso oficial e popular precedia e acompanhava ao príncipe regente e à família real transmigrantes de Lisboa; multidão imensa estacionava, movia-se, ou precipitava-se curiosa e entusiasmada, e a *Rua do Ouvidor* antemurada por enchentes de povo nas duas entradas que abre para a Rua Direita, teve de ficar nesses *dois cantos* durante a festiva passagem, e tão no *canto* se achou, que nenhum dos príncipes indiciou ter ideia da sua existência, voltando para ela os olhos. Todos eles imitando D. João sòmente demoraram os passos, contemplando a bela Igreja da Santa Cruz dos Militares.

E' que a *Rua do Ouvidor*, ainda não recebia cartas pelo correio (1), e só uns três lustros mais tarde começou a fazer bulha na cidade, cabendo-lhe apenas sua partilha no progresso e melhoramentos gerais que a nova capital da monarquia portuguesa recebeu em vasta escala nessa época transcendente que, sem o calcular, Napoleão Bonaparte abriu para o Brasil, mandando invadir Portugal.

Assim, logo em 1809 a *Rua do Ouvidor* como todas as outras da cidade, melhorou muito o aspecto de suas casas, obedecendo ao *edital* de 11 de Junho, mandado afixar pelo intendente geral da polícia o conselheiro Paulo Fernandes Viana, ordenando a abolição das *rótulas e gelosias dos sobrados* (2).

O marquês de Lavradio tinha, como já ficou dito, acabado com os *peneiros* das portas das casas, costume grosseiro, quase selvagem; o conselheiro Paulo Fernandes, intendente geral da polícia, fulminou as *rótulas e gelosias* dos sobrados, costume quase bárbaro e de raiz mourisca; nem todos, porém, temeram-se do raio policial; muitas casas resistiram à reforma decretada pela civilização, sò-

mente aos poucos foram despedaçando suas *rótulas e gelosias*, e ainda hoje se conservam, anacrónicos, mas agora curiosíssimos exemplares daquelas casas antigas, por exemplo, em frente à porta principal da alfândega.

Não é perder tempo dar ligeira ideia das tais *rótulas e gelosias*, sob os pontos de vista material e moral.

Em vez de verdadeiros balcões tinham os sobrados engradamentos de madeira de maior ou menor altura, e com *gelosias* abrindo para a rua; nos mais severos porém, ou de mais *pureza de costumes* as grades de madeira eram completas, estendendo-se além da frente pelos dois extremos laterais e pela parte superior, onde atingiam a altura dos próprios sobrados, que assim tomavam feição de cadeias. Também nessas grandes rótulas ou engradamentos se observavam as *gelosias*, e rentes com o assoalho pequenos postigos, pelos quais as senhoras e escravas, debruçando-se, podiam ver sem que fossem fàcilmente vistas, o que se passava nas ruas.

As *rótulas e gelosias* não eram *cadeias* confessas, positivas; mas eram pelo aspecto e pelo seu destino grandes *gaiolas*, onde os pais e maridos zelavam sonegadas à sociedade as filhas e as esposas (3).

A higiene, a arquitectura, o embelezamento da cidade exigiam a destruição das malignas e feias gaiolas.

E a *Rua do Ouvidor* devia ser pronta, como foi, em dar cumprimento ao edital de Paulo Fernandes, porque *rótulas e gelosias* destinadas a esconder *à força* o belo sexo, deviam ser imediatamente banidas da *rua* que não tarde tinha de tornar-se por excelência de exposição diária de elegantes e honestíssimas senhoras, e infelizmente também de andorinhas que por ali fazem verão.

Em 1808 a *Rua do Ouvidor* já tinha entrada na ordem das comerciais; mas o comércio apenas a conquistara até pouco além da Rua da Quitanda, e daí para o Largo de S. Francisco de Paula, à excepção das tavernas em

algumas das quinas da rua, e de uma ou outra modestíssima oficina, todas as casas eram de morada de famílias alheias ao mister mercantil e industrial.

A carta régia de 28 de Janeiro de 1808 lavrada na cidade de S. Salvador da Baía, onde arribara entre outros navios, a capitânia, na qual vinha o príncipe-regente D. João, franqueou os portos do Brasil ao comércio da Inglaterra, e das potências em paz com a coroa de Portugal, sob a imposição única de vinte e quatro por cento de direito de importação.

Essa grandiosa providência que pôs termo à condição colonial do Brasil, foi enérgica e impiedosamente combatida no Rio de Janeiro, pelo explicável egoísmo de alguns ricos comerciantes portugueses, e por fidalgos influentes na Corte, que os apoiaram; fulminou-os porém na imprensa régia em magistral opúsculo o sábio economista brasileiro José da Silva Lisboa (ulteriormente visconde de Cairu) e ainda mais nos conselhos do príncipe-regente o célebre ministro e estadista conde de Linhares.

A carta-régia de 28 de Janeiro de 1808 vingou, e necessàriamente havia de vingar, e quem *logo* e *logo* se aproveitou da *abertura dos portos do Brasil ex-colónia*, foi, nem era preciso dizê-lo, foi a Inglaterra (4).

E imediatamente... que dúvida!... abriu-se a porta, ela entrou célere; porque, depois da entrada, não havia mais despedida possível.

No mesmo ano de 1808 negociantes da Inglaterra organizaram companhia, interessando-se na exportação de mercadorias para a cidade do Rio de Janeiro, e outras principais do Brasil, e além de seus sócios, alguns outros ingleses, independentes da companhia, vieram desde o mesmo ano de 1808 estabelecer casas de comércio nessas cidades (5).

No Rio de Janeiro a *Rua do Ouvidor* foi uma das primeiras a ter *casas* ou estabelecimentos de negociantes

ingleses, lojas de louça, de *fazendas* ou panos tecidos, e enfim de comércio de importação e de exportação de géneros recebidos da Inglaterra e mandados do Brasil, e portanto antes de ouvir dizer *monsieur* e *sacre nom de Dieu* ouviu repetir *mister* e *Goode-mi* e comeu batatas inglesas antes de comer *petit-pois* (*).

Ainda era cedo para a vinda de franceses então internacionalmente excomungados por terem invadido o reino de Portugal.

Os franceses eram odiados como demónios, e a despeito do espaço imenso do Atlântico se impunha tão aterrador lá longe na Europa o vulto homérico de Napoleão, que (conforme o diz em suas Memórias o padre Luís Gonçalves dos Santos) um dos motivos da criação do lugar de *Intendente Geral da Polic.a* foi a necessidade de elevado e activo chefe policial que obstasse e punisse (no Brasil!!!) a acção perigosa de *espiões* e de agentes franceses (*).

Era medo pueril!... mas ninguém ignora que o famoso Bonaparte chegou a passar por feiticeiro, e por ter pacto com o diabo na opinião da gente rude, que o teve por inimigo em guerras horríveis.

Certo é que no Brasil houve recomendações insensatas contra a sonhada espionagem francesa, e a melhor prova disso está no seguinte facto passado com o célebre *irmão Joaquim*, o S. Francisco de Assis brasileiro.

O *irmão Joaquim*, que a pedir esmolas já tinha fundado importante *hospital* em Santa Catarina, e grande *seminário* dos órfãos pobres na Baia, andava esmolando pelas capitanias do Rio de Janeiro e de S. Paulo para fundar instituições semelhantes à que deixara na Baía para socorro dos órfãos e meninos desvalidos.

Tendo feito boa colheita de esmolas em S. Paulo, achava-se um dia o *irmão Joaquim* à beira da estrada em sítio deserto dessa capitania, descansando sentado à som-

bra de frondosa árvore, e de lápis e papel nas mãos traçava improvisado arquitecto, grosseiro desenho de seminário, que ia em breve criar, quando alguns soldados, e caipiras que passavam, foram a ele, julgaram-no suspeito, reputaram o *desenho do seminário* talvez plano de marcha de algum exército invasor em *riscos topográficos*, e em suma prenderam e amarrado conduziram para o Rio de Janeiro o venerando *irmão Joaquim*, como espião e agente de Bonaparte!...

No Rio de Janeiro, Paulo Fernandes, o intendente geral da polícia, ou ficou surpreendido, ou nadou em alegria ao anunciaram-lhe a prisão e chegada do espião francês, e ordenando logo, que lho apresentassem, ao ver entrar na sala o esperado criminoso, saltou da cadeira, exclamando:

— O *irmão Joaquim*!...

E com suas mãos ajudou a desatar as cordas que arrochavam os pulsos da inocente vítima, e sem perder tempo em interrogatórios inúteis, chamou a esposa e a família, e entregou aos seus cuidados amigos, aos bons ofícios da veneração mais justificada o mártir do erro mais grosseiro, o *irmão Joaquim*, o homem santo, o S. Francisco de Assis brasileiro.

Assim pois de 1808 até o fim da guerra geral na Europa, ou até ser encadeado aos rochedos de Santa Helena o novo Prometeu que se chamou Napoleão Bonaparte, falar em franceses no Brasil era o mesmo que hoje em dia anunciar febre amarela.

Mas estava escrito que a *Rua do Ouvidor*, que aliás já contava boas casas comerciais portuguesas e inglesas, sòmente havia de florescer e primar na cidade do Rio de Janeiro depois de tornar-se rua francesa.

Sabem todos que de 1808 a 1818 correu decénio quase todo de festas oficiais e populares: chegada da fami-

lia real, aniversários natalícios da rainha e do príncipe-regente, nascimentos e casamentos de príncipes, notícias de vitórias alcançadas na Europa, sobre os franceses, tudo era motivo para festas mais ou menos brilhantes.

Nas *Memórias* do padre Luís Gonçalves dos Santos, a paciência do leitor é posta em longa prova nas descrições circunstanciadas e miúdas dos festejos e iluminações, sendo indicadas as *ruas* e ainda mesmo as *casas*, que mais distintas se mostravam em festiva ostentação, e a *Rua do Ouvidor* apenas uma vez é lembrada, mas como se vai ver, foi festeira de pouca despesa.

No dia 16 de Dezembro de 1815 (aniversário natalício da Rainha D. Maria I) foi por carta de lei erigido o *principado do Brasil à categoria de reino-unido aos de Portugal e Algarve.*

O povo entusiasmou-se no Rio de Janeiro com o grau de nobreza a que fora elevado o Brasil, e o senado da câmara em Janeiro de 1816 fez celebrar em acção de graças na Igreja de S. Francisco de Paula solene *Te-Deum*, ao qual, convidados, foram com aparatoso estado o príncipe-regente D. João e os príncipes seus filhos D. Pedro e D. Miguel.

O padre Luís Gonçalves, dá conta dessa festa com as minúcias do seu costume em tais assuntos; mas o que importa para a *Rua do Ouvidor* é que, depois de dizer como o *príncipe-regente e seus filhos o príncipe da Beira D. Pedro de Alcântara e o infante D. Miguel, precedidos por etc., e seguidos por etc.* (nos et coetera fica toda a descrição do grandioso estado) *saíram do paço da cidade no magnífico coche real e pelas ruas Direita e do Ouvidor se fizeram levar para a Igreja de S. Francisco de Paula, em trânsito que foi triunfal, ostentando as portas e janelas de todas as casas uma muito brilhante decoração e encantadora vista: tudo estava coberto de sedas de diferentes e matizadas cores, e as senhoras vestidas e toucadas*

com riqueza e gosto realçavam das janelas esta bela perspectiva!... De todas as janelas especialmente da Rua do Ouvidor caíam sobre o real coche inumeráveis flores que o cobriram e juncaram a rua, etc..

Nesta informação eu noto (mas sem malícia alguma) o zeloso cuidado com que observou os vestidos, os toucados e o realce das senhoras o reverendo padre Luís Gonçalves, que tão severo, rabujento e furente preconizador do celibato clerical se pronunciou anos depois, atacando o padre Feijó (8).

Em todo caso aí ficou em Janeiro de 1816 a *Rua do Ouvidor* dignamente representada *por senhoras e por flores* na festa popular em honra da elevação do *Brasil a Reino-Unido aos de Portugal e Algarve.*

Senhoras e flores!... que representantes legítimas de predestinado fulgor! mas a representação por *senhoras* que se vestiam e toucavam sem vestidos nem toucados procedentes da *Rua do Ouvidor* e por *flores* que ainda então se obtinham gratuitamente; porque não havia jardins de exploração industrial, deu à *rua* hoje tão rica e famosa apenas brilho emprestado que bem poucas meias-moedas lhe custou.

Dois anos depois, em 1818, a *Rua do Ouvidor* fez muda, mas patente a confissão de exiguidade de recursos, não se tornando distinta, nem mencionada nos extraordinários espectáculos e festejos dados em honra da coroação do rei D. João VI e de propósito demorados para o ensejo do casamento do príncipe D. Pedro no mesmo ano celebrado.

As festas duraram três dias, e além do mais que houve, e que foi muito, produziu singular efeito, o espectáculo dos *imensos e estupendos carros* que se ostentaram no circo preparado no *campo de Santana*, actual Praça da *Aclamação.*

O *corpo do comércio* apresentou o soberbo carro de *Triunfo à Romana.*

Os *latoeiros e caldeireiros* disputaram primazia com o seu pomposo carro da *América.*

Os *ourives* celebrizaram-se com o carro do *Triunfo do Rio de Janeiro.*

Os *marceneiros, carpinteiros* e *pedreiros* distinguiram-se com o seu muito aplaudido carro *Emblemático.*

Os *alfaites e sapateiros* excederam a expectativa geral com o seu descomunal carro da *Barra do Rio de Janeiro.*

Ora, esses carros assinalavam (pelo menos alguns) ruas distintas; por exemplo: o *dos ourives* a rua do mesmo nome; o *dos latoeiros* e *caldeireiros* as dos *Latoeiros, da Alfândega,* etc..

E a *Rua do Ouvidor* ainda era tão pobre ou tão bisonha, que não se fez farofa nas festas de 1818, e nem mesmo consta que fosse a elas em sege de aluguel!...

Mas era tempo!...

A carta de lei de 16 de Dezembro de 1816, elevando o Brasil a reino, foi considerada de tanta importância política, que o príncipe-regente D. João a fez solenemente comunicar aos governos das grandes potências da Europa, recebendo em resposta felicitações e aplausos.

Na cidade do Rio de Janeiro o corpo do comércio lembrou-se, bem inspiradamente, de festejar a elevação do Brasil a Reino, oferecendo ao príncipe-regente o produto de espontânea e avultada subscrição pecuniária para se fundar um *instituto de artes e ciências* na capital do novo reino e então da monarquia portuguesa (*).

O príncipe-regente aceitou o oferecimento e determinou a fundação de uma *escola real de ciências, artes e ofícios* na cidade do Rio de Janeiro.

Escola de ciências, artes e ofícios era universo a criar, mas ainda bem que, embora as *ciências* e os *ofícios* ficassem de lado, vingaram as *artes,* pois que a subscrição do

comércio e a deliberação do príncipe-regente teceram o abençoado berço da nossa já gloriosa *Academia de Belas Artes*, mãe de Porto Alegre, de Vítor Meireles, de Pedro Américo e de outras justificadíssimas ufanias do Brasil.

Mas em 1815 firmara-se no congresso diplomático de Viena a paz geral da Europa, e a França de Luís XVIII tornada *potência amiga*, teve também abertos os portos do Brasil para o seu comércio.

Entretanto os franceses ainda abatidos pela guerra, pela opressão dos vitoriosos invasores do seu opulento e arruinado país, e pelos trabalhos de sua regeneração económica, nem se lembravam talvez do Brasil.

Todavia tratando-se no Rio de Janeiro do Instituto das Artes, como a França gozasse fama de florescente em Belas Artes, o príncipe-regente, e logo rei D. João VI, mandou engajar escolhidos mestres franceses, pequena que foi grande colónia de artistas pelo merecimento real e provado de alguns deles.

A 26 de Março de 1816 chegaram esses artistas ao Rio de Janeiro, sendo os primeiros franceses que vieram estabelecer-se no Brasil depois da paz geral da Europa e dos tratados de Viena d'Áustria em 1815 (¹⁰).

Os franceses entraram pois com o pé direito e três vezes com o pé direito no Rio de Janeiro.

Entraram pelas portas da paz:

Entraram trazendo por vanguarda célebre colónia dos artistas enobrecidos pelo seu merecimento.

Entraram amigos quando ainda fervia o entusiasmo pela elevação do principado do Brasil à categoria de reino.

Entraram, portanto, em regra, e três vezes com o pé direito.

Todavia a *Rua do Ouvidor* ainda teve de esperar cerca de cinco ou seis anos o começo de sua época de florescimento e de glória, e para mim a razão é muito simples.

Não foi de *francesas*, foi de *franceses* a colónia artística que chegou ao Rio de Janeiro a 26 de Março de 1816, e não era a palheta do pintor, nem o buril do estatuário, era sòmente a tesoura das modistas que havia de levantar o monumento da *Rua do Ouvidor*.

Também não me consta que algum daqueles artistas fosse morar à *Rua do Ouvidor*, e que nela se estabelecessem alguns franceses negociantes que quase logo os seguiram, e que abriram de preferência na Rua *Direita* lojas de louça fina, de ornamentos de salas e de objectos de fantasia.

Eu ia fazer ponto final, quando lembrei que escrevi todo histórico e positivo este capítulo IX das *Memórias da Rua do Ouvidor*, e tão positivo e tão sério que me parece que ficou medonho.

Pois bem, vou por-lhe um ligeiro apêndice, embora estranho à *Rua do Ouvidor*, dando, porém, notícia (hoje de poucos sabida) da *primeira francesa* que teve certa nomeada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1818, calculando talvez com as festas da coroação do rei e do casamento do príncipe, e precisando afastar-se da França, onde se arreceava das disposições menos benignas do governo de Luís XVIII, aportou à cidade do Rio de Janeiro e nela estabeleceu-se, vendendo ricos vasos ornamentais de salões e de mesas de banquetes, porcelanas finíssimas e outros objectos de luxo, Mr. F. B. que acompanhara o imperador Napoleão em suas últimas campanhas como oficial não sei de que patente, mas de *confiança privada*.

Mr. F. B. trouxe consigo para a capital do Brasil Mlle. ou Mme. Aran..., a qual pretendia com inconfessável orgulho que o *grande homem* (então captivo em Santa Helena) a achava encantadora, quando em campanha andava longe dos olhos da imperatriz Maria Luísa;

e também Mr. F. B. com *orgulho igual* dava testemunho do *glorioso* encantamento durante as campanhas.

Dizem-me septuagenários e octogenários informantes que Mlle. ou Mme. Aran... era realmente linda, e que atestava o bom gosto de Napoleão.

Mr. F. B. morava com a sua bela tutelada ou protegida não na casa de comércio, mas em chácara fora da cidade, e zelava-a menos como sultão, do que como eunuco especulador.

Correram os meses, e passou mais de um, quase dois anos...

Mr. F. B. empenhava-se em vender todos seus ricos vasos ornamentais e finas porcelanas...

Mas... o rei D. João VI era velho, e só amava o luxo, e os ornamentos na igreja...

O príncipe D. Pedro era noivo, morava no palácio do rei, e ainda não comprava *objectos de luxo*.

Mr. F. B. desapontou com o caso, desesperou, e um dia disse em bom francês a Mme. ou Mlle. Aran...

— Não há Napoleão no Brasil! Voltemos para a nossa Paris.

Mme. ou Mlle. Aran... sorriu-se maliciosa e respondeu:

— Oh! Napoleão só um... mas Bonapartes encontram-se...

E como sonhadora parisiense acrescentou:

— Voltemos para a nossa bela Paris.

E o casal de andorinhas que não fizeram na capital do Brasil e da monarquia portuguesa o verão calculado, bateu as asas... e foi-se.

Mas, Mme. ou Mlle. Aran... a *primeira francesa* que teve nomeada na cidade do Rio de Janeiro não morou, nem deixou penas de suas asas de graciosa andorinha na *Rua do Ouvidor*.

O apêndice *extra-muros* termina aqui.

NOTAS AO CAPITULO IX

(1) A instalação dos serviços dos correios no Brasil e seu posterior desenvolvimento deve-se a D. João VI. O alvará de 20 de janeiro de 1798 criou os correios marítimos para o Brasil. A transmigração da corte foi dado grande impulso ao serviço. Sobre assunto cfr. Sampaio (Felix M. P.) — *Dom João VI e o Correio* — Oficina dos Correios e Telegrafos — Rio — 1932.

(2) A medida do intendente proscrevendo as rotulas foi violenta e iniqua. Correspondiam a uma exigencia de defesa da casa contra a intensidade da luz e do calor, donde a sua absoluta funcionalidade em climas como o nosso. Daí a censura que a proibição do uso de rotulas vem padecendo de arquitetos modernos nossos. A primeira voz que se levantou, neste sentido, parece ter sido a do engerheiro de São Paulo, Ricardo Severo. A rótula define-a esse técnico como "anteparo varado como um crivo de madeira, colocado na face dos postes e janelas, com o fim de resguardar a casa do sol, e para ver de dentro, sem ser visto de fora". (*A Arte Tradicional no Brasil* — Tipografia Levi — São Paulo — 1916 — Pags. 25-26). Comenta Ricardo Severo: "Provem de paises quentes e luminosos como vêdo contra os raios do sol: a sua ação é semelhante à da folhagem das árvores, por cuja enredada treliça se coa a luz, cuja intensidade se acalma, produzindo ao mesmo tempo uma sombra fresca e um arejamento natural e perfeito". (*Obra citada* — Pag. 26). Ainda: "Nos grandes hotéis da India inglesa, restabeleceu-se modernamente a gelosia, isolada ou em longos terraços, como a solução melhor para as horas calmosas de intensa luz; assim também se deveria conservar no Brasil a velha rótula..." (*Obra citada* — Pag. 26).

Posteriormente José Mariano Filho vem corroborar nesta defesa da rótula: "Se em Portugal formara tradição o uso de pormenores de fundo muçulmano destinados a corrigir a aspereza do sol e a excessiva luminosidade ambiente, aqui eles eram solicitados com maior razão". (*Obra citada* — Pag. 14).

Gilberto Freyre sugere uma explicação economica para a medida policial: "pressão sutil mas irresistivel, sobre algum poderoso da mesma Corte, de algum ou de alguns daqueles negociantes (ingleses) da rua da Alfandega ou da rua Direita, interessados na importação e na venda de vidros para janelas..." Pressão inglesa, não obstante José Mariano Filho chamar de "francesas" as vidraças então em uso ("caixilhos quadriculados destinados a receber vidraças francesas...") (*Obra citada* — Pag. 36). Detalhe de nossa história economica que merece ser retomado.

Freyre diz que a abolição das rotulas sob D. João VI operou-se pelas "principais cidades do Brasil" (*Ingleses no Brasil* — Livraria José Olimpio — Rio — 1948 — Pag. 196). São Paulo não se conta entre essas principais do Brasil Pois por 1868, Castro Alves poderia em trecho conhecido de sua correspondencia aludir a São Paulo como cidade das "rotulas e das mantilhas". Aí a sua abolição seria decretada por 1874. E com muito protesto e muita resistencia.

(3) São gerais nos viajantes e cronistas estas referencias à segregação da mulher no Brasil. Para exemplificar:

Koster: "A mulher raramente aparece e se é vista não toma parte na conversação, a menos que, sendo boa esposa, esteja vigiando o assado. Quando se apresenta, enquanto os homens falam, acocora-se na soleira da porta que leva ao interior da casa, e aí fica, limitando-se a escutar". (*Viagens ao Nordeste do Brasil* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — Pag. 205).

Casteinau: "Uma das causas que mais concorrem para atrasar a civilização dos brasileiros é a falta de educação entre as mulheres, e a maneira pela qual são elas excluidas de toda sociedade". (*Expedições às Regiões Centraes da America do Sul* — Trad. de Oliverio M. de Oliveira Pinto — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Pag. 80).

Gardner: "As mulheres são geralmente pequenas e, quando moças, bastante atraentes: mas com o correr dos anos se tornam quase todas mui corpulentas, porque, bem alimentadas fazem pouco exercicio. No Rio e em outras grandes cidades sempre aparecem às visitas de estranhos, mas isto não se dá quase nunca no interior, onde elas continuam esquivas, embora de grande curiosidade". (*Viagens ao Brasil* — Trad. de Albertino Pinheiro — Companhia Editora Nacional — 1942 — Pag. 10).

Luccock: "Seria absurdo pretendermos a um relato igualmente detalhado das diferentes ordens de mulheres e de suas varias ocupações. Têm estas que ser, fatalmente, de natureza particular e é preciso que se lembre que as mulheres das classes altas e medias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa propria terra. O pouco contacto que os costumes com elas permitem, dentro em breve põem a nú a sua falta de educação e instrição. Isto, aliás, fazia parte do sistema declarado: estava assentado que o saber ler para elas não devia ir alem do livro de rezas, pois que isso lhes seria inutil, nem tão-pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem como sabiamente se observava, um mau uso desta arte". (*Notas sobre o Rio de Janeiro* — Trad. de Milton da Silva Rodrigues — Livraria Martins — 2ª edição — Pag. 75).

Saint-Hilaire: "Esquecido dos costumes da região, e do interior do Brasil em geral, fui entrando por uma porta que dava para os fundos da casa, afugentando um grupo de mulheres que correram alvoroçadas, logo que o viram. Apesar disso, continuou ele a avançar, o que ocasionou grande barulho. O dono da casa correu a ver do que se tratava e mostrou-se zangado: mas Laurotte, imediatamente, pediu desculpas, e graças à sua qualidade de estrangeiro foi atendido". (*Viagem à Provincia de São Paulo* — Trad. de Rubens Borba de Morais — Livraria Martins — São Paulo — 2ª edição — Pag. 129).

Pohl: "Não obstante a infidelidade, que assim praticam os homens, reina, de parte deles, grande ciume de suas mulheres. Conservam-nas tão guardadas, que justificam o dito proverbial: a mulher só deve ser levada à igreja trez vezes em sua vida: para o batizado, para o casamento e para o enterro". (*Viagem ao Interior do Brasil* — Instituto Nacional do Livro — 1951 — Segunda parte — Pag. 57).

Comentava ao seu tempo o desembargador João Rodrigues de Brito: "A reclusão feminina, a quem os costumes deste paiz tem reduzido aos exercicios domesticos do interior da casa, os quais não bastando para ocupar um tão grande numero de braços, fica por conseguinte aquela bela metade da nossa povoação destituida de meios de subsistencia, e a cargo dos varões, que por isso evitam os matrimonios. Neste particular a introdução dos costumes das Nações mais civilisadas da Europa, onde o belo sexo se ocupa em vender nas lojas, e no exercicio de todas as artes, que não exigem forças, não só duplicaria a soma das riquezas anualmente produzidas pelo trabalho humano, mas tambem a povoação; e eu ouso crer que

as suas virtudes não perderiam nada na livre comunicação, e trato civil dos homens; antes a maior independencia, em que ficariam a respeito deles, as preservaria dos perigos, a que expõe a necessidade. Alem disto o habito do trabalho ativo lhes daria uma constituição mais vigorosa, e animada: pois veja a maior parte das senhoras definhar em molestias nervosas, procedidas da inação, e enjoo, em que vivem. Seria conveniente auxiliar à comunicação das familias, estabelecendo um passeio publico com as comodidades competentes para atrair o concurso dos moradores a verem-se e falarem-se. As gelosias tambem obstam à civilisação, escondendo o belo sexo ao masculino, para aparecer a furto sempre envergonhado. A destruição deste esconderijo mourisco poria as senhoras na precisão de vestir-se melhor para chegarem às janelas, a satisfazer a natural curiosidade de verem, e serem vistas, e assim familiarizando-se com o sexo masculino, não olhariam como virtude o insocial recolhimento, que as faz evitar os homens, como a excomungados. Teriam ocasião de conhecerem os caracteres dos que visitam seus pais, e parentes, e dariam mutuamente a conhecer os seus. Então os casamentos, tanto mais felizes, quanto menos sujeitos a enganos ocasionados por falsas informações, seriam acompanhados de natural afeição ganhada no trato civil dos dois sexos, que é a melhor escola da civilidade. Ela o é tambem do amor puro, e delicado que realça o espirito, e cria sentimentos nobres e generosos. Com os atuais costumes são as escravas que logram as primicias do amor dos nossos mancebos, que esgotando com elas, e com as meretrizes sua debil saude, se tornam incapazes de gosar as doçuras do amor conjugal". (*Cartas Economico-Politicas sobre a Agricultura e Comercio da Bahia*, pelo Desembargador João Rodrigues de Brito, Deputado às Cortes; e outros. Dadas à luz por J. A. F. Benevides — Lisboa — Imprensa Nacional — 1821).

(4) E' um dado de observação trivial dos historiadores: "Inicialmente, o ato de abertura de nossos portos, em 1808, ao comércio das nações amigas, equivalia a abri-los de preferencia aos britânicos". (Octávio Tarquinio de Sousa — In Gilberto Freyre — *Ingleses no Brasil* — Livraria José Olimpio — Rio — 1948 — Pag. 15). De modo a haver alguma contradição no asserto de Macedo de que a medida iria por termo à situação colonial do Brasil.

No tratado que então se fez havia condições das mais humilhantes ao Brasil: "Art. X — Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, desejando proteger, e facilitar, nos seus Dominios o Comercio dos Vassalos da Grã Bretanha, assim como as Suas Relações e Comunicações com os seus proprios Vassalos, há por bem conceder-lhes o Previlegio de Nomearem, e terem Magistrados Especiais, para obrarem em seu favor como Juizes Conservadores, naqueles portos e Cidades dos Seus Dominios em que houverem Tribunaes de Justiça, ou Possam ser estabelecidos para o futuro. Estes Juizes, julgarão, e decidirão todas as Causas, que forem levadas perante eles pelos Vassalos, há por bem conceder-lhes o Privilegio de Nomearem, e a Sua Autoridade, e Sentenças serão respeitadas. E declara-se sempre reconhecidos, e renovadas pelo presente Tratado as Leis, Decretos, e Costumes de Portugal relativos à Jurisdição do Juiz Conservador. Eles serão escolhidos pela pluralidade de votos dos vassalos Britanicos, que residirem ou comerciarem no Porto, ou lugar, em que a jurisdição do juiz conservador for estabelecida; e a escolha assim feita será transmitida ao ministro ou embaixador de S. M. Britanica residente na Corte de Portugal, para ser por ele apresentada a S.A.R. O Principe Regente de Portugal, afim de obter o consentimento e confirmação de Sua Alteza; e no caso de a não obter, as Partes Interessadas procederão a uma nova eleição, até que se obtenha a real aprovação do Principe Regente de Portugal, por meio do Embaixador, ou Ministro Britanico residente na Corte de Sua Alteza Real. Em compensação destas concessões a favor dos vassalos britanicos, sua Magestade Britanica se obriga a fazer guardar a mais estrita, e escrupulosa observancia áquelas Leis, pelas quais as pessoas, e a propriedade dos vassalos portugueses, residentes nos seus dominios, são assegurados e protegidos; as quais eles (em comum com todos os outros estrangeiros) gozam do beneficio pela reconhecida equidade da jurisprudencia britanica e pela singular excelencia de sua constituição".

(5) "Os anuncios de jornais brasileiros da primeira metade do século XIX deixam claro — no que são confirmados por outros documentos — que os negociantes ingleses eram então os donos dos melhores armazéns de fazendas nas principais cidades da colonia e depois do Império..." (Gilberto Freyre — *Ingleses no Brasil* — Livraria José Olimpio — Rio — 1948 — Pag. 152).

(6) Houve uma certa especialização no que diz respeito à localização dos negociantes ingleses no Rio, pois consoante Gilberto Freyre: "A Rua do Ouvidor — rua acanhada e, ao mesmo tempo, graciosa — não podia convir, como já se salientou, à maioria dos negociantes de artigos brutos como os de ferro e de cobre; ou como as fazendas e louças em grosso". (*Ingleses no Brasil* — Livraria José Olímpio — Rio — 1948 — Pag. 169).

(7) De fato diz o cronista: "Como não seriam as armas assás suficientes para debelar os franceses, se não houvesse toda a cautela de preservar o Brasil de tão danadas harpias, que aonde chegam tudo corrompem com o pestífero halito das suas revolucionarias, e irreligiosas doutrinas, pelo alvará de 10 de maio determinou o Principe Regente Nosso Senhor criar nesta Corte do Brasil o lugar de intendente geral da policia, o qual fosse um vigilante sentinela da segurança publica, fazendo arredar dos nossos lares os espiões, e partidaristas franceses; e tambem velasse sobre os crimes secretos, que, forjados nas trevas em clubes, e lojas, arrebentam com explosão terrivel com manifesta ruina do Estado, e da Religião, ou dos mesmos autores da explosão; sendo mais prudente, e do interesse publico prevenir antes o mal do que castigar os malfeitores; e da mesma sorte impedisse a intrusão de pessoas suspeitas, purgasse a cidade de vadios, e mal procedidos, castigasse os perturbadores da ordem civil, e das tranquilidades das familias, e os corruptores da moral publica. Tão importante e delicada comissão foi dada por sua Alteza Real ao nosso honrado patricio, o desembargador Paulo Fernandes Viana". (Santos (Luiz Gonçalves dos) — *Memórias para Servir à Historia do Reino do Brasil* — Livraria Valverde — Rio — 1943 — Pag. 251).

(8) "Vários foram os contraditores que surgiram em defesa do celibato, destacando-se o padre Luiz Gonçalves dos Santos..."

.....

"Com o padre Luiz Gonçalves dos Santos a discussão assumiu aspectos por vezes desagradaveis de disputa pessoal, em que não foram poupados de parte a parte sarcasmos e agressões pouco condizentes com a condição sacerdotal de um e outro".

.....

"O adversário que irritava Feijó era o padre Luiz Gonçalves dos Santos, e com ele seria a grande peleja. Padre Luiz Gonçalves escreveu em seguida "Réplica Católica à resposta que o Reverendo Senhor Deputado Padre Diogo de Feijó deu Ao Padre Luiz Gonçalves dos Santos"; e Feijó publicou depois a "Resposta às Parvoices, Absurdos, Impiedades e Contradições do Sr. Padre Luiz Gonçalves dos Santos".

.....

"Muito o deve ter magoado a insinuação maldosa do Padre Luiz Gonçalves dos Santos: "Entendi muito bem a V. S., o que o sr. Padre Deputado quer é casar... não grite tanto, não derrame tantas lágrimas, não faça tantas caramunhas, nós bem percebemos a que fim elas se dirigem. Case-se, sr. Padre.

"Marion pleure, Marion crie,
Marion veut qu'on la marie".

.....

(Sousa (Octávio Tarquinio de) — *Diogo Antonio Feijó* — Livraria José Olimpio — Pags. 84-85-86-87).

(9) "As dificuldades que surgiram para a fundação da Escola Real das Ciencias, Artes e Oficios, não foram de pequena monta, nem faceis de remover. Mas o Conde da Barca, que tudo previra, inclusive o alojamento da Missão, e que estava vigilante, começou por aproveitar, para a fundação do estabelecimento, uma parte dos recursos — angariados pela comissão do comercio, tendo à frente Fernando Carneiro Leão e Amaro Velho da Silva — com os quais se pretendia instalar um Instituto Academico, ou Universidade, que commemorasse a elevação do Brasil à categoria de Reino". (Adolfo Morales de Los Rios Filho — *Grandjean de Montigny* — Empresa A Noite — Rio — Pag. 157).

(10) O Conde da Barca, Ministro da Marinha e Dominios Ultramarinos, e, interinamente, da Guerra e dos Estrangeiros, incumbiu o Marquês de Marialva, Embaixador de Portugal na França, de contratar aí pessoas habilitadas a darem cursos de artes, ciencias e oficios.

Lebreton encarregou-se de selecionar os elementos constituintes do que seria a Missão Artística Francesa. Dela constariam ainda os pintores Jean Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay, o escultor Auguste-Marie Taunay, o gravador Charles-Simon Pradier, o professor de mecanica François Ovide; ainda o arquiteto Grandjean de Montigny e mais ainda François Bonrepos, assistente de Auguste Taunay; Charles Henri Levasseur e Louis Symphorien Meunié, assistentes e discípulos de Grandjean de Montigny; e Pierre Dillon. Constava ainda dos artífices Nicolas Magliori Enout, serralheiro; Jean Baptiste Level, mestre ferreiro; Louis-Joseph Roy e Hippolythe Roy, carpinteiros de carros; e, Fabre e Pilité, curadores de peles e curtidores.

CAPITULO X

Como depois de se provar com a história a antiga predilecção dos franceses pelo Rio de Janeiro, vem a reconhecer-se que sòmente entrando à sombra das *francesas* podiam firmar-se aí. Como desde 1817 havia no Rio de Janeiro franceses negociantes, e *francesas* modistas, e nenhum e nenhuma na *Rua do Ouvidor*, para a qual de súbito e com aparente, mas não verdadeiro acordo fogem todas as *modistas*, e *à sombra* das francesas logo negociantes franceses. Como a época de florescimento e de glória da *Rua do Ouvidor* é marcada pela *hégira* das modistas *francesas*, que espantaram e fizeram mudar-se da mesma rua os negociantes ingleses; refere-se a tradição (não bem averiguada) de Mr. (mister!...) Williams e de Mlle. Luci. Como, enfim, a rainha — *Moda de Paris* — entroniza-se na *Rua do Ouvidor*, que se alinda e resplende e encanta a sociedade fluminense com o prestígio das *vidraças*, cuja importância se demonstra. A *Rua do Ouvidor* entra nos grandiosos horizontes do seu império da *Moda*.

Os franceses tiveram sempre manifesta predilecção pelo Rio de Janeiro.

Em 1555 ocuparam a grandiosa baía de Niterói, fundaram colónia, projectaram a *Henry-ville;* sonharam com a sua *França Antárctica*: mas depois de muito brigar foram em 1567 lançados pela *barra-fora* pelos portugueses (1).

Em 1710, capitaneados por Duclerc em atrevida expedição, desembarcaram na Guaratiba e avançaram por terra a conquistar a cidade; mas, combatidos e atropelados por estudantes e populares (porque o governador

Francisco de Castro Morais se conservava no quartel da saúde) meteram-se, enfim no *trapiche da cidade*, onde se entregaram todos prisioneiros, ou foram todos *aprendidos*. como fazenda de contrabando.

Em 1711, comandados por Duguay-Trouin, forçaram com poderosa esquadra a barra do Rio de Janeiro e, graças à incapacidade e covardia daquele mesmo governador (2), ocuparam no fim de poucos dias a cidade, que as tropas, e atrás delas todos os habitantes, em uma noite abandonaram; mas, depois de saque geral dos conventos, das igrejas e das casas, desconfiando, com razão, de subsequente fortuna contrária, restituíram a Sebastianópolis a preço de contado por desbriosa (não para eles) transação que se chamou *resgate*, e puseram-se ao fresco, antes que os despedissem a fogo.

Um século e cinco anos mais tarde, em 1816, vieram os artistas franceses; creio, porém, que M. Le Breton com eles nunca chegaria a plantar predominante influência francesa no Rio de Janeiro, como não o conseguiram Villegaignon e Bois-le-Comte de 1555 a 1557, nem Duclerc em 1710, nem Duguay-Trouin em 1711.

O facto veio demonstrar que os *franceses* só podiam firmar-se na cidade do Rio de Janeiro entrando nela à sombra das *francesas*.

E as *francesas* começaram a chegar e a estabelecer-se com a denominação de *modistas* nas ruas *Direita, dos Ourives, do Cano* (hoje *Sete de Setembro*), em 1818, 1819 e 1820.

Caso célebre!... nem uma na *Rua do Ouvidor!*... e com certeza nem um francês nessa mesma rua, que aliás já tinha casas inglesas.

As *francesas* eram *modistas;* falava-se com louvor de uma ou de outra; elas, porém, viviam separadas, não ti-

nham *autonomia*, eram elementos dispersos, emigrantes de Paris, sem colónia organizada, parisienses sem Paris, enfim.

De súbito, e como de plano, mas sem que o tivessem concertado, pronunciou-se, de 1821 a 1822, *a hégira das modistas francesas* para a *Rua do Ouvidor*. Quem foi a primeira a ir tomar ali seu posto?... Não sei ao certo; creio, porém, que foi *Mlle. Josephine*, de quem me ocuparei oportunamente.

O facto é que no fim de três ou quatro anos quem queria entender-se com alguma *modista francesa* ia à *Rua do Ouvidor*, que entrou em sua época de florescimento, de encantamento, de espavento e de esbanjamento, marcada pela *hégira*, como a era de Maomé, o inventor das *huris* e do *paraíso* endemoninhado por todas as tentações imagináveis.

Que razão levou as modistas francesas a desertar, a fugir (*hégira*) da *Rua Direita*, então a principal e mais rica do comércio, e da dos *Ourives*, nesse tempo e ainda muitos anos além toda de prata, de ouro, de esmeraldas e de brilhantes, para a *Rua do Ouvidor*, ainda relativamente obscura?...

Que o expliquem os sábios da Escritura: eu não o sei, e apenas tenho para mim que foi mesmo — *predestinação*.

E após as modistas, à sombra das francesas vieram logo franceses abrir, na mesma *Rua do Ouvidor*, lojas de fazendas e de objectos de modas, para senhoras e homens, de perfumarias, de cabeleireiros, etc.

Facto curioso, observação positiva, e que faz vontade de rir: os negociantes portugueses que havia na *Rua do Ouvidor* não se incomodaram com a invasão francesa; os ingleses, porém (aliás muito poucos), foram desertando, de modo que, no fim de seis anos, a poderosa Álbion não teve mais ali um único representante.

Asseveram que o antagonismo internacional fora a causa principal da retirada dos ingleses.

Falando-me sobre esta pelo menos aparente ou suspeitosa repugnância inglesa à vizinhança dos franceses, um amigo, crónica viva daqueles tempos, contou-me o seguinte caso, que eu não dou por averiguado, e que sómente reproduzo para mitigar a monotonia deste capítulo.

Diz o meu informante que o primeiro súbdito de S. M. Britânica que se mudou ou fugiu da *Rua do Ouvidor* fora um negociante que ali tinha loja ou depósito de calçado exclusivamente inglês.

O verdadeiro nome deste homem não ficou lembrado. Chamá-lo-ei *Williams*.

Mr. (*mister*) Williams já quinquagenário, era alto, magro, ossudo, de rosto branco e um pouco pálido, de cabelos ruivos usados muito curtos, e de barba sempre diária, total e perfeitamente feita: e, o que mais importa, era honrado, muito grave, celibatário, de costumes severos, inglês anti-francês até a medula dos ossos, e excêntrico e original.

Desde que se pronunciou a invasão francesa, Williams fez sentir aos *patrícios* o seu aborrecimento àquela gente vil e insolente; vil, porque comia mais verdura do que batatas, e insolente, porque multiplicava em suas lojas retratos e bustos de Napoleão, sem apresentar um só busto, nem um só retrato do duque de Wellington.

A zanga britânica de Williams aumentou com o estabelecimento de uma loja de modista francesa defronte da sua, causando-lhe, sobretudo, horripilações e revoltas do ânimo honestíssimo Mlle. Luci, jovem parisiense e costureira da loja, de procedimento leviano, travesso, e provocador de namoradas liberdades.

Williams detestava Mlle. Luci, e Mlle. Luci, que o percebeu, vingava-se, sorrindo marotinha para ele, de cada vez que podia encontrar-lhe os olhos.

E era certo um sobrolho cerrado, ou algum gesto de reprovação e de desprezo, em resposta ao sorriso da jovem costureira, a quem isso mesmo divertia.

Um dia entrou na loja de calçado um homem de sério exterior, e disse a Williams, com o mais simples e inocente modo:

— *Monsieur*, quero escolher *sapatos*.

Eram de uso os sapatos abotinados ingleses; mas o irrefletido comprador, entrando em loja de rua já afrancesada, tratara Williams por *monsieur*.

Williams empertigou-se e respondeu de mau modo:

— *Monsieur* é tratamento de francês; eu ser inglês, que se trata *mister*; tu vem enganada... sapato francês não entra neste casa. Vai adiante.

E voltou as costas ao homem, que vicra comprar calçado e saiu ressentido da injusta descalçadeira.

Infelizmente para Williams, Mlle. Luci, que então passava, observou a cena, e em parte por vingança de francesa, em parte por gosto de zombaria, determinou atormentar o inglês.

E logo no mesmo dia e nos cinco ou seis seguintes Mlle. Luci, sempre que saía da loja onde trabalhava, ou para ela vinha, passava pela frente da loja do inglês, e dizia alto com sua voz argentina, e sorrindo com agrado malicioso:

— *Bon jour*, Mr. Williams!

— *Bon soir*, Mr. Williams!

E isso, mas só isso repetidas vezes em cada dia.

Williams encolerizava-se; franzia as sobrancelhas; mas, grave inglês que era, não podendo maltratar com

palavras uma mulher, não respondia nunca à jovem costureira francesa.

Mlle. Luci, encorajada pela paciência do inglês, entrou na loja de calçados, sentou sem-cerimónia em uma cadeira baixa, e disse, como costumava:

— *Bon jour, monsieur* Williams!

O inglês, severo e pudico, respondeu pela primeira vez, corando fortemente e com voz trêmula pela ira:

— Non compreende *nada francês*...

Mlle. Luci, fingindo não perceber a indignação do inglês, avançou um dos pés, mostrou-o todo, e continuou dizendo, ou antes, perguntou em português mal pronunciado:

— *Monsieur* Williams, tem na sua loja sapatinho para meu pé?...

O inglês, instintivamente, ou por hábito de ofício, fitou os olhos no pé que estava exposto; mas imediatamente voltou-se e exclamou, retirando-se para o fundo da loja:

— Non! procura calçado francês! deixa minha casa!

Mlle. Luci saiu a rir, dizendo sòmente ao retirar-se:

— Bon jour, *monsieur* Williams!...

O inglês estava furioso; mas, apesar da fúria, na lembrança lhe ficara o pé de Mlle. Luci.

Não era *pé* verdadeiramente francês, era-o antes de espanhola, ou melhor, de brasileira: pé delgado, pequenino e de suaves proporções.

Realmente Williams não tinha sapatinhos para aquele *pé* mimoso na sua loja de *calçado inglês*.

E a convicção de que não havia *miss*, nem *lady*, que não havia, enfim, inglesa que tivesse pés como aquele que Mlle. Luci mostrara, exacerbava a cólera de Williams.

Mas o lindo pé da costureira francesa ficara perfeitamente medido na memória, e encantadora e infelizmente

representado nu, branco, delgado, pequenino e delicadíssimo na imaginação do severo pudico inglês, que aborreceu muito mais Mlle. Luci por ser possuidora daquele tesouro, que nenhuma inglesa poderia ostentar.

E a travessa francesa continuou a entreter-se, repetindo por vezes cada dia as suas doces e zombeteiras saudações — *Bon jour* e *Bon soir, monsieur Williams!*

Na tarde de um domingo, em que saíra a passear, Mlle. Luci, achando Williams a meditar, sentado em um dos bancos da bela varanda do *Passeio Público*, tomou, sem que fosse sentida, assento junto dele, e arrancou-o à meditação, murmurando-lhe ao ouvido:

— Monsieur Williams sonha com Mlle. Luci...

Williams levantou-se rápido, como a um choque eléctrico, e retirou-se logo, e gravemente, sem voltar os olhos para a zombeteira francesa.

Mlle. Luci tinha quase adivinhado.

O severo inglês estava, com efeito, pensando, não nela, mas no lindo pé que ela tinha mostrado a pedir um sapatinho.

A costureira era bonitinha de rosto e graciosa de figura; Williams, porém, não lhe achava nem boniteza nem graça, tinha-a em reprovação por leviana, em aborrecimento pela insistente zombaria das saudações em francês, e todavia a lembrança do *pèzinho* ia aos poucos atordoando-o.

Mlle. Luci, esperta e hábil, percebeu alguma alteração nos modos do inglês, e, ou por cálculo, ou em requinte de abusiva mofa, desfez-se em requebros, fingindo-se amorosa; mas perdeu uma semana sem conseguir o mais leve sinal de afeição.

A francesa empregava em vão o seu *francês* e não compreendia o *inglês*.

Veio-lhe a luz em um dia de chuva.

Durante a noite e madrugada chovera a cântaros: a *Rua do Ouvidor*, intransitável até às sete horas da manhã, ainda estava mais ou menos encharcada às oito horas, em que Mlle. Luci pode incômodamente acudir ao seu trabalho na loja da modista.

A costureira vinha andando cuidadosa, e para poupar o mais possível os vestidos, arregaçava-os um pouco, deixando completamente expostos os pés, e, vendo Williams à porta de sua loja de calçados, disse-lhe, como já de costume o fazia:

— Bon jour, *monsieur* Williams!...

O enfezado inglês não respondeu, e voltou o rosto carrancudo; Mlle. Luci, porém, notou que, ainda voltando o rosto, Williams cravara, embebera olhos ardentes, cobiçosos, atónitos em seus pés *mignons*.

— *Eureka!*... disse consigo a maliciosa e endemoninhada francesa.

E desde então, de cada vez que vinha para a loja, ou saía, Mlle. Luci, dizendo — *Bon jour*, ou *bon soir, monsieur Williams!*... com suas mãos brancas e pequeninas arregaçava os vestidos tanto quanto era preciso para deixar ver os *pés*.

Williams perdeu de todo a cabeça.

Paixão original, excêntrica, desassisada embora, Williams ardeu em paixão pelos pés de Mlle. Luci, a quem aborrecia, e julgava leviana e até feia, principalmente por ser francesa.

Uma noite o severo inglês chegou a carregar uma pistola para suicidar-se; mas não se matou; porque não achava então meio prático de cair e expirar abraçando os pés de Mlle. Luci.

No outro dia, obedecendo a melhor conse'ho, alugou casa em rua muito apartada da *do Ouvidor* e na manhã seguinte achava-se mudado.

Foi este o primeiro *negociante inglês* que desertou da *Rua do Ouvidor*, invadida por franceses.

Mas o meu informante completa esta tradição, que mais me parece romance, dizendo que, dois meses depois, Mlle. Luci foi surpreendida uma manhã recebendo um par de sapatinhos perfeitamente adaptados a seus pés, e com esta simples indicação de procedência: "Depósito de calçado inglês de..... Williams, rua de... nº...".

E, informação final, no fim de mais um mês passado além da remessa e do recebimento do par de sapatinhos, Mlle. Luci chamava-se Mme. Williams, pois que, *firmada em seus pés*, exigente e déspota francesa, impusera ao seu acalcanhado inglês anti-francês, ser tratada e conhecida por *madame* e não por *miss* Williams.

Esta singular história de amorosa paixão, excitada pelo mimo e lindeza de um pé de mulher, sòmente seria verossímil em excentricidade inglesa, se por sua própria natureza o amor não fosse verossímil ainda nas mais imagináveis inverossimilhanças.

Referi o caso de Williams e de Mlle. Luci; quem quiser que o tome por verdadeiro ou imaginado, e agora deixem-me prosseguir sèriamente na exposição das *Memórias* que escrevo.

Rompera, enfim, a época da real e crescente celebridade da *Rua do Ouvidor* pela dominação da *Moda de Paris*, essa rainha despótica que governa e floresce decretando, modificando, reformando e mudando suas leis em cada estação do ano, e sublimando seu governo pelo encanto da novidade, pela graça do capricho, pelas surpresas da inconstância, pelo delírio da extravagância, e até pelo absurdo, quando traz para o rígido verão do nosso Brasil as modas do *inverno* de Paris.

A *Rua do Ouvidor* tornou-se quase logo até além da Rua dos Latoeiros comercial e principalmente francesa,

e Sua Majestade a *Moda de Paris*, déspota de cetro de flores, sedas e fitas, fez mais do que o marquês de Lavradio, que acabara com os *peneiros*, mais do que o intendente geral da polícia Paulo Fernandes, que mandara destruir as rótulas, porque, num abrir e fechar de olhos, alindou a rua com graciosas, atraentes e enfeitadas lojas e criou e multiplicou aquele chamariz e laços armados que se chamaram e ainda alguns chamam — *as vidraças da Rua do Ouvidor* — verdadeiro *puff* plástico.

A loja francesa de modista, de florista, de cabeleireiro e perfumarias, de charutaria (o cigarro era então banido como *ínfimo plebeu*) tinha, como ainda hoje se observa, uma única porta livre para a entrada das freguesas e fregueses, e outra porta ou duas portas cerradas de alto a baixo por grosso, mas transparente anteparo de vidro, e atrás desse anteparo a loja expunha ao público os seus encantadores tesouros.

Tais eram, como continuam a ser, as então chamadas *vidraças da Rua do Ouvidor*.

Era e é ainda preciso ter muito cuidado com elas.

Explorando o concurso favorável do vidro, a variedade e a combinação das cores, e os efeitos da luz, os *artistas sui generis* arranjadores dos objectos expostos nas vidraças os dispõem e apresentam com habilidade magistral, de modo a produzir ilusões de óptica perigosas para a bolsa do respeitável, que, prevenido pelo que lhe enclevara os olhos, muitas vezes compra gato por lebre (²).

Eu tenho para mim que foi na contemplação e no estudo físico e moral das *vidraças* da *Rua do Ouvidor* que os nossos estadistas organizadores de gabinetes ministeriais aprenderam a arte de expor programas de ministérios novos.

Em todo caso as *vidraças* de exposição mais ou menos ricas, fantásticas e deslumbrantes enfeitaram a *Rua*

do Ouvidor, que logo foi tida em conta da mais *bonita da cidade* e naturalmente mereceu a predilecção e a concorrência mais graciosa e aditadora (4).

As senhoras fluminenses entusiasmaram-se pela *Rua do Ouvidor*, e foram intransigentes na exclusiva adopção da *tesoura francesa*. Nem uma desde 1822 se prestou mais a ir a saraus, a casamentos, a baptizados, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da *Rua do Ouvidor*.

Houve revolução económica: os pais e os maridos viram subir a cinquenta por cento mais a verba das despesas com os vestidos e os enfeites das filhas e das esposas.

A rainha *Moda de Paris* firmou seu trono na *Rua do Ouvidor*.

Como é sabido, cuidava-se ainda então muito pouco da instrução do sexo feminino: pois bem; algumas senhoras fluminenses deram-se logo com interesse e gosto ao estudo da língua francesa (5).

Um dia um tio velho e rabujento perguntou à sobrinha, que escapara de ficar analfabeta:

— Menina, por que te meteste a aprender o francês, quando ainda ignoras tanto o português?...

— Ah, titio!... é tão agradável ouvir dizer *très jolie!* Em português não há isso.

Quase tudo se foi afrancesando.

No décimo sexto século Villegaignon, e após ele Bois-le-Comte com centenas de soldados, e com o apoio mal dissimulado do governo francês não puderam manter a conquista da baía do Rio de Janeiro, de suas ilhas e pontos do continente, e verem realizar a aspiração da *França Antárctica*.

No século décimo nono, em um ou dois anos, em 1822, enfim, uma dúzia (nem tanto) de *francesas* sem peças de artilharia, nem espingardas, nem espadas, e apenas com tesoura e agulhas fundaram suave e naturalmente, e sem oposição nem protestos, a *França Antárctica* no Rio de Janeiro.

A *França Antárctica* é a *Rua do Ouvidor* desde a *Primeiro de Março* até a Praça de *S. Francisco de Paula.*

Honra e glória, pois, às modistas francesas, que na sua *hégira* de 1821 a 1822 se acolheram àquele *oásis*, àquela predestinada *Rua do Ouvidor*, da qual fizeram pequena, mas feiticeira filha de Paris, e donde, sob o cetro da *Moda*, puderam logo em 1822, alçar o grito — *Vive la France!* — grito ainda hoje elèctricamente correspondido até pelo finadíssimo, mas perpétuo redivivo *urso* de *M. Casse-Majou.*

NOTAS AO CAPITULO X

(1) Refere-se à invasão do Rio de Janeiro pelos calvinistas de Nicolau Durand de Villegaignon. Henry Ville em homenagem ao rei Henrique II que deu sanção aos planos do aventureiro.

(2) A legenda da covardia do governador Francisco de Castro Morais está hoje desmentida. Ela foi criada à base de informações suspeitas do proprio Duguay-Trouin. O governador não tinha possibilidade de defesa seria, como supunha Varnhagen, baseado na excelencia das defesas da cidade, sem contar a presença ainda da "frota de que era chefe Gaspar da Costa de Athaide, o Maquinez, que havia conduzido na Europa cinco batalhões e muitas munições de guerra. Constava a mesma de quatro náus, desde 56 a 74 peças, e de três fragatas de 40, que faziam sete fortalezas flutuantes, as quais de combinação com as da terra, poderiam haver aniquilado forças muito consideraveis. Estes sete navios se postaram fundeados em linha, desde a fortaleza de Santa Cruz até a da Boa Viagem. A guarnição da cidade constava, na totalidade, de dez mil homens de linha, cinco mil de milicias, incluindo pardos e pretos e seiscentos indios". (Visconde de Porto Seguro — *Historia Geral do Brasil* — Companhia Melhoramentos — São Paulo — 3ª edição — Tomo 3º — Pag. 363).

Valendo para a reabilitação do Governador, Rio Branco oferece-nos dados diferentes: "Os nossos cronistas e historiadores exageraram muito as forças de que dispunha o governador. Eis a relação exata dos fortes e baterias segundo os documentos oficiais portugueses. Na entrada da barra: — bateria, da Praia de Fora, seis canhões de ferro; bateria da Praia Vermelha, 12; fortaleza de Santa Cruz, comandada pelo Sargento Mor Miguel Alves Pereira, 44 canhões, seis dos quais de bronze; fortaleza de São João (compreendendo as baterias de São Martinho, São Diogo, São José e São Teodosio), comandada pelo Sargento-Mor Antonio Soares de Azevedo, 30 canhões, sendo oito de bronze (estas baterias não fizeram fogo,

porque o comandante tinha licenciado a sua gente). No porto: — bateria de Villegaignon, comandada pelo Capitão Manuel Ferreira Estrela, 20 canhões de ferro; bateria da Boa Viagem, 10 (a bateria de Gravatá já existia, mas estava desarmada); forte e bateria da ilha das Cobras, Capitão Diogo Barbosa Leitão, 12. Na cidade e seus arredores: — Forte de São Sebastião, Capitão José Correia de Castro, cinco; reduto de São Januario, 11; reduto de Santa Luzia, cinco (todos os três no morro do Castelo); forte de Santiago, tambem chamado da ponta da Misericordia ou do Calabouço, um; trincheiras do morro de São Bento, oito canhões; reduto da Prainha, sem artilharia. No morro da Conceição havia um entrincheiramento sem artilharia, para proteger a residencia do Bispo. Do lado da terra corria uma trincheira, não de todo acabada, desde a lagoa de Santo Antonio ou do Boqueirão, no atual largo da Carioca, até a Prainha, ao longo do fosso, que já existia no ano anterior. Nessa trincheira não havia peças. Assim, o numero total de bocas de fogo, nos fortes, baterias e trincheiras, era de 174, sendo apenas 14 de bronze. Em vez de 10.000 homens de linha e 5.000 milicianos, de que fala Porto Seguro, iludido pelas declarações de Duguay-Trouin (nunca houve em tempo algum, antes da Independencia 10.000 homens de linha, reunidos em um só ponto do nosso territorio) em vez dessa força, só tinha o governador 2.720 homens, 650 dos quais, incluindo todos os artilheiros, ocupavam os fortes e baterias da barra e do porto. Dividiam-se assim: Tropa regular: terço velho e terço novo de infantaria do Rio de Janeiro, 590 homens (Mestre-de-Campo Francisco Xavier de Castro Morais e João de Paiva Souto Maior) e o terço da Colonia do Sacramento, 300 homens (Sargento-Mor Domingos Henriques); artilheiros, 50. Milicias: regimento da nobreza e privilegiados, 550 homens (Coronel Manuel Correia Vasques), dois regimentos de ordenanças, 780 homens (Coronels Baltazar de Abreu Cardoso e Crispim da Cunha). Tropas da marinha (do regimento da armada e do regimento da Junta de Comercio), 400 homens desembarcados dos navios. A força naval constava apenas da nau capitanea, cujo nome não nos é conhecido, da São Boaventura (Comandante Gillet Du Bocage, avô do grande poeta), da Barroquinha (Comandante Amaro José de Mendonça) e da Prazeres. Esta ultima pertencia à Junta do Comercio; as outras três, à Marinha Real; e montavam ao todo uns 130 canhões. Havia ainda dois navios mercantes ingleses, que tinham algumas peças". (Barão do Rio Branco — *Efemerides Brasileiras* — Ministerio das Relações Exteriores — Pag. 426-427).

(3) No Brasil do seculo passado era tradicional a fama de desonestidade do comercio francês e a correção do inglês e do ale...ão. Charles Expilly dá-nos um quadro pouco alentador do carater de seus patricios interessados na exploração do que eles consideravam "os indios". "Le Brésil, en train de se transformer, devint le "Champ d'asile" de ces soldats du trafic immoral, de ces vétérans du scepticisme éhontê.

Le Brésil, à peine connu de nous depuis de quelques années, que personne n'avait vu, mais dont on racontait des choses merveilleuses; le Brésil, que le départ de la Commission Française avait seulement révelé et que sa révolution venait de mettre en évidence, devenait une magnifique proie à dévorer.

Plus de barrière désormais, plus d'obstacles entre ces millions et les mains impatientes que veulent les saisir. Les Cabocles, les Coroados, les Tupina...bas, les Minderecus, les Boticudos qui l'habitent (il n'y a que des sauvages dans l'Eldorado) doivent necessairement payer leur tribut à la supériorité de genie européen. Une exploitation sur une grande échelle est donc présentée à ces ho...mes qui ont perdu depuis longtemps toute notion de juste e de l'honnête. Pour eux, qui ont vu la force brutale imposer ses conditions aux peuples, la conquête de l'Indien (tout est indien au Brésil, à leurs yeux) par la ruse et la courage, l'astuce et la perfidie, leur paraît de bonne guerre.

Le branle fut donné.

Les pacotilles s'organisèrent dans les ports de la Mediterranée et de l'Ocean. Marseille, le Hâvre, virent partir une foule d'aventuriers déguenillés pour la plupart, quelques-uns devant le prix de leur passage, mais prêtes, à tout oser pour amasser de l'or. Chargés de verroteries, d'étoffes du siècle passé, de jouets d'enfants, de bijoux de rebut, de joyaux suspects, ni plus ni moins que s'ils allaient trafiquer avec des Cafres e des Hottentots, ils touchèrent le sol brésilien, au milieu des luttes acharnées du vieux parti portugais et des nouveaux emancipés, des furieux dissentiments du jeune empéreur, et de la Constituante dirigée par les trois frères Andrada, des révoltes partielles des provinces et de la double expédition contre la république de la Banda Oriental. .....

Les exploités, qu'on traitait dédaigneusement de Cabocles et d'Aymorés, exercèrent de cruelles represailles; ils se vengèrent par un mot qui, synonyme de "friponnerie" atteignait indistinctement tous les français.

Telle est l'origine de l'expression "negocio afrancesado".

Depuis cette époque, tout commerce entaché de deloyauté et de mauvaise foi, reçoit l'épithète appliquée aux premiers flibustiers français qui s'abattirent sur le sol brésilien". (*Le Brésil Tel Qu'il est* — D. Dentu — Paris, 1862 — Pags. 266-267 e 271).

(4). "Talvez no Rio de Janeiro as lojas francesas de artigos miudos e elegantes tenham sido as unicas vitrines durante a primeira metade do século XIX; no Recife, porém, os anuncios de jornais indicam que as proprias tavernas começaram então a ostentar "tais "caixões envidraçados" proprios "para amostras" de bebidas e comidas finas; as importadas da Inglaterra". (Freyre (Gilberto) — *Ingleses no Brasil* — Livraria José Olimpio — São Paulo — 1948 — pag. 175).

(5) Agassiz dá bem ideia das condições da mulher no que diz respeito à sua educação: "Pouca coisa tenho tambem a dizer sobre a escola para meninas. Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação da mulher; o nivel da instrução dada nas escolas femininas é pouquissimo elevado; mesmo nos pensionatos frequentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que se retiram as alunas justamente na idade em que a inteligencia começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda em tomá-las. Há excepções, está visto. Alguns pais mais razoaveis prolongam a permanencia no pensionato ou fazem dar a instrução em casa até dezessete ou dezoito anos; outros mandam as filhas para o estrangeiro. Habitualmente, porém, salvo uma ou duas materias bem estudadas, o francês e a musica, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade disso se ressente". (*Viagem ao Brasil* — Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça — Companhia Editora Nacional — 1938 — São Paulo — Pag. 567).

"As lições ministradas por "Mademoiselle" eram todas em francês e alemão. Dindinha, dotada de excelente ouvido musical, ensinava piano e português. Enquanto a gramatica francesa era decorada a fundo, limitava-se o ensino de português a minguados estudos no pequeno volume da "Enciclopédia". (Barros (Maria Pais de) — *No tempo de dantes* — Editora Brasiliense — Pags. 20-21).

CAPITULO XI

Como empreendo viagem pela *Rua do Ouvidor* com os meus leitores por companheiros obrigados e começo a viajar pelo primeiro quarteirão, onde se verifica que a rua vaidosa é coxa; lamentam-se a *Praia* e a *Praça do Mercado;* e louvam-se as igrejas de *Santa Cruz dos Militares* e da *Lapa dos Mascates.* Como além da Rua de *Primeiro de Março* (*ex-Direita*) entra-se na *Rua do Ouvidor* legítima e fidalga, a qual tem aí perfeitamente emblemáticas ao lado direito casa de *modista,* e ao esquerdo charutaria. Faz-se menção da confeitaria do Carceler, onde se encontra, ceando, o célebre *Chalaça,* e conta-se como ali (já no tempo do Sr. *Guimarães*) se organizou na *sala de cima* um ministério, comendo-se *empadinhas* e *croquets.* Finalmente contempla-se a actual loja da América e da China, casa nº 40, onde Evaristo Ferreira da Veiga (o grande patriota) aprendeu a ler, e onde anos depois floresceram ou *dulcificaram-se* as senhoras Paracatus que foram no seu tempo as mais famosas doceiras da cidade do Rio de Janeiro.

Deixei no capítulo antecedente a *Rua do Ouvidor* entrada em sua nova era, a do reinado da *Moda de Paris,* e agora, pois que seria tão enfadonho para os meus leitores, como dificílimo para mim acompanhar par e passo o desenvolvimento e riqueza, que ela foi tendo, prefiro fazer com os meus leitores uma viagem do princípio ao fim da mesma rua com o propósito de considerar e lembrar seus edifícios notáveis e suas casas dignas de distinção por interessantes recordações.

Natural e forçosamente hei-de ser *cicerone* amolador e muito deficiente; amolador por génio, deficiente por

ignorância de muitas coisas que mereciam ser mencionadas e que a nossa geral incúria vai deixando cair no esquecimento.

Entretanto, as tradições, as anedotas, os factos curiosos, ainda sem importância na história política da nação, a lembrança de antigos costumes dão vida local, interesse, enfeites e graças às *Memórias* das cidades, de seus palácios, de suas ruas, etc.

Eia, pois, a viajar! não temos necessidade de levar malas, nem capas, nem provisões de boca, nem prevenção alguma: acharemos em caminho, e à mão todos os recursos imagináveis e a viagem é segura, agradável, riquíssima de variados panoramas, e apenas sujeitas a frequentes *ventos contrários* no encontro de importunos *amoladores* ainda mais teimosos do que eu.

Encetemos a viagem.

Em que pese à *Rua do Ouvidor*, fidalga nova, começaremos a viajar pelo seu primeiro quarteirão, que principia à direita da *Praia do Mercado*, e à esquerda na quina com a *Rua do Mercado*, e acaba, abrindo-se na *Rua Primeiro de Março* (antiga *Direita*) (1).

A fidalga tem em pouco esse quarteirão, onde em vez de brilhantes, ouro, sedas, flores, bonecas, teteias, perfumarias, etc., etc., há sòmente armarinhos vulgares, carne-seca, lombo de porco e toicinho, tudo enfim *plebeu*, e além disso a vaidosa se revolta com o conhecimento público de suâ perna *direita* mais comprida do que a *esquerda*, sendo ela por consequência *coxa*.

Embora porêm a *Rua do Ouvidor* repute o seu primeiro quarteirão simples e desestimado *anexo*, espécie de parente bastardo que a família fidalga repugna, embora tenha pretensões a começar *legítima Rua do Ouvidor*, donde primitiva e predestinadamente nascera, sendo *Desvio*, nós que não temos que respeitar essas vaidades, viajaremos pelo quarteirão plebeu.

A *Rua do Ouvidor*, se desama tanto o seu *anexo*, deveria ter há mais tempo requerido à ilustríssima câmara, que lhe desse nome especial, tornando-o rua independente: eu creio que seria fácil obter providência tão transcendente: porque não tenho notícia de bispo que *crismasse* tantos católicos, como a *ilustríssima* tem crismado ruas da cidade do Rio de Janeiro. A *ilustríssima* como que fundou direito à herança de ruas em favor de defuntos; morrendo algum cidadão *ilustre* e portanto seu parente em tratamento, dá logo cevada ao finado em *crisma* de rua.

Ainda nessa prática ao menos se manifesta — gratidão nacional —; mas além dos defuntos, não o tributo de cevada, doce amor porém aos vivos multiplica de tal modo a crisma das ruas, e dá a muitas novas nomes tão conhecidos, que tenho para mim que o primeiro e longo estudo dos novos vereadores, será aprender as denominações das ruas, e inteirar-se dos pontos e dos bairros, onde elas se estendem ou se encurtam.

Mas a *ilustríssima* ainda não tornou em *rua nova* o anexo da *Rua do Ouvidor*, e portanto viajemos por ele.

Da ponta do pé da perna mais comprida da vaidosa fidalga, vemos parte da *Praia do Mercado*, e pelo portão fronteiro penetram nossos olhos um pouco no interior da *Praça do Mercado*.

Nem a *Praia* nem a *Praça* pertencem à *Rua do Ouvidor*; mas é impossível deixar de considerá-las de passagem.

A *Praça do Mercado* está longe de ser condigna da capital do Império: acanhadíssima, húmida, mal policiada, às vezes toda cheiro de maresia, de aves amontoadas e de hortaliças já deterioradas, é lugar desagradável em vez de ser atractivo. O peixe expõe-se em tabuleiros sobre ruazinha sempre alagada, e pequenos tanques de peixes vivos faltam absolutamente.

A *Praia do Mercado*, é ainda pior, e penso que faço grande favor em não demonstrar o meu juízo.

Ao menos, porém, há ali, na *praça* e na *praia* fiscais agentes e guardas fiscais, que uma de duas, ou não a fiscalizam, ou a *praça* e a *praia* seriam infiscalizáveis focos de peste do Rio de Janeiro.

E no entanto além de utilíssima e imprescindível instituição, como é, a *Praça do Mercado* aumentada, desenvolvida, aprimorada, igual a de outras grandes capitais do mundo civilizado, podia ser no Rio de Janeiro lugar atractivo, e até ornamentador da cidade.

Mas... viajemos enfim pelo primeiro quarteirão... ou *anexo da Rua do Ouvidor*.

Paciência, bela fidalga!

Aqui, nem ao menos posso indicar qual fosse a casa tradicional, donde saiu a maçã mandada ao inconfidente coronel Freire de Andrada por sua dedicada irmã.

Aqui predominam os armazéns de *carne-seca e toicinho*; a *Rua do Ouvidor* porém que é filósofa, deve lembrar que a *carne-seca* é no Brasil a primeira representante da filosofia positiva; porque é a principal alimentadora do povo, e eu posso em consciência afirmar que uma *manta* de carne é muito mais útil do que a *manta* mais rica de lã de camelo.

E, paciência outra vez, fidalga vaidosa!

E' no desestimado anexo, que se acham os dois edifícios mais notáveis da *Rua do Ouvidor*, a Igreja da *Lapa dos Mascates*, e por sua parte lateral a *Igreja da Santa Cruz dos Militares*.

Não quero prolongar este capítulo, ou demorar a *viagem*, copiando a descrição arquitectónica das duas igrejas, que me foi oferecida por autoridade competente; mas é certo que a da *Santa Cruz dos Militares* não tem ainda

superior no Rio de Janeiro sob o ponto de vista da arquitectura; e a da *Lapa dos Mascates*, embora pequena e encantoada em estreitas ruas, merece a atenção dos homens da arte.

Esta última igreja depois dos consideráveis melhoramentos, que ùltimamente recebeu de piedosos e dignos benfeitores, teve novos sinos vindos de Portugal (creio eu) que repicam a preceito, executando *alegros* de óperas de Offenbach.

A escolha dos tais *alegros* não foi feliz; aqueles, porém, que tanto badalaram contra essa irreligiosidade, posto que tenham razão, esquecem que nas grandes e solenes *festas* das nossas igrejas até se anunciavam os nomes das cantarinas do teatro, que iam cantar este e aquele *solo* de música absoluta e exclusivamente do género das óperas italianas.

E eis-nos chegados à Rua *Primeiro de Março*, com a qual nada temos que ver, e portanto, atravessemo-la; mas, com todo o cuidado, meus leitores e companheiros de viagem, porque os bondes e carros, carrinhos e carroças, nem permitem que pestaneje o cidadão pedestre, que nesse ponto tem de atravessar a Rua *ex-Direita*.

Oh! agora sim, agora começa *legítima* a *Rua do Ouvidor* fidalga, vaidosa e começa até simbólica (pelo menos actualmente) porque tem nas suas duas esquinas com a *Primeiro de Março*, do lado direito casa de *francesa modista*, e do esquerdo casa de charutos, de cigarros e cachimbos, de modo que enquanto da'i para gozo e encanto das senhoras range a tesoura, retalhando veludos, cetins e sedas, defronte há para os homens, para os pais e maridos sovinas ou de fracos recursos pecuniários a consolação de *ficar fumando*.

A *charutaria*, a que me refiro, acaba até de explorar os desastres do império otomano na guerra com a Rússia,

fazendo boa importação de *fumo turco*, e quem sabe se de cachimbos de *ulemás* e de *baxás* (²).

Misera Turquia!... em desmesurado infortúnio priva-se até de seu *fumo* e de seus *cachimbos* monumentais. Ai!... que não exporte (ao menos para o Brasil) as odaliscas e as escravas dos seus serralhos!...

Até a Rua do *Carmo* à esquerda, e o beco ou travessa das *Cancelas* à direita, só conheço duas casas *notabilidades*, pois que não me é possível marcar uma terceira, aquela em que morreu ou penou *Perpétua-Mineira*, se realmente houve ali *Perpétua-Mineira*: se houve a sua casa era do lado esquerdo.

A primeira das duas casas memoráveis e ainda hoje famosa, principiou a sê-lo em 1824, como *confeitaria do Carceler*.

A glória de iniciador das *confeitarias* na cidade do Rio de Janeiro pertence ao italiano *Francioni* que antes de 1824 já tinha estabelecido *confeitaria* na *Rua Direita* exactamente onde se acha a dos Srs. Santos & Ferreira; o *Carceler* porém não só anos depois comprou o estabelecimento do *Francioni*, como já o tinha excedido muito na sua confeitaria da *Rua do Ouvidor*, em variedade e primor de refrescos, de *lunch*, que então se chamavam *petiscos*, e sobretudo na excelência de *ceias* servidas em sala *discreta* no fundo da casa (³).

O *Carceler* foi, pois, não o mais antigo, o mais notável, porém, dos chefes de *confeitarias* do Rio de Janeiro, e não lhe amesquinha a boa nomeada que deixou a simples precedência do *Francioni* e menos o facto não averiguado de, ainda mais antiga, *saleta de pasto de Perpétua-Mineira*.

O *Carceler* floresceu na sua confeitaria da *Rua do Ouvidor*, refrigerando seus numerosos fregueses com *água imperial* e outras águas gasosas, com óptimas cajuadas

e outros refrescos, e satisfazendo-lhes o apetite com empadas, pastéis, gulodices e doces; mas à noite as ceias do *Carceler* gozavam notável celebridade, e eram apreciadas na sala discreta por cavalheiros da sociedade distinta e de elevada posição social.

Um dos habituais fregueses das ceias do *Carceler* era Francisco Gomes da Silva, por alcunha o *Chalaça*, português de nascimento, gentil-homem da corte imperial, e amigo dedicado de D. Pedro I, que o estimava muito.

O *Chalaça*, quando não estava de serviço no *paço* era certo com escolhida companhia naquelas ceias.

Tão sabido já era esse gozo de folgança, que numa noite, em 1823, o Imperador D. Pedro I, desejando falar ao *Chalaça*, não fez cerimónia, entrou de improviso na confeitaria, e disse ao *Carceler*, que logo se apresentou:

— O *Chalaça* está sem dúvida ceando lá dentro; chame-o (*).

O *Chalaça* imediatamente veio apresentar-se respeitoso; mas sorrindo.

O Imperador disse-lhe algumas palavras em voz baixa, e o *Chalaça* respondeu em tom mais alto e como que brincão.

— Senhor, eu perco hoje metade da ceia; mas em compensação Vossa Majestade me fará almoçar duas vezes amanhã.

E saiu, acompanhando o Imperador.

Este facto não teria importância, se não desse ideia de certas inadvertências aliás próprias do carácter franco e expansivo de D. Pedro I, e que mais de uma vez o prejudicaram.

Quem sabe os juízos que naquela noite fizeram sobre o caso o *Carceler*, seus caixeiros e os sócios de ceias do *Chalaça*?

Francisco Gomes da Silva, alcunhado *Chalaça* por muito gracejador, passou por chefe da *camarilha secreta* que influindo muito no ânimo do Imperador, fazia e desfazia ministérios, e inconstitucionalmente predominava na política do Estado (5).

Que o *Chalaça* entrasse às vezes em intrigas palacianas, é provável; que fosse o mais apropriado para levá-las ao Imperador, é certo; porque este gostava de ouvi-lo *chalaçar*, confiava em sua amizade, e o autorizava a grandes liberdades; mas em sua influência predominante não creio: por seu próprio génio altivo D. Pedro I a não toleraria, e, além disso, o *Chalaça*, homem de espírito faceto, de algum talento, mas sem instrução, e sem ideias políticas, não podia ser chefe de *camarilha*.

O *Chalaça* era dedicadíssimo criado e amigo particular de D. Pedro I: servia-o, fazia-o rir, *chalaçando*; aproveitou-se da sua privança para ser útil a muitos afilhados e protegidos seus; mas em assuntos de governo do Estado a sua política inalterável consistiu em julgar sempre excelente e óptima a *política do Imperador*, qualquer que ela fosse.

Dizem alguns dos homens da corte do primeiro reinado, que, ao contrário do que naquele tempo a oposição liberal propalava, era o *Chalaça* quem mais severas e duras verdades fazia ouvir a D. Pedro I, com o seu direito de íntimo e *chalaçador* amigo; isso eu não sei, nem posso assegurá-lo.

O marquês de Barbacena, entrando para o ministério em 1829, com pretensões de chefe de gabinete *à inglesa* (5a), conseguiu que se retirassem do Rio de Janeiro para a Europa o *Chalaça* e outro cortesão indicado como segunda influência de *camarilha*, o que não impediu sua ruidosa *demissão* de ministro no ano seguinte.

Ainda uma informação, e a última:

O *Chalaça*, anos depois, conversando em Lisboa com ilustradíssimo brasileiro, diplomata mais tarde em retiro, pretendia ter concorrido com os seus conselhos mandados em cartas a D. Pedro I, para a abdicação deste em 1831.

Creio nas cartas; elas porém não provam que o *Chalaça* fosse político; escrevia-as no empenho dinástico de D. Maria II, e na esperança do sonhado *império ibérico*, no interesse do seu amo e amigo. Os *políticos* estavam em Londres, e foram esses os que influíram no ânimo de D. Pedro I, levando-o às vacilações, e inconsequências de sua atitude em Março e até 6 de Abril de 1831.

Ora eis aí como uma ideia puxando outra meti-me em coisas de história política, quando só pensava lembrar a casa do *Carceler*!

Perdoem-me esta amolação.

A confeitaria do *Carceler* passou mais tarde ao Sr. João Gonçalves Guimarães, que, dando ao estabelecimento realce muito maior, honra sempre o nome e a memória do bom velho *Carceler*, chamando-o ainda hoje — "*meu amo, que me serviu de pai*", porque fora dele caixeiro, e por ele tratado como filho.

Crão-mestre de lunch e rei dos banquetes grandiosos da cidade do Rio de Janeiro e daquém e dalém, mar em fora e por terras adentro, o Guimarães é pelas suas novidades culinárias objecto da veneração dos gastrónomos, que por último lhe deveram a invenção de *garopas* de ovos de galinha com farinha de trigo e açúcar; mas a sua confeitaria é ainda mais notável como arca de sigilo, onde já se sepultaram mais de vinte histórias de corações em fogo, abrasando-se com acompanhamento de sorvetes.

E houve um dia (no segundo reinado... e não quero dizer quando) em que a confeitaria do Guimarães teve horas de comoções de alta política. Na sala da frente

do segundo pavimento estacionava distinto estadista, enquanto outro, hoje florescente notabilidade, que então ainda não era senador, saía e após demora mais ou menos longa, voltava ou só ou acompanhado; é claro que para explicação dissimuladora do que se passava e para animação da *paciência* na sala de cima levavam-se para esta empadinhas, pastéis, croquetes, doces, etc.; finalmente no fim de quatro ou cinco horas o *distinto estadista* desceu a escada e saiu da confeitaria *com um novo ministério organizado*, e ministério auspicioso, pois que se organizara com o encanto (quase que disse programa) político das empadas, pastéis, croquetes, doces e pão-de-ló.

A segunda casa célebre deste quarteirão da *Rua do Ouvidor* é a actual de nº 40 — *Casa da América e da China*.

Não me posso ocupar dos seus merecimentos américo-chineses (que aliás são muitos) nem estudar os motivos, porque, vencendo de um salto o Estreito de Behring, deixou-nos sem os produtos industriais do Japão, e foi com perigoroso, e muito maior salto firmar pé no império célebre do filho do sol.

Requeiro que o utilíssimo estabelecimento da *América e da China* se naturalize *japonês* também e passe a dar notícias do fundamento da celebridade justíssima dessa casa do actual nº 40.

Não sei em que ano do fim da primeira dezena do século que corre, foi morar nessa casa *Luís Francisco Saturnino da Veiga* (6); certo é, porém, que de 1807 a 1810 esse homem, português de nascimento, profundamente religioso e de austeros costumes, aí se estabeleceu, abriu excelente escola de instrução primária, e nessa escola deu o ensino de primeiras letras e de noções da religião católica, creio que a todos os seus filhos e com certeza a *Evaristo Ferreira da Veiga*, um deles.

A casa da segunda infância, e do berço literário de EVARISTO deve ser patriótica e honorificamente respeitada, como o foi a casa de Píndaro.

Nos tempos em que vivemos, artificiando admirações em tributos de encomenda a *aves rasteiras* que no campo da política fazem *pequenos giros de moita em moita*, exaltemo-nos honrando a memória da casa que foi ninho da *águia altaneira* que em arroubos de patriotismo pode e soube ir *face a face beber de Febo as luzes*.

Para que algum severo crítico não ache de mau gosto, supondo minhas, as imagens que sublinhei, declaro que elas são de Felinto Elísio, e portanto de ouro de lei.

Evaristo Ferreira da Veiga, que não foi doutor, estudou latim, francês, filosofia e retórica, e creio que também um pouco de inglês no Seminário de S. José, e não tendo mais que aprender aí pois que não fora destinado ao sacerdócio, o pai que, aborrecido do magistério de instrução primária, abrira loja de livros na Rua da Alfândega, o fez seu caixeiro ou ajudante na loja.

Evaristo formou-se, doutorou-se por si na universidade da livraria do pai. Aprendeu sem mestre a língua italiana, história e geografia, ciências sociais, economia política, e só não aprendeu a sabedoria do *bom senso*, porque já nascera com ela.

Alguns anos depois abriu loja de livros própria, à Rua da *Quitanda*, quina da *Rua dos Pescadores* (*actual do Visconde de Inhaúma*). Em 1828 fez-se redactor da *Aurora Fluminense* (e sem pedir licença a chefe político algum!!!!).

Com a *Aurora Fluminense* criou o partido *liberal-monarquista* no Brasil.

De 1830 a 1837 (em que morreu com 38 anos de idade) foi deputado da assembléia geral legislativa (e sem

dependência nem bênção de *chefe*, de *tio* ou de *padrinho* político algum!!!!).

O livreiro *pobre*, logo em 1830, foi influente liberal na câmara.

De 1831 a 1836 foi o grande chefe do partido moderado — o dominante: exerceu a maior e a mais patriótica influência na política do império, distinguindo-se sobre todos como a mais forte e pujante coluna da monarquia constitucional; fez ministros e nunca foi ministro, aconselhou nomeações de altos funcionários públicos e nunca teve emprego ou comissão lucrativa, nem empregou parente algum, salvou a ordem e mil vidas, e escapou, levemente ferido a uma tentativa de assassinato a tiro de pistola; não desanimou por isso, prosseguiu em sua vida política de dedicação cívica e gloriosa, e quatro anos depois, exemplo admirável de todas as virtudes públicas e privadas, morreu deixando a esposa e filhas (todas dignas dele) em honradíssima pobreza!...

A vida de Evaristo foi a mais pura e a mais doce das harmonias.

Evaristo foi o primeiro homem do seu tempo pela grandeza, pela honestidade, pela pureza, e pelos sãos e benéficos efeitos de sua influência política.

Evaristo é legendário.

Essa mesma casa da *América e da China* ainda nos oferece, embora não historicamente gloriosa, ao menos, porém, lembrança *doce*, mesmo porque é lembrança de senhoras e de *doces*.

Antes do estabelecimento da confeitaria do *Carceler*, ocuparam o pavimento superior ou o sobrado daquela casa do actual número 40, três senhoras naturais da província de Minas, duas irmãs e uma sobrinha, que, ou por nome de família, ou da localidade do seu nascimento, eram chamadas *Paracatus*.

As senhoras *Paracatus* não deixaram que me conste, nomeada por belas: se foram bonitas, creio que procederam de modo a não fazê-lo notar, o que não prejudica; antes abona a sua reputação; celebrizaram-se porém pela *doce* indústria, que souberam explorar.

Do sul ao norte e de leste a oeste da cidade do Rio de Janeiro, as senhoras *Paracatus* foram por unânime aclamação de povo declaradas e proclamadas primeiras, inexcediveis, e incomparáveis *doceiras*.

As freiras da Ajuda então e ainda até os nossos dias tinham e mantiveram primazia em confeição de empadas e de pastéis; mas em doces secos e de calda foram completamente vencidas pelas senhoras *Paracatus*.

Os moços daquele tempo, septuagenários e octogenários de hoje, juram pela pureza e honra do seu paladar que as *Paracatus* ainda não foram igualadas, como doceiras, e a um desses velhos ouvi dizer, quase chorando de saudades:

— Ah! meu amigo! tudo é possivel ao progresso do século, ainda mesmo em aperfeiçoamento de doces brasileiros; mas em *desmamadas*, como as das *Paracatus*, não! elas morreram sem deixar o segredo das *desmamadas*.

O certo é que não havia banquete de luxo, banquete de casamento, de baptizado, ou de festa aniversária de ricos da cidade, em que a *sobremesa* (o *dessert*) não fosse preparada e fornecida pelas *Paracatus*.

NOTAS AO CAPITULO XI

(1) "Colocado na Praça de D. Pedro II, entre a rua do Mercado e a praça das Marinhas, estende-se o edifício do mercado até a rua do Ouvidor; é quadrangular e de dois pavimentos; ocultando um ático o telhado. A face voltada para a praça de D. Pedro II apresenta um portão central coroado por um frontão reto, lendo-se no friso o distico: — A Camara Municipal a mandou fazer em 1835 — Sobre o entablamento há em oval a inscrição: — Praça do Mercado". (Moreira Azevedo — *Obra citada* — 2º vol. Pags. 320-321).

(2) O fumo constituiu vicio dos mais sedutores do século XIX. Sedutor e proibido. Não se fumava diante dos pais. A literatura traz sinais vivos desse culto do cigarro, tido como algo de emoliente e perturbador. Não seria difícil respigar por poetas e romancistas situções referentes ao que eles consideravam, entre outras coisas, uma presença letargica do Oriente em meio ao "spleen" romantico. O mais viciado deles, pelo menos "literariamente", foi Alvares de Azevedo:

"MACARIO

Não! não! mil vezes não! Não concebeis, uma perda imensa, irreparavel... era o meu cachimbo...

DESCONHECMO

Fumais?

MACARIO

Perguntai de que serve o tinteiro sem tinta, a viola sem cordas, o copo sem vinho, a noite sem mulher — não me perguntei se fumo!

O Desconhecido (*dá-lhe um cachimbo.*)

Eis aí um cachimbo primoroso. E' de pura escuma do mar. O tubo é de páu de cereja. O bocal é de ambar". (*Obras Completas* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — 8ª edição — 2º tomo — Pag. 16).

(3) "A Confeitaria Carceler, tradicional na historia da cidade, à rua Direita, batisada agora 1º de Março, era outro ponto preferido de reuniões não somente da mocidade do tempo, como tambem dos politicos e das altas notabilidades. O Imperador tinha o costume, depois de visitar as igrejas na quinta-feira santa, de ir ao Carceler para tomar sorvetes, ali afamados. Estes eram servidos em forma de piramide, nuns pequenos cálices, e custava cada um 320 réis, soma elevada para o tempo, quando um par de botinas de verniz custava apenas oito mil réis. Mas é que não se fabricava ainda gelo no Brasil; importava-se dos Estados Unidos. A primeira máquina de gelo artificial apareceida no Rio, mais ou menos nessa epoca, ficaria exposta no vestibulo da Escola Central, depois chamada Politecnica, e durante varios dias serviria de alvo da curiosidade publica, que ali se extasiaria para ver a maravilha.

Foi a Confeitaria Carceler quem inaugurou no Rio a moda de se colocarem mesinhas e cadeiras na calçada, em frente ao estabelecimento, como se fazia nos boulevards parisienses. Foi um sucesso, que logo firmou a popularidade da casa. Datava de então o costume de chamar-se aquele local da rua Direita de boulevard Carceler, ou simplesmente Boulevard, já se sabia, era defronte da Confeitaria Carceler.

Nos agitados dias da questão Christie, o Carceler tornara-se o ponto de reunião predileto dos patriotas exaltados, que ali iam discutir e tramar represalias contra os Inglezes. Naquele local falara mais de uma vez o Imperador ao povo, que o aclamara, da portinhola da carruagem que o conduzia ao Paço". (Lira (Heitor) — *Historia de Dom Pedro II* — vol. II. Pags. 51 e 52).

(4) "Amancebando-se com a famoza Maricota Corneta, dona de uma hospedaria da rua das Violas (hoje Teofilo Otoni) dali saiu em 1809 para se associar com Sebastião Cauler, num botequim do largo do Paço, junto ao Arco do Teles".

"Ali se reuniam boemios quando de uma feita apareceu o principe Dom Pedro, disfarçado com grande capa usada pelos paulistas.

"Abaletado numa das mesas de pau tosco, D. Pedro assistiu á disputa de dois turunas. De repente José Januario, encarando o pseudo paulista, abriu a boca num sorriso alvar e cantou:

Paulista é passaro bisnau,
Sem fé, nem coração;
E' glute que se leva a pau,
A sopapo ou pescoção.

Toda a assistencia olhou para o homem do capote paulista e riu numa estrondosa gargalhada.

D. Pedro, rubro e nervoso, levantou-se. Afastando, colerico, a ponta do seu grande capote, com que ocultara a face ao entrar na espelunca, gritou ao companheiro, dando-se a conhecer:

— Meta o pau nesse canalha...

O negralhão branqueou ao reconhecer o principe e... azulou na mais desabalada das corridas (...).

Os valentes sumiram-se, com exceção de um: o Chalaça.

Para ele investiu o companheiro do principe de cacetete erguido. Esperto, como um rapazão, Chalaça evitou o golpe e com uma rasteira de arrnia pos o agressor no chão, de pernas ao ar. Tomou-lhe o pau e, segurando-o pelo casaco, tirou-o por uma porta, para o quintal da hospedaria.

Maricota Coneta escondeu-se debaixo da mesa. Defrontaram-se apenas dois homens: o Chalaça e o Principe. Este ultimo treme de furor. Então, calmo e sereno, o barbeiro tirou o largo chapeu catalão que usava e, numa curvatura de gentil homem, fazendo com o sombrero um semicirculo no ar, quase tocando o assoalho (...), murmurou:

— Francisco Gomes da Silva apresenta a Vossa Alteza os seus respeitos e os seus serviços.

D. Pedro não se conteve. Estrondou uma formidavel gargalhada (...). Em seguida alegre e aceitoso:

— Chalaça, tu és um homem".

(Assis Cintra — *O Chalaça* — Favorito do Imperio — Pags. 26-27).

(5) Armitage acreditava na real influencia do Chalaça: "De simples criado particular do paço, foi sucessivamente promovido pelo Imperador a Ajudante da Guarda de Honra, e a seu Secretario privado; e finalmente tanta ascendencia ganhou sobre o animo de seu augusto amo, que se pode avançar sem exageração, que partilhava com ele a autoridade suprema". (*Historia do Brasil* — Editora Zélio Verde — 1943 — 3ª edição — Pag. 159).

Adiante Garcia Junior: "Desde muito moço D. Pedro, como D. Miguel cultivaram ambos singulares amizades de gente baixa, de tratantes, a tal ponto que Rocha Martins chega a dizer que os que tinha o segundo, em Portugal, eram do pior que havia na ralé, como o José de Mello, o Hermogenes, o Vasa, gentalha de arruaça, "capaz de matar por sua causa como o José Francisco dos Santos ou o Apolinario da Silva". (Rocha Martins — *A Independencia do Brasil*). Tambem entre nós, D. Pedro se deixou arrastar por esse fraco; prendeu-se sempre a relações baratas, não só quando Principe Regente, mas tambem como Imperador. Quatro porem ao que se sabe foram os homens de condição humilde ou suspeita que gosaram de sua proteção: Plácido Antonio Pereira de Abreu, que foi barbeiro de José Egidio Alvares, mais tarde Barão de Santo Amaro; João Carlota Ferreira, que tinha sido moço de carregar caixas de cozinha do Paço; Francisco Gomes da Silva, tido e havido por filho do Visconde de Vila Nova da Rainha, cognominado Chalaça, ourives de profissão e depois empregado da Casa da Moeda, ainda no tempo de Pedro e que Vasconcelos Drumond diz, suicidou-se em Lisboa, já no reinado de Dª Maria II. Todos esses validos de D. Pedro lograram gosar da confiança do monarca: Plácido de Abreu foi tesoureiro de S. M. e foi agraciado com as Ordens do Cruzeiro e da Rosa; João Carlota Ferreira acompanhou o Imperador ao exilio, e consta em seu inventario como Intendente de suas reais Cavalariças; e Francisco Gomes da Silva não só obteve o lugar de oficial da Guarda de Honra do Imperador, como foi commandante do 2º esquadrão desta, e por fim secretario particular de D. Pedro". (in — *Historia do Brasil* — citada).

(5a) "Pela primeira vez, um ministerio se formara com um programa definido, o parlamentarismo constitucional. Ante um Executivo invasor, a barreira da Constituição. Era a salvação do trono de D. Pedro I, cujo absolutismo, ingenuo de tão inconciente, o ia levando ao divorcio com o Imperio que

havia libertado". (Calogeras (João Pandiá) — *O Marquez de Barbacena* — Companhia Editora Nacional — Pags. 217-218).

(6) Em rigor Francisco Luis Saturnino da Veiga. Os dados que a seguir Macedo alinhava são verídicos, como se pode deduzir de um confronto com a biografia de Evaristo da Veiga, de autoria de Otavio Tarquinio de Souza. Allás, por duas vezes, esse especialista dos primeiros tempos do Império recorre ao testemunho das *Memórias da Rua do Ouvidor*". (*Evaristo da Veiga* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1939).

CAPITULO XII

Como se continua a vingem pela *Rua do Ouvidor*, e depois de se considerarem de passagem os *ursos* de Mr. Casse-Majou e o fronteiro *Profeta*, deixa-se de falar de uma casa onde reinaram quatro damas, nenhuma das quais era mulher; visita-se o *Hotel da Europa;* e aí se encontram saudosas lembranças do *Club dos Radicais* e o berço do *Club da Reforma* com janelas para a *Rua do Ouvidor*. Como depois prossegue-se viajando além do cruzamento da *Rua da Quitanda*, sobre cuja denominação absurda se dizem coisas sapientíssimas; trata-se da casa do Dr. Berquó, o *ouvidor*, da qual poderia ter saído influência diabólica, se fosse bem fundada certa proposição do Dr. *Patroni*, que se transcreve; olha-se para a casa do *Jornal do Comércio;* não se entra porém nela por duas razões, que não são de cabo de esquadra; e finalmente contempla-se respeitosamente o *Grão-Turco*, último herdeiro da casa onde floresceram, com sucessiva glória, as lojas famosas dos — *Saisset* — *Wallerstein* — e *Massot* — *o antigo*, não faltando a esta algumas recordações romanescas.

Viajando agora pelo quarteirão que termina onde a *Rua do Ouvidor* é cortada pela da *Quitanda*, confesso-me em penúria de tradições e de notícias curiosas antigas.

Não tenho conhecimento de casas célebres nem de factos memoráveis do *outro tempo*. Tudo que há de notável é de ontem. Os dois *ursos*, o antigo e o moderno, de Mr. Casse-Majou, são nossos *contemporâneos*, e posto que o primeiro já tenha a idade exigida para ser senador, e o segundo esteja desde alguns anos emancipado, têm sido ambos até hoje da mais perfeita inocência, e o

Profeta erguido quase defronte apenas profetiza que os *paletós* novos que vende hão de em breve tornar-se velhos.

Também não quero ser maldizente, aproveitando a passada, mas moderna celebridade de uma casa que foi riquíssima de episódios febricitantes e de comoções fortíssimas, e onde quatro *damas*, nenhuma das quais era mulher, inspiraram paixões, que fizeram sair depenados alguns infelizes.

Mas que provaria a história que deixo de referir? Apenas o que todos sabem, isto é, que não são sômente as de *barato* as casas onde *muito honradamente* se depenam homens como se eles fossem galináceos.

Nada tenho com isso: não entra nas *Memórias da Rua do Ouvidor* o estudo das moléstias reinantes na cidade do Rio de Janeiro, uma das quais é essa, cujo nome não quero dizer, moléstia feia, corruptora da sociedade, e cujos sintomas mais perigosos para o doente são — *os palpites*.

Mas devo lembrar ao menos uma casa notável neste quarteirão: seja a primeira do lado esquerdo.

Tem ela três pavimentos, e abre portas e janelas para as ruas do *Carmo* e do *Ouvidor*.

Os dois pavimentos superiores são ocupados pelo *Hotel da Europa*, cuja entrada é pela Rua do *Carmo*, tendo outra que é de casa imediata e anexa na *Rua do Ouvidor*.

O *Hotel da Europa* foi durante anos considerado com razão, e ainda hoje tem presunções de ser o primeiro ou o melhor hotel da cidade do Rio de Janeiro: actualmente continua a mostrar-se *bom*; conta porém alguns émulos, que não merecem menos que ele.

Não creio que por isso deva ostentar-se orgulhoso; porque em *hotéis* a nossa capital está tão abaixo do que

se encontra nas grandes cidades da Europa (já não falo dos Estados Unidos Norte Americanos) e até em Buenos Aires, que o orgulho não seria admissível.

O que admira é que no fervor de mil empresas industriais ainda não aparecesse uma, e nem algum rico especulador que em seu proveito e do público dotasse a cidade do Rio de Janeiro com um hotel digno dela.

O *Hotel da Europa* tem outro louvável desvanecimento, ufanando-se de severo, e muito zeloso nas suas hospedagens. Sob esse ponto de vista é de facto preferível a muitos, e a alguns *famosos*. E' possível e mesmo provável que alguma vez tenha tomado a *nuvem por Juno*; ao menos, porém, esmera-se em livrar-se das nuvens, e basta isso para o seu crédito (1).

Em política o *Hotel da Europa* é sempre do partido do freguês ou do hóspede que lhe chega; é sempre e ao mesmo tempo de todos os partidos, e em suas salas os liberais e os conservadores têm dado banquetes políticos, fazendo ecoar nelas os *brindes* e os *vivas* mais opostos.

Entretanto, é aos liberais que o *Hotel da Europa* tem mais servido, aliás sem preferência política.

Em uma das salas desse hotel fundou o Sr. senador Silveira da Mota em 1868 o seu *Club dos Radicais*, e aí S. Exª, eloquente e enérgico orador, e alguns outros *radicais* pronunciaram belos discursos, conversaram muito no sentido de suas ideias políticas em repetidas reuniões; esse *club*, porém, acabou sem grande resultado de propaganda; mas com saudades profundas do hotel privado da excelente freguesia *radical* (2).

Meses depois de 16 de Julho de 1868 (2a), isto é, da subida do partido conservador ao governo, e da dissolução da câmara, os chefes liberais e muitos dos seus correligionários políticos criaram o *Club da Reforma* com regulamento e carácter permanente, e o estabeleceram in-

terinamente em uma das salas do *Hotel da Europa*, e ali, durante três meses, se reuniam todos os dias, entendendo-se sobre a direcção da imprensa e da acção legal do partido em oposição.

No fim dos três meses o *Club da Reforma* despediu-se do *Hotel da Europa*, que ainda mais dolorosas saudades sentiu; porque o freguês tão bom pagador, como o chefe dos *radicais*, pagava muito mais, tendo tomado sala, não a preço de noite, mas por elevado aluguel mensal.

E o *Hotel da Europa* abandonado, ou deixado pelos *liberais*, e tendo tomado gosto aos *clubs* de propaganda política, esperou, mas esperou em vão por freguesia de *club de partido conservador*, sem calcular que, estando este a dar as cartas no governo, não desceria a fazer *jogo* no Hotel da Europa.

Mas não é justo que deixemos na rua o *Club da Reforma*.

Despedindo-se do *Hotel da Europa* foi esse *club* florescer nos pavimentos superiores da casa nº... da Rua dos Ourives, onde muito deveu à solicitude e à dedicação do benemérito liberal e ilustre cidadão Dr. Manuel de Melo Franco, um dos membros da sua comissão administrativa.

Da Rua dos Ourives passou-se o *Club da Reforma* para a casa nº... da Rua Sete de Setembro, e aí se acha e se mantém com o carácter de quartel-general do partido liberal do Império.

Não me digam que o *Club da Reforma* vem mal encaixado nas *Memórias da Rua do Ouvidor*: menos essa! ele teve o seu berço na *Rua do Ouvidor*, pois que a sala do hotel que lhe foi alugada abre suas janelas para essa rua, na qual também se fundou a *Reforma*, órgão principal do partido na imprensa, e importante gazeta diária, que não pode jamais esquecer o nome de Francisco Sa-

bino de Freitas Reis, que mais que qualquer dos outros fundadores concorreu com a sua bolsa e com a sua direcção administrativa para essa instituição do partido liberal (3).

Freitas Reis era homem de grande força de vontade e inteligente empreendedor: foi o primeiro brasileiro que se abalançou a propor-se a considerável empresa industrial na Europa, conseguindo tomá-la sobre si, formar companhia e dotar uma parte da famosa e esplêndida Paris com o notável melhoramento (já conhecido e apreciado então no Rio de Janeiro) do ferro-carril para carros urbanos de tracção animada, a que chamamos *bondes* (4).

Freitas Reis ganhou boa fortuna com a sua empresa, e deixou seu nome de brasileiro lembrado honrosamente entre os empreendedores a quem a grandiosa Paris deve considerável benefício. Infelizmente esse nosso compatriota, amigo e entusiasta do seu e nosso Brasil, acabou seus dias, ainda no vigor da idade, lá na capital da França, acometido de invencível moléstia pulmonar.

Se estas lembranças também são *amoladoras*, declaro que não sei o que sejam recordações que se devam guardar.

Em continuação de viagem o autor e os leitores destas *Memórias* entram pela *Rua do Ouvidor* acima no vasto mar imenso que se estende das quinas da *Rua da Quitanda* até a dos *Ourives*.

Mas de olhos voltados para trás ou com os olhos ainda fitos no ponto donde partimos a seguir viagem, tomamos a liberdade de perguntar à *ilustríssima câmara*, desde algum tempo maniaca crismadora de ruas, porque conserva essa denominação de Rua da *Quitanda*?...

Que espécie ou que diabo de *quitanda* há nessa rua tão destampatória, e desgraçadamente nomeada, que ainda no último século teve o seu primeiro quarteirão conhecido e geralmente chamado por nome obsceno, e só perdoá-

vel em heróicas desenvolturas da furiosa língua de Cambrone?...

Hoje, ao menos *no nosso tempo*, *quitanda* traz a ideia de comércio de verduras, comércio explorado principalmente pelas *negras minas*, que não se encontram na rua assim denominada.

Requeiro à *ilustríssima* que mude aquele nome para outro que a gente saiba o que significa.

Se quiser *nome republicano* eu lhe ofereço ou lembro um ou dois:

Rua de *João Mendes Viana*, que foi grão-mestre da maçonaria, republicano ostentoso e deputado, que aí teve casa de sua propriedade perto da quina da Rua Sete de Setembro.

Ou Rua de *Cipriano Barata*, deputado brasileiro na constituinte portuguesa, republicano, preso em 1824, e que saindo em 1829 da *Presiganga*, foi morar por meses nessa casa do João Mendes, seu amigo.

Se preferir nome de monarquista constitucional, dou-lhe o mais simbólico.

Rua *de Evaristo*, ou por já haver uma com essa denominação — Rua da *Aurora Fluminense;* porque Evaristo redigiu durante anos a sua *Aurora*, criou o partido monarquista constitucional puro, floresceu, glorificou-se enfim, morando e tendo a sua loja de livros nessa rua, quina da antiga dos *Pescadores*.

Eu iria ainda muito além, se não me lembrasse que é pela *Rua da Quitanda*, que devo viajar.

Eia, pois, a caminho!

Mas... uma dúzia de passos, e já é de obrigação parar.

Ao lado direito mostra-se aliás *já marcada* casa tradicional, que o Dr. Berquó, o *ouvidor*, ocupou. Não con-

vêm repetir informações que deixei escritas no capítulo competente; quero porém expor uma observação que me ocorre.

Acredito que a mudança do nome de *Padre Homem da Costa* para *Ouvidor* não influiu nos destinos da *rua*; mas é lícito imaginar que ela tomou em 1780 com orgulho profano o nome e a toga do magistrado.

Ora, em uma das sessões preparatórias da câmara temporária que em 1842 foi dissolvida *préviamente* ou antes de constituir-se, Filipe Alberto Patroni Maciel Parente (um dos deputados eleitos pela província do Grão-Pará), em originalíssimo discurso declarou que não se prestara a seguir a magistratura porque em sua significação radical — *magistrado* quer dizer *diabo*.

Se o Dr. Patroni (que seja dito aqui entre nós era meio doido) tinha razão, deve-se concluir que a rua por onde viajamos, trocando a batina pela toga, o nome do sacerdote da igreja pelo do magistrado, *desviou-se* do caminho do céu, e abraçou-se com o *diabo*.

Não penso que desde 1780 a rua que então se chamou do *Ouvidor* (magistrado) se tornasse diabólica; mas com certeza dezenas de anos depois começou a ostentar, e cada dia vai ostentando mais artes, e laços que parecem mesmo tentações *do não sei que diga*.

Basta de casa do *Ouvidor Berquó*.

Olhem: ali defronte estamos vendo com os seus anexos a *casa do Jornal do Comércio;* nesta, porém, eu não toco, nem para lembrar ao menos *Seignot Plancher*, o primitivo e rude fundador do *Jornal* na Rua dos *Ourives*, publicado em meia folha de papel e em dias irregulares. Há nessa casa tradições, histórias políticas, casos curiosíssimos, que em mínima parte conheço bem, e que eu poderia contar sem inconvenientes; mas em primeiro lugar aquilo lá dentro é maçonaria, na qual ninguém entra sem

juramento de segredo, e em segundo, não quero que se diga, nem se pense que artificio ornamentações e teço elogios de encomenda ao *Jornal* que publica estas *Memórias*.

O que asseguro é que o *Jornal do Comércio* é mais rico de segredos politicos, do que o conselho de estado, e do que todas as sete secretarias ministeriais, e que se quisesse falar, e escrever dizendo o que sabe, falaria mais do que o finado Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) falava, quando era vivo, e escreveria mais do que o Sr. Dr. Melo Morais escreve enquanto não morre.

Como o *Jornal do Comércio* tem para mim por duas razões inscrita em sua porta o — *on ne passe pas* — da sentinela de Napoleão, passo adiante.

Um pouco além, quase em frente à Rua *Nova do Ouvidor*, e, portanto, outra vez do lado direito da do *Ouvidor*, vemos a actual casa do Grão-Turco, que não perde por falta da menção do número.

Hoje, depois da guerra de 1877 e 1878, em que a Rússia levou a Turquia ao extremo de exportar o fumo do sultão, e os cachimbos dos ulemás e dos paxás, o *Grão-Turco* perdeu todo o seu prestígio na Europa e Ásia, e a *meia-lua otomana* ficou em perpétua fase minguante.

Antes, porém, dessa guerra deveras que só o *Grão-Turco* pudera ser herdeiro condigno das glórias da casa que conquistou, e que já era *tríplicemente* famosa.

Eu disse *tríplicemente*, e para mostrar os fundamentos da aplicação do advérbio basta-me declinar os nomes dos florescentes *lojistas franceses* que celebrizaram essa casa.

A começar de 1824 ali temos:
Loja de Modas de Mr. Saisset;
Idem de Mr. Wallerstein;
Idem de Mr. Masset (o antigo).

O *Saisset* estreou-se auspicioso em 1824 (ou no fim de 1823), e foi arranjando fortuna; mas passados cerca de quatro anos, em que bateu moeda, veio-lhe inesperada adversidade da *formosura*, e do *vinho*.

Mme. *Saisset* era lindíssima, conforme o testemunho dos seus jovens contemporâneos e hoje velhos choradores do passado; tinha, porém, a fraqueza de saber de mais que o era, e de gostar que a admirassem.

O Saisset, homem extremamente delicado no trato, de génio brando e pacífico, e que muito se desvanecia da beleza da esposa, tinha também sua fraqueza; amava além de Mme. Saisset, o vinho de Borgonha, e às vezes depois do jantar mudava de carácter, e tornava-se bulhento e arrebatado: isso não era sempre, era às vezes, conforme a quantidade do traiçoeiro Borgonha bebido.

O pior era que o Saisset quando se exagerava no culto do vinho, nem sempre dormia, e quando não dormia, ficava irascível, desatinado, e inconsequente.

Foi um dia à noitinha, isto é, depois do jantar, o Saisset embirrou com a esposa, que estava diante de *grande espelho* a enfeitar-se com um *lindo toucado* que usava de predilecção, e ele em demasias de Borgonha excedeu-se tanto, que encolerizado quebrou o espelho, e fez em casa tão escandaloso ruído, que todos os vizinhos o julgaram perdido por ataque de loucura.

Poucos dias depois, muito vexado, e constrangido, o Saisset teve de deixar a cidade do Rio de Janeiro, levando consigo a bela esposa, e saíram ambos barra-fora para a Europa; ele a maldizer do seu vinho brigão, e Mme. Saisset a chorar o seu *espelho quebrado*.

Ao *Saisset* sucedeu na casa e nos fulgores das modas Mr. *Wallerstein*.

Que nome! Que prestígio!

O *Saisset* fora o Clóvis!

O *Wallerstein* foi o Carlos Magno da *Rua do Ouvidor*.

Ó loja do Wallerstein!... A lembrança dos seus primores faz ainda palpitar corações, não de velhas, porque não há senhoras que o sejam, mas de senhoras que foram meninas e jovens durante o florescimento daquele génio do *bom gosto*, florescimento que perdurou desde o fim do primeiro reinado até além da coroação do Imperador o Sr. D. Pedro II.

Havia na *Rua do Ouvidor*, e em outras como a da Quitanda, lojas que vendiam sedas, leques, chailes, etc., a preço de vinte, trinta, cinquenta por cento menos do que se compravam iguais e algumas vezes inferiores na loja do Wallerstein; mas que importava isso?... não eram do Wallerstein!...

Se algum pai ou marido levava à *menina* ou à *esposa* com ar de triunfo o rico e lindo corte de vestido com ânsia esperado da pasmosa loja; a *menina* ou *esposa* exultava, achando-o admirável e eclipsador.

— Sim!... mas custou duzentos mil réis!...

(Era naquele tempo...)

— Pois não está caro... e disto só tem o Wallerstein.

— Ainda bem!... mas esse corte de seda eclipsador saiu da loja do João Fernandes & Cia. por 110$000.

Ah, boca que tal disseste!. .

A *menina* ou a *esposa* dissimulava durante alguns minutos, depois examinava de novo a seda, e empurrando-a para o lado, fazia um momo desprezador, e murmurava desconsolada:

— Reparando melhor... nem por isso... parece antiga... algum alcaide... vê-se logo que não é do Wallerstein!

Os pais e maridos mais ladinos não faziam confissão do estratagema, e as filhas e esposas às vezes ostentavam

seus ricos vestidos de Wallerstein comprados na Rua da Quitanda, ou em lojas modestas.

Para brilhar a alegria na família bastavam duas inocentes mentiras; primeira, dizer que o corte de seda era procedente da casa do Wallerstein; segunda, ralhar exagerando a despesa feita: asseverando que custara duzentos mil réis, o que se comprara por oitenta ou cem.

Mas não havia pai nem marido capazes de iludir as filhas e as esposas da alta sociedade ou do proclamado *bom tom;* essas eram intransigentes e escrupulosas freguesas do Wallerstein.

Era tal o furor de preferência dada à casa do Wallerstein, que em mais de um caso chegou a tocar à extravagância e ao ridículo.

Dou exemplo.

No ano de... (não quero expor-me à indiscrição marcando o ano), um deputado *novo* de alguma das províncias do norte, foi com a sua jovem e digna esposa à loja do Wallerstein, e à escolha deste, e sem questão de preço, comprou-lhe o mais *distinto* corte de seda para vestido, com que a senhora deveria aparecer em próximo *baile diplomático*. e encarregou ao Wallerstein da escolha da melhor modista, e de todos os ajustes com esta, e foi nisso prontamente servido.

Tudo correu por conta e responsabilidade do famoso lojista, ditador da moda.

Não sei qual foi a modista preferida, mas ou por tardo reconhecimento de deficiência do corte de seda, e falta de fazenda igual, ou por imprudentes estragos da tesoura, a tal modista para completar um *dos panos da saia do vestido* dissimulou na barra deste, e do lado esquerdo uma emenda em forma de triângulo finíssima e quase imperceptivelmente cosida, e ainda mais oculta por baixo de rendas e flores.

Nem Cristóvão Colombo que descobriu a América nos desertos do oceano seria capaz de descobrir aquela emenda coberta por flores e rendas na barra de um vestido.

A jovem provinciana não deu com o escondido defeito, e aplaudiu-se do seu vestido que lhe pareceu e era realmente distinto, e tão distinto que produziu no baile o mais lisonjeiro efeito.

Mas por isso mesmo no fim de pouco tempo algumas senhoras com seus olhos perscrutadores fizeram a descoberta da quase invisível emenda triangular!!! e umas por inveja e outras inocentemente pediram à esposa do deputado explicações de semelhante novidade.

— Não sei; respondeu a senhora meio confusa, e corando vexada; não sei. o vestido veio-me do Wallerstein, que escolheu a seda, a modista, e tudo dirigiu.

As curiosas ficaram como atónitas, ouvindo o nome do Wallerstein, e antes de terminar o baile, cada uma delas já achava graciosa a emenda triangular dissimulada entre rendas e flores; nenhuma porém confiou às outras a nova impressão que *aquela novidade* lhe causava.

Dez dias depois em outro baile, todas as curiosas apresentaram-se com riquíssimas *toilettes* trazendo bem visível ao lado esquerdo e junto à barra dos vestidos a emenda triangular: já porém exagerando a moda não só com a manifestação e com proporções maiores da emenda; mas também porque esta como negligentemente feita repuxava com pequenos arregaços a barra do vestido, de modo a deixar ver a ponta do sapatinho de cetim do pé esquerdo.

— Que extravagante e feia moda é aquela? perguntavam algumas senhoras.

— E' fantasia... é *emenda triangular à Wallerstein*, respondiam as outras já informadas.

No dia seguinte o Wallerstein foi obrigado a responder a numerosas interpelações, e a *emenda triangular* caiu no ridículo.

Em 1841, por ocasião das festas da coroação do Imperador, o Wallerstein regalou-se; todos os seus *alcaides* saíram da loja e fizeram farofa, como últimas modas de Paris *da loja do Wallerstein.*

Algum tempo depois, Mr. Wallerstein, o Napoleão da moda e da elegância sem Waterloo imaginável, farto de áurea colheita, e no apogeu da glória dos *altos preços* bateu as asas, e foi-se do Rio de Janeiro.

Le roi est mort: vive le roi!...

A casa mudou de nome e chamou-se *Masset.*

A loja *Masset* estreou-se com a herança do brilho e da fama do Wallerstein; mas aos poucos teve competidores de importância, e não pode manter por muito tempo a primazia inabalável que gozara a do antecessor.

Ainda assim a loja *Masset* (a antiga), aliás sempre considerável, me daria assuntos curiosos para encher algumas páginas destas *Memórias;* mas houve *Masset* — o antigo, e há *Masset* moderno; a *antiguidade* do primeiro é *jovem,* como o dia de ontem, e a *modernice* do segundo é como menina, que hoje ainda faz travessuras, e portanto contemporâneas ambas não devo nem quero ofender a modéstia da *jovem,* nem entender com a menina traquinas.

Nas *Memórias da Rua do Ouvidor* sou e hei-de ser cabeleireiro que só penteia cabelos brancos, quando não faz toucados para defuntos.

E apenas em frente da actual casa do *Grão-Turco,* reparo agora que este capítulo já se alongou demais, e que é indispensável interromper a viagem que estou fazendo com os meus pacientes leitores.

Ancoremos aqui por hoje.

NOTAS AO CAPITULO XII

(1) Os hotéis no Brasil do tempo tinham muito de casa suspeita. Por 1865, em São Paulo, o Visconde de Taunay hospeda-se no Hotel de França, e este, consoante o memorialista, era "frequentado por tudo quanto São Paulo tinha de melhor no pessoal masculino, porquanto nesse tempo mal apareciam pelas ruas raras mulheres". (*Memórias* — Instituto Progresso Editorial — São Paulo — 1948 — Pag. 149). Como se vê, o hotel era muito mais a rua e o enxurro do que a casa e o santuario. Surgia o hotel como antitese às rótulas gradeadas da alusão do Visconde que "se iam fechando sucessivamente... à medida que os transeuntes vinham chegando". Os viajantes Luis e Jorge Verbrugghe são mais categóricos: "Hotéis fluminenses decentes só havia dois: o Carson e o dos Estrangeiros, ambos fora do centro da cidade..." E como os nossos viajantes não quisessem deixar este centro, resolveram "arrostar os inconvenientes femininos, decidindo-se por instalar-se no "Hotel des Princes". (In Taunay (Afonso de) — *No Rio de Janeiro de D. Pedro II* — AGIR — Rio — 1947 — Pags. 107-108). Era assim pelo Rio como pelo interior do Brasil poderiam acontecer as mulatas prostitutas de Barbacena que, ressuscitando Thais, iam tentar, NO ALBERGUE, Saint Hilaire, o sábio de rosto de anacoreta. (Saint Hilaire (Auguste de) — *Viagem pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Tomo I — Companhia Editora Nacional — 1938 — Pag. 119). A mesma queixa faz Pohl em relação à estalagem de São João del Rey. (Pohl (João Emanuel) — *Viagem no Interior do Brasil* — Tradução do Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1951 — 1º vol. Pag. 203). "Tschudy observara, quanto aos hotéis do Rio, que "muitos deles não têm lugar para os viajantes, porquanto entra ano, sai ano, estão ocupados por "femmes entretenues" ou raparigas alegres de categoria elegante". (*Obra citada*).

No Rio de Janeiro deixemos que Melo Morais Filho fale no recato dos hotéis: eram eles "de moralidade suspeita em cujos salões e aposentos as estrelas alcazarinnas recebiam homenagem e culto... E na obscuridade da noite estrelada, uma

forma de mulher ou de homem fincava-se à porta do Provenceaux e do Ravel". (*Fatos e Memórias* — Garnier — Rio — 1904 — Pag. 285).

(2) "...os chefes liberais e progressistas resolveram fundar um clube e um jornal e tambem combinaram sôbre a organização de um programa do Partido Liberal que abrigasse a todos e puzesse fim à distinção que até então havia.

Com efeito foram fundados o *Clube da Reforma* e o jornal Reforma, na capital do Império". (Brasiliense (Americo) — *Os Programas dos Partidos e o 2º Império* — Jorge Seckler — São Paulo — 1878 — Pag. 36).

(2a) Esta reanimação da corrente liberal no Imperio é consequencia do famoso golpe de 1868 que, destituindo o Gabinete Liberal chefiado por Zacarias, instala Itaborai no poder. Decorreu a situação essencialmente de incompatibilidades entre o chefe liberal e Caxias, havendo o Imperador optado por esta solução drástica e de certo modo imprevista para não criar um caso com o comandante do nosso Exercito em operações no Paraguai. Marca o acontecimento o famoso discurso do "sorites" de Nabuco de Araujo, denunciando, entre outras cousas, a fragilidade extrema do sistema representativo entre nós.

(3) O caso Freitas Reis, não obstante tingir-se de romanesco é verdadeiro. Fala dele e de outros casos afins Alberto de Faria em seu livro sobre Mauá: "Capitais brasileiros foram logo tentar a industria dos "horse-cars" em cidades estrangeiras. Inaugurou-se serviço de bondes no Rio de Janeiro a 10 de outubro de 1868; e em 1873, noticiava o *Novo Mundo*, jornal que o Dr. José Carlos Rodrigues fundou em Nova Iorque: "Temos já companhias brasileiras de estradas de ferro a cavalo (Horse-cars) em Bruxelas, Lisboa e Montevidéu. Agora, um brasileiro, o sr. Reis, obtem concessão para organizar uma companhia para uma linha em Paris, e para esse fim está procurando levantar dinheiro no Rio-de-Janeiro". (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23-7-1873).

Na empresa de bondes de Montevidéu havia capitais do Banco Mauá y Cia; não se afirma, mas é de presumir, pelas pessoas interessadas, que Mauá tivesse colaborado nos carris de ferro de Bruxelas e de Lisboa. Nos de Paris sabe-se positivamente que Reis organizou companhia, obtendo capitais no Rio, de Mauá e de outros.

Reis (Francisco Sabino de Freitas Reis) era um dos assíduos do *Clube da Reforma*, o clube liberal de que Mauá também fazia parte e os dois tinham relações estreitas; recebeu ele de Mauá solido concurso financeiro". (Faria (Alberto de) — *Mauá* — Companhia Editora Nacional — 1936 — 3ª edição — Pags. 138-139).

O aludido biografo de Mauá alude a essa referencia de Macedo a Freitas Reis (*obra citada* — pag. 139).

Esse episódio é tipico do Brasil de Mauá tomado pela mistica da "iniciativa". Vocação progressista que chegando a uma atmosfera super-excitada acabaria por dar os seus resultados mais alucinatórios com a crise do "Encilhamento" (cfr. Taunay (Visconde de) — *O Encilhamento* — Edição Melhoramentos).

(4) "Em 1862, transferia-se a Mauá concessão para um serviço de bondes que acabou sendo a Companhia do Jardim Botanico, cujas ações acabaram transferindo-se a cidadãos norte-americanos que por 1868 a emprega sob a denominação de Botanical Garden Rail Road, obtida a necessaria autorização.

"As rodas — informava então o Jornal do Comercio — giram debaixo de caixas e uma só parelha de bestas puxa aquela pesada maquina suavemente sobre os trilhos, sem abalo para o passageiro, que quase não sente o movimento". (In Santos (Noronha) — *Meios de Transporte no Rio de Janeiro* — Tip. Jornal do Comercio — Rio — 1934 — 1º vol. — Pag. 260).

CAPÍTULO XIII

Como em continuação da viagem pela *Rua do Ouvidor*, mostra-se a casa que foi — *loja de perfumarias de Mr. Desmarais*, lembram-se muitas das suas maravilhas, e modas de penteados — *trepa-moleque*, *a romântica estrada da liberdade*, etc., e diz-se como o sobrevivente dos dois velhos *Desmarais* retirados dos negócios, se conserva ainda robusto e sempre simpático e alegre, e é hoje o mais hábil dos amadores da pescaria de caniço nos mares de Niterói, o que faz suspeitar benigno influxo dos espíritos das belas pescadoras da *Rua do Aleixo Manuel*. Cumprimenta-se de passagem ao Sr. Bernardo Ribeiro da Cunha. Como a *propósito* das perfumarias da *Rua do Ouvidor* incorre-se no *despropósito* de falar dos antigos *tigres* que a frequentavam de noite; referem-se os infortúnios ridículos de um inglês e de um estudante de medicina; mencionam-se algumas reformas que houve em matéria de despejo até a inexcedível perfeição da *City Improvements*. O autor arrepende-se do assunto de que por último tratou, e, desapontado, fica no *canto*.

Um caminhante, homem de experiência, dizia aos companheiros de jornada: — "*devagar, que eu tenho pressa*". Eu não digo o mesmo aos meus leitores, porque em viagem pela *Rua do Ouvidor* não há meio de andar depressa.

Uma dúzia de passos além da casa do *Grão-Turco*, já é força parar em frente da de nº 84, onde ainda o ano passado (1877) se achou instalado nada menos que o *Globo* e agora se acha o *Economista*.

Aí outrora, isto é, há mais de meio século, floresceu, ou *rescendeu*, a primeira loja de perfumarias de que tenho notícias na *Rua do Ouvidor*.

Contemporânea da casa de modas do *Saisset* ainda hoje é lembrada por celebridade cheirosa e simpática a de perfumarias do *Desmarais*.

Eram dois irmãos os *Desmarais*, um, o mais velho, e primeiro chefe da casa, deixou no Rio de Janeiro prole de esmerada educação, mas pouco afortunada; o outro, sucessor do primeiro, vive ainda sem prole e sem fortuna, e Deus lhe prolongue a vida, porque mesmo sem ter loja de perfumarias, como dantes, conserva tanto *cheiro de bondade*, que é realmente um velho atractivo.

A loja de perfumarias *Desmarais* teve no seu género a glória e a primazia de que gozou a do Wallerstein; exerceu o governo e fez o encanto do nariz, dos cabelos, e das barbas da cidade do Rio de Janeiro; introduziu os preciosos segredos que *carbonizam* a neve que a idade derrama sem piedade sobre as mais graciosas cabeças; acabou com as últimas e mais pertinazes cabeleiras apolvilhadas e de rabicho, substituindo-as por melhores, e dissimuladas cabeleiras em favor dos calvos, e em socorro de belezas descabeladas; por força de lógica reformadora, abolindo o polvilho, não ousou ou não soube então explorar o *pó-de-arroz* simples ou composto; mas em compensação brilhou em apuros do *nácar*, e até ganhou não pouco dinheiro em *moscas*.

Loja prodígio!... tornou como redivivos em *moças vivas* cabelos de *moças defuntas*, e deu às *moças* já velhas o condão de deixar em sua passagem, e em seus vestígios suaves odores de juventude.

Essências, sabonetes, escovas, suavíssimas esponjas, adornos de toucador, vidrinhos de cheiro, espelhos, bonecas, cabelos anelados, etc., só as do *Desmarais*, a que, eu o creio, chegavam encomendas até de Goiás e de Mato Grosso.

O que a loja *Desmarais* ganhou em *pentes* durante a'gum tempo depois de 1830 só o podem calcular aque-

les que se lembram das cabeças, não me atreverei a chamar *monstruosas*, mas chamarei *monumentais* das senhoras do *melhor tom*.

Eram penteados *enormes* em torno de *pentes* que os excediam, e tanto, e tanto que o povo eloquente nas denominações que inventa e impõe, fê-los chamar *pentes e penteados de — trepa-moleque —* para indicar a sua altura (1).

A loja *Desmarais* fartou-se de vender os seus — *trepa-moleque!* — de palmo e meio de altos.

A moda dos — *trepa-moleque* — coincidiu com a dos vestidos chamados de *manges de presunto* pela semelhança da forma aliás exagerada com a dos *presuntos de Lamego*, de modo que as senhoras ostentavam então pequenos e irregulares balões aerostáticos por mangas de vestido, e o mundo da lua por toucado.

Sou de opinião que as mimosas jovens elegantes da actualidade não seriam dos *trepa-moleque* e das *mangas de presunto* daquele tempo, para não dar direito às suas herdeiras de elegância a rirem-se dos vestidos *ultranesgados* e dos *puffs ocidentais* das penúltimas e últimas modas.

Dos irmãos *Desmarais* o mais velho retirou-se do comércio, preferindo ocupar-se da educação dos filhos a continuar na exploração das perfumarias.

O *Desmarais*, irmão mais moço ficou dirigindo a casa com inteligência e natural amabilidade.

No tempo do seu florescimento houve revolução nos bigodes e nos cabelos dos homens; porque logo depois de 7 de Abril de 1831 foram *banidos* os bigodes dos militares, o que deu por certo mais trabalho aos barbeiros; não porém aos cabeleireiros do *Desmarais* (2).

Cerca de quatro anos depois introduziu-se vinda de França a moda dos cabelos longos e penteados em torno da cabeça; não à *Voltaire*, como alguns chamavam, mas precisamente à *romântica*.

Em França tinha essa moda certo interesse, pois que era usada pelos cultivadores e apaixonados da escola romântica no teatro e no romance. No Rio de Janeiro não se observou semelhante significação literária; mas os cabeleireiros do Desmarais tiveram de pentear diàriamente cabelos à romântica em dezenas de cabeças; porque a moda fez furor entre os estudantes, os moços, e até entre alguns velhos, muitos dos quais se entregavam pacientes à longa aplicação do ferro quente para se encresparem os cabelos.

E não se admirem de semelhante paciência em homens; pois que havia jovens vaidosos, afeminados tafuis, que dormiam com os cabelos em papelotes, como as senhoras às vezes praticam!...

O Desmarais achava tudo isso muito ajuizado, porque vendia óleos, banhas e cosméticos a fartar; e, ainda mais, quando a moda foi modificada pela *estrada da liberdade*, que separava os cabelos até o alto da cabeça em duas partes principais, sendo a do lado esquerdo desproporcionalmente menor, excepto nos tafuis afeminados e de pior gosto, que usavam a divisão dos cabelos em duas partes iguais, como as senhoras em alguns penteados.

E fiquem sabendo os mancebos de hoje, a *estrada da liberdade* exigia perfeição matemática em sua linha recta, e bem visível a *largura* relativa da *estrada*, de modo que esta era em muitas cabeças, não só aberta pelo pente, como ainda *construída* pela navalha do cabeleireiro.

Os cabelos à *mal-content* ou à *escovinha* começaram a usar-se naquele mesmo tempo; mas tiveram pouca voga.

Depois de 1850, cansado de trabalhar, e já então com a antiga preferência conferida à sua loja de perfumarias e de cabeleireiros hàbilmente disputada por competidoras iguais e com o prestígio da novidade, o Desmarais não querendo ser João Fernandes onde fora Cé-

sar, também deixou o comércio; mas recolhendo-se à vida privada, não quis deixar o Rio de Janeiro.

Em regra geral os negociantes franceses, estabelecidos no Brasil, ou pelo menos no Rio de Janeiro, mais conhecido nosso, têm aqui as cabeças que calculam, os braços que trabalham, infatigável actividade que duplica o tempo, e zelosa economia que multiplica o capital, mas não arredam da França a alma que lembra, o coração que ama e a esperança de gozos de futuro no seio da pátria. Não lhes quero mal por isso. Preferem a todos os países o seu país. Se isso é pecado, eu por mim sou pecador como eles.

Mas sempre é doce e grato à terra hospitaleira ver prender-se a ela o estrangeiro que a achou donosa e como boa amiga, ou amorosa mãe adoptiva.

Simpática excepção (e nem é a única) daquela regra francesa, a família Desmarais ficou, ou toda ou quase toda, no Brasil, e é digna dele.

E o velho, que foi o *Desmarais* irmão mais moço, lá está hoje infelizmente menos afortunado, mas sempre activo, suave, agradável e brincador, em doce ninho no bairro de S. Domingos, cidade de Niterói.

Já é septuagenário o simpático Desmarais, robusto, porém, activo, diligente, e alegre e espirituoso conversador; se fosse mulher, estaria em seu direito dissimulando quinze anos.

Os únicos entes que com justíssima razão poderiam, se não fossem mudos, dizer mal e muito mal dele, seriam os peixes daquele mar que banha o bairro de S. Domingos e de Icaraí.

Lá, em horas oportunas, que magistralmente conhece e determina, o velho *Desmarais*, de caniço ou de linha em punho, e com o saco ou embrulho de estudadas *iscas* ao lado, vai à ponte das barcas, às pedras do Gragoatá,

ou a outros sítios de sua escolha, e anzóis ao mar, espera com verdadeira paciência de pescador, e como o devoto mais fiel de S. Pedro o fruto das iscas que lança na água.

O mais famoso entre os amadores da pesca em Niterói, ele ainda nos dias menos felizes tem o segredo de recolher boas *corocorocas;* mas é curioso vê-lo jubiloso, quando lhe traz o anzol alguma garoupinha e entusiasmado ao pescar um robalo.

Este amor de pescaria deliciando em sua velhice o Desmarais, célebre iniciador das lojas de perfumarias na *Rua do Ouvidor*, quem sabe, se não é mágico e benéfico influxo dos espíritos das primitivas e belas pescadoras do mar, defronte do qual começava a Rua de *Aleixo Manuel?...*

Ainda uma última recordação da casa de Mr. Desmarais: foi dela, onde era caixeiro, que saiu doutor de borla e capelo em perfumarias o Sr. Bernardo Ribeiro da Cunha, para estabelecer loja própria, que todos conhecem e que ficava do mesmo lado e muito vizinha daquela.

Que de tal pai tal filho se esperava.

Não quero ocupar-me das perfumarias, dos cabeleireiros e dos mil artefactos e artifícios da loja do Bernardo, porque ou por incontestável direito de idade, ou por magicaturas da casa, ele ainda não se dignou envelhecer, e, continuando a florescer, não entra no número dos *representantes do passado.*

Mas a loja do Bernardo tem uma condição especial que devo mencionar, como informação deixada a futuros indagadores de costumes e de curiosidades do nosso tempo.

A loja consta de sala de perfumarias, sala de cabeleireiros e de cortar cabelos, e sala instituição extra-comercial, discretamente recolhida no fundo da casa.

Na primeira sempre e às vezes na segunda é constante e livre e como que pública a freguesia de conversadores políticos, economistas, diplomatas, etc., e o Bernardo não precisa dizer quem nelas está, porque todos vêem.

Na última, na discreta, se algum pedem para conferenciar particularmente nela, o Bernardo os introduz, retira-se, e com a maior inocência deste mundo, se é interrogado, ignora sempre que haja alguém *lá dentro*.

E pelos diários e sucessivos conversadores não dissimulados, e pelos conferenciadores da sala *extra-muros* comerciais a loja do Bernardo é uma caverna acústica, onde se ouvem os ecos de todas as notícias políticas, industriais, bancárias, científicas, literárias, teatrais, *et coetera*, quer verdadeiras, quer falsas; é o prodigioso óculo de alcance, pelo qual se vê tudo, e ainda mesmo o que não existe.

Na loja do Bernardo ouve-se de véspera o que no dia seguinte se lê na *Gazetilha do Jornal do Comércio*, e nos *Noticiários* das outras folhas diárias, e o muito mais inexacto, que a imaginação inventa, e a credulidade espalha.

Em regra o Bernardo deixa falar, e não escuta; e ainda que ouça, não fala, e sou capaz de jurar que ele faria entrar na mesma manhã um depois do outro na sua sala discreta o *Gangarelli* para conferenciar com alguns dos seus excomungados, e o *redactor do Apóstolo* para explicar a política do Vaticano aos cónegos da capela imperial.

Mas em relação à filosofia positiva das lojas de perfumarias o Bernardo começou a florescer em época de competência e de concurso de êmulas.

As lojas de perfumarias e de cabeleireiros a elas anexos aumentaram em número na *Rua do Ouvidor*.

O Bernardo teve ao lado direito, e quase defronte lojas rivais, e além abaixo e acima outras competidoras.

A *Rua do Ouvidor* contou diversas lojas de perfumarias, e por consequência devia ser a rua mais cheirosa, mais perfumada entre todas as da cidade do Rio de Janeiro.

E todavia não o era!...

Com efeito não havia nem há rua mais opulenta de aromas, de perfumes, de pastilhas odoríferas, de banhas e de pomadas de óptimo cheiro; mas tudo isso encerrado em vidrinhos, em frascos e em pequenas caixas bonitas que mantinham e mantêm a *Rua do Ouvidor* tão inodora como as outras de dia.

Actualmente de noite observa-se o mesmo facto.

Naquele tempo, porém, isto é, nos tempos do *Desmarais*, e ainda depois, a *Rua do Ouvidor* era de noite e principalmente das oito horas em diante, horrìvelmente mal cheirosa.

Época dos *tigres* (3).

Então o mais fétido e nauseabundo despejo das casas se fazia em *barris* não tampados que escravos e negros africanos do ganho levavam ao mar, e a *Rua do Ouvidor*, de fácil e recta comunicação com a praia, era uma das mais frequentadas pelos condutores dos repugnantes barris, das oito horas da noite até às dez.

A esses barris asquerosos o povo deu a denominação geralmente adoptada de — *tigres* — pelo medo explicável com que todos fugiam deles.

Esse ruim costume do passado me traz à memória informação falsa e ridícula que li, o caso infeliz e igualmente ridículo, de que fui testemunha ocular e *nasal* em 1839, no meu saudoso tempo de estudante.

A informação é a seguinte:

Um francês (*viajante charlatão*) passou pela cidade do Rio de Janeiro, e demorando-se nela alguns dias, ouviu aos patrícios da *Rua do Ouvidor* queixas dos incómo-

dos *tigres* que frequentes passavam ali de noite. Sábio e consciencioso observador que era, o viajante tomou nota do facto, e poucos anos depois publicou, no seu livro de viagens, esta famosa notícia:

"Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, feras terríveis, os tigres vagam, durante a noite, pelas ruas, etc., etc.!!!"

E é assim que se escreve a história!

O caso que observei, foi desastroso: mas de natureza que fez rir a todos.

Pouco depois das 8 horas da noite, um inglês, trajando casaca preta e gravata branca...

Entre parêntesis.

Em 1839 ainda era de uso ordinário e comum a *casaca;* o reinado do *paletot* começou depois: muitos estudantes iam às aulas de casaca, e não havia senador nem deputado que se apresentasse *desacasacado* nas respectivas Câmaras: o *paletot* tornou-se eminentemente parlamentar de 1845 em diante.

Fechou-se o parêntesis.

O inglês de chapéu de *patente,* casaca preta, e gravata branca subia pela *Rua do Ouvidor,* quando encontrou um negro que a descia, levando à cabeça um *tigre* para despejá-lo no mar.

O pobre africano ainda a tempo recuou um passo; mas o inglês que não sabia recuar, avançou outro; o condutor do *tigre* encostou-se à parede que lhe ficava à mão direita, e o inglês supondo-se desconsiderado por um negro que lhe dava passo à esquerda, pronunciou a ameaçadora palavra *goodemi,* e sem mais tir-te nem guar-te honrou com um soco britânico a face do africano, que, perdendo o equilíbrio pelo ataque e pela dor, deixou cair o *tigre* para diante e naturalmente de boca para baixo.

Ah! que não sei de nojo como o conte!

O *tigre* ou o barril abismou em seu bojo o chapéu e a cabeça e inundou com o seu conteúdo a casaca preta, o colete e as calças do inglês.

O negro fugiu acelerado, e a vítima de sua própria imprudência, conseguindo livrar-se do barril, que o encapelara, lançou-se a correr atrás do africano, sacudindo o chapéu em estado *indizível*, e bradando furioso:

— Pegue ladron! pegue ladron!

Mas qual — *pega ladrão!* — todos se arredavam do inocente e mal cheiroso negro que fugia, e ainda muito mais do inglês, tornado *tigre* pela inundação que recebera.

Era geral o coro de risadas na *Rua do Ouvidor*.

O inglês, perdendo enfim de vista o africano completou o caso com um remate pelo menos tão ridículo, como o seu desastre. Voltando rua acima, parou em frente de numeroso grupo de gente que testemunhara a cena, e ria-se dela.

Ainda hoje o estou vendo; o inglês parou, e sempre a sacudir o chapéu, olhou iroso para o grupo e disse, mas disse com orgulhosa gravidade britânica:

— Amanhã faz queixa a Ministro de Inglaterra, e há-de ter indenização de chapéu e de casaca perdidas.

Ah! eu creio que então a melhor das risadas que romperam foi a minha gostosa, longa e repetida risada de estudante feliz e alegrão.

E' inútil dizer que não houve questão diplomática. A Inglaterra ainda não se tinha feito representar no Brasil por Mr. Christie (*), o único capaz (depois do jantar) de exigir indenizações do *chapéu e da casaca* que o patrício perdera.

Não foi este único desastre que os *tigres* ocasionaram, foram muitos e todos mais ou menos grotescos, e sei de um outro (além do da encapelação do inglês) ocorrido na Rua do *Cano* hoje *Sete de Setembro*, que de súbito desfez as mais doces esperanças do casamento inspirado e desejado por mútuo amor.

O namorado era estudante, meu colega e amigo; estava perdidamente apaixonado por uma viúva, viuvinha de dezoito anos, e linda como os amores.

Uma noite a bela senhora estava à janela, e à luz de fronteiro lampião viu o namorado, que aproveitando o ponto do mais vivo clarão iluminador, lhe mostrava, levando-o ao nariz, um raminho de lindas flores, que ia enviar-lhe, quando nesse momento o cego apaixonado esbarrou com um condutor de *tigre*, e embora não encapelado, foi quase tão infeliz como o inglês.

O pior do caso foi que a jovem adorada incorreu no erro quase inevitável de desatar a rir, e logo depois, de fugir da janela por causa do mau cheiro, de que se encheu a rua.

O namorado ressentiu-se do rir impiedoso da sua esperançosa e querida noiva; amoroso, porém, como estava, dois dias depois tornou a passar diante das queridas janelas.

Novo erro: a formosa viúva ao ver o estudante, saudou-o doce, ternamente; mas levou o lenço à boca para dissimular o riso lembrador de ridículo infortúnio.

O estudante deu então solene *cavaco*, e não apareceu mais à bela viuvinha.

Um *tigre* matou aquele amor.

Com efeito, amor todo cheio de poéticos sonhos, não podia resistir à realidade fatal da materialíssima influência ridícula do *tigre*.

O estudante, noivo já infeliz antes de casado, não quis expor-se aos risos da noiva ainda depois do casamento.

E o *tigre* foi causa de morrer *viúva*, e de morrer *solteiro*, ambos precocemente, aquele par de ternos namorados.

A edilidade do Rio de Janeiro lembrou-se enfim de banir os *tigres*.

Mas não pensem que lembrar, querer e conseguir fosse obra de poucos dias, ou *fiat* de enérgica vontade.

Primeiro houve horas marcadas para o saimento e despejo dos *tigres*, e praias determinadas e exclusivamente concedidas para o despejo deles.

Depois usaram-se para os despejos barris que pelo menos se proclamavam *hermèticamente fechados*, e depois carroças conduzindo em grandes caixas tampadas aqueles mesmos barris.

Finalmente veio como último e inexcedível melhoramento a *City Improvements* com os seus esgotos subterrâneos: não ponho em dúvida a excelência do sistema; nego, porém, que tenha sido preceituosamente executado no Rio de Janeiro. Com certeza a *City Improvements* não é hermèticamente fechada; frequentemente *respira* malefícios nas casas, e nas ruas da cidade, faz então lembrar o tempo dos *tigres*, e, honra lhe seja feita, em tais casos a *City Improvements* é *tigre* colossal.

Os tifos e as febres perniciosas têm muito que agradecer aos evidentes defeitos do tal sistema subterrâneo que espalha miasmas subterrâneos.

Até onde me levou a história dos *tigres*! e que contraste, quando eu tratava das perfumarias da *Rua do Ouvidor*!...

Pois não vou adiante.

Eu tinha ainda muito que referir da história antiga deste quarteirão da *Rua do Ouvidor;* tinha mesmo um pequeno romance de outro estudante que andava diàriamente e sempre com o relógio atrasado para ter o gosto de acertá-lo por pêndula que não claudicava: até que uma vez quando o estava acertando, espirrou inesperadamente, e quebrou o relógio sem nunca ter podido adiantá-lo.

Mas estou aborrecido do ruim e feio assunto de que acabei de ocupar-me e suspendo ou interrompo a viagem, ficando no canto da *Rua dos Ourives.*

O meu desapontamento é tal que *fico no canto.*

NOTAS AO CAPITULO XIII

(1) "O cabelo grande — tranças, cocós, cabelo solto, penteados elaborandissimos, seguros ou completados por pentes, que na primeira metade do seculo XIX, com os nomes de "tapamissa" e "trepa-moleque", atingiram no Brasil a formas bizarras e a tamanhos incriveis — foi outro sinal de sexo que nas mulheres brasileiras chegou a exageros ridiculos". (Freyre (Gilberto) — *Sobrados e Mucambos* — Livraria José Olimpio — 1951 — 1º vol. Pag. 261).

(2) São estas as palavras do aviso que determinou esta providencia: "A Regencia, em nome do Imperador, convencida das judiciosas razões que V. S. pondera em seu oficio de ontem a respeito dos bigodes com que novamente aparecem alguns oficiais, quando está em desuso em toda a classe militar desde 7 de abril do presente ano.

Determina que de hoje em diante fique proibido semelhante distintivo, o que participo a V. S. para fazer constar em ordem do dia. Deus guarde a V. S. Paço, 6 de dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antero José Ferreira de Brito".

(3) As referencias à imundicie do Rio de Janeiro são tradicionais. Por 1811-1812 Marrocos achava o ar do Rio "infernal", cheio de molestias "pelos vapores crassos e corruptos do terreno e humores pestiferos da negraria e escravatura". (In Lima (Oliveira) — *Dom João VI no Brasil* — Livraria José Olimpio — Rio — 1945 — 1º vol. Pag. 207). Carl Seidler impressiona-se com a sujeira dos "tigres": "...não é nada extraordinario que os negros encarregados de transportar das casas para a praia toda sorte de lixo, por sua vez se revelem demasiado comodistas para levarem o vaso transbordante em longa caminhada até o mar, e na primeira esquina despejam toda a porcaria e se vão embora". (*Dez Anos no Brasil* — Trad. de Bertoldo Klinger — Livraria Martins — s.d. — São Paulo —

Pag. 41). A edição original do livro de Seidler é de 1835. Temos em Hadfield: "Se não se adotarem medidas decisivas, a mortalidade aumentará pavorosamente, numa cidade, com 300 a 400.000 habitantes, amontoados em 15.000 residencias, rodeadas de impurezas de toda indole, sendo a menor, agua estancada na rua". (*El Brasil, el Rio de La Plata y el Paraguay* — Tradução de Betty B. de Cabral — Editorial Difusam — 1913 — Buenos Aires — Pag. 67. A viagem de Hadfield deu-se por 1852). Charles Expilly não emprega tom diferente, e comenta: "O brasileiro está habituado a esse terrivel cheiro; ele não o incomoda em nada". (*Le Brésil tel qu'il est* — E. Dentu — Paris — 1862. Pag. 53). Por 1883 Koseritz se queixava: "Veja-se mais longe o canal do Mangue, esta criação insensata... que só serve para empestar a cidade. Com a construção deste canal tinha-se a idéia de oferecer escoamento às aguas acumuladas pelas grandes chuvas, mas não deu certo. Nas epocas do bom tempo reunem-se no canal todas as sujeiras possiveis e impossiveis e ele fede como a peste; nos tempos de chuvas fortes (como agora) ele transborda e atira todas as podridões por cima das margens, o que é decididamente peor". (*Imagens do Brasil* — Trad. de Afonso Arinos de Melo Franco — Livraria Martins — São Paulo — s.d. — Pag. 40).

Tambem Ribeyrolles se queixava do sistema de esgoto no Rio, em termos parecidos aos de Macedo. Inicialmente descreve: "O escoamento das águas pluviais e naturais opera-se no Rio de dois modos: pelo declive das ruas, ao ar livre, ou pelos canos subterrâneos.

Os canais de esgoto, divididos por quarteirões, são em numero de quatro e despejam-se dois no mar e dois nos mangues da cidade nova. Abrem-se em geral em certos sitios afim de receber as águas dos morros. Os canos são, porém, mal conservados. Os tubos oxidam-se e entopem-se. Os escoadouros não dão vazão ou transbordam, quando desaba uma dessas trombas dagua diluvianas que no verão inundam a cidade. Enfim, as valas, retendo as águas, tornam-se focos de infecção, o ar se intoxica e irrompem as epidemias. O esgoto mata a cidade, em vez de sanear". (*Brasil Pitoresco* — 1º vol. Tradução de Gastão Penalva — Livraria Martins — São Paulo — s.d Pag. 152).

Tem-se a impressão, todavia, de que, na relatividade da epoca essas recriminações padeciam de alguma injustiça. Um especialista — o engenheiro Saturnino de Brito — esclarece: "A exceção de algumas cidades inglesas e de Hamburgo, ne-

nhuma das capitais e outras cidades da Europa teve serviços de esgotos anteriormente a 1864". (Sabe-se que foi neste ano que a The Rio de Janeiro City Improvements Company concluiu os seus trabalhos). "Aduz ainda esse tecnico que o contrato lavrado com essa empreza determinava que o sistema de esgotos fôsse semelhante ao adotado em Leicester e noutras cidades inglesas, isto é, o denominado de separador parcial: aquele em que "a rede de esgotos recebe promiscuamente os despejos domiciliarios e as aguas pluviais das chuvas caidas nos telhados e nos pátios calçados". E conclui num louvor: "E', portanto, para louvar o que então se fêz na cidade do Rio de Janeiro, adotando-se os melhores modelos conhecidos". (In Morales de los Rios Filho (Adolfo) — *O Rio de Janeiro Imperial* — Editora A Noite — Rio — s.d. — Pag. 83).

"Havia "tigres com chapéu" e "tigres sem chapéu", ou seja de tampa ou sem ela. Reclamava-se contra os destampados". (Sette (Mario) — *Arruar* — Casa do Estudante do Brasil — Rio — 1948 — Pag. 279). Já Mario Sette entende que o nome "seria alusão à coragem dos seus transportadores". (*Obra citada* — Pag. 279).

Não obstante representarem sensivel progresso sobre o processo dos "tigres", as queixas de Macedo contra a "City" não eram desarrazoadas. No Recife a instalação de esgotos deu margem a recriminações do mesmo sentido das de Macedo. "Um exemplo desse despeito contra o melhoramento foi o boato de que o surto de variolas manifestado no Recife logo após a inauguração dos esgotos resultava dos "aparelhos dentro das casas". Houve até uma representação de grandes proprietários de casas ao Imperador, contra os esgotos.

Os maleficios verdadeiros do sistema de escoamento das fezes e aguas servidas adotado pela Recife Draynage viriam a se produzir, sim, mas muitos anos depois, quando, pelo acrescimo da população, pela falta de zelo da empresa, pelo máu estado dos canos, pela insuficiência da agua, passassem esses serviços a se tornar responsaveis, em grande parte, pelas pessimas condições higienicas da cidade, como bem acentuava Otávio de Freitas em varios de seus trabalhos médicos. As caixas das latrinas eram foco de ratos e de baratas; a canalização estourava, contagiando o sub-solo e atingindo veios d'água; as descargas não eram eficientes; a colocação dos aparelhos tornava-se inconveniente e perigosa quando eram proximos às cozinhas, salas de refeições, quartos de dormir". (Sette (Mario) — *Obra citada* — Pags. 284-285).

(4) Alusão à famosa questão de Christie, conflito diplomatico entre o Brasil e a Inglaterra, ensejado a principio pelo caso do naufragio da fragata "Prince of Wales", cujos salvados foram pilhados, e depois por alguns marinheiros da fragata "Fort", que foram presos depois de terem cometido alguns desatinos pela cidade do Rio. No primeiro caso, exigiu o ministro inglês no Brasil (William Dougal Christie) uma indenização e no segundo enviou ao Governo do Imperio um ultimatum, dando prazo de quinze dias, para evitar o recurso a medidas mais definitivas. E estas vieram. O porto do Rio foi então bloqueado pelos navios de guerra ingleses. Cinco navios nossos foram apresados pelos britanicos.

Com esses acontecimentos, o Império encheu-se da mais viva indignação. Testemunham-na as apóstrofes de Fagundes Varela em seu "O Pendão Auri-Verde". Surge o tema do "bretão" em nossa poesia, tratado de maneira inflamada e colérica. Fala-se que devemos declarar guerra à Inglaterra.

O Brasil acabou pagando sob protesto a indenização exigida para o caso do "Prince of Wales". A segunda questão foi submetida a arbitramento. (Cfr. Mendonça (Renato) — *Um Diplomata na Côrte da Inglaterra* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — Pags. 178 ss.).

CAPÍTULO XIV

Como além da quina da Rua dos *Ourives* temos logo de parar na do *Ouvidor* em face da casa nº 89, onde morreu este ano o *Diário do Rio de Janeiro*, órgão do partido conservador, e outrora batia moeda *Mme. Josephine*, a mais célebre das antigas modistas: falo-se muito do passamento do *Diário* e da tesoura de *Mme. Josephine*, e logo depois estacamos diante da casa nº 103 não para comprar *miquinas americanas de costura* que hoje ali se vendem: mas para lembrar a loja de *Mme. Finot*, célebre florista: avivam-se recordações de coisas passadas há mais de trinta anos, e entre elas a de um lamentável *amor anacrónico*. Como enfim se concluí este capítulo, lembrando as *fundas* do velho *Vannet*, e a *livraria* e a *buzina* do *Albino Jordão*.

No Brasil ninguém morre enquanto não morre deveras de moléstia *física* e desaparecendo na cova do cemitério.

Só assim, com esses testemunhos de óbito; porque tem-se visto muita gente moralmente morta, que de um dia para outro reaparece viva, sem que se saiba como, nem porque.

No comércio isso já é trivial, e em política sediço.

Não admira, pois, que eu que, graças a Deus, nunca morri, e apenas no último capítulo acabei metendo-me no *canto* por muito vexado, hoje me desencante sem vexame algum para continuar a minha viagem pela *Rua do Ouvidor*.

O *canto*, onde fiquei com os meus companheiros de viagem do capítulo antecedente, foi o da Rua dos *Ourives*,

e agora, passando além dela para seguir viagem, temos já de estacar por alguns minutos defronte dessa casa antiga de dois pavimentos, do lado esquerdo, e de actual nº 89.

Aí morreu este ano o *Diário do Rio de Janeiro*, uma lâmpada que se apagou por falta de azeite.

Eu estava no meu direito escrevendo a sua necrologia, e lamentando de coração a moléstia que o matou: mas o *Diário do Rio de Janeiro* podia bem zombar de mim, dando novo exemplo daqueles mortos de que falei, e que de súbito reaparecem vivos.

Declaro que desejo e que havia de aplaudir a revivificação do *Diário*, que viria demonstrar a vitalidade do partido conservador de que ele foi órgão nos últimos anos.

Tenho-me por liberal de boa escola e por isso mesmo reputo necessário no nosso sistema de governo o contrapeso do partido conservador.

O facto de suspender sua publicação o *Diário do Rio de Janeiro*, e de ficar na capital do Império sem órgãos de imprensa o partido conservador logo depois de sua queda do governo, e de perder consequentemente a influência oficial, não é airoso para ele, e é de grande inconveniência para os negócios públicos.

O partido liberal quando em 1868 saiu do governo, fundou imprensa mais forte, e mais influente do que tivera na capital durante os cinco anos, em que estivera no poder.

Não vai nestas poucas palavras ideia de agressão ou de dissimulada injúria ao partido conservador, ou à sua imprensa de lâmpadas que se apagaram por falta de azeite; o que vai é simples estímulo para despertar o seu patriotismo; porque a fiscalização oposicionista, e a luta generosa dos partidos políticos na imprensa são indispensáveis à marcha regular do sistema representativo.

No governo constitucional a censura apaixonada, e ainda mesmo violenta e injusta, é mil vezes preferível ao silêncio sepulcral da imprensa da oposição.

O *Diário do Rio de Janeiro* não devia ter morrido, e tanto mais que sua redacção acetinada honrava o partido, cujos interesses políticos defendia.

Mas quem me mandou intrometer em coisas políticas capazes até de tornar *impolítica* e anárquica esta viagem pela *Rua do Ouvidor*, que estou fazendo fraternalmente com liberais, com conservadores, com republicanos, e até com o *Apóstolo* e com o *Ganganelli*? (1)

E' preciso emendar a mão, e aí mesmo sem arredar os olhos dessa casa tradicional hoje de nº 89.

Número 89!... é verdade: foi erro do *Diário*, órgão conservador, tomar posto em tecto desse número 89, que recorda a data mais anti-conservadora, e mais revolucionária da França e do mundo.

Outra escorregadura para a política!... agora juro corrigir-me de uma vez para sempre.

Tratemos de coisas sérias.

Nessa casa do actual número 89 fazia há mais de meio século, e durante muitos anos cortou e fez vestidos, toucados e enfeites de finíssimos tecidos, Mademoiselle, depois *Mme. Josephine*, a mais antiga e a mais famosa modista da *Rua do Ouvidor*.

Ainda depois da chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e até 1816 pelo menos, as senhoras da corte e das famílias ricas tinham criadas e escravas *costureiras*, e, em geral, as senhoras talhavam seus vestidos ou os mandavam fazer por *costureiras* de profissão; mas todas portuguesas ou brasileiras.

De 1810 a 1816 ou pouco além deste ano houve, entre outras ignoradas, duas irmãs muito procuradas como habilíssimas *costureiras*: eram do Brasil e moravam na Rua do *Fogo* hoje dos *Andradas*, e perto do então cha-

mado *Largo da Sé*: sei os seus nomes; julgo, porém, que não me é preciso declinâ-los.

O certo é que *modista* foi planta nova e *francesa* que porventura já se cultivava em outras ruas, quando em 1823 ou em 1824 começou a predominar na *Rua do Ouvidor Mlle. Josephine*.

Não posso determinar precisamente o ano da revelação dessa celebridade: *Mlle. Josephine* foi talvez a primeira, e com certeza uma das primeiras, que marcaram a época da *hégira* das francesas para a *Rua do Ouvidor*.

Mlle. Josephine foi a modista da primeira Imperatriz do Brasil, e, *portanto*, de todas as senhoras da corte, e, *portanto*, de quantas outras senhoras tinham pais e maridos dispostos a pagar frequentemente a habilidade e a fama da *modista*, cuja tesoura de imperial predilecção *cortava cara e desapiedadamente*.

E por isso mesmo era célebre, e a melhor possível, e a mais desejada a tesoura da incomparável *Josephine*.

A casa da modista começara com a denominação de *Mlle. Josephine*; casando-se, porém, esta algum tempo depois com *Mr. Quelque Chose*, já era tanta e tão proveitosa a fama do nome da *modista*, que mulher e marido acordaram em conservá-lo na designação da loja, que ficou denominada de *Mme. Josephine*.

Eclipse do marido que com espirituoso materialismo reconheceu quanto o nome da esposa valia mais do que o seu na grande realidade da vida.

E por isso mesmo, na ignorância do nome do marido eclipsado, eu o chamei acima *Mr. Quelque Chose* que em bom português se traduz por — *ilustríssimo senhor Coisa Nenhuma*.

Em compensação Mme. Josephine foi grande coisa, e no seu tempo não houve modista que retalhasse mais fazendas e ganhasse mais dinheiro: ela era mais do que intérprete fiel das modas de Paris, era a própria moda.

Raramente e só obrigada determinava ou ajustava o preço do vestido que devia fazer: com o seu português afrancesado costumava dizer: "*Sou artista e ainda tenho de imaginar a minha obra: como hei-de marcar o preço do vestido que vai sair das inspirações que eu tiver?...*" ..

Não se resistia à modista que considerava o vestido que cortava e enfeitava como poema ou painel da sua tesoura.

A *Rua do Ouvidor* não pode esquecer e deve honrar a memória de Mme. Josephine, que foi *matriarca* das modistas francesas.

Se a *Rua do Ouvidor* quiser algum dia ter as *suas armas*, não pode adoptar melhor emblema do que a *Tesoura;* mas precisamente a *Tesoura de Mme. Josephine.*

Rica e saudosa da França, a famosa *modista* depois de longos anos de trabalho e de economias, deixou o Rio de Janeiro, e lá na pátria tomou o nome do marido, ficando por sua vez *eclipsada*, e perdendo a sua *autonomia.* Asseveram-me que em Paris Mme. Josephine acabou pobre e muito triste por história de *eclipse.*

Pouco adiante da casa nº 89 temos que demorar-nos de novo, considerando a de nº 95, placa, que é actualmente *Depósito de Máquinas Americanas de Costura.*

Por mais interessante que sejam as tais *máquinas*, a casa nº 95 só me fará recordar a *Loja de Flores* de Mme. Finot, uma outra das glórias passadas da *Rua do Ouvidor.*

Mme. Finot (que por sinal era *finíssima*) floresceu (e não havia de florescer, sendo *florista*) ainda além do ano de 1850, tendo sido contemporânea, e no seu género igualadora da fama de Mme. Josephine.

Mme. Finot, a sacerdotiza do seu templo de Flora, fabricava e vendia flores, ramalhetes, capelas e outros tecidos e obras de flores artificiais; mas, servindo as encommendas feitas, compunha lindos e elegantes ramos de flores naturais, incumbindo-se de comprá-las quando isso lhe

pediam, e ganhando na incómoda comissão modestíssimo lucro de duzentos ou trezentos por cento.

Se ela era *finíssima*!

Em honra dos *objectivos* ninguém discutia o preço das flores naturais.

Entre os seus numerosos fregueses Mme. Finot contava indefectivelmente no mês de Dezembro com todos os jovens doutorandos da escola de medicina, para os quais preparava *muitas dezenas* de ramos de 100 e 200 cravos naturais ornados de canotilhos; pois que então era de costume no acto solene do recebimento do grau oferecerem os novos doutores ramos de cravos aos lentes de sua predilecção.

Este costume acabou, ou porque Mme. Finot entendeu que eram de prata de lei os seus canotilhos, e rubis os cravos que enramava, ou porque alguns lentes da escola menos simpáticos acharam espinhos na festa de flores.

Em 1844, e ainda em 1845, Mme. Finot não achou flores que lhe bastassem nos jardins da cidade, e fez de sua loja activíssima *casa de moeda*, emitindo cravos, rosas, violetas, cravinas, etc.

Em 1843, estreara-se na cidade do Rio de Janeiro uma pobre companhia de ópera italiana, e nela a jovem cantarina, a *Candiani*, a quem faltava muito a arte; mas que positivamente possuía a voz mais doce e comovente que se tem ouvido no nosso teatro de canto.

A *Candiani*, que tinha açúcar nos gorgomilos, fez furor.

No ano seguinte, 1844, improvisaram em rival impossível da *Candiani* outra cantarina de nome *Delmastro*: rompeu a luta apaixonada entre *Candianistas*, quase todos, e *Delmastristas* em minoria furente (²).

Um dilúvio de flores em cada noite de ópera italiana marcava os triunfos da Candiani.

Mme. Finot prelibava sempre o odorífico preço de cada um daqueles dilúvios.

O delírio era tanto, que até deu-se a um jasmim proveniente da província do Pará, e então novíssimo na cidade do Rio de Janeiro, o nome de *Candiani*. Foi lembrança de estudantes, em gratidão aos quais a cantarina em uma das noites de ópera mostrou-se ao público entusiasmado com o jasmim no peito: façam ideia do palmejar, e dos aplausos frenéticos que então houve!...

E quem mais *Candianista* se exaltava era Mme. Finot, que, quase posso jurá-lo, nunca tinha ouvido, nem jamais ouviu cantar a *Candiani*.

Não sei, não posso dizer, se foi quando começavam a chegar de França as flores artificiais do célebre Constantino, que principiaram a *murchar* as da loja de Mme. Finot, que foi aos poucos descendo do seu elevado e famoso pedestal.

Antes, porém, da época ou data da sua decadência, Mme. Finot viu a sua loja amorosamente aristocratizada.

Avivarei recordação do que se passou em ... não quero marcar o ano, foi depois de 1840; mas lembrando fraqueza humana, não levarei minha indiscrição até o ponto de declinar grande nome histórico.

Dizem-me que Mme. Finot fora bonita; mas no tempo em que pude e posso dar testemunho do que ela me pareceu, devo crer que ela pertencia ao *belo* sexo sòmente pelo facto de pertencer ao sexo feminino.

Em compensação porém ela ou por cálculo, ou por *inocente* escolha reunia e expunha em sua loja uma plêiade de raparigas *floristas*, a nenhuma das quais faltava o viço da mocidade, e a uma ou outra acrescia o dom de mais ou menos boniteza.

De uma dessas meninas se apaixonou *en retour de la jeunesse* um velho septuagenário, notabilidade política da

mais elevada posição social, titular, etc..., sábio e poeta inspirado de antiga reputação.

Dia por dia lá se encaminhava a passos lentos e quase rastejantes o ilustre velho para a loja de Mme. Finot e ali ficava duas ou três horas ao lado da menina que o encantara, lendo-lhe às vezes ternos cantos poéticos que o pobre amor anacrónico lhe inspirava.

No fim das duas ou três horas de lirismo o septuagenário apaixonado, combinando o próprio gosto com o preço da tolerância da dona da loja, comprava bonitas e *caras* flores que deixava nas mãos e ao colo da menina florista, e saía para curtir saudades até o dia seguinte.

E logo que ele saía, Mme. Finot sem riso nem careta, perfeita filósofa positiva, guardava na gaveta o produto das flores vendidas ao grande titular, enquanto as raparigas em zombarias mal abafadas metiam à bulha a menina adorada, a quem aliás invejavam aquele amor que embora limitado ao gozo de poesias e de flores, era em todo caso preferência e distinção.

Durou alguns meses este amor platónico e lamentável de velho: veio por-lhe termo a morte deste.

Asseguravam alguns íntimos amigos do notável personagem que os cantos e liras com que ele exaltava a sua ternura e a beleza da menina florista eram repassados de doce melancolia, magistrais sob o ponto de vista da arte, e surprecendentes na idade do poeta pela viveza da imaginação.

Ao pressentir, porém, a morte o sábio arrependeu-se da mísera fraqueza, e queimou seus ternissimos versos, extinguiu os testemunhos líricos do amor de septuagenário por menina.

Depois desta indiscreta revelação de caso que muitos observaram, como eu, mas que porventura já esquecido

estava, não devo ocupar-me mais de Mme. Finot, e portanto — *disse*. E peço aos meus leitores três *Ave Maria* para que Deus nos livre e guarde da fraqueza humana igual à daquele varão ilustre estadista, sábio e poeta, que ao aproximar-se dos oitenta anos se apaixonou por menina florista de menos de vinte primaveras.

Neste quarteirão da *Rua do Ouvidor* as celebridades se acotovelavam ao lado esquerdo.

Segue-se à casa nº 95 a de nº 97; à de Mme. Finot a florista, a casa, onde explorou boa mina de ouro, vendendo *fundas*, M. Vannet, um dos mais antigos franceses da *Rua do Ouvidor*.

"Ouro é o que ouro vale."

Ao velho Vannet serviram as *fundas* para *fundar* tão boa fortuna, que sem outra fonte de recursos, e sem esgotar o capital adquirido, ele fez construir a casa de três pavimentos na mesma rua, esquina da de *Gonçalves Dias*, e hoje também célebre; porque nos pavimentos superiores se acha estabelecido o hotel *Frères Provençaux*, cuja nomeada é contemporânea e, portanto, não pode entrar nestas *Memórias*.

A casa nº 97 ainda conserva em tradicional tabuleta o antigo letreiro: *Fábrica de Fundas do Vannet*: mas eu aposto que o seu actual proprietário e fabricante não será capaz de *exclusivamente com o produto da venda de fundas* levantar casarão igual àquele que ficou mencionado.

Por que?...

Quem puder explique ou resolva este problema económico, e medicinal ou cirúrgico. Eu que não sou economista, nem médico prático, apenas chego a compreender a causa pelo modo seguinte:

No tempo do velho Vannet todos os homens que, por qualquer causa, se sentiam com o que vulgarmente se chama *quebradura* ficavam realmente *quebrados*, e recorriam ao

prudente socorro das *fundas;* hoje em dia porém as *fundas* se tornaram muito menos necessárias; porque observa-se que alguns *quebrados* apresentam o curioso fenómeno de se acharem mais inteiros, e se podem *quebrar* duas vezes, isto é, à direita e à esquerda, avulta ainda mais a saúde perfeita, de modo que as *fundas de Vannet* não têm mais a extensa procura do outro tempo.

Esta explicação pode afigurar-se demasiado metafísica; mas eu asseguro que pelo contrário ela é filha legítima da *escola realista.*

Aquela casa nº 113, ainda do lado esquerdo, acanhada, estreita, mas de três pavimentos, cujo letreiro chamador de fregueses anuncia o *Café de Londres,* e excelente *Restaurant,* foi levantada no lugar onde se mostrava a antiga e pequena casa terra de duas portas, que ainda em 1838 era loja de livros do *Albino Jordão.*

Lembro-me sempre dele! lembro-me da sua modesta loja de livros novos e velhos, de obras encadernadas ou em brochura, que se vendiam ali a barato preço. Em meu tempo de estudante fui freguês do Albino Jordão, e entre outras obras, comprei-lhe as *Memórias Históricas* de Pizarro e as *Memórias para servir à história do Reino do Brasil,* do padre Luís Gonçalves dos Santos, por alcunha — o *Perereca* —, as quais de tanto socorro me têm sido em estudos, como este que estou fazendo.

O Albino Jordão era, quando o conheci, homem já velho, vestindo sempre jaqueta, e desde muito *cego e surdo.* Contra a cegueira não tinha recurso, que não fossem a memória surpreendente e o tacto explicàvelmente aprimorado; contra a surdez, que não era completa ou absoluta, socorria-se de famosa e tradicional *buzina,* que o fazia ouvir o que os fregueses da loja procuravam.

Albino Jordão tinha dois ajudantes, meninos ou rapazes de quatorze a dezesseis anos, de instrução nula e

de pouco zelo: quando eles, porém, não serviam de pronto a algum freguês, e demoravam-se, procurando o livro pedido, o *cego* levantava-se da sua cadeira, punha a *buzina* ao ouvido, e ciente do que se pedia, ia sempre certeiro e sem nunca enganar-se, tomar o livro na estante e no lugar onde estava, ainda mesmo quando lhe era necessário subir por pequena escada portátil para ir buscá-lo.

Eram na verdade admiráveis a memória, o tacto, e o tino que a cegueira apurava naquele velho cego; mas para que pudesse tanto, era só e exclusivamente ele o ordenador, e colocador dos livros nas estantes da sua loja.

Albino Jordão foi, como livreiro, contemporâneo dos notáveis e célebres *livreiros* Saturnino, João Pedro da Veiga e Evaristo Ferreira da Veiga, filhos do primeiro; mas em sua loja, que não podia rivalizar com a daqueles, vendia em geral obras já usadas, livros em *segunda mão*, e portanto baratíssimos, e se por isso deve ser tido em conta do primeiro *alfarrabista* da cidade do Rio de Janeiro, foi de tanto proveito para o público, e de tão sã consciência na sua indústria, que nunca lhe caberia o *nome feio* que os estudantes do Imperial Colégio de Pedro II deram ao vil *belchior* de livros velhos estabelecido na vizinhança daquele colégio da Rua de S. Joaquim, nome um pouco obsceno que a princípio se estendeu a todos os chamados hoje *alfarrabistas*.

A *Rua do Ouvidor* deve perpètuamente lembrar o seu *Albino Jordão*, o primeiro livreiro que teve, o precursor, ou antecessor dos Srs. Laemmert, Garnier, e ainda outros, o Albino Jordão, enfim cuja *buzina* foi tão famosa, como a tesoura de Mme. Josephine, e muito mais útil do que ela, se as minhas Exmas. leitoras permitem que eu assim pense.

NOTAS AO CAPITULO XIV

(1) Nome que na maçonaria brasileira tomou Saldanha Marinho. Foi este uma das mais destacadas figuras da revolução republicana no Brasil. Redigiu o Manifesto Republicano de 1870. Depois de um periodo longo e agitado de cisão, a Maçonaria brasileira fundiu-se constituindo o Grande Oriente Unido do Brasil, de influencia marcante nos destinos nacionais. Ganganelli foi seu grão-mestre nesta fase.

(2) E o *Moço Louro* começa exatamente com um capitulo em que se descreve uma luta de partidos teatrais.

O dialogo travado pelos dois personagens é bem um sintoma de como as paixões se exacerbavam na porfia em torno dos dotes artisticos ou fisicos de cantoras.

— Otavio, tornou com muito fogo o sr. Antonio, pergunto-te de qual das duas primas-donas és tu partidário, se da Delmastro, se da Candiani.

— Mas se eu ainda não ouvi a nenhuma, homem!

— Pois faze de conta, que já as ouviste: é preciso decidir-te e já!...

— Essa agora é a mais bonita!...

— O Rio de Janeiro em peso se acha extremado!...

— E isso que me importa!...

— Oh! exclamou o sr. Antonio com voz sepulcral, oh! oh! "quando se diz acerca dos negocios do Estado — que me importa — deve-se contar que o Estado está perdido!!!"

— Ora eis o que se chama uma citação a proposito.

— E' preciso! é justo, é inevitavel! deves pertencer à esquerda ou à direita do teatro, continuou o diletante com entusiasmo, e sem notar que se fazia o objeto geral da atenção: sim!... mas, Otavio, recebe o conselho de um amigo, que não quer ver manchada a tua reputação; nada de sentar-te na direita... nada de Candiani!... escuta: a Delmastro tem por si

o prestigio da ciencia e o voto dos peritos; quem diz candianista, diz criança, estouvado, estudante! A Candiani, tem uma voz... e mais nada; e uma voz triste... sem bemóis, nem sustenidos... lamentavel... horrivel... detestavel... fulminante... que faz mal aos nervos!...

— Apoiadissimo! gritou o velho, consertando os oculos que, com o gosto de ouvir o delmastrista, lhe haviam caido do nariz no queixo.

O moço do dominó há muito tempo que não dava conta do jogo.

— Ora, fico-lhe obrigado, disse-lhe o parceiro; aqui está um seis, e o senhor ajunta-lhe um quatro... inda pior, um dois!... então que é isso?... um três?... outro quatro?... um cinco?... O senhor quer divertir-se à minha custa? Mas... o que tem, meu amigo?... está tremendo... e tão pallido...

Com efeito, o moço tremia convulsivamente. E o sr. Antonio, sem atender a coisa alguma, prosseguia:

— E a Delmastro? a Delmastro é doce e bella, melodiosa e engraçada; sua voz subjuga, arrebata, amortece, vivifica, encanta, enfeitiça, derrota, fere, e mata quem a ouve!... sua voz cai no coração, e de lá toma parte no sangue da vida! E' sobretudo, professora incontestavel... professora até a ponta dos cabellos, adivinha os pensamentos de Donizetti, corrige-lhe os erros, adoça-lhe as rudezas, e diviniza-lhe as harmonias! sabe musica... muita musica... toda a musica!...

— E' falso!... é falsissimo! é falsissimo!... bradou espumando de raiva o moço do dominó, e fazendo voar pelos ares todas as peças do jogo.

— O senhor atreve-se a dizer-me que é falso?!

— E' falso!... repito, é falso!...

— Que diz o senhor?... exclamou o velho atirando-se sobre o novo diletante, é falso?... essa palavra é motivo sufficiente para um duelo; retire pois a expressão, e não se peje de o fazer; porque isto de retirar expressões é muito parlamentar.

— Retire a expressão! retire a expressão! gritaram alguns

— Não retiro!!... aceito todas as consequencias!... repito que é falso!... Digo que a Delmastro nada sabe de musica, estudou pelo metodo de Jean Jacques Rousseau, tem voz de assobio de criança em domingo de Ramos; enquanto a Candiani é um rouxinol!... um milagre de harmonia!... um anjo!...

— Apoiado! Bravo... bravo!... muito bem!... (Macedo (Joaquim Manuel de) — *O Moço Louro* — Edições Melhoramentos — Pags. 12 ss.).

Ficaram famosos os debates suscitados entre Tobias Barreto e Castro Alves, divididos nas suas predileções em torno das atrizes Eugenia Camara e Adelina Amaral. Prosseguiam eles, ao que parece, uma tradição lusitana de admiração e conflito, despertados pelos "genios" dramaticos. Com efeito, Castro Alves escreve: "Quando em Portugal a Ristori foi buscar mais uma perola para a coroa de seu genio, houve facções, mal-entendidos, a fomentarem rivalidades inconvenientes entre ela e a brilhante atriz portuguesa Emilia das Neves..." (*Obras Completas* — Companhia Editora Nacional).

CAPITULO XV

Como em viagem pela *Rua do Ouvidor* entramos no quarteirão que demora entre as de *Gonçalves Dias* e da *Uruguaiana* e não achando aí casas célebres no passado, vejo-me baldo de matéria, e por isso mesmo falo mais do que nunca, ocupando os meus companheiros de viagem com observações sobre os *bonds*, e sobre o famoso e vizinho *Alcazar*, depois chamado *Teatro Lírico Francês*, planta daninha que nos veio da França. Como enfim conto curiosa história que é da *Rua do Ouvidor;* mas que eu não digo nem quando, nem em que loja de modista se passou: dou à história forma de romance, e nela muitas lições morais, e principalmente a última, que é de fazer arrepiar os cabelos.

O quarteirão da *Rua do Ouvidor* que fica entre as ruas de *Gonçalves Dias* e, antiga da *Vala*, hoje da *Uruguaiana*, não me lembra casas célebres, nem factos, que não sejam da actualidade.

O futuro continuador das *Memórias da Rua do Ouvidor* (na hipótese de que ela venha a tê-lo) terá muito que escrever sobre este quarteirão que deixo sem *nota*, e que desde três lustres tanto *lustre* tem adquirido, e que de tantas *notas* pode ser objecto.

Dois factos marcaram o seu florescimento que é do nosso tempo.

O primeiro foi a vizinhança do *Alcazar*, depois chamado *Teatro Lírico Francês*, que se fundou na rua então denominada da *Vala*, e muito próximo da *Rua do Ouvidor*.

O segundo foi a instituição dos carros urbanos, a que o povo deu o nome de *bonds;* porque o seu serviço começou meses depois que o visconde de Itaborai, Ministro da Fazenda, realizou em 1868 a operação financeira de emissão de *bonds*, de que muito se ocupou pró e contra a imprensa.

As linhas de *bonds* de Botafogo e das Laranjeiras com seu ponto de partida inicial e de chegada terminal na Rua de *Gonçalves Dias* quina da *do Ouvidor*, seguiram-se mais tarde as de Vila-Isabel com seu ponto de partida e chegada na Rua da *Uruguaiana* junto da *do Ouvidor*.

Ora, bastariam os *bonds* nos dois extremos desse quarteirão estéril no passado para torná-lo florescente e com certeza rico de episódios romanescos, que amenizariam muito as memórias do tempo.

Antes porém dos *bonds* o *Alcazar* já tinha electrizado muito este *departement* da França da *Rua do Ouvidor*.

As cantarinas do *Alcazar*, artistas indefectivelmente *arteiras*, frequentavam de preferência o quarteirão, onde muitas tinham o seu quartel, ou como andorinhas faziam o seu verão.

Não ponho mais na carta: porque dos princípios tiram-se as consequências.

Tenho a cair-me do bico da pena uma enchente de reflexões; mas para não *amolar* demais os meus companheiros de viagem, limito-me a escrever breves palavras, que são de irresistível impulso.

Maligna foi sob todos os pontos de vista a influência do Alcazar, venenosa planta francesa, que veio medrar e propagar-se tanto na cidade do Rio de Janeiro.

O *Alcazar*, o teatro dos trocadilhos obscenos, dos cancãs e das exibições de mulheres seminuas, corrompeu os costumes e atiçou a imoralidade (1).

O *Alcazar* determinou a decadência da arte dramática, e a depravação do gosto.

O *Alcazar* francês propagou o seu veneno em *Alcazares* de maculada língua portuguesa, que se foram chamando — Jardim de Flora, Cassino (o antigo; pois que, honra lhe seja feita, o *artista* Furtado Coelho no seu *Cassino* sabe resistir à peste) e outros mal chamados teatros.

A minha censura não é tão cruel, que negue perdão a empresários e artistas dramáticos (alguns de merecimento real), que se abatem e se amesquinham, servindo à depravação do gosto do público: eles são todos pobres, querem viver, querem pão, não podem prescindir do *pão* quotidiano, e já fazem muito, quando evitam as indecências da cena corrompida com o recurso de dramas fantásticos e mágicos.

A influência epidémica, perniciosa, *palustre* do Alcazar foi tal, que o *Rossi* e o *Salvini* tiveram no Rio de Janeiro algumas noites quase sem público, e que para não lhe acontecer o mesmo, foram precisos à Ristori todo o prestígio de seu sexo, e todo o opulentíssimo e inesgotável tesouro do seu génio admirável e da sua profunda mestria artística.

João Caetano dos Santos, o inspirado, o sublime adivinhador dos segredos de arte de Rossi e de Salvini, João Caetano, verdadeiro génio do teatro brasileiro, o grande triunfador do nosso palco dramático, morreu felizmente a tempo para não morrer desesperado em face das preferências dadas pelo público às obscenidades de trocadilhos, ao cancã e à seminudez das artistas-artéiras do Alcazar.

E o satânico Alcazar, que debalde corrigiu depois em parte as exagerações do desenfreamento cénico, deixou-nos até hoje, e nem sei até quando, sem teatro dramático nacional, ao menos regular.

Talvez que alguns pensem que a lamentável falta de bom teatro dramático seja de pouca importância.

Positivamente assim não é.

No teatro pode-se tomar o pulso à civilização e à capacidade moral do povo de um país.

O teatro é coisa muito séria. E' a mais extensa e concorrida escola pública da boa ou da má educação do povo (²).

E agora reparo que discorrendo um pouco sobre o Alcazar, meti-me em assunto que é estranho à *Rua do Ouvidor*.

Hão-de dizer que é penúria de matéria.

Enganam-se.

Se eu *pudesse* escrever tudo quanto sei da *Rua do Ouvidor*, encheria dois ou três volumes, e ainda me ficaria que dizer.

Vou dar uma prova!

Já declarei que o quarteirão, por onde estou agora viajando com os meus leitores, não me apresenta casos célebres no passado, nem tradições ou reminiscências curiosas.

Pois bem: acho excelente o lugar e o ensejo para contar uma história um pouco melindrosa, cujo desfecho se passou em uma casa de modista da *Rua do Ouvidor*.

O que porém não direi é o nome da modista, nem onde era a sua loja, e muito menos incorrerei na indiscrição de indicar o ano em que deu-se o caso.

O melhor é que os meus companheiros de viagem façam de conta, que lhes conto um romance, procurando diverti-los.

Seja um romance da *Rua do Ouvidor* criado pela minha imaginação, e por isso mesmo lá vai com tal qual *forma* de romance.

Júlia era ainda jovem e de muito delicada sensibilidade: havia cinco anos que se casara por amor; mas

no fim de cinco semanas depois do casamento, Frederico, seu noivo, tornara ao culto frequente da sua apaixonada distração do tempo de solteiro.

Frederico era doido pela caça; e por corridas de pacas na serra da Tijuca, ou de veados ainda mais longe da cidade, às vezes deixava Júlia três, quatro e seis dias entregue às desilusões dos sonhos poéticos do passado, e exposta a novas ilusões de sonhos do presente e do futuro.

Pior ainda: Frederico e Júlia eram ricos, e Júlia não tinha ocupação em que empregasse o tempo.

Que rede de perigos para aquela esposa!...

Juventude, idade de flamas e de imaginação a desnortear a vida real;

Sensibilidade, muito excitável que é porta que se abre fácil às tentações do diabo;

Ociosidade, menor ou maior série de zeros susceptíveis de se escreverem à direita da parcela do pecado;

Marido caçador apaixonado, ausentando-se frequentemente por dias da esposa deixada em solidão propícia aos sonhos da imaginação;

E além desse outro perigo, o ponto mais fraco da fortaleza da virtude feminil, que não indiquei em primeiro lugar porque estava subentendido — *a vaidade feminil*.

E Júlia era vaidosa, mesmo tão vaidosa, como um homem, que elevado a barão ou a visconde do seu dinheiro, toma balda e fumaças de *fidalguia*.

(Creio que chamei *tola* por vaidosa a Júlia do modo o mais cortês que me era possível).

A evitar e vencer esses perigos havia o encanto do amor: os dois esposos amavam-se com efeito ternamente: mas Júlia amava só — seu marido —; e Frederico adorava além de Júlia as pacas e os veados, o que desequi-

librava um pouco as proporções do amor de uma e do outro.

Felizmente além do amor, Júlia possuía o tesouro da virtude.

Pois bem, ou antes, *pois mal*, em cinco anos de casamento, Júlia tivera apenas *cinco semanas* de enlevadora e perfeita *lua-de-mel*, e turbara-se e doera-se, vendo que depois de um mês e poucos dias de exclusivo domínio de formosa noiva, as pacas e os veados eram rivais, que repetidas vezes lhe usurpavam por dias os zelosos cuidados e os afagos do esposo.

Este romance é cheio de lições morais, e a moralidade do seu princípio é o seguinte:

Homem *caçador* frenético tal qual o era Frederico, ou deve ser perpétuo celibatário, ou casando-se com senhora jovem, sensível, rica, ociosa, e está subentendido, vaidosa, cumpre-lhe renegar o culto da caça, e não podendo fazê-lo, levar a esposa às corridas de pacas e veados, torná-la sua sócia, sua Diana caçadora, para não expô-la a ficar em solitário abandono — doce objectivo de outro muito condenável, reprovado, mas indignamente observado género de caça.

E foi isto, foi o caso de — doce objectivo, — o que veio atormentar Júlia por frequentemente abandonada pelo marido caçador, sendo ela tão jovem (casara-se aos 18 anos de idade), tão linda e tão vaidosa, tão sensível, tão rica e ociosa.

As ausências de Frederico que no primeiro e segundo ano de casamento limitavam-se a três ou quatro dias, estenderam-se depois a seis e oito.

Nos três primeiros anos Júlia escrupulosamente encerrada em sua casa esperava saudosa a volta do seu Nemrod, indicando o seu desgosto em aversão pronunciada na mesa do jantar aos pratos de pacas e de veados; mas

no fim de três anos acabou por manifestar-se francamente aborrecida do isolamento, a que se via condenada durante os dias de caçada de seu marido.

E Frederico respondeu a Júlia, abraçando-a:

— Tens mil vezes razão, meu querido anjo!... mas eu ainda não me lembrei de opor-me a que visitasses, e recebesses as tuas amigas...

A jovem esposa que declara ao esposo que se aborrece muito de ficar só seis e oito dias, enquanto ele a esquece, divertindo-se a caçar pacas e veados, evidentemente deixa ouvir séria prevenção, que apenas dissimula dilúvios de ameaças nestas duas não ditas, mas adivinhadas palavras: — veja lá!

E o marido que, teimando em suas ausências por paixão de caçador, ou por alguma outra semelhante, responde à prevenção da esposa, dizendo-lhe: — *visita as amigas e recebe suas visitas*, isto é, faze por distrair-te, enquanto estou longe me distraindo, não diz, mas quase que está dizendo: — *fecho os olhos pela confiança.*

Mas a *confiança* de Frederico tinha o defeito de afigurar-se lisonjeiro pretexto para a continuação das suas caçadas, que deixavam a jovem, sensível, vaidosa, rica e ociosa esposa sem cultos de amor.

Júlia aceitou o conselho do marido, e na ausência dele procurou e recebeu a sociedade de suas amigas.

E um dia... o acaso...

Nesta história sempre aparece belo e tentador o demónio com o nome ou com a alcunha do *acaso.*

Um dia Júlia, indo ver uma de suas amigas, por *acaso* achou-a cercada de escolhida e elegante companhia, e por *acaso* também fazia parte da companhia um mancebo *fatalmente* chamado *Artur.*

Nestas histórias também é de regra que apareça sempre um *Artur*, cujo nome, Artur, é outra já cansada alcunha romanesco-seductora que o diabo costuma tomar.

Artur aos trinta anos de idade estava no maior viço da beleza varonil, era de alta estatura, muito bem feito, e vestia-se com o melhor gosto.

Ou seduzido pela beleza de Júlia, ou simulando-se nessa lisonjeadora situação, Artur imediatamente enamorou-se da jovem esposa do caçador ausente, ou antes namorou-a, e fez-lhe a mais doce corte, zelando todavia respeitosa circunspecção, que ainda mais o recomendou.

Júlia mostrou-se *tão sábia*, quanto pode sê-lo uma jovem desvanecida de seus encantos: não animou de modo algum a corte que lhe era feita; mas fingia não percebê-la para não ser obrigada a repulsá-la.

De volta à sua casa, e ao destoucar-se diante do espelho, Júlia lembrou-se de Artur; no dia seguinte porém deixou de lembrá-lo, recebendo Frederico depois de oito dias de ausência.

Correu feliz um mês para a amorosa esposa, que aliás de todo indiferente viu por vezes Artur a admirá-la no teatro, no baile, ou em encontros casuais.

Mas passado o ditoso mês, Frederico partiu para a caça; Júlia foi distrair-se da solidão visitando as amigas...

E Artur no caso!...

Resuma-se a história.

No fim de um ano tanto caçara pacas e veados o marido Nemrod e tanto se extremara sorrateiramente o hábil e artificioso Artur, que Júlia, jovem, sensível, vaidosa e sonhadora de ilusões na ociosidade, apenas se mantinha recatada pela sua nobre virtude.

Mas no íntimo do coração a esposa do caçador incorrigível sentia-se docemente agradecida às finezas e ao amor do belo Artur.

Se Júlia não escondesse e abafasse tão cuidadosa essa *espécie* de gratidão, seria tal sentimento um começo pelo menos de *amor platónico*.

E o *amor platónico* é ainda outra alcunha que o diabo toma, quando quer empurrar para o abismo alguma triste vítima.

Infelizmente a tal *espécie* de gratidão por mais que se dissimule, sempre se atraiçoa: é uma espécie de violeta, cujo perfume a denuncia.

Eu não sei, nem talvez Júlia soube, como Artur descobriu o segredo daquele sentimento; mas descobri-lo e apertar o cerco da fortaleza foi o que activamente fez o já esperançado conquistador.

Esforço baldado! Frederico caçava; mas o baluarte não se rendia.

Artur ousou escrever a Júlia; esta, porém, negou-se a receber a carta; em oportunos ensejos de reuniões em que se encontraram, Artur tentou por vezes levar, atrair, arrastar Júlia à conveniente conversação que lhe facilitasse já desnecessárias, mas insidiosas declarações de seu amor, e a jovem senhora casada sempre achou óptimos pretextos para cortar-lhe a palavra, ou distanciando-se do *tentador*, ou falando-lhe do sol e da chuva.

Mas Júlia não pensava que assim cumpria apenas metade do seu dever, e que continuando por *vaidade* e por aquela *espécie de gratidão* a tolerar nas sociedades a aproximação, a palavra, e a corte embora decente do mancebo que evidentemente se mostrava seu apaixonado, quase que o autorizava a *apertar o cerco da fortaleza*.

Porque em matéria de cumprimento de dever — ou tudo ou nada. — O dever não tem metades, é, ou não é,

cumpre-se todo e à risca, ou incompleto deixa de ser cumprido.

E, consequência lógica daquela aberração do dever, cujo cumprimento ficara em metade e, portanto, moralmente nulo, eu ainda não sei como foi e creio e devo crer que Júlia também não o soube, deu-se o caso do singular desfecho deste romance.

Artur queria a todo transe um momento, alguns minutos, uma hora, em que a sós com Júlia pudesse ajoelhar-se a seus pés, e beijar-lhe, uma vez ao menos, as mãos pequeninas e lindíssimas.

Perdera tempo e eloquência, tentando dirigir-se directamente à jovem senhora.

Mudou de plano, e apelou para ataque de surpresa.

Eu digo de surpresa, porque seria capaz de jurar que Júlia foi estranha ao trama condenável e comprometedor de sua virtude.

Artur informou-se de quem era a *modista* de Júlia na *Rua do Ouvidor*, e de bolsa aberta e convencendo a modista de *conivência* que não havia, preparou cilada perversa e infernal.

A *modista* mandou anunciar a Júlia que acabava de receber de Paris *delirantes toilettes de fantasia*, e que a esperava no dia seguinte para dar-lhe a primazia na escolha dos mais eclipsadores.

E' claro, e evidente que então andava Frederico, o Nemrod, ausente em *caçada*.

Júlia não faltou, era impossível que faltasse ao emprazamento da sua *modista*, e esta notou ou fingiu notar que a jovem senhora entrava comovida e hesitante em sua loja...

Sem dúvida, nessa observação andou malícia da francesa que de antemão quereria preparar desculpas. Eu

não creio que Júlia tivesse entrado na loja nem comovida, nem hesitante.

A bonita e vaidosa senhora examinou e escolheu três ou quatro *toilettes*, e a convite da modista subiu ao pavimento superior para experimentá-los em sala apropriada.

E poucos momentos depois de entrada na sala, a modista saiu, pretextando ir buscar alfinetes que não achava no toucador.

Apenas a modista passou além da porta, rompeu de gabinete contíguo o belo e audacioso Artur, que se prostrou de joelhos aos pés de Júlia, e quis tomar-lhe as mãos para beijá-las.

Coincidência notável!... no momento em que Artur caía assim ajoelhado aos pés de Júlia, Frederico disparava tiro certeiro sobre uma veadinha que expirou ferida no coração.

Mas Júlia surprendida, assustada e nervosa como era, desmaiou, caindo em uma otomana.

Entenda-se: desmaiou realmente.

Artur, que estava de joelhos e ia improvisar eloquente discurso que trazia de cor, levantou-se atónito, vendo Júlia desmaiada.

Que havia de fazer? ir chamar a modista ou gritar por ela era comprometer a reputação da inocente senhora.

Artur lançou-se para a mesa do toucador, tomou lindo frasquinho de caprichosa forma, que pelo lugar onde estava, deveria conter água de colónia ou alguma essência aromática, abriu o frasquinho, e precipite levou-o ao nariz da jovem desmaiada; como porém lhe tremessem as mãos, derramou parte do líquido no formoso rosto.

Ah!... o líquido que o vidro continha, era tinta de escrever!...

A modista que certamente procurava alfinetes muito ao perto, acudiu logo, e Artur sem mais demora nem ansioso cuidado partiu em retirada tão discreta, que as costureiras da loja que não o tinham visto entrar, não o viram sair.

Mas ainda bem que, sedutor perverso e ainda infeliz em seu último plano insidioso e malvado, nem ao menos conseguira beijar as brancas, pequeninas e acetinadas mãos de Júlia.

A bela jovem desmaiada não tardou muito em tornar a si, soltando magoado suspiro: logo depois volveu em torno os olhos, e não vendo Artur, endireitou-se na otomana, encarou de face a modista, e quando pode falar, murmurou ressentida:

— Que traição!...

A modista imodesta, cruel, e aceitando inverossímil defesa, respondeu docemente:

— Pardon, madame!... eu foi enganada por confiança de *rendez-vous* ajustade...

Júlia levantou-se indignada ao novo ultraje daquela suspeita injuriosa à sua virtude, e adiantou-se dois passos, evidentemente para retirar-se.

— Madame, não pode sair assim, disse a modista.

E Júlia, obrigada a estacar diante do espelho, viu nódoas de tinta preta em seu rosto, e ainda no corpinho de seu vestido branco.

Com efeito era impossível descer à loja, e subir à sua carruagem, e mostrar-se ao público *assim*, como dissera a modista.

Finíssima esponja, odorífero sabonete e água límpida restituíram ao rosto de Júlia sua brancura imaculada; mas o corpinho do vestido, a que tinha chegado a tinta de escrever?... era indispensável pelo menos uma e longa hora para regenerá-lo lavado, secado, e engomado.

Júlia ardendo por fugir da casa traiçoeira, sujeitou-se a extremo recurso, trocou seu rico vestido branco por uma das *toilettes* de fantasia, que escolhera.

Mas quando ela atravessou a loja e foi tomar à porta o carro que a esperava, a mais maliciosa das costureiras ao vê-la já de costas e distanciada, disse às companheiras:

— Que história foi essa?... ela entrou vestida à *vestal* e agora sai *fantasiada*?

Moralidade do romance: às senhoras honestas não basta sê-lo, é indispensável não parecer que deixam de sê-lo.

Júlia trocou a *sua espécie de gratidão* ao namorador Artur por desprezo profundo.

E depois do seu desmaio na casa da modista corrompida, tomou gosto por caçadas de pacas e de veados, aprendeu a atirar de espingarda, venceu nervosos estremecimentos de medo, tornou-se mestra na certeza e na prontidão do tiro, e com indizível e delirante paixão do seu Frederico fez-se Diana caçadora e sócia constante do seu marido Nemrod.

NOTAS AO CAPITULO XV

(1) "Outro local que apreciávamos em extremo era o Alcazar Lirico, que, começando modestamente, atingia então ao ápice e tornara-se para muita gente o maior centro de corrupção da sociedade fluminense.

Não se falava noutra coisa nos salões e nos centros de familia senão naquele teatrinho que chegou, no genero, a ser verdadeira maravilha, no tempo da inimitavel, embora já madurona Risette e da sedutora Aimée, além de muitas outras mulheres notaveis pela beleza e talento cênico.

Para as senhoras da boa roda aquilo só era foco de imoralidade e das maiores torpezas; mas quando se anunciaram espetaculos extraordinarios destinados a familias, foi a concorrencia enorme e a salazinha da Rua da Vala (depois Uruguaiana) ficou cheia a transbordar do que havia de melhor e de mais embiocado no Rio de Janeiro, deixando bem patente a curiosidade — e mais que isto — ansiedade de conhecer o que havia de encantador e delirante naquelas representações. O que não padece duvidas é que o Alcazar exerceu enorme influencia nos costumes daquela epoca e pos em risco a tranquilidade de muitos lares. Sei de fonte bem limpa, que um marido despojou a esposa dos brilhantes para levá-los em homenagem à Aimée e alcançar-lhe os sorrisos feiticeiros.

Quanto a nós três, tangenciávamos aqueles perigos todos com a maior serenidade e singeleza. Iamos tão somente pelo que se desenrolava em cena, abstraindo da formosura provocadora e capitosa das interpretes e sem nos importarmos de todo com as inumeras e excitantes *lorettes* (assim se chamavam então as *cocotes* e as *horizontais*) que fervilhavam em torno de nós". (Taunay (Visconde de) — *Memorias* — Instituto Progresso Editorial — Pags. 125-126).

(2) Um dos lugares-comuns da estética dramatica do tempo era a da função moralizante do teatro. Por exemplo, em Castro Alves: "Caminhai, moços, ide ao teatro... Mergulhai neste oceano de nobreza e de crimes, descei como o mergulha-

dor indiano àquele turbilhão de paixões... Lá no fundo está a perola. Esta perola é uma idéia moral, idéia religiosa... E quando a alma vier à tona, de todos esses turbilhões, trareis um talismã... que vos dê melhores sentimentos, que vos ensine o perdão à mulher desgraçada, a proteção à criança indefesa; que vos instrua no ódio à hipocrisia que se chama honra, à infamia que se alcunha de nobreza". (*Obras Completas* — Companhia Editora Nacional — 2º vol.).

CAPÍTULO XVI

Como por fim chegamos em nossa viagem ao último quarteirão da *Rua do Ouvidor*, e logo encontramos em pequeno sobrado à mão direita a *Chiquinha*, formosa e muito leviana ou imodesta rapariga, de quem foi ditoso apaixonado em 1822 o ilustre e benemérito patriota Joaquim Gonçalves Ledo, mais feliz do que o poeta Bernardo Avelino, vizinho da Ziquinha, e que por pobre desmerecia os seus agrados; recordam-se notáveis acontecimentos políticos, e a fuga de Ledo para Buenos Aires, entrando por capricho dele a *Chiquinha* na história. Como, enfim, se fazem notar a casa de sobrado do visconde da Cachoeira, e deste se trata, e defronte a pequena casa térrea, onde em Maio de 1869 se fundou a *Reforma*.

Adivinho que os meus companheiros de viagem sentem-se possuídos da mais doce consolação ao entrar no último quarteirão da *Rua do Ouvidor*, onde têm de receber as minhas despedidas e de respirar livres de mim.

A consolação realmente é pouco lisonjeira para o meu amor-próprio de *memorista;* é, porém, muito natural que desejem viajantes, e ainda mais viajantes obrigados, chegar ao termo de suas fadigas.

Podem crer que eu, também, estou cansado de tão longa viagem, e tanto mais que chega já a me parecer meu destino o ter de repetir o que disse o Lopez do Paraguai, quando fugia, *subindo a serra*: "Il faut finir pour commencer".

Sigamos pois; mas preparem-se, armem-se de paciência os meus companheiros e leitores; porque, neste pequeno quarteirão, temos muito que ver e que lembrar.

ieb

Logo na quina da rua, então chamada da *Vala* e agora da *Uruguaiana*, a *Rua do Ouvidor* apresentava ao lado esquerdo a casa de três pavimentos, que ainda hoje se vê, e que abre porta e corredor de entrada para aquela tendo defronte na quina do lado direito casa de dois pavimentos ou sobrado de um só andar, como actualmente se conserva.

Ambos esses tectos devem guardar, senão importantes, ao menos curiosas recordações.

Foi no segundo desses sobrados, no de um só andar e ainda então mal acabado, que em 181..., desembarcando na cidade do Rio de Janeiro, se abrigaram *José Clemente Pereira*, que tão elevada posição social tinha de ocupar no Império do Brasil e o *Macamboa*, que aí começou a exercer modestamente a advocacia, e que em 1821 celebrizou seu nome na *bernarda* de Fevereiro (1).

O outro, o sobrado de dois andares gozou, em 1822, fama ocasional e efémera, mas um pouco romanesca.

Habitava, não sei desde quando, em um dos pavimentos superiores dessa casa, ou ocupava ambos, moça de beleza tão notável, como de costumes fáceis e sem escrúpulos. Era, dizem, lindíssima de rosto, e seu corpo ostentava formas, contornos admiráveis, que um estatuário tomaria por modelo; mas infelizmente, pobre mulher sem recato, era anjo decaído, infeliz transviada.

Natural da província de Minas Gerais, tinha vindo para a cidade do Rio de Janeiro talvez muito recentemente, porque era ainda bem jovem, pouco mais de vinte anos contando; havia, porém, no seu passado de *ontem*, de menina, lá na província natal algum segredo de sinistro amor, como o da *Perpétua-Mineira*; mas ao contrário desta nos primeiros tempos da *saleta de pasto à mineira*, era tão alegre e parecia tão feliz no seu transviamento, que se afigurava não ter consciência da sua degradação na sociedade.

Vivia só com uma escrava africana ou alugada ou própria.

Essa linda moça era geralmente conhecida e tratada pelo diminutivo do seu nome baptismal; como porém *tenho algumas dúvidas* sobre ele, dou-lhe o nome de Francisca, e fica entendido que a tratavam por *Chiquinha*!

E convém ainda dizer que a Chiquinha pecava por seus *costumes fáceis e sem escrúpulos*, como já escrevi; mas estava longe da prática escandalosa do vício que hoje tão numerosamente corrompe e envergonha a cidade do Rio de Janeiro.

Ela era *transviada*, mas do género em que se mostrou a *Perpétua-Mineira*, no último período de sua vida: sofismava quanto podia a indignidade de sua vida.

Ao lado esquerdo da rua seguiam-se casas quase todas térreas, e muito mais afastado para o *Largo de S. Francisco de Paula* o espaçoso sobrado de *Luís José de Carvalho e Melo*, depois *visconde de Cachoeira* (que será oportunamente lembrado).

Ao lado direito depois do sobrado da esquina, alinhavam-se casas também térreas, em uma das quais, talvez na que foi mais tarde *Farmácia Soulier*, ou em outra abaixo, morava o pouco afortunado *Bernardo Avelino* que provàvelmente devia sua ingrata fortuna ao facto de o terem em conta de *poeta;* porque rimava com facilidade, e muitas vezes com felicidade. compondo sonetos, glozando quadras, e escrevendo cantos poéticos que tiveram sua voga; mas não rendiam dinheiro.

Tais eram os dois principais, conhecidos e nomeados ou distintos vizinhos da bela *Chiquinha*, que com o seu rosto todo branco lírio sem auxílio de pó-de-arroz nem de *velutine*, com suas faces de rosas sem socorro de carmim, com seus cabelos pretos e longos, que excluíam a ideia de crescentes de hoje, com seu corpo tão bem feito, e de formas tão graciosas que repudiava como insulto a

ousadia de um postiço, reclamava e impunha adorações; mas só as recebia ou de caprichosa escolha, ou de inconfessável interesse.

Luís José de Carvalho e Melo, o vizinho do lado esquerdo da rua, homem ilustrado e estudioso, grave, respeitável, honradíssimo magistrado, de posição oficial distinta e honesto chefe de família, não dava a menor importância aos merecimentos físicos da *Chiquinha*, e esta de todo menosprezava o poeta, vizinho do lado direito, que se sentia sempre do lado sinistro, quando se metia a fazer a corte quer em prosa quer em verso à linda moça.

Mas evidentemente a *Chiquinha* não era assim cruel por inimiga da poesia, e dos homens de espírito brilhante, pois que se deixara cativar em 1822 pelo mais elegante e mimoso dos escritores da época, cultor inspirado das musas, literato amenissimo, o qual também andava perdido de amores por ela.

Este namorado e amante da *Chiquinha* era sem mais nem menos o ilustre benemérito da independência, depois deputado nas duas primeiras legislaturas (de 1826 a 1833), e nelas esplêndido e mavioso orador parlamentar, o notabilíssimo fluminense *Joaquim Gonçalves Ledo* (²).

A memória desse varão assinalado não pode ser amesquinhada pela lembrança de sua paixão (aliás de todos sabida em 1822) pela formosa *Chiquinha*, e tanto mais que Ledo foi sempre em sua vida famoso como grande e entusiasta apreciador do *belo* na arte, e transportado adorador do *belo* na mulher.

Joaquim Gonçalves Ledo foi grande e fulgurosa inteligência e grande coração patriota, e se quiserem nodoar-lhe a memória ilustre pelas suas fraquezas, ou pecados de amoroso culto rendido à *Chiquinha*, e a outras belas damas, adeus memória de Francisco I, de Henrique IV, de Luís XIV de França, de D. Pedro I do Brasil,

dos *Richelieu*, do regente duque de Orleans, de José Bonifácio, etc., etc., etc., etc. e no fim de tantos *et coetera* raro seria o rei, o ministro, o herói, e até o João Fernandes capaz de atirar a pedra sobre aquele benemérito e glorioso fluminense (2a).

Mas Ledo, que andava doido pela *Chiquinha*, tinha, certamente, óptimas razões para duvidar da fidelidade dessa encantadora rapariga, que aliás também o amava com decidida preferência; injustíssimo, porém, se mostrava às vezes ciumento de Bernardo Avelino, que, coitado, realmente gostava muito da *Chiquinha*, mas gastava debalde com ela sua prosa e seus versos, sem dúvida porque, pobre como era, o poeta não tinha senão prosa e versos para recomendar o seu amor.

Um dia (foi depois de 15 de Setembro de 1822) Ledo, jubiloso, e feliz pelo triunfo da causa da independência da pátria, a que tão dedicada e gloriosamente servira, foi radioso e alegre render finezas à *Chiquinha*.

Tinha a bonita moça além da sua boniteza e graça natural o dote de tocar sofrivelmente guitarra, e de cantar com excelente voz modinhas e lundus.

Dizem que não havia quem como ela cantasse com doçura, expressão, e requintado gosto a *modinha* então em moda, versos do ilustrado filósofo depois marquês de Maricá:

Marília, se me não amas,
Não me digas a verdade,
Finge amor, tem compaixão,
Mente, ingrata, por piedade.
Doce mentira
Sabe agradar;
Um desengano
Pode matar.

Naquele dia a *Chiquinha* pediu a Ledo, que lhe escrevesse alguns versos para a música de modinha ou de lundu que ela costumava cantar, favor que aliás estava habituada a merecer.

Ledo tomou a pena e escreveu a seguinte quadra com o seu estribilho:

Nesta rua tenho ao lado
Um *cego* que é rico e nobre,
E defronte um namorado
Poeta infeliz e pobre.
Não sou indiscreta,
Que procure o esquivo;
E quanto ao poeta
De versos não vivo.

O epigrama não subira à altura das admiradas inspirações e do aticismo de Ledo; era antes ligeira zombaria feita a *Chiquinha* nas alusões ao ilustre varão, honesto chefe de família que não a olhava e parecia estranho à existência da mais que leviana rapariga, e a Bernardo Avelino, o poeta pobre, que a namorava.

Mas a *Chiquinha* riu muito, achou óptima a quadrinha, e tanto cantou-a, que Bernardo Avelino, tendo dela conhecimento, deu-lhe resposta em furioso soneto, do qual possuo cópia, mas não o transcrevo aqui, porque além de muito injurioso, chegou levado pela cólera até a aproveitar aleives que inimigos tinham assacado contra Ledo.

O ilustrado e célebre fluminense desprezou a insultuosa desforra, dando-se por bem consolado com o amor da *Chiquinha* — como dizia a brincar, e para mais atormentar o poeta a quem na verdade provocara, ridicularizando-o.

Mas de facto não sobrava tempo a Ledo para combates mesquinhos e pouco dignos dele e de Bernardo Avelino.

Ledo achava-se então muito absorvido em transcendentes assuntos políticos do Império nascente, já proclamado, mas à espera da sua *constituinte*, e não menos o atarefavam as contendas, e lutas de influência predominante no seio da *maçonaria*, que guarda o segredo das causas de alguns dos mais consideráveis acontecimentos da época (3).

A 28 de Outubro de 1822 demitiu-se o ministério Andrada, e a 30 do mesmo mês e ano voltou de novo ao poder com a força e o prestígio de representação popular que o reclamara, e com ostentosa, pública e comovida aceitação do imperador D. Pedro I.

Ledo, que era na maçonaria antagonista dos Andradas, logo na manhã de 31 de Outubro deixou sua casa, e ocultou-se, prevendo perseguições políticas.

Tinha adivinhado.

Os Andradas voltaram ao governo armados de medidas extraordinárias, e logo ordenaram e fizeram efectuar a prisão de José Clemente Pereira (4), que fora o presidente da câmara municipal a 9 de Janeiro, no dia do *Fico*; de Nóbrega que tinha sido ministro da guerra no ministério dos mesmos Andradas; do padre (depois cónego) Januário da Cunha Barbosa (5), companheiro de Ledo na redacção do *Revérbero* e nos mais ingentes trabalhos para a independência da pátria.

Todos esses beneméritos foram deportados, e provaram em França o pão do desterro.

Arbitrariamente condenado, como esses amigos políticos seus e *maçons* da mesma parcialidade, à prisão e a desterro, Ledo escapou, escondendo-se às diligências da polícia do governo.

Como nestas *Memórias* não escrevo história política, deixo de parte o estudo e a apreciação destes lamentáveis factos, que sòmente poderiam ter ficado bem e pùblica-

mente esclarecidos, se tivesse podido dar-se *pública* interpelação aos ministros, e ampla discussão parlamentar na maçonaria de 1822, de que eram membros influentíssimos aqueles desterrados e D. Pedro I, José Bonifácio, Martim Francisco, Ledo e todas as notabilidades da época.

Certo é que abriu-se devassa sobre conspiração e planos revolucionários dos varões ilustres já deportados, beneméritos da independência, que por isso e só por isso foram privados da glória de ser eleitos deputados à constituinte brasileira, cabendo-lhes repetir lá de longe, da terra do desterro, o *sic vos non vobis* de Virgílio.

Mas eu disse acima que Ledo, homem habilíssimo e sagaz, logo a 31 de Outubro adivinhando imediata e arbitrária perseguição, eclipsara-se prudente e cauteloso de modo que não houve empenho policial que pudesse conseguir apanhá-lo, posto que ele nem um só dia se tivesse arredado da cidade, e pelo contrário em não poucas noites ousasse sair a passeio, ou a mudar de hospedagem, tomando diversos disfarces.

Todavia não era possível a Ledo prolongar sem vexame, e sem incômodo pessoal e comprometimento de amigos essa anômala situação de suspeito conspirador escondido e procurado; mas também ele não queria dar aos Andradas o gosto da sua prisão, e do seu desterro forçado.

Ainda nisso andavam capricho e antagonismo de elementos maçônicos.

Tinha de sair do porto do Rio de Janeiro para Buenos Aires um navio pertencente a negociante que sem dúvida era *filho da viúva*, e nesse barco foi fraternalmente garantida a Ledo passagem segura para a República do Prata.

Mas de que modo poderia Ledo ir até a praia, embarcar em bote ou escaler,* e recolher-se ao navio escapando à polícia, que tomara a peito prendê-lo?...

Tomaram-se precauções; preparou-se tudo. Ledo porém que por mais de uma vez disfarçado se expusera, indo à noite ver a *Chiquinha*, quis a todo transe despedir-se dela na hora de sua partida.

Forçoso foi confiar o segredo da empresa à moça de costumes impuros e portanto menos digna de confiança em caso tão delicado.

Mas a *Chiquinha* desprezando apreensões de provável perseguição subsequente, e mostrando-se toda dedicada a Ledo, prestou-se fiel e exaltadamente ao plano de sua fuga.

Querem alguns que Joaquim Gonçalves Ledo tivesse saído de uma casa da Rua do Hospício disfarçado com hábito de frade franciscano, e que se dirigisse dali directamente à praia para embarcar.

Que ele saiu de amiga e fraternal hospedagem na Rua do Hospício, é certo; tenho porém informações fidedignas de que foi da casa da *Chiquinha* que seguiu para o seu embarque, e bastando esse facto para assinalar imprudência, não creio que ele provocasse reparos e suspeitas entrando já *vestido de frade* na casa de má reputação.

Prefiro por isso esta outra versão.

Na aprazada noite, Ledo foi sob qualquer disfarce despedir-se da *Chiquinha*, objecto de sua apaixonada afeição em 1822, e ali no pequeno sobrado da *Rua do Ouvidor*, chegada a hora da partida tomou o preparado hábito de frade franciscano (que lho perdoem os religiosos dessa ordem), imprimiu na face da *Chiquinha* seu *último* e fervoroso beijo, já nesse momento ainda mais fervoroso — beijo de frade — e partiu.

Também pretendem alguns, que o ilustre perseguido político, fora embarcar, disfarçando-se com vestidos de mulher: isso não é verossímil, não é; conheci pessoalmente Ledo; não era homem de alta estatura, mas repre-

sentaria *mulher gigantesca*, e excitadora de observações, e de curiosidade importuna.

Ele incorreu no *escândalo* de sair simulado *frade* da casa da *Chiquinha*.

E foi indo em direcção ao mar, a descer vagoroso e grave pela *Rua do Ouvidor*.

Não houve quem disputasse o passo ao *frade*.

Aquele tempo não era o de hoje. Então o *frade* ainda era *grande coisa*, e o hábito franciscano ainda tinha o prestígio de S. Carlos, de Sampaio, de Montalverne e de outros luminares da tribuna sagrada.

E Ledo recebido em escaler, cujo improvisado patrão era um *irmão* que o esperava, foi levado para o navio mercante, onde *ccou* com alguns outros *irmãos*, e no dia seguinte saiu barra-fora para Buenos Aires.

Quem não achar *muito bonita* esta conspiração anti-oficial, este generoso auxílio da *maçonaria*, é incapaz de compreender o *belo* na sociedade, e na vida dos homens.

A *Chiquinha* passou o resto daquela noite de despedida a chorar saudosa e tristemente; no outro dia ainda chorou; mas no seguinte recomeçou a rir e a cantar modinhas e lundus, como dantes.

Sina das que são *Chiquinhas*, como ela o era.

A devassa contra os supostos conspiradores e revolucionários continuou, e é triste lembrar que entre as *testemunhas* comprometedoras dos patriotas desterrados e de Joaquim Gonçalves Ledo se contaram companheiros dos mesmos na revolução gloriosa da independência, e que uma dessas testemunhas da devassa foi o poeta Bernardo Avelino.

Quando cerca de dois anos depois Ledo voltou para o Rio de Janeiro, se ainda conservava lembranças da *Chiquinha*, teve o desgosto de não encontrá-la mais nem na *Rua do Ouvidor*, nem em alguma outra da cidade.

A bonita, mas pobre e infeliz rapariga, seguindo seu mísero destino, um dia bateu as asas, e como não tinha de quem despedir-se, ninguém soube para onde ela voou.

A *Chiquinha* foi um pirilampo na *Rua do Ouvidor*.

Não sei bem determinar qual foi a pequena casa térrea, onde morou o poeta Bernardo Avelino, e por isso não a indico.

Do lado esquerdo da rua e perto do *largo* hoje *Praça de S. Francisco de Paula* mostra-se o grande sobrado, que é desde muitos anos ocupado pelo *Hotel Ravot*.

Foi essa casa propriedade de José Luís de Carvalho e Melo, e ainda o é de seu digno filho, do mesmo nome e título nobiliário.

Luís José de Carvalho e Melo, deputado da constituinte brasileira, ministro dos negócios estrangeiros a 15 de Novembro de 1823, e conselheiro de estado e um dos colaboradores e signatários do projecto da Constituição que foi jurada a 25 de Março do ano seguinte, visconde da Cachoeira, e senador do Império, foi jurisconsulto de alta reputação, magistrado probo e justo, e varão de muito merecimento e de virtudes.

Conservou-se no ministério com a pasta dos negócios estrangeiros até 1825, e faleceu em 1826.

De 15 de Novembro de 1823 até sua morte o visconde da Cachoeira sofreu quebra considerável de sua popularidade; porque o partido liberal do Brasil não lhe perdoou o ter entrado para o ministério três dias depois da dissolução da constituinte (da qual fora membro distinto e muito considerado), tomando por esse facto manifesta responsabilidade daquele desastroso golpe de estado.

Como o visconde da Cachoeira também o marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) igualmente deputado da constituinte, e conselheiro de estado e colaborador do projecto da Constituição em 1823, ficou *suspeito*

aos liberais que retiraram dele todas as suas simpatias e toda a confiança.

Entretanto eram ambos liberais moderados, notáveis e ilustrados pensadores, que após a dissolução da constituinte provàvelmente entenderam que o seu dever de patriotismo exigia deles o sacrifício da popularidade que gozavam, em proveito, e no interesse da *monarquia constitucional representativa*, que fora, e era o sistema de governo de suas ideias políticas.

A história começou já a fazer justiça aos varões ilustres mal julgados pelas paixões da época.

Em frente à casa do visconde da Cachoeira, ou do *Hotel Ravot* vê-se uma outra de duas portas e de dois pavimentos, actualmente ocupada por loja francesa de *toilettes*.

Foi nesse modesto *ubi* que se fundou em Maio de 1869 a *Reforma*, órgão do partido liberal em oposição.

Como já ficou dito, Sabino Reis, finado este ano em Paris, foi o gerente, e dedicadissimo administrador da *Reforma*, que lhe deveu sacrifícios de tempo, de actividade e de dinheiro.

Tenho saudades da primeira época daquele diário político liberal que iniciou na sua redacção a prática generosa de ser cada artigo assinado pelo seu autor: nem uma só vez deu-se abuso ou dissímulo do próprio nome com o empréstimo de alheio: nem um só dos escritores liberais recuou jamais ante a responsabilidade das suas ideias, e do seu esgrimir na polémica séria, enérgica, e às vezes ardente com os adversários. Estava também sistemática ou consequentemente assentado, que dada a hipótese de responsabilidade efectiva de qualquer artigo, o seu autor se apresentasse pronto a sujeitar-se à acção da lei (*).

Essa prática não pode resistir por muito mais de ano à luta desigual com os *anónimos* da imprensa adversária.

A *Reforma* seguiu seu caminho prestando serviços, como ainda presta, ao partido liberal, de que é órgão na imprensa; mas eu creio que ela não teria a influência que teve e tem entre os liberais do Império, se não rompesse logo em Maio de 1869, ganhando incontestável força moral com os seus artigos *todos assinados* por escritores liberais, *todos bem conhecidos* e todos tomando a responsabilidade legal de suas ideias, e do modo ou da *forma*, com que menos ou mais fervorosos as expunham e pregavam.

Este capítulo saiu-me quase todo cheio de reminiscências políticas, de que, suponho-o, os meus leitores gostam menos, do que de tradições de outro género.

Mas a *Rua do Ouvidor* é de todas as da cidade do Rio de Janeiro a mais leviana e a mais grave, a mais mentirosa e a mais verdadeira, a mais absurda e a mais profética rua política: rivaliza nesse ponto com a nossa *Praça do Comércio*, e portanto era de indeclinável dever meu registrar nestas *Memórias* as suas casas notáveis em relação à política.

NOTAS AO CAPITULO XVI

(1) Eco dos movimentos constitucionalistas que deflagraram, antes no Porto, e depois na Bahia e no Pará. A proposito vemos em Oliveira Lima: "O movimento de 26 de fevereiro, em prol de uma Constituição vaga, foi por conseguinte tão espontaneo quanto pode ser um movimento subversivo do seu genero, a saber, que a conspiração urdida e propagada por alguns cabecilhas, encontrara rápido e franco apoio porque correspondia a uma aspiração latente de mudança. Entre esses cabecilhas mencionava Maler (980) um certo major Antonio de Pádua da Costa e Almeida, filho do antigo comandante da praça de Almeida, fuzilado em Lisboa como réu de traição por haver feito entrega dela ao marechal Massena na sua invasão; um outro major Antonio Duarte Pimenta, destacado para a India, depois de ter militado com Lecor e de haver sido condenado a três anos de prisão por mau comportamento e insubordinação, mas protegido por "pessoas da familia real"; o padre Goes, clérigo que vivia escandalosamente em teatros e roletas, e o padre Macambôa, outro eclesiástico que advogava no foro". (*Dom João VI no Brasil* — Livraria José Olimpio — 3º volume — Pag. 1128).

(2) Nasceu no Rio em 1781. Morreu em 1847. Educou-se em Coimbra e, de volta ao Brasil, teve ação destacada nas lutas preparatórias da Independência, e depois dela. Liberal, roçando o republicanismo, redigiu com Januario Barbosa o "Reverbero Constitucional". Teve atuação destacada no movimento do "Fico". Atuando na maçonaria, foi um dos seus mentores e sabido é o valor e sentido da influencia maçonica no processo de nossa Independência. Biografa-o minuciosamente o Sr. Afonso de Taunay (*Grandes Vultos da Independencia Brasileira* — Melhoramentos — São Paulo — 1922).

(2a) A essa lista poder-se-ia acrescentar o nome do proprio circunspecto Dom Pedro II. A historia dos amores do segundo Pedro está ainda para ser devidamente contada. Desde o caso matrimonial com a futura Imperatriz que ele conhe-

cera a principio através de um retrato feito por pintor benevolo, o que acabou resultando numa sensação de surpresa da parte do Imperador quando a viu evidentemente menos formosa na sua realidade de carne e osso. Não faltaram sequer os classicos "potins": "A imprensa pornografica tomou mais de uma vez o Imperador como alvo das suas manipulações. Censura-se-lhe ter uma ligação amorosa (o velho alquebrado homem!) com uma dama do "high-life" do Rio ou de Petropolis, cujos favores ele teria obtido com a assinatura do contrato de Copacabana. Agora o representam como um velho dandy, que se conduziu de forma risivel, como um louco enamorado, no baile da condessa de Barral, e que esquece e maltrata os interesses nacionais entre os braços da Circe cubana (a dama em questão é uma cubana)". (Koseritz (Karl von) — *Imagens do Brasil* — Trad. por Afonso Arinos de Melo Franco — Livraria Martins — São Paulo — Pag. 76). Outro possivel caso do imperador poderia ter sido com a famigerada atriz Ristori. João Caetano tambem a apreciava e não sem ser correspondido. Conta o biografo: "João figurava tambem entre os multiplos admiradores da sua arte. Arcades ambos.....

E poucos dias depois era a nota escandalosa nos corredores do Paço Imperial, a historia da corrente.....

Chega o caso aos ouvidos de Pedro Segundo. O bom monarca não crê. E para certificar-se que o fato era mentiroso, manda ordem a João para que não faltasse ao proximo beija-mão.

Chega o dia deste.

.....

De subito desce de sua carruagem brazonada (...) João Caetano dos Santos .....

Ao erguer-se, porém, Pedro Segundo olha-lhe o cinto de seda azul e branco e franze os supercilios, severamente.

João compreende.

E' que, de lado a lado, atravessando a faixa alva e azul, trouxera o grande ator a corrente de ouro e perolas que a Ristori lhe dera.

E João sabia tambem que essa corrente fora um presente do Monarca à celebre cantora lirica.

Depois desse beija-mão, nunca mais Pedro Segundo tratou João como de hábito e, não só não lhe concedendo honrarias, co-

mo, desamparando os filhos do imortal trágico, permitiu que Alencar fizesse com que lhe cortassem a subvenção.

Morto João, Pedro Segundo mandava, apenas a Estella Sezefreda, de seu bolso particular, uma pequena quantia para que ela não morresse à míngua". (Cruz (Administor Vergueiro da) — *Os Fluminenses no Teatro Brasileiro* — Companhia Editora Fluminense — 1928 — Niterói — pag. 86 ss.). Indisfarçavel o ciume do monarca.

(3) Por alturas de 1822 havia no Brasil três lojas metropolitanas: "Comercio e Artes", "União e Tranquilidade" e a "Esperança de Niterói". Rigorosamente politicas, correspondiam a um verdadeiro partido, cujo objetivo primordial era a proclamação da Independencia do Brasil. Estas três lojas constituiram o Grande Oriente do Brasil, independente do Grande Oriente Lusitano, o que era perfeitamente coerente com as suas tendencias emancipadoras.

O primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil foi José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca.

A ação da maçonaria no preparo da Independencia brasileira é geralmente encarecida pelos historiadores daquele periodo de nossa evolução politica. Maçons foram todos os grandes lideres da Independencia. O periodico "Reverbero", que fazia a propaganda da causa emancipadora, era dirigido pelos maçons Gonçalves Ledo e Januario da Cunha Barbosa (pertenciam à "Comercio e Artes"), como havia sido maçon Hipolito José da Costa Pereira, fundador, em Londres, do "Correio Brasiliense" tambem orgão da Independencia. O movimento de que resultou a permanencia do Principe Regente no Brasil, e que culminou com o famoso dia do "Fico" foi obra da maçonaria do tempo. O Principe dissera como a historia registrou: "Se é para bem de todos e a felicidade geral da nação, diga ao povo que fico; e recomendo união e tranquilidade". A designação da Loja "União e Tranquilidade" vem daí.

À maçonaria, sob a inspiração e a direção de Ledo, devem-se os primeiros passos no sentido de obter-se a constitucionalização do país, trabalhos que culminaram com a convocação, pelo Principe, de um Conselho de Procuradores Gerais Provinciais, verdadeiro orgão consultivo e legislativo do Governo, com o que ficavam sobremaneira diminuidos os poderes absolutos de Dom Pedro.

À inspiração da maçonaria deve-se a concessão, ao Principe, do titulo de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil.

Dom Pedro ingressou na maçonaria a 2 de agosto de 1822, acabando por atingir o Grão-Mestrado.

A Independencia proclamada a 7 de setembro, a ata da sessão do Grande Oriente do Brasil do dia 9 é significativa quanto à posição da maçonaria. Transcrevemos apenas a sua parte inicial:

"Da ata da sessão de 20 do 6º mês do mesmo ano de 1822 (9 de setembro) consta não só que tendo sido convocados os maçons membros das três lojas metropolitanas para esta sessão extraordinaria, com o especificado fim adiante declarado, sendo tambem presidida pelo primeiro Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, no impedimento do Grande Mestre José Bonifácio, aquele dirigira do sólio um energico e fundado discurso, demonstrando, com as mais sólidas razões, que as atuais politicas circunstanciais de nossa patria, o rico, fertil e poderoso Brasil demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa independencia, e da realeza constitucional na pessoa do augusto principe, perpetuo defensor do reino do Brasil; mas tambem, que esta moção foi aprovada por unanime e simultanea aclamação, expressada com o ardor do mais puro e cordial entusiasmo patriotico. Que, sossegado mas não extinto o ardor da primeira alegria dos animos por verem prestes a realizarem-se os votos da vontade geral pela independencia e engrandecimento da pátria, propusera ainda o mesmo Primeiro Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da pátria, que se propunha o perdessem convencidos pelos debates, de que a proclamação da Independencia do Brasil, era a ancora de salvação da mesma pátria. Em consequencia do que, dando a palavra a quem quisesse especificar seus sentimentos, falaram vários membros, e posto que todos aprovavam a moção, reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a independencia do Brasil e de ser aclamado rei dele o principe D. Pedro de Alcantara, seu defensor perpétuo e constitucional. Contudo, como alguns dos mesmos opinantes mostrassem desejos de que fossem convidadas as outras provincias coligadas para aderirem a nossos votos, e efetuar-se em todas simultaneamente a desejada aclamação, ficou reservada a discussão para outra assembléia geral, sendo todos os maçons presentes encarregados de disseminar e propagar a persuasão de tão necessaria medida publica."

A Maçonaria auxiliara a fazer a Independencia, mas Dom Pedro acabava, sob a instigação de José Bonifácio, por determinar a suspensão dos seus trabalhos. Para guerrear a influencia maçonica, o Patriarca fundou, por sua vez outra sociedade secreta — o "Apostolado" — e pôs à sua frente, com o titulo de Grande Arconte, o proprio Imperador. Esta nova associação tramará contra D. Pedro I que determinará tambem a suspensão de suas atividades, ao mesmo tempo que a perseguição e o exilio de José Bonifácio.

Depois da abdicação de D. Pedro I, funda-se no Rio o Grande Oriente Nacional Brasileiro, seguido pouco mais tarde, da restauração sob o Grão Mestrado de José Bonifácio, do Grande Oriente do Brasil, autonomos e adversos. Para aumentar a confusão maçonica, cria-se logo após, um Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito.

(4) José Clemente Pereira nasceu em 1787 no bispado de Pinhal em Portugal. O ano de sua chegada ao Brasil que Macedo deixa em duvida foi 1815. Foi juiz de fora na vila real da Praia Grande, posteriormente na Corte — teve atuação no movimento da independencia, combatendo as pretensões do partido português. No "Fico" foi quem redigiu a mensagem do Senado da Camara a D. Pedro I, deputado depois pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, Minas e Pará; Ministro da Guerra, teve papel no chefiamento da Revolução Liberal de São Paulo e Minas (1842). Foi presidente do Tribunal do Comercio (1850) e desembargador. Em 1850 foi incumbido do serviço de combate à febre amarela. Morreu em 1854. (Cfr. Moreira Azevedo — *Obra citada* — 1º vol. — Pag. 399 ss.).

(5) Nasceu no Rio em 1780. Foi discipulo do poeta Silva Alvarenga. Seguiu a carreira religiosa, alcançando prenome como orador sacro; em 1814, professor de filosofia moral e racional, depois da independencia redigiu o "Reverbero". Por sua atuação foi exilado para a França. Voltando ao Brasil foi eleito deputado por sua provincia; escritor, teve numerosa produção literaria. Com o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos fundou em 1838 o Instituto Historico. Morreu em 1846. (Cfr. Moreira de Azevedo — *Obra citada* — Vol. II — Pag. 135 ss.).

(6) Dá ideia da furia sadica com que no Brasil e sempre sob a capa do anonimato se atassalhava a honra alheia esse trecho de Julio Ribeiro:

"Agora, "horresco referens", soa estridula a nota caracteristica da imprensa luso-americana, o nosso invento jornalistico, a parte essencialmente brasileira, a secção livre, vasta cloaca onde, a tostão por linha, tem o direito o mais réles "voyou" de vir sentar-se, de cara descoberta ou mascarado, para expelir comodamente a bilis fétida que lhe acumulou nas visceras o despeito, o ódio, a paixão baixa, o interesse ferido, a vaidade beliscada, a pequenina contrariedade...

Oh! neste departamento claro-escuro, donde fugiram espavoridas a limpeza e a verdade, é que se acotovelam, é que se espolinham os "Democritos" e os "Diderots", a máscara, a covardia, a calunia, o aleive; é nele que se conspurcam os carneteres; é nele que se fazem insinuações pérfidas como os beijos de Judas, letiferas como as dentadas da áspide... E' a ele que descem os proprios redatores da folha, quando não querem carregar lealmente com a responsabilidade do que escrevem!" (Ribeiro (Julio) — *Cartas Sertanejas* — Ed. e Publ. Brasil — Pags. 32 e 33).

CAPITULO XVII

Como depois de saudar, de antemão, o termo da nossa viagem pela *Rua do Ouvidor*, paramos em frente da imensa loja de modas *Notre Dame de Paris*, encontramos nela compreendida a antiga e pequena casa *célebre* que foi loja de papel e de objectos de escritório do *Passos*, republicano inofensivo, mas inabalável, de cuja velha mesa de pinho na saleta do fundo ainda muita gente há-de lembrar-se: como em seguida às recordações do *Passos*, trata-se por excepção da grande *loja de modas* composta de *lojas confederadas* com sala central, armazém no fundo, sobrado por cima, portas de entrada e de saída, aqui, ali, e acolá, e tudo de modo a tornar indispensável uma carta topográfica para uso dos freguezes, e a propósito conta-se a história ingénua de Alexandre e de Elvira, dois noivos namorados, que andaram mais de uma hora perdidos um do outro na loja de modas *Notre Dame de Paris*. E com essa história põe-se o suspirado ponto final nas *Memórias da Rua do Ouvidor*.

Haja alegria!...

Hoje, sim, chega definitivamente a seu termo a nossa viagem pela *Rua do Ouvidor*.

Ainda em frente da casa do visconde da Cachoeira e do actual *Hotel Ravot*, ostenta-se conquistador de antigos humildes tectos o — armazém — ou bazar — ou loja *logíssima* de modas denominada — *Notre Dame de Paris*.

Por excepção nas minhas abstenções de coisas e casas da actualidade, terei de contar uma *história ingénua*, de que foi teatro inocente essa loja *logíssima*, que ainda

ninguém calcula onde irá parar em suas conquistas ao norte, ao sul, a leste e a oeste.

Agora lembrarei que a *segunda porta* e nos limites do segundo *departement* actual, e a pouco mais de 20 anos assento ali inicial daquela *Notre Dame de Paris*, pouco antes era célebre pequena casa térrea de duas portas para a *Rua do Ouvidor* e de fundo muito limitado.

Desde anos antes de 1840 até depois de 1853, com certeza, essa casa térrea apresentava simples muito simples loja de papel e de objectos de escritório, e onde também se vendiam, com regular porcentagem, *periódicos políticos*; sòmente, porém, os *do partido liberal*.

Não sei bem donde provinha esse exclusivismo, se da intolerância do proprietário da loja, se da antipatia ou também da intolerância dos *conservadores*. E' provável ou quase certo que as duas intolerâncias contribuissem para o facto.

Era essa a célebre loja do *Passos*.

Homem, cuja instrução se limitava à primária; mas de ideias claras, e de carácter muito firme, o *Passos* era em política inofensivo republicano; mas ligado ao partido liberal que fez decretar a maioridade do Imperador.

Já avelhantado e sujeito a ataques erisipelatosos nas pernas e ainda assim de actividade e diligência notáveis, e de economia que levava à exageração o *Passos*, que morava no bairro da Glória, vinha todos os dias de manhã a pé para sua loja, da qual só se retirava à noite (1).

Havia quem se queixasse do *Passos* pelo zeloso cuidado com que ele guardava o que era *seu*, e pelas consequências da exageração da economia em transações, à que dificilmente se prestava; mas nunca houve pessoa alguma que pusesse em dúvida a fidelidade de suas contas.

Fora dos negócios, em que se impunha positivo, e frio como a aritmética, o *Passos* era outro homem.

De mediana estatura, de cor morena; casca grossa, de olhos pequenos, de músculos faciais quase inertes e todavia de expressão fisionómica agradável, atractiva para os amigos, e em geral para os *liberais conhecidos e pronunciados*, o *Passos* teve sem o pensar nomeada que lhe ia custando cara.

Em política era de tolerância *absolutamente ilimitada*; mas só com os liberais: recebia, agradava, atraía aos liberais de todos os matizes... sòmente porém aos liberais.

Em frente da sua loja estava o balcão, até o qual eram admitidos todos os compradores de papel, de objectos de escritório, e de periódicos liberais, todos, ainda mesmo os mais ardentes conservadores (dos quais aliás nenhum lhe entrava na loja): mas do balcão para dentro o caso era muito diferente.

O fundo da loja era uma saleta modestíssima, pobre; no meio da saleta havia rude e velha mesa de pinho; mas em torno dessa mesa sentavam-se frequentemente quase todos os dias, honrando a sociedade do *Passos* muitos liberais pronunciados na imprensa e no parlamento, e alguns dos chefes do partido liberal.

Eu por mim dou testemunho de que no meu tempo ainda lá encontrei muitas veres o actual Sr. visconde de Abaeté (2), o velho Costa Ferreira, barão de Pindaré (assíduo e espirituosíssimo conversador), o senador Alencar, Sales Torres Homem, depois visconde de Inhomerim, o Dr. José de Assis, o padre José Antonio de Caldas, que com o Ratcliff (3) e outros fora condenado à morte em 1824, Teófilo Otôni e muitos outros.

Mas a data de 1848 em que ainda florescia no fundo de sua loja o *Passos*, prova que ele por firmeza de carácter, e de ideias políticas, não quebrara, nem torcera com a experiência da adversidade; por que em 1842, tendo rebentado as revoltas liberais das províncias de São Paulo e de Minas Gerais, e sabendo o governo com reais

e bons fundamentos, que o principal foco da conspiração revolucionária estava no Rio de Janeiro, fez prender o actual Sr. visconde de Abaeté, a Sales Torres Homem, Dr. Meireles e outros, entre os quais o depois meu amigo *Passos*, que era em verdade incorrigível republicano de aspirações, ardentemente desejoso do triunfo daquelas revoltas; incapaz, porém, de fazer por elas sacrifícios que aproveitassem à causa que fora levada ao campo da ilegalidade, e dos combates.

Ainda bem que por excepção individual um pouco menos violento e opressor o governo, limitou-se a pôr o inofensivo *Passos* debaixo das vistas da polícia, e o excluiu do número dos nobres proscritos de então.

Mas o *Passos* não se corrigiu!... em 1848 e ainda anos depois conheci-o, frequentei-o, e sempre o apreciei inabalável em suas opiniões, com as quais morreu.

Como todos os homens, ele tinha predilecção firmada em confiança. O varão predilecto do *Passos* era o célebre e estimadissimo estadista Limpo de Abreu, o actual Sr. visconde de Abaeté.

Quando morreu, o *Passos* deixou em verba testamentária pequeno legado; mas grande prova de amizade antiga e profunda ao Sr. visconde de Abaeté, o qual aliás (sempre é bom dizê-lo) nem soubera, nem procurara saber se o seu amigo tinha feito ou não testamento.

O *Passos* foi verdadeiro exemplo de lealdade e de firmeza inabalável em suas ideias políticas: era rude e pertinaz republicano, que todavia fraternizava com os monarquistas liberais, sendo-lhe só impossível entender-se com os *conservadores*.

Se a sua agreste e velha mesa de pinho no fundo da loja falasse, diria coisas capazes de apagar crenças no ânimo do povo, e de confundir e de envergonhar não pouco *varões ilustres*.

Felizmente ninguém sabe onde pára a tradicional velha mesa de pinho, e que o soubesse alguém, a pobre mesa não poderia repetir os cantos de palinódia, e as escandalosas metamorfoses políticas que contrastaram com as protestações e juramentos de propaganda de constituinte e de republicanismo, que junto dela o *Passos* ouviu entusiasmado de 1849 em diante para morrer poucos anos depois ainda republicano, mas descrente e maldizendo dos seus republicanos mais ardentes, que se transformaram em *dedicações sem limites* da monarquia.

O *Passos* ganhava muito pouco na sua loja, e creio que só a mantinha como centro de reunião diária de amigos políticos, e porque não pagava aluguel da casa, que era de sua propriedade.

As desilusões políticas, o desgosto profundo que lhe causou o ver que alguns dos liberais e republicanos, em quem muito confiara, tinham quase de súbito desertado para os arraiais conservadores, levaram o *Passos* a pensar mais sèriamente nos cuidados que exigiam as suas erisipelas, a fechar a loja e a vender a casa a M. Décap.

E ainda bem que ninguém pode dizer ao velho *Passos*:

— *Faites des perruques.*

Quando M. Décap comprou a casa do nosso amigo *Passos*, já se achava estabelecido com a sua loja de modas, creio que no pavimento térreo da casa onde floresceu o *Hotel Damiani*; de modo que não lhe foi preciso senão atravessar a rua, indo quase de um salto ocupar o seu tecto próprio.

Que mudanças e que conquistas efectuadas em menos de um quarto de século!...

A loja de modas *Notre Dame de Paris*, que começou com *uma porta e duas vidraças* na antiga casa do *Passos*, tem hoje doze (contadas as portas e as *vidraças*) abrindo-se para a *Rua do Ouvidor*: as *casinhas* térreas trans-

formaram-se em vistoso sobrado, cuja frontaria é iluminada na linha superior por numerosa série de bicos de gás.

E não pára aí a história.

Não podendo (por ora) levar além suas conquistas à direita e à esquerda na *Rua do Ouvidor*, M. Décap avançou pelo fundo em direcção à *Sé Velha* ou à Igreja do Rosário, e diante dela abriu saída de importância estratégica com uma fortaleza de portão de ferro. Finalmente (por ora), o insaciável conquistador acaba de realizar, com hábil *marcha de flanco*, novo aumento de domínios laterais, que abrem atractiva comunicação com a *Praça de S. Francisco de Paula*, para a qual apresenta gracioso *chalet*.

Em falta de espaço para jardins, o vasto sobrado da loja é um tecido de labirintos, onde os estranhos e curiosos importunos perder-se-iam sem achar fio de Ariadne.

A loja *Notre Dame de Paris*, bem que não seja exclusivamente de fazendas e de modas francesas para senhoras é contudo principalmente atraidora do belo sexo, e representa no seu imenso mundo capital avultadíssimo, que deve vencer *juros* pagos pelos consumidores e consumidoras; além disso, a loja contém e alimenta numerosa *população* de empregados de escritório, de caixeiros às dezenas, de modistas e costureiras em número elevado, de serventes e criados todos vencendo honorários a aluguéis.

Calculem a despesa do estabelecimento que aliás floresce e se agiganta!... que soma de contos de réis gastos anualmente com essa população!...

Calculem o que ganham em seu comércio as muitas outras embora menos gigantescas lojas de modas da *Rua do Ouvidor*, e hoje de outras ruas.

Calculem e façam ideia do que custa a moda e a elegância da cidade do Rio de Janeiro!...

Porque em cada corte de seda, em cada *toilette*, em cada chaile, chapéu, gravatinha, etc., a compradora paga e deve pagar no seu tanto proporcional, além do valor e lucro do objecto que adquire o aluguel da casa, e os honorários dos empregados de escritório, dos caixeiros, das modistas, das costureiras, dos serventes e dos criados, e antes de tudo isso os tributos da alfândega, que na verdade são de arrasar!...

Minhas belas e Exmas. leitoras, eu devo confessar a mais incontestável verdade: as modas, o luxo, a chamada elegância das senhoras custam muito caro!... mas também juro, e sustento que as senhoras merecem isso e muito mais; têm direito de educação mal dirigida; imposta, porém, pela sociedade despótica e opressora do sexo feminino a esses sacrifícios materiais, que são em enfeites, flores e fantásticos artifícios, adornadores fictícios, efémeros, pobres compensações da escravidão da mulher em nossa vida, e em nossos costumes sociais.

Portanto bem podia haver ainda mais duas dúzias de lojas de modas, como a de *Notre Dame de Paris* na cidade do Rio de Janeiro sem que o *sexo feio* tivesse o direito de queixar-se dos tributos que paga à vaidade do *belo sexo*.

Quanto a mim a loja de modas *Notre Dame de Paris* só apresenta possíveis inconvenientes na grande extensão dos seus domínios que acabaram por tornar indispensável aos seus fregueses conhecimento exacto de sua carta topográfica.

E vem aqui a propósito a *história ingénua* que prometi contar.

D. Elvira tem apenas 16 anos de idade e está casada há quatro meses. Alexandre de Menezes, o escolhido do seu coração, jovem bonito e rico que ainda vai completar os seus 22 anos.

Duas crianças, noivos, que passam a lua de mel a brincar, dois namorados que vivem em doces enlevos a acariciar-se mùtuamente. Elvira e Alexandre ainda não podem separar-se durante uma hora sem saudades.

O mais ligeiro incidente, um espinho de roseira que no jardim prenda passageiramente o vestido de Elvira, sobressalta Alexandre, temeroso de algum arranhão no pé ou no braço da esposa; esta, se uma abelha morde a bela fronte do noivo, se aflige, e maldiz das flores que atraem as abelhas.

São dois esposos que se viverem vinte e cinco anos, hão-de celebrar o casamento de prata, e se chegarem aos cinquenta celebrarão o de ouro.

Agora suponham que o que vou referir se passou há dois meses, ou há um mês, ou há quinze dias, pouco importa quando.

Um dia Alexandre levou Elvira a passear pela *Rua do Ouvidor*; um criado os acompanhava; porque naturalmente o jovem esposo contava que a menina esposa, comprando cortes de sedas e enfeites, quereria fazê-los conduzir logo para casa.

Esta explicação seria de todo vã, se ela não servisse para indicar que os dois noivos preferiam sempre passear, estar, viver a sós.

Era uma hora da tarde: os esposos namorados tinham já tomado sorvetes, falado para Petrópolis pelo telefone, admirado tranças e crescentes para penteados, que Elvira não comprou, *lastimando-se* de não poder usá-los; porque os seus cabelos negros e ondeados que soltos lhe cairiam até um palmo acima dos pés, e para a frente levados a esconderiam toda em densa nuvem de enchentes de anéis, não lhe permitiam sem *hipérbole* monstruosa crescente suplementar.

O criado já levava em cartões, caixas e embrulhos duas ricas *toilettes*, um chapéu maravilhosamente extrava-

gante, três cortes de seda para vestidos, duas estupendas saias de cauda, um delicadissimo guarda-jóias e não sei que mais...

Era uma boa carga de objectos de luxo conduzida um pouco *fora de vila e termo*, atrás daquele casal de pombinhos que não davam satisfações ao mundo; porque na perfeita felicidade do seu amor só se ocupavam de si mesmos.

O egoísmo abençoado!...

Era, porém, uma hora da tarde, quando Alexandre e Elvira, já de volta de seu passeio entraram na loja *Notre Dame de Paris*, pela segunda porta, segunda para quem sobe a rua.

E' indispensável breve indicação topográfica para que possam entender a história aqueles que não conhecem a casa de modas *Notre Dame de Paris*.

Abre ela para *Rua do Ouvidor* quatro lojas como independentes, e cada uma com duas vidraças de exposição, e sua porta de entrada: todas quatro se comunicam; porque cada qual tem sua porta, ou antes passagem lateral, e todas quatro acabam no fundo completamente abertas para a galeria central de exposição de vestidos, de *toilettes*, etc.

A galeria central comunica-se pelo lado direito com um vestíbulo que tem porta para a *Praça de S. Francisco de Paula*, e pelo fundo um pouco à esquerda com a porta da escada para o sobrado, e bem no meio lança corredor que termina no armazém, que mostra o seu portão de ferro diante da Igreja do Rosário, ou da Sé velha.

Ora bem: os dois esposos namorados entraram na segunda das quatro lojas confederadas, isto é, na loja das *sedas*.

Elvira ficou embevecida examinando belíssimas sedas que lhe apresentavam, e Alexandre vendo lindos vestidos

expostos na galeria central, subiu a esta para escolher algum e preparar com ele surpresa agradável à esposa.

Enquanto Alexandre escolhia o vestido, Elvira deu por falta do marido, e foi procurá-lo na terceira loja; e em seguida na quarta.

Mas o esposo estremecido, tendo feito a escolha, de que se ocupara, e dado as suas ordens, desceu da galeria central e pôs-se a viajar pelas quatro lojas *confederadas*, em busca de Elvira, que aliás acabava de subir para a mesma sala, donde ele tinha saído.

Por explicável vexame, nem Alexandre perguntava aos caixeiros por Elvira, nem esta pelo marido, e um e outro andavam a fazer voltas pelas lojas e pela galeria central, não lembrando a nenhum dos dois que o mais acertado era ficar esperando.

Essa ideia veio enfim; mas infelizmente ao mesmo tempo a ambos: Alexandre na primeira loja, e Elvira na quarta esperaram debalde um pelo outro dois ou três minutos.

Perturbaram-se os dois esposos namorados sem saber o que pensassem e foram de mal a pior.

Alexandre pôs-se de novo a procurar Elvira, e foi dar consigo no armazém do fundo da casa, e sòmente parou esbarrando no portão de ferro, e vendo defronte a Sé velha.

Elvira agitada e temerosa a buscar o marido saiu pela porta que abre para a *Praça de S. Francisco de Paula*, e, perdendo a diligência, deu volta pela *Rua do Ouvidor*, e apenas achou o criado que esperava firme à porta da segunda loja.

Não lhe dando o criado notícias do marido, Elvira pensou nas modistas e nas costureiras, e, ciumenta pela primeira vez, avançou para dentro da loja, atravessou a galeria central, e subiu para o sobrado.

Alexandre voltava então do armazém do fundo, e se tivesse levantado os olhos para a escada, diante da qual passava, teria visto a esposa subindo-a; ele, porém, vinha já desapontado; porque um caixeiro que fora em serviço ao armazém acabava de dizer-lhe que *sua senhora* tinha saído pela porta da *Praça de S. Francisco de Paula*.

Por essa mesma porta se lançou Alexandre, e depois de gastar brevissimo tempo a olhar para todos os lados sem avistar a sua Elvira, fez o que ela tinha feito, deu volta pela *Rua do Ouvidor*, e foi encontrar o criado imóvel no seu posto de obediência.

Sabendo que Elvira há pouco entrara de novo na loja, o esposo namorado e já se não suspeitoso ao menos apreensivo, recomeçou os seus rodeios pelas lojas até que lhe veio à lembrança o sobrado, e partiu para atravessar a galeria central, e subir a ele.

Elvira não se perdeu nos labirintos do sobrado; porque conhecia bem o caminho das salas das modistas e costureiras, e lá chegando, pedia, para dissimular loucas suspeitas que trazia, que lhe mostrassem os mais ricos vestidos feitos, enquanto com olhos penetrantes, e com instinto feminil estudava fisionomias, e procurava indícios, do que em ciúmes imaginara...

No meio da exposição e elogios que lhe faziam de *delirantes* vestidos, Elvira preocupada e menos circunspecta voltou-se rápida e sem explicações, sem despedida saiu acelerada.

A modista, que acudira ao seu chamado, e que assim ficara *sem saber como* com um vestido entre as mãos e a freguesa em retirada, disse em francês às companheiras:

— Esta senhora trouxe e leva ou o marido ou o amante em incendio na cabeça.

Vejam como a senhora mais honesta, e nenhuma podia sê-lo mais do que Elvira, se expõe por imprudentes comoções mal contidas a maus e injustos juízos!...

Mas, feliz coincidência, quando Elvira, tendo descido a escada, voltava pela sala central para a primeira loja, Alexandre vinha da segunda para subir no sobrado.

Era isso ao mesmo tempo, e ainda assim tão desatinados ambos, que já passavam sem se ver, nem dar um com o outro, quando Elvira, que era sempre mulher, ao olhar-se embora sem parar, a um espelho, viu nele a imagem de Alexandre em rápido vôo, e gritou-lhe doce e ansiosamente:

— Alexandre!...

O final da história adivinha-se.

Os dois noivos namorados quase que se abraçaram ali mesmo; mas ainda bem que apenas risonhos e aditados limitaram-se a apertar as mãos em consideração aos circunstantes.

Ah! e se não fosse o espelho?!!!

Eram duas e meia horas da tarde, quando Alexandre e Elvira perdidos um do outro desde mais de uma hora conseguiram encontrar-se!...

Que *se mirem naquele espelho* as minhas Exmas. leitoras e os meus leitores para que penetrando naquela imensa república de *lojas confederadas*, de *territórios anexos*, e de portas de entrada e de saída, e de labirintos do sobrado da grande e espaçosíssima loja de modas *Notre Dame de Paris* não se exponham por leve descuido a perderem-se alguma vez os pais e as filhas, os maridos e as esposas, como aconteceu a Alexandre e a Elvira!

Agora cumpre-me declarar que a história ingénua de Alexandre e de Elvira foi por mim imaginada sem malícia alguma e só no intuito de oferecê-la em despedida às minhas Exmas. leitoras, e amolados leitores; pois que recebe aqui o seu ponto final as *Memórias da Rua do Ouvidor*.

FIM

NOTAS AO CAPITULO XVII

(1) "Limpo de Abreu pertencia à legião dos boateiros que, com o intuito de excitar a opinião pública, comparecia todos os dias na Loja do Passos, à Rua do Ouvidor, onde espalhava boatos sobre as vantagens das forças revolucionárias". (Magalhães (Bruno de Almeida) — *O Visconde de Abaeté* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1939 — Pag. 157).

(2) Antonio Paulino Limpo de Abreu nasceu em Portugal. Foi Presidente de Provincia, Deputado à Assembleia Geral Legislativa em varias legislaturas, Presidente da Camara, Senador do Império, Presidente do Senado, Conselheiro de Estado, ministro numerosas vezes. A sua participação na Revolução Liberal em 1842 valeu-lhe a pena do degredo. (Cfr. Magalhães (Bruno de Almeida) — *O Visconde de Abaeté* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1939).

(3) Tobias Monteiro discute a gloria de Ratcliff: "Destemido e impetuoso tornou-se desde logo o alvo principal da reação. Era filho de polaco, servira como oficial numa secretaria de Estado em Lisboa, e de lá fugira após a queda das Cortes, inflamado de paixão liberal. Poucos dias após sua chegada ao Recife, conquistava a completa confiança de Carvalho, ao ponto deste apresentá-lo ao comandante da divisão do sul, como capaz de desempenhar toda e qualquer comissão.".....

"Aventureiro era tambem Ratcliff; ele mesmo virtualmente qualifica-se assim, quando diz nas referidas notas que os melhores filhos de Portugal jazem "encarcerados ou vagam como aventureiros em paizes longinquos". Esse escrito serve muito para compreende-lo e defini-lo. A sua cooperação na obra de Carvalho parece uma simples aventura. Por certo a exaltação de suas idéias politicas e sua indole turbulenta levaram-no a simpatizar com a causa dos revolucionarios; mas não seria logo após chegar a Pernambuco que teria motivos para julgar da conveniencia do movimento, apenas esboçado, e então principal-

mente uma luta de partidos locais pela posse do poder, com base de represalia à dissolução da Constituinte. O Brasil não lhe podia inspirar simpatia". (*História do Império* — Tomo I — F. Briguiet & Cia. — 1939 — Rio — Pags. 247 e 249).

CAPÍTULO XVIII

TRÊS ANEXOS ÀS *MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR*

Como depois de dar por terminadas as *Memórias da Rua do Ouvidor* fui acusado de três omissões de casas célebres, e para remissão desse pecado, tenho de ajuntar à obra três *Anexos*. Como no *Anexo I* trato de um livreiro notável, e acho azada ocasião para referir o interessante caso que levou o ilustre Sales Torres Homem, depois visconde de Inhaúma, a entrar na vida política contra sua vontade. Como no *Anexo II* me ocupo da loja de cabeleireiro *Cabeça de Ouro* que se tornou célebre por formosíssima *trança de cabelos* que media na vidraça onde foi exposta onze palmos e mais algumas polegadas (dois metros e meio); digo donde era a senhora, a quem se cortaram esses maravilhosos cabelos, e onde eles foram parar. Como enfim deixo adiado o *Anexo III* por não caber no Folhetim, que já ficou longo com os dois primeiros.

Bem disse eu, muitas omissões haviam de ser notadas nas *Memórias da Rua do Ouvidor*!

Terminando o Capítulo XVII dessas *Memórias* tomei larga respiração, escrevendo a palavra mais suave que os autores conhecem:

FIM

Eis-me hoje obrigado a voltar ao *Folhetim do Jornal do Comércio* para que me absolvam de três esquecimentos involuntários pelos quais me chamaram a contas.

Mas eu não me sei arranjar com a palavra *Fim* que escrevi, acabando o capítulo XVII, e com um novo capítulo depois do *Fim*, senão tomando o exemplo e seguindo a lição dos ministros de estado, que depois do *Fim* de seus relatórios ajuntam sempre a estes os *Anexos*.

Não tremam, porém, de medo os meus leitores: os *Anexos das Memórias da Rua do Ouvidor* não hão-de ser dez vezes maiores do que o corpo da obra, como se observa nos excelentíssimos relatórios.

Recebi três protestos, três obsequiosas censuras, três acetinadas e penhoradoras acusações de esquecimento de outras tantas casas notáveis, e fazendo confissão do meu involuntário descuido, vou corrigi-lo neste capítulo de *Anexos*.

E tenho para mim que neste reconhecimento e na emenda do meu erro dou prova de exemplar virtude; pois que vivo em tempos, em que a vaidade humana tornou dogma o *quod scripsi, scripsi* de Pilatos, sendo todos os homens infalíveis como o Papa.

Leitores pacientíssimos! não há recurso: é indispensável voltar a fazer a viagem pela *Rua do Ouvidor*.

Mas que viagem!... ao que vos convido, ou quase que vos obrigo, não é mais a viajar, é a dar três grandes saltos; porque cada uma das casas notáveis esquecidas está em quarteirão distinto.

Ainda bem que a ginástica já entra sèriamente no sistema de educação pública, e na província do Rio de Janeiro adoptou-se até a ginástica apropriada para o sexo feminino na escola normal.

Declaro em defesa prévia que não acabo de fazer censura, nem epigrama. Eu reconheço a conveniência e aplaudo a aplicação do ensino da ginástica (1).

Portanto, meus leitores, estamos habilitados para dar sem perigo três saltos em honra dos três *Anexos*.

Anexo I

A casa hoje ocupada pela livraria dos Srs. Barbosa & Irmão, e sita na *Rua do Ouvidor*, entre as *Nova do Ouvidor* e *dos Ourives*, foi justificadamente célebre, sendo também livraria de *Mongie*.

Filho de livreiro notável de igual nome estabelecido em Paris e ali muito conhecido e estimado editor, que as bibliografias não esqueceram, Mongie veio para o Rio de Janeiro, e na casa mencionada, defronte da então florescente loja de perfumarias dos *Desmarais* abriu em 1832 livraria, cuja importância era grande e muito explicável pelas relações com a casa paterna, em França.

Mongie tinha instrução variada, trato ameno, e excelente carácter. A sua livraria muito rica de boas obras vendidas a preço que não o prejudicava, mas não aturdia o comprador, foi preciosa fonte de civilização, e era frequentada pelos homens de letras, e pelos cultivadores das ciências, que achavam nela os melhores livros de publicação recente, e o gozo da conversação ilustrada e espirituosa com o livreiro.

Contemporâneo do Albino Jordão, Mongie não tinha em menospreço a loja de livros em grande parte velhos, e de brochuras antigas e modernas; pelo contrário muitas vezes procurava o patriarca dos nossos alfarrabistas, entretinha-o quanto podia, e comprava-lhe livros antigos e folhetos, cuja matéria excitava sua curiosidade.

Muito amigo do seu vizinho fronteiro, Mr. Desmarais, que ainda felizmente vive, às vezes brincando, e aludindo à sala de cabeleireiro da loja do perfumista, dizia-lhe em óptimo francês:

— Você adorna as cabeças por fora, e eu as adorno por dentro: creio que sou mais útil; mas você tem mais cabeças a adornar.

E o Desmarais respondia:

— Concordo; mas troquemos as lojas com a condição de trocarmos também as cabeças, não as dos freguezes, sim as nossas.

A loja de livros de Mongie foi a mais considerável do seu tempo, e ponto de reunião de sábios e de literatos, que ali tinham por segura palestra animada, interessante e espirituosa, na qual o dono do estabelecimento era excelente e estimado companheiro.

Um dos mais assíduos frequentadores da loja de livros de Mongie de 1836 em diante foi aquele homem de inteligência superior que se chamou Francisco de Sales Torres Homem, e em seus últimos anos visconde de Inhomirim.

Vem aqui a propósito curiosa informação que não deve escapar aos futuros biógrafos do ilustre visconde.

Sales Torres Homem, chegado da Europa creio que em princípio de 1837, ardia por tomar posição e *reaparecer* na imprensa política do Rio de Janeiro, e apenas se continha (eu lho ouvi por vezes), esperando por Evaristo Ferreira da Veiga, que estava então em Minas Gerais, e que era o estadista de sua maior confiança, de cujos conselhos não queria prescindir.

Evaristo voltou de Minas Gerais a 2 de Maio de 1837 e dez dias depois faleceu — no Rio de Janeiro.

Sales Torres Homem achou-se privado do conselheiro patriota, e deliberou por si, publicando o *Jornal dos Debates*, no qual teve por colaboradores os seus contemporâneos de estudos, em França, os Srs. João Manuel Pereira da Silva (actual conselheiro), Domingos Gonçalves de

Magalhães (depois visconde de Araguaia) e Manuel de Araujo Porto Alegre (ulteriormente barão de Santo Ângelo).

O *Jornal dos Debates*, periódico de doutrinas liberais, mas em oposição ao governo do regente padre Feijó, produzia por excelente e apurada redacção notável impressão no ânimo do povo.

Sales Torres Homem, o redactor principal da parte política do *Jornal dos Debates*, ganhava crédito e firmava opinião.

Um dia no mesmo ano de 1837, Mongie conversando em sua loja com Sales Torres Homem, disse-lhe, aludindo aos seus eloquentes artigos de oposição no *Jornal dos Debates*:

— O senhor teve a felicidade de seguir acertadamente a sua vocação: nasceu predestinado para fulgir na imprensa política, e para elevar-se por ela às mais altas posições no seu país.

Sales pôs-se a rir e depois respondeu:

— E se eu te dissesse que sou político por violência feita à minha vontade, e por imposições arrebatadas de minha própria vaidade?...

— A pesar seu?

— Ao menos contra a mais decidida negação à política, e contra assentados planos do futuro de minha vida.

— O facto me pareceria, não digo singular, mas com certeza interessante.

— Pois eu lhe revelo o que ainda ninguém me ouviu, e que nem por isso lho digo com pueris reservas de segredo.

E Sales Torres Homem contou a Mongie o que com ele se passara em 1832, como depois o referiu a diver-

sos amigos seus, entre os quais se contou quem hoje escreve estas linhas.

E' o que se segue:

Sales Torres Homem acabava de formar-se na academia médico-cirúrgica do Rio de Janeiro, e até então sentira absoluta negação para a política, e preparava-se para entrar em concurso a uma das cadeiras da nova escola de medicina (1832), quando soube que o tinham feito membro da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* (sociedade política representante do partido liberal moderado que era o dominante) eleito para o conselho director e membro da comissão redactora da imprensa da sociedade.

(O facto explica-se: Evaristo Ferreira da Veiga empenhava-se em recrutar para o partido de que era chefe os jovens mais notáveis pela inteligência.)

Sales revoltou-se contra aquela espécie de violência, mas passou a noite em claro aguilhoado pela sua *vaidade* a pensar que se rejeitasse, como a princípio resolvera, aquelas nomeações, talvez julgassem que a rejeição era determinada por ele se reconhecer incapaz de escrever artigos sobre assuntos políticos.

Na manhã seguinte deixou o leito com a firme resolução de ir à sociedade, de escrever dois ou três artigos e depois dar demissão de redactor, de conselheiro e de sócio, para ocupar-se só do seu concurso.

Mas Sales era (dizia ele) da mais completa ignorância em política.

Que faz então?

Pobre a não poder distrair alguns mil réis das magras despesas diárias, Sales toma metade dos seus livros de medicina, leva-os a um livreiro da Rua dos Latoeiros,

onde ele também morava; e pede-lhe que os receba, e que lhe dê em troca algumas obras de *ciência política*.

— Mas que obras prefere? perguntou-lhe o livreiro que era seu freguês.

— Eu sei lá!... respondeu-lhe Sales; dê-me aquelas que são mais procuradas pelos *deputados* e homens políticos.

O livreiro sorriu-se, deu a Sales o *Curso de política constitucional* de *Benjamin Constant* e a *História da revolução francesa*, de *Thiers*.

Sales pôs-se a ler com ardor, e no fim de uma semana escreveu, e mandou para a imprensa o seu *primeiro artigo político* que devia ser publicado no dia seguinte.

O novo publicista quase logo arrependido do que fizera, medroso do *fiasco* que se lhe afigurava certíssimo, encerrou-se em casa até dois dias depois, em que um amigo lhe apareceu entusiasmado, trazendo a *Aurora Fluminense*.

Na sua *Aurora*, Evaristo Ferreira da Veiga saudava a revelação da mais bela inteligência naquele artigo em que um jovem escritor se estreara com um triunfo de eloquência e com evidente prova de sérios estudos.

Evaristo, o grande patriota, chefe do partido moderado, era por seu ilustrado talento, pelas suas virtudes, e pelo seu exemplar desinteresse o entusiasmador da mocidade.

A apreciação do *artigo* publicado na *Aurora* por Evaristo decidiu do destino de Sales Torres Homem, que arrebatado pela *vaidade* (dizia ele) abandonou a ideia do concurso, e a profissão da medicina que pretendia seguir, e dedicou-se todo à imprensa política, e a princípio com a exclusiva lição do *Curso de política constitucional* de *Benjamin Constant* e da *História da revolução francesa* de *Thiers*.

Eu creio que nesta revelação da origem do seu pronunciamento, e da sua entrada na vida política Sales exagerava muito, tanto a própria negação à envolver-se nas lutas dos partidos em 1832, como a inverossímil e absoluta ignorância da *ciência política* e tal e tão profunda, que ele nem tinha ideia *daquelas duas obras* que o livreiro lhe deu; mas é positivo que esse ilustradíssimo varão contava assim a história do quase recrutamento forçado que o levou a jurar bandeira no partido liberal, e a tornar-se homem político.

O livreiro Mongie, que antes de todos merecera receber esta curiosa informação, e que na cidade do Rio de Janeiro de tanta estima foi objecto, nela faleceu depois de poucos anos de florescimento, deixando-lhe lembrança de honrado nome, e parentes que se enraizaram no Brasil.

Anexo II

Uma loja de cabeleireiro florescia há mais de dezoito anos no nº 110, entre as ruas dos *Ourives* e dos *Latoeiros*, tendo então por emblema a *Cabeça de Ouro*.

Vendiam-se ali tranças, crescentes e faziam-se penteados, mas certamente a loja não era célebre. De súbito mais ou menos todos, e as senhoras principalmente, sem excepção, estacavam diante da vidraça da *Cabeça de Ouro*, e ali se deixavam em contemplação.

E havia justificada razão para isso numa trança de cabelos exposta na vidraça.

A trança era muito basta, de cabelos finos e de cor castanha, quase pretos, de formosa *nuance*, e tão longa se estendia, que se mostrava em três lanços ou voltas na vidraça.

Eram cabelos de comprimento extraordinário e de beleza notável: mediam nada menos que *dois e meio metros*, fora o que deles ficara ornando ainda a cabeça da senhora que, sem dúvida, a seu pesar, se privara de tesouro tão singular; deviam, pois, ter sido na cabeça de sua dona cabelos de doze a treze palmos de comprido.

Quando ela os abandonasse soltos, aqueles imensos e formosos cabelos não lhe cairiam até os pés, como os imaginários de uma das mais belas heroínas dos romances de Alexandre Dumas, arrastar-se-iam seis ou sete palmos pelo chão, como estupenda cauda de um manto de madeixas.

Era um prodígio da natureza, e em face do prodígio geralmente se acreditou em artifício, supondo que na trança subtilmente se tinham prendido uns aos outros cabelos de muito menor comprimento, como os cabeleireiros muitas vezes o fazem em tranças e crescentes de menor preço. Mas não houve quem descobrisse o artifício.

As senhoras e muitos homens entravam na loja da *Cabeça de Ouro*, viam, examinavam com ávidos olhos e muito de perto a maravilhosa trança; crescia-lhes, porém, a suspeita de ilusão, porque o zeloso dono defendia o seu precioso tesouro de exames manuais que poderiam prejudicá-lo. Fizeram-se na cidade apostas pró e contra a realidade do comprimento natural daquela trança.

A procedência dos cabelos era também questão que excitava muito a curiosidade daqueles que não tinham suspeitas de artifício; mas a princípio o dono guardava segredo; porque o mistério ainda mais aumentava essa curiosidade e o concurso de senhoras e cavalheiros na sua loja.

Dentre os adivinhadores, uns diziam que os cabelos tinham pertencido à cabeça de uma pobre camponesa italiana, que os deixara cortar, vendendo-os por pequeno pre-

ço, que lhe parecera, coitadinha, elevada quantia, quase riqueza. Outros pretendiam saber que aqueles cabelos tinham sido de uma senhora espanhola, e cortados depois que ela morrera. Outros, talvez leitores entusiastas das *Mil e Uma Noites*, asseguravam, e seriam capazes de jurar, que a trança maravilhosa provinha do Oriente, onde coroara sublime a cabeça de linda georgiana ou circassiana, mísera escrava, e vítima dos ciúmes de perverso baxá.

Além dessas imaginavam-se outras procedências, de Portugal, da Grécia, e nem sei donde mais. Predominavam nas adivinhações o sul da Europa, e o Oriente. E ninguém, e nenhum tinha a ideia, ou a conjectura de uma *brasileira*, como triste sacrificadora de seus extraordinários e maravilhosos cabelos.

Riam-se, zombavam desses sonhos ou imaginações os suspeitosos que teimavam em considerar a trança exposta na vidraça da loja da *Cabeça de Ouro*, como habilíssima e ilusória obra de arte consumada.

Por fim fez-se a luz. A trança que tantos supunham artificial e de falso comprimento de cabelos era natural e absolutamente verdadeira. Eis aqui a simples história da *trança* de cabelos prodígio.

O Dr. António da Costa foi chamado para tratar de uma senhora ainda jovem e casada, natural da cidade de Mariana (província de Minas Gerais), e dali recentemente chegada.

Qualquer que fosse a moléstia que atormentava a formosa senhora mineira (porque formosa era, como me informaram) sofria ela também constantes dores de cabeça, e no correr do seu tratamento o Dr. António da Costa, que aliás se maravilhara, vendo e contemplando os admiráveis cabelos da doente, exigiu com a maior pena que eles

fossem cortados, e, amigo que era do dono da loja, foi dar-lhe notícia daquela riqueza imensa de extraordinários cabelos, contra os quais a ciência médica impusera a tortura horrível da tesoura.

Consumou-se o sacrifício da bela vítima, que viu em pranto caírem cortados seus maravilhosos cabelos: em compensação voltou ela perfeitamente restabelecida para Mariana, e o dono da *Cabeça de Ouro*, que aproveitara os avisos do seu amigo o Dr. António da Costa, procedeu regularmente e de modo que ficou com os preciosos despojos do sacrifício da tesoura.

Foram pois de uma brasileira, de uma senhora mineira, esses cabelos admiráveis, finos, abundantes, formosos, que expostos em trança passaram por inverossímeis em seu comprimento de mais de onze palmos.

Mais tarde, escolhidos da cópia imensa daqueles cabelos surpreendentes, quase inverossímeis, os que mais compridos eram, foram mandados para a Exposição Universal de Londres (a segunda), e finda esta vendidos por 5:000$000 do nosso dinheiro, tão grande foi a admiração que eles causaram.

E alonguei-me tanto que o terceiro Anexo não cabe neste folhetim.

NOTA AO CAPITULO XVIII

(1) Criaturas como Joaquim Manuel de Macedo (por sinal que médico) que fossem entusiastas da ginastica eram poucas. Compreendia a sua necessidade um Rui Barbosa, o que constitula de certo modo uma cousa anomala no tempo. E' ele que diz: "Disse uma verdade irrefragavel o benemerito conselheiro Rodolfo Dantas, ao asseverar, no seu relatorio quando ministro do Imperio, que "sem um sangue forte, uma boa musculatura e um sistema nervoso bem equilibrado, não é possivel pensar sã, regular e intensamente". Cientificamente quem ousaria contestar hoje a procedencia desta afirmativa?

Um honrado senador do Imperio, obedecendo a preocupações da nossa educação comum, descobriu nessa proposição vislumbre de materialismo, recordando haver lido algures que a atrofia de certos orgãos contribue ordinariamente para o desenvolvimento excepcional de outros". (Barbosa (Rui) — *Reforma do Ensino Primario* — Ministerio da Educação — Tomo II — Pag. 69).

Rui entendia ainda que devesse ser aplicada ao sexo feminino: "Para a mulher, a quem diz uma das mais eminentes notabilidades contemporaneas, "a ginastica é tão necessaria, quanto o ar e o espaço às aves do céu", esses exercicios terão um carater particularmente "suave, acomodado ao sexo". Encerrar-se-á mais especialmente na calistenia, nessa combinação de "exercicios de movimento", engenhados por Adolfo Spiess e destinados a produzir um simétrico desenvolvimento muscular, sem prejuizo da doçura das maneiras, da graça e elegancia do talhe, da bela harmonia das formas femininas". (Barbosa (Rui) — *Obra citada* — Pags. 90-91).

Essa má vontade em relação à educação fisica continuou até os nossos dias quase: "Os exercicios fisicos! Que de vezes espiritos retrógrados os teriam desapreciado, motejando os moços, que, por se fortalecerem, os praticam! e quão poucos estes, beneficiados embora dos salutares efeitos do exercicio, teriam comprazido em testar deles e os pregoar! Dir-se-iam miudárias, com que afinal não valesse a pena desperdiçar os largos ocios por vezes deixados pela tarefa tardia..." (Azevedo (Fernando de) — *Antinous* — Weiszflog Irmãos — Pag. 23).

CAPÍTULO XIX

ANEXOS

Como, faltando-me o assunto com que contava para o terceiro *Anexo*, acho excelente recurso nas célebres casas de modas de *madame gorda*, e das três *judias*, e finalmente completo este capítulo que é agora e decididamente o *último*, contando uma *historieta*, que as senhoras casadas não devem ler.

Vá a quem toca, e que eu não sei quem seja, mas a quem aliás agradeço a obsequiosa suavidade da carta anónima que me dirigiu.

Procurei zelosamente informações da casa célebre *loja de brinquedos*, à Rua do *Ouvidor* quina da de *Gonçalves Dias*, e fiquei *in albis*. Apenas me falaram de *loja* desse género *próxima* à Rua do *Ouvidor*; mas na de *Gonçalves Dias*, e bem que esse nome esteja gravado profundamente no meu coração, denomina *rua* cujas casas não podem entrar nas *Memórias da Rua do Ouvidor*.

O meu leitor anónimo, que tanto me honrou, é quem pode melhor orientar-me; porque, lho digo, consultei *a dois* velhos respeitáveis dos que me assinalou, outrora jovens estudantes e frequentadores da *loja de brinquedos* da Rua do *Ouvidor* quina da de *Gonçalves Dias*, e ambos me responderam pela negativa, e tão decididamente, que me desanimaram o empenho de outras informações.

Ora o caso é que me achei em apuros de comprometimento. A tal *loja de brinquedos* devia ser o meu *terceiro anexo*, e por força maior reconheci-me *desanexado*!

Mas (vaidade de autor que é tão estulta como todas as outras vaidades deste mundo, planeta de doidos) eu faço, ou fiz de conta que os meus *numerosissimos e elevadissimos leitores* e principalmente *leitoras* (ainda mais vaidade no caso) esperavam com interesse e ardor o terceiro anexo, e agora positivamente último capítulo das *Memórias da Rua do Ouvidor*, obra dantênica, buenarótica, homérica, e destinada a atravessar os séculos.

Em tão grande aperto, não quis dar o meu braço a torcer, e viajando eu só de cima para baixo, e de baixo para cima a procurar *matéria nova* para encher o terceiro anexo, descobri *notabilidades* que me darão assunto para escrever ainda uns vinte capítulos.

Mas eu já declarei que a minha obra monumental estava acabada e não quero ir além do terceiro anexo para não comprometer as condições arquitectónicas do edifício que levantei.

Entre dezenas de recordações algumas cabeludas e outras descabeladas desta mina inesgotável da *Rua do Ouvidor* desde meio século e alguns anos tomarei de preferência *duas lojas célebres e uma historieta*, conto imaginário, ou verdade verdadeira.

Anexo III

Lembrarei em primeiro lugar a mais moderna das duas *lojas célebres*, aquela que ainda há menos de doze anos ocupava a casa do actual nº 108, contígua à da *Estrela*.

Anos depois de 1840 tiveram nessa casa loja de modas duas francesas de meia idade, irmãs, das quais uma alta e quase magra, e a outra notàvelmente gorda.

Ou porque fosse a principal sócia da casa ou por aquela distinção física a irmã gorda deu não o nome, mas a alcunha à loja.

Como as duas irmãs se chamavam nem eu sei nem creio que alguém cuidasse em sabê-lo: o nome da loja era da família de ambas, estava escrito no portal; mas ninguém o lia.

Loja de madame gorda era a denominação conhecida.

As duas irmãs não podiam agradar por bonitas; eram porém francesas que sabiam atrair fregueses por seus modos afáveis, e que gozavam crédito de modistas de bom gosto.

A loja de *madame gorda* foi muito concorrida, e portanto a própria irmã que era magra ia engordando financeiramente.

Estabelecido o *Alcazar Lírico* depois *Teatro Lírico Francês* na Rua da *Vala* (da Uruguaiana actualmente), as principais ninfas alcazarinas foram aos poucos tomando *madame gorda* por modista, e enfim a célebre Mlle. *Aimée* firmou o reinado da tesoura de *madame gorda* nas *toilettes* das alcazarinas florescentes.

Até aí não havia que dizer; as novas freguesas pagavam caro, e gastavam como se fossem pescadoras do Pactolo. Eram poucas, sòmente as mais famosas, as alcazarinas a quem *madame gorda* servia; mas cada uma delas valia por dez a despender na loja.

Isso não espantou a antiga e séria freguesia de *madame gorda*.

Mas em breve *Mlle. Aimée*, e logo a imitá-la as celebridades *alcazarinas* não se contentaram com sua exposição às vezes em semi-nudez na cena escandalosa do *Alcazar*, que determinou a decadência e a corrupção da arte dramática na capital do Império: elas quiseram ainda

pôr-se em exibição repreensível de dia, e *madame gorda* prestou-se à essa exploração do vício.

As tais alcazarinas, tomando como em prova seus novos e riquíssimos vestidos, fugiam do interior da loja; e era junto às portas desta e em face do público a passar pela rua, que *madame gorda* e *madame magra* as cercavam, simulando marcar supostos defeitos em sua obra, ora alisando com os dedos os talhes do corpinho, ora fazendo *aquelas freguesas* de colo nu, e nuas espáduas executar longo e moroso movimento de rotação, como bonecas-figurinos de vidraça de cabeleireiro, enquanto elas, as duas irmãs, em fingido e activo exame indicavam aos observadores curiosos as formas e os contornos dos corpos assim expostos, e o inconfessável *prestigio* de tanta riqueza de vestidos.

Ora é claríssimo que não se provam inocentemente vestidos às portas da rua. As pessoas gordas não se abaixam com facilidade; mas *madame gorda* rebaixou-se muito.

Era demais. A freguesia antiga e séria abandonou a loja de *madame gorda*. Em breve (para alguns sem dúvida *em longo*) Mlle. *Aimée* como andorinha que era *bateu a linda plumagem* (verso de modinha antiga) e foi fazer *verão* em outras cidades, as suas companheiras de ruim nomeada caíram aqui no *inverno* do desprezo merecido, ou fizeram à cidade do Rio de Janeiro o grande favor de ir arranjar *primavera e outono*, onde melhor lhes pareceu.

História de *ciganas nómades*.

E *madame gorda* sempre a engordar cada vez mais fisicamente, sentindo-se, por justa punição de pecado, emagrecer econòmicamente, trancou as portas de sua loja de modas, e foi longe do Brasil maldizer da vil condescendência com que se prestara a servir ao impudor das alcazarinas.

E' caso de dizer — *bem feito.*

A outra loja, também célebre, menos moderna, porém, ocupou a casa quase fronteira da de *madame gorda*, e que hoje é muito conhecida pela sua denominação de *Dois Oceanos*, como se não fosse bastante um oceano só para afogar os fregueses.

Desde perto de quarenta anos floresceu nessa casa a *loja das judias*: a denominação, escrita na tabuleta não era essa; o público, porém, não conhecia nem admitia outra.

A loja era de modas, nela, além de se fazerem vestidos, vendiam-se chapéus e diversidade de enfeites para senhoras.

O chefe e dono do estabelecimento era um francês (alsaciano) *judeu*, cujo nome não sei; mas notabilíssimo por ser pai de três bonitas filhas, três *judias* jovens, solteiras e espertas, que eram as principais recomendações da loja.

Declaro que vi muitas vezes e sem o menor perigo para a minha virtude *madame gorda* e sua irmã quase magra; mas não tenho ideia, ou não conservo lembrança das três *judias*, que representavam o contraste daquelas duas irmãs.

Informam-me que a *loja das judias* foi muito afreguesada, teve fama e crédito, e que as três jovens bonitas, faceiras, e de afabilíssimo trato, *judias* que eram, *judiaram* o mais que é possível com dezenas de elegantes mancebos, e com alguns ridículos velhos, que se enamoraram delas.

As *judias* deixavam-se namorar, sorriam-se aos namorados, faziam vestidos e vendiam chapéus e enfeites às esposas, às filhas e às irmãs dos seus apaixonados, *judiavam* com estes, e se conservavam honestas.

Dizem-me que das três irmãs a segunda na conta dos anos, e eram vinte nesse tempo, a segunda que apesar do — *in medio posita do virtus*, foi a menos contida, ou a mais ousada, muito urgida por um seu ardente apaixonado, que era então membro da câmara dos deputados, dera-lhe, o mil vezes pedido, longo anel de seus cabelos loiros a troca de um colar de finas pérolas.

O ilustre parlamentar, que foi realmente ilustre e depois senador, etc., pensou que poderia tecer com os cabelos do áureo anel lisonjeira corda para prender a *judia*; mas que havia de acontecer?... a câmara foi dissolvida, e o deputado *dissoluto*, voltando à loja das *judias*, e ali fazendo à namorada proposições ternissimas, recebeu em resposta a mais cruel *judiação*:

— Ah, doutor!... palavra de honra, depois da dissolução da câmara o seu amor não pode mais entrar na *ordem do dia*.

O ex-deputado teve o bom gosto de rir-se; mas saiu da loja desaportado; mais tarde, quando era senador, e foi mais alguma coisa, já as *judias* tinham-se retirado da cidade do Rio de Janeiro, e se recolhido à França.

Uma delas casou-se aqui creio que com um *judeu* a quem amava; das outras não sei: deixaram fama de *judiação* namoradeira; mas sem descrédito aviltador.

Ganharam bom dinheiro na loja, e zombaram dos namorados intencionais-sedutores.

Direito perfeito: eram *judias*, e como tais *judiaram*.

Madame gorda e madame quase magra sua irmã, multiplicadas por si mesmas não valiam o próprio colar de pérolas que a troco do anel de seus cabelos loiros recebeu *menos dignamente* de seu apaixonado a segunda das três *judias*.

Acabam aqui os anexos; segue porém como apêndice a *historieta* que prometi, e que vai sem declaração da loja, e do ano em que se passou para que não me acusem de leviandade.

Mr. Tal estava de mau humor e com alguma razão tendo encontrado entre outras sedas e fazendas em remessa chegada de Paris dez cortes de seda para vestidos, todos de padrão igual e horrivelmente espantador, com extravagante mistura de cores vivissimas, e de ramagens grandes e pequenas amarelas, vermelhas, negras, etc.

Mr. Tal não quis expor semelhante *espanta-freguesas*; *Mr. Qual*, porém, que era desde algum tempo sócio em parte dos lucros da loja, jurou que venderia todos os dez cortes, e pôs um deles suficientemente desenrolado na vidraça.

Mr. Tal disse ao sócio:

— Venda-os a todo preço, a quarenta mil réis ou menos cada um, se aparecerem *gostos estragados* a comprá-los.

No primeiro dia não houve homem ou senhora que, passando por defronte da loja, não indicasse como que admiração, e repugnância, vendo tão espantadora e medonha seda.

Mas no dia seguinte à uma hora da tarde parou de repente à porta da loja bonito faetonte tirado por cavalos negros, trazendo dentro (não dos cavalos; mas dele faetonte) recostada em estorço *Mlle. Bibi* (nome que lhe dou) com os cabelos à Madalena; *et coetera*.

Mademoiselle saltou do faetonte, entrou na loja e pediu para examinar a seda, que *Mr. Qual*, acudindo logo, apresentou-lha — dizendo:

— Última e delirante moda de Paris! recebemos vinte cortes desta seda, e só nos resta este que é o último:

vestido à — *je ne veux pas qu'on m'aime!* — Mme. Mac Mahon há pouco mais de um mês fez com um destes vestidos verdadeiro furor no baile do Eliseu.

— Sim, respondeu Mlle. Bibi a rir; é mais do que feia, é tão horripilante esta seda, que por força obriga a atenção; por conseqüência convem-me. O preço?

— Por ser o último corte... e porque Mlle. o distinguiu... duzentos mil réis...

— Que diabo! mas que me importa o diabo do preço?... quero esse corte de horrorosa seda... ponha-o de lado que é meu; daqui a meia hora há de vir quem lho pague.

E Mlle. Bibi voltou-se com artificioso movimento, e a olhar para a direita, para a esquerda e para a frente lançou-se dentro do faetonte, e outra vez reclinada de estôrço, e pondo à mostra uma das altas botinas toda cheia de laços e de fivelas, tendo dado ordens ao cocheiro, foi levada a trote largo pela *Rua do Ouvidor* acima.

Menos de meia hora depois, e sem vergonha nenhuma o *comendador Crispim* (eu vou crismando os verdadeiros personagens da história), homem de quarenta anos e casado com senhora ainda moça, bonita e virtuosa, entrou na loja, viu e pagou o corte de vestido de seda, pediu papel e tinta e (mal inspirado poeta) escreveu a seguinte quadra:

> Aí tens a mais feia seda,
> Que se fará bela em ti;
> Pois tudo é belo em teu corpo,
> Meu anjo, minha *Bibi*.

E logo colocou o seu verso entre as dobras da seda, fez acondicionar esta em cartão bem arranjado e escreveu sobre o cartão a necessária indicação da rua e do número

da casa da *Bibi* e deu ordem para ser imediatamente levada a encomenda ao seu destino.

Um caixeiro saiu logo com o corte de seda.

O comendador Crispim que, embora fosse rico, era muito económico, e frequentemente queixava-se à esposa das despesas que ela fazia com suas *toilettes* de modo a vexá-la não pouco, acabava de pagar duzentos mil réis por corte de abominável seda coagido por exigência do vício que o escravizava.

Raras vezes a esposa tinha merecido seda de tanto preço ao marido sovina. E' verdade que Crispim pagara os duzentos mil réis, lamentando semelhante capricho; mas somas muito mais avultadas já por castigo lhe tinha custado a sua *fraqueza*.

Não é *fraqueza* que se diz?...

Mas Crispim ia sair da loja, quando parou à porta vendo aproximar-se outro comendador (no Brasil os doutores e os comendadores são como as folhas do bosque e as areias do mar), o seu concunhado Teotónio, e ambos ficaram a conversar.

A conversação foi confidencial, e versou sobre as *impertinências* das esposas e sobre os expedientes com que eles as mistificavam.

Os dois comendadores casados com duas senhoras irmãs e honestíssimas, eram maridos como há por aí outros que, ainda mesmo sem comenda, são maridos de encomenda.

Crispim, depois de ouvir o que Teotónio lhe dizia da sua Luisinha, que às vezes ciumenta o massava, chorando, mas sempre acabava por acreditar na sua inocência, tomou a palavra por sua vez.

— Olha, Teotónio, a minha Clotilde só me atrapalha, vindo alguns dias encontrar-me na *Rua do Ouvidor*; hoje, porém, como eu podia correr certo perigo, livrei-me

absolutamente da Clotilde. Foi uma dos diabos... estou quase arrependido.

— Que foi?

— De um retalho de seda azul que lhe ficara de um vestido, ela arranjou uma gravata para o nosso sobrinho Quincas, e esta manhã fingi por isso tal acesso de ciúmes, que a deixei chorosa, desgrenhada...

— Mas que loucura cruel! o Quincas tem apenas dezesseis anos de idade, e desde os cinco em que perdeu seus pais é nosso filho de adopção...

— Chegando à casa eu pedirei perdão à Clotilde; era-me porém necessário livrar-me hoje dela na *Rua do Ouvidor*.

Os dois foram interrompidos pelo caixeiro que tinha ido levar o corte de seda à casa de *Mlle. Bibi*.

Crispim chamou a um lado o *pequeno* e interrogou-o sobre o desempenho da comissão; mas quase logo levou as mãos à cabeça, e recuou exclamando:

— Oh, diabo! que foi fazer este pastrana!...

O desazado caixeiro, que costumava levar às vezes fazendas à casa do comendador, não julgara preciso ler as indicações escritas sobre o cartão e fora entregar o corte de seda à esposa de Crispim.

Mr. Tal e *Mr. Qual* acudiram à exclamação, e sabendo do *qui pro quo*, enquanto o primeiro repreendia o caixeiro e jurava ir despedi-lo, o segundo, abusando da perturbação e do desespero de Crispim, disse-lhe:

— Talvez que V. Ex.ª esteja aflicto, além de outro motivo, também pela falha do... da *encomenda*, por ter sido aquele corte de seda o *último*... mas acabamos de descobrir outro corte, e, se quer que o mande levar... eu sei onde é... não haverá engano... V. Ex.ª quer que o mande levar?... quer?...

— Mande... mande, respondeu sem pensar no que dizia o comendador Crispim em apuros.

Teotónio ouviu-lhe a história do fatal *qui pro quo* com a circunstância agravante da *quadra*, prova evidente da culpa.

Ficaram os dois a olhar um para o outro e *junto de um penedo outro penedo*.

— Que entrosga! murmurou Crispim finalmente.

— E o meio de sair dela?... disse Teótonio.

Ambos por mais de uma hora ali se deixaram a imaginar explicações impossíveis, até que de súbito parou à porta da loja um carro (da praça), e dele se apeou Clotilde.

Façam idéia da cara e da compostura de Crispim. Isso se passava em fins de Junho, e o pobre homem suava a causar pena.

Clotilde vinha pálida, levemente trémula; mas *senhora*.

Ela deu a mão ao marido e ao cunhado, e disse com brandura àquele:

— Crispim, fizeste hoje um despesão comigo! o caixeiro me informou do preço da seda: agradeço-te muito o belo presente e a graça dos versos.

O marido respondeu estùpidamente, fingindo rir, e falando ao ouvido da esposa:

— Ah! causei-te ciúmes?... era o que eu queria para vingar-me.

Clotilde tornou dizendo-lhe docemente:

— Bem sei, e podias tê-lo dito em voz alta; bem sei que a minha vontade e até os meus caprichos são a tua lei, e vou prová-lo.

Avançando então para dentro da loja, ela disse a *Mr. Qual* que se apresentara:

— Quero um outro corte daquela seda.

— Pois o que foi, é pequeno?...

— Não, Crispim: a seda porém é lindíssima, e eu desejo outro corte para aumentar a cauda do vestido, e para fazer algumas gravatas que destino ao nosso Quincas.

O marido sovina sentiu o golpe, e chegando-se para Teotônio disse-lhe baixinho:

— Ainda bem que o derradeiro depois do último...

Mas não acabou, porque *Mr. Qual* acudiu dizendo:

— Pensávamos ter esgotado os cortes da delirante *je ne veux pas qu'on m'aime;* mas de mistura com outras sedas novíssimas um caixeiro achou mais um... ei-lo, é de V. Ex.ª!

— Mande-o pôr no carro.

E voltando-se para o marido, Clotilde acrescentou:

— Mais duzentos mil réis para aumento da cauda do meu vestido, e para gravatas do nosso Quincas, por certo que te não causam pena...

— Oh!... não... não!... balbuciou Crispim, que suava cada vez mais.

— Aquele corte de seda é o *ultíssimo,* disse Teotônio em tom muito baixo a Crispim.

— Que está dizendo a meu marido?... perguntou Clotilde sorrindo.

— Dizia-lhe, que a delirante seda é feia, como o inferno...

— Isso é inveja, mano; e o que eu sinto é que não haja ainda um corte, porque, em lembrança da óptima companhia que o senhor faz a Crispim, eu levaria de presente à Luisinha...

— Oh, minha senhora!... parece milagre de V. Ex.ª!... exclamou *Mr. Qual*; encontraram-se mais dois cortes da *je ne veux pas qu'on m'aime* no último caixão que acaba de se abrir neste momento.

— Dois! meu Crispim, sê condescendente... tu és tão bom para mim!... eu quero os dois... um para Luisinha, e outro que mandarei à prima Antonica, que faz anos amanhã...

— Mas repara... balbuciou todo banhado em suor e concentrando a fúria o marido sovina.

— Os dois cortes de seda no carro! disse Clotilde a *Mr. Qual*, que logo obedeceu à ordem.

E quase terna ela continuou, falando ao marido:

— Quero-os, e tu escreverás uns versinhos, *como aqueles*, para que eu os mande pregados na seda à prima Antonica.

Teotónio mal continha o ímpeto de desatar a rir da vingança da ciumenta cunhada.

Crispim alagado em suor e obrigado a submeter-se, embora furioso pela despesa de quatro cortes de seda além do reservado para a *Bibi*, temendo que aparecessem inesperados ainda outros que a vingativa esposa abrasada em ciúme quisesse tomar, disse a esta:

— Agora vamos para casa: dar-me-ás um lugar no carro.

— Não posso: só há lugar para dois, e o nosso Quincas me espera na Praça de S. Francisco de Paula.

E Clotilde, aceitando graciosa e risonha a mão que o marido lhe ofereceu, entrou no carro, que imediatamente partiu.

— Melhor do que eu esperava e temia! disse Teotónio ao concunhado.

E o sovina Crispim respondeu:

— Mas quatro cortes... afora o outro!... um conto de réis! um conto de réis!...

— E a tua *quadra à Bibi*?...

— O diabo leve a poesia!...

E o miserável vicioso deu dois passos para o interior da loja, e disse a *Mr. Qual*:

— Não esqueça a... *encomenda.*

E saiu com o concunhado, que era tão bom marido como ele.

Clotilde nem recebeu o Quincas na Praça de S. Francisco de Paula, nem fez vestido, nem gravatas, nem presentes da seda maldita.

Melancólica, mas plácida recebeu em casa o marido sem atormentar-se, nem atormentá-lo com increpações, e cenas tristes de ciúme.

Mas vingou-se deveras!...

Dos quatro cortes de seda — *je ne veux pas qu'on m'aime* — fez uma dúzia de *robes de chambre* — para o seu Crispim, e daí em diante não poupou mais despesas com as suas *toilettes.*

O melhor desta história é que hoje, sendo lido o folhetim, um dos meus leitores da *Rua do Ouvidor* dirá aos seus fregueses de confeitaria:

— O caso foi falsificado: o *qui pro quo* verdadeiro aconteceu com uma rica bandeja de doces...

Outro dirá na sua loja de ourivesaria:

— Que peta! não houve história de corte de vestidos; o que houve foi... quase o mesmo... o engano na entrega de rico relogiozinho de ouro...

Três edições afora as que ignoro de história que é a mesma no fundo.

Eu por mim não rejeito, e, ao contrário, aceito as diversas edições ou corrigendas da minha — *historieta* —; mas dou *vista* da causa aos maridos moços e principalmente aos velhos para que cada um diga o que for de seu direito à sua respectiva esposa.

FIM

TIPOGRAFIA EDANEE LTDA.
IMPRIMIU — SÃO PAULO

155 - PARTHENON

BRASILIANA

SÉRIE 5.ª

da Biblioteca Pedagógica Brasileira

★

A 5ª série, que figura na B. P. B. com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sôbre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, etc.); de reedições de obras raras e de notório interêsse e de traduções de obras estrangeiras sôbre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sôbre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase tôdas dispersas. A C. E. N. propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção dêste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sôbre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação pública que granjeou desde logo a "Brasiliana" veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sôbre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

Mais de 270 volumes publicados.

★

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

ieb

BRASILIANA

SÉRIE 5.ª DA

★

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

FUNDADA POR FERNANDO DE AZEVEDO

Últimos volumes publicados (*)

246 — DAVID CARNEIRO: História da Guerra Cisplatina.

247 — J. F. DE ALMEIDA PRADO: A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil, 1.º vol.

247-a — J. F. DE ALMEIDA PRADO: A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil, 2.º vol.

248 — JÚLIO PATERNOSTRO: Viagem ao Tocantins.

249 — ARTUR RAMOS: As Culturas Negras no Novo Mundo.

250 — EMILIO WILLEMS: A Aculturação dos Alemães no Brasil.

251 — PAUL LE COINTE: Árvores e Plantas Úteis (Amazônia Brasileira III).

252 — ERNESTO ENNES: Estudos sôbre História do Brasil.

253 — T. O. MARCONDES DE SOUZA: O Descobrimento do Brasil.

254 — RODRIGO OTÁVIO: Os Selvagens Americanos Perante o Direito.

255 — BARBOSA LIMA SOBRINHO: O Devassamento do Piauí.

256 — OLIVEIRA VIANNA: Problemas de Política Objetiva.

257 — W. L. von ESCHWEGE: Pluto Brasiliensis, em dois volumes — Tradução do Dr. Domício Figueiredo Murta.

258 — L. CRULS: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

259 — ALFREDO ELLIS JUNIOR: Meio Século de Bandeirismo.

260 — ALMIR DE OLIVEIRA: Gonzaga e a Inconfidência Mineira.

261 — HÉLIO VIANA: Estudos de História Colonial.

262 — CELSO VIEIRA: Anchieta, 2.ª edição

263 — L. A. DA COSTA PINTO: Lutas de Famílias no Brasil.

264 — A. INÁCIO DE MENEZES: Fidra da Bahia.

265 — AMANDO CAIUBY: O Patriarca, Gênio da América.

266 — FRANCIS CASTELNAU: Expedição às Regiões Centrais da América do Sul, em dois volumes. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto.

267 — A. METRAUX — A Religião dos Tupinambás, trad. do Dr. Estevão Pinto.

268 — HERMES VIEIRA: Ouro Preto, o homem e a época.

269 — HÉLIO VIANNA: Estudos de História Imperial.

270 — OLIMPIO DE SOUZA ANDRADE: Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo.

271 — F. ASSIS IGLESIAS: Castingas e Chapadões.

272 — CLÁUDIO DE ARAUJO LIMA: Plácido de Castro — Um Caudilho contra o Imperialismo.

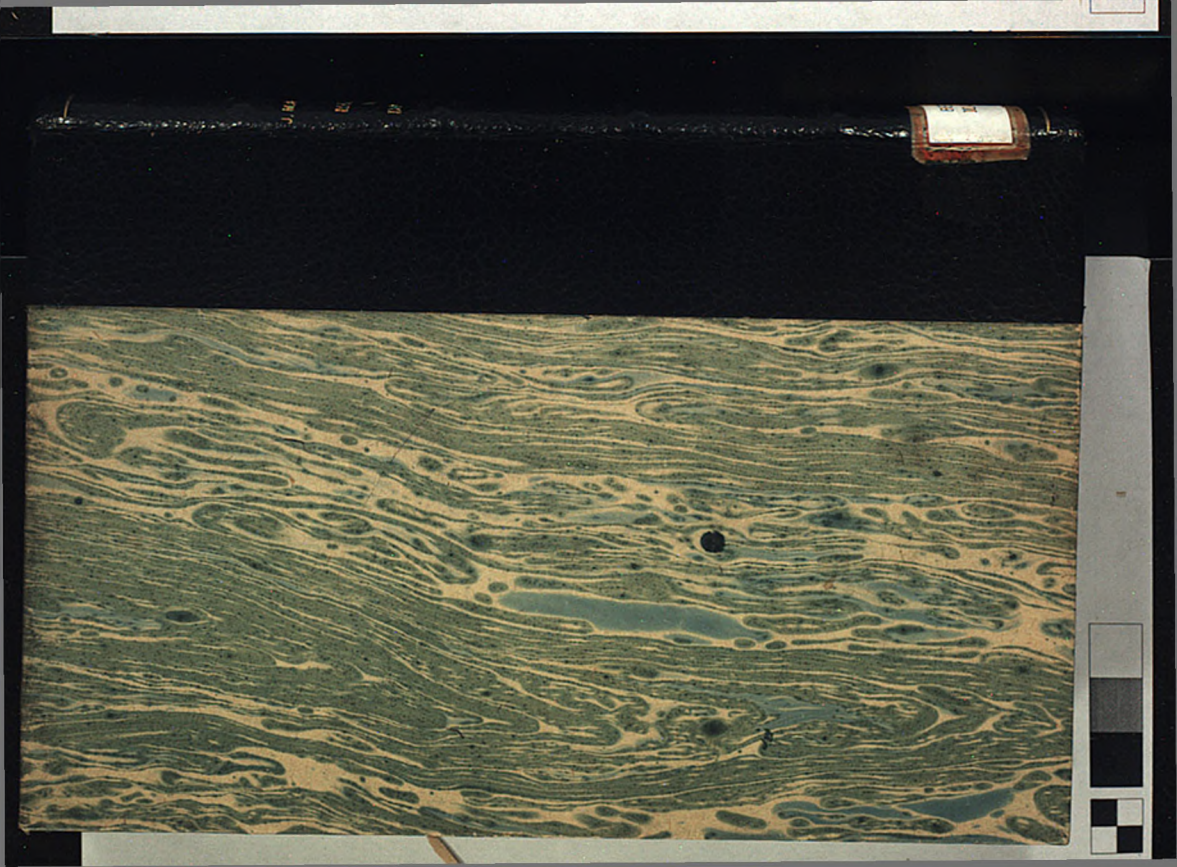
273 — J. A. SOARES DE SOUZA: Um Diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro).

274 — ARLOLDO DE AZEVEDO: Regiões e Paisagens do Brasil.

(*) Para lista completa dos volumes desta Série peça o catálogo especial.

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Sede: Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

FILIAIS: Rio de Janeiro — Recife — Bahia — Pará — Pôrto Alegre